

As Narrativas de Clio

Ensaio de interpretação histórica e metodológica

Organizador

José Ricardo Fucidji

NIHE

Núcleo de História Econômica



José Ricardo Fucidji
(Organizador)

AS NARRATIVAS DE CLIO: ensaios de
interpretação histórica e metodológica

Coleção Centros e Núcleos

Editora CRV|Unicamp. IE.
Curitiba – Brasil
2021

Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV
Revisão: Analista de Escrita e Artes

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

N218

As Narrativas de Clio: ensaios de interpretação histórica e metodológica / José Ricardo Fucidji (organizador) – Curitiba : CRV | Campinas, SP: Unicamp. IE, 2021.
304 p. (Coleção Centros e Núcleos)

Bibliografia

ISBN Coleção Digital 978-65-251-0958-9

ISBN Volume Digital 978-65-251-0890-2

DOI 10.24824/978652510890.2

1. Economia 2. Brasil - História econômica 3. Brasil – historiografia 4. Interpretações do capitalismo 5. Metodologia economia I. Fucidji, José Ricardo, org. II. Título III. Coleção Centros e Núcleos.

CDU 33(81)

CDD 330.981

Índice para catálogo sistemático

1. Brasil – história econômica – 330.981



2021

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418 - E-mail: sac@editoracrv.com.br

Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br

Conselho Editorial: Comitê Científico:

Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)	Adriane Piovezan (Faculdades Integradas Espírita)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)	Alexandre Pierezan (UFMS)
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)	Andre Eduardo Ribeiro da Silva (IFSP)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)	Antonio Jose Teixeira Guerra (UFRJ)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)	Antonio Nivaldo Hespanhol (UNESP)
Carlos Federico Dominguez Avila (Unieuro)	Carlos de Castro Neves Neto (UNESP)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)	Carlos Federico Dominguez Avila (UNIEURO)
Celso Conti (UFSCar)	Edilson Soares de Souza (FABAPAR)
Cesar Gerónimo Tello (Univer .Nacional Três de Febrero – Argentina)	Eduardo Pimentel Menezes (UERJ)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)	Euripedes Falcao Vieira (IHGRRGS)
Elíone Maria Nogueira Diogenes (UFAL)	Fabio Eduardo Cressoni (UNILAB)
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)	Gilmara Yoshihara Franco (UNIR)
Élsio José Corá (UFS)	Jairo Marchesan (UNC)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)	Jussara Fraga Portugal (UNEB)
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)	Karla Rosário Brumes (UNICENTRO)
Gloria Fariñas León (Universidade de La Havana – Cuba)	Leandro Baller (UFGD)
Guillermo Arias Beatón (Universidade de La Havana – Cuba)	Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
Helmuth Krüger (UCP)	Luciana Rosar Fornazari Klanovicz (UNICENTRO)
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)	Luiz Guilherme de Oliveira (UnB)
João Adalberto Campato Junior (UNESP)	Marcel Mendes (Mackenzie)
Josania Portela (UFPI)	Marcio Jose Ornat (UEPG)
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)	Marcio Luiz Carreri (UENP)
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)	Maurilio Rompato (UNESPAR)
Lourdes Helena da Silva (UFV)	Mauro Henrique de Barros Amoroso (FEBF/UERJ)
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)	Michel Kobelinski (UNESPAR)
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)	Rafael Guarato dos Santos (UFG)
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)	Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol (UNESP)
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)	Sergio Murilo Santos de Araújo (UFCG)
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)	Simone Rocha (UnC)
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)	Sylvio Fausto Gil filho (UFPR)
Rodrigo Pratte-Santos (UFES)	Valdemir Antoneli (UNICENTRO)
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)	Venilson Luciano Benigno Fonseca (IFMG)
Simone Rodrigues Pinto (UNB)	Vera Lúcia Caixeta (UFT)
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)	
Sydione Santos (UEPG)	
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)	
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)	

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

UNICAMP

Reitor

Antonio José de Almeida Meirelles

Coordenadora Geral

Maria Luiza Moretti

INSTITUTO DE ECONOMIA

Diretor

André Martins Biancarelli

Diretor Associado

Celio Hiratuka

Coordenadora de Pós-Graduação

Rosangela Ballini

Coordenadora da Comissão de Pesquisa

Carolina Troncoso Baltar

Assistente Técnica da Comissão de Pesquisa

Geisa Aguiari

Bibliotecária da Comissão de Pesquisa

Célia Maria Passarelli

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
<i>José Ricardo Fucidji</i>	

PARTE 1 HISTÓRIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: ideias fundadoras

CAPÍTULO 1 FRONTEIRAS E VIDA MATERIAL EM SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA.....	17
<i>Milena Fernandes de Oliveira</i>	
1. Introdução	17
2. A tese da fronteira em Sérgio Buarque de Holanda	20
3. História e cultura material em <i>caminhos e fronteiras</i>	23
4. Considerações finais	37
 CAPÍTULO 2 60 ANOS DE <i>FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL</i> : a construção interrompida na crise estrutural do capital.....	43
<i>Carlos Cordovano Vieira</i>	
1. Introdução	43
2. Da “pré-revolução brasileira” à “construção interrompida”	44
3. Crise estrutural do capital.....	49
4. Em busca de um “novo horizonte utópico”	56
 CAPÍTULO 3 A VISÃO DE FRANÇOIS PERROUX SOBRE O DESENVOLVIMENTO: aproximações com o pensamento de Celso Furtado	63
<i>Renata Bianconi</i>	
1. Introdução	63
2. Estudos de economia e algumas influências francesas de Furtado ...	64
3. A “visão global” de François Perroux.....	68
4. Considerações finais: alguns aspectos da teorização de Furtado em afinidade com o pensamento de Perroux	80
 CAPÍTULO 4 TARDIO, DESIGUAL E COMBINADO: a origem do projeto intelectual da Escola de Campinas e a contribuição de Maria da Conceição Tavares	91
<i>Pedro Paulo Zahluth Bastos</i>	
1. Celso Furtado: da autodeterminação econômica da Nação à estagnação secular	98

2. A (auto)crítica de Tavares e Serra ao estruturalismo cepalino e a origem da Escola de Campinas	103
3. Da produção pela produção ao capital fictício: <i>natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente</i>	116
4. Considerações finais: <i>mudando os pais</i>	128

PARTE 2 INTERPRETAÇÕES DO CAPITALISMO

CAPÍTULO 5

O CAPITALISMO COMO MODO DE APROPRIAÇÃO	171
<i>Eduardo Barros Mariutti</i>	

1. Introdução	171
2. Ciência, técnica e empiria: um novo emaranhado	171
3. Tecnologia e técnica: fontes de energia, valor, organização social e a ilusão do progresso	174
4. A tecnologia como fetiche.....	181
5. Estado, dinheiro e militarismo: o elo decisivo.	184
6. Conclusão	189

CAPÍTULO 6

HILFERDING E O NEXO IMPERIALISTA ENTRE CAPITAL FINANCEIRO E EXPORTAÇÃO DE CAPITAL.....	195
--	-----

Fábio Antonio de Campos
Mauricio de Souza Sabadini

1. Introdução	195
2. Capital financeiro e exportação de capital	197
3. Exportação de capital e imperialismo.....	218
4. Conclusão	225

PARTE 3 A QUESTÃO DO MÉTODO

CAPÍTULO 7

MODELADORES, INTÉRPRETES E COPISTAS: o debate historiográfico recente em história do pensamento econômico	231
---	-----

José Ricardo Fucidji
Nelson Mendes Cantarino

1. Introdução	231
2. Back to the future: a reconstrução racional.....	232
3. Somewhere in Time: a reconstrução histórica	241
4. Being There: sobre as tendências recentes	249
5. Comentários finais.....	252

CAPÍTULO 8

REALISMO E DARWINISMO EM METODOLOGIA ECONÔMICA: a

crítica de Geoffrey Hodgson..... 263

José Ricardo Fucidji

1. Introdução 263

2. Da “visão recebida” ao realismo científico 264

3. Do realismo científico ao realismo transcendental 267

4. Do realismo transcendental ao realismo crítico 271

5. A crítica darwiniana de Geoffrey Hodgson 278

ÍNDICE REMISSIVO 295

SOBRE OS AUTORES 301

APRESENTAÇÃO

José Ricardo Fucidji

É com muito prazer que o Núcleo de História Econômica do Instituto de Economia (NHIE/IE) da Unicamp traz a lume a coletânea de ensaios a seguir. Em um contexto em que a História é ao mesmo tempo desprestigiada em público e abusada na prática pela desinformação midiática a serviço do poder, é um prazer testemunhar o interesse e o vigor desta área de pesquisa. De fato, há menos razão para lamentar do que para comemorar.

Na área de História do Pensamento Econômico, vários relatos publicados recentemente mostram um fato paradoxal: ao mesmo tempo em que a área vem perdendo espaço nos currículos de pós-graduação em Economia, o número de associações (e sua membresia) e periódicos especializados têm aumentado nas últimas três décadas. Este paradoxo merece consideração, mas há que se destacar aqui a vitalidade da área: (i) ela continua atraente para jovens economistas, que a consideram uma oportunidade de carreira, o que fortalece a resistência à tendência de marginalização da área nos departamentos de Economia mundo em fora; (ii) ela também atrai especialistas de outras áreas das Humanidades, como filósofos, sociólogos, cientistas políticos e antropólogos, entre outros. É comum encontrar pesquisa histórica formulada em termos de análise do discurso ou estudos sociais da ciência econômica. Ainda mais comum é encontrar estudos de historiadores da ciência que se interessam – de certa forma, tardiamente – pela evolução da ciência econômica.

No caso da História Econômica, basta uma breve revisita à sua formação para apercebermo-nos de sua importância. Recebendo impulso ao final do século XIX e institucionalizando-se como disciplina nos anos 1930, a História Econômica, em geral e no Brasil, assistiu à publicação de diversos trabalhos referidos à história do capitalismo. Temas como a industrialização, a propriedade da terra, a relação entre Estado e economia, as estratificações sociais, entre outros, receberam um lugar privilegiado ao longo da historiografia da história econômica. O Núcleo de História Econômica da Unicamp manteve-se sempre a par do debate, trazendo à luz posturas críticas em relação ao capitalismo a partir do estudo histórico de seus elementos e suas estruturas. Não tem sido diferente ao longo dos últimos anos. Ao mesmo tempo que há uma preocupação em se atualizar antigas referências críticas, como o materialismo histórico, tem-se buscado inserir os debates e temas que estão presentes na literatura recente da área. Assim, as novas questões sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro; a relação entre economia e política; o tema do consumo

e da cultura material (entre outros) são todos importantes em História Econômica mundial no contexto atual e que se encontram devidamente representados nesta publicação eletrônica. Além destes, a coletânea também apresenta questões de historiografia e método (discussão metateórica que não deve ser confundida com métodos de pesquisa práticos) em história das ideias.

Seguindo os passos dos mestres sobre a Formação Econômica do Brasil – como Caio Prado Junior e Celso Furtado – sempre pensamos a História não como uma peça de antiquário, por mais valiosa e prestigiosa que pudesse ser considerada em nossa sala de estar intelectual, mas como uma ferramenta para a compreensão da realidade e dos contextos que produziram as teorias que utilizamos. Isto pelo fato trivial (mas facilmente esquecido) de que só podemos entender *quem somos*, se tivermos uma compreensão de *quem fomos*. Os processos históricos, já sabemos, são dependentes da trajetória. Ocorre que, do passado, só temos vislumbres, evidências de qualidade variada, leituras: daí se falar em “narrativas” de Clio. Não se trata de assentir no relativismo pleno e voluntarista das narrativas que produzimos, senão de reconhecer com modéstia a distância entre a narrativa sobre o passado, as evidências que temos para justificá-las e o passado em si – distância que os especialistas chamam de “hiato historiográfico”.

Os textos que constituem esta coletânea, a despeito de sua evidente diversidade, partilham a visão da necessidade do estudo da História e, portanto rejeitam, mesmo que implicitamente, as concepções a respeito da natureza cumulativa do conhecimento econômico. Aí está talvez, a principal razão pela qual os economistas não-historiadores negligenciam a História: se o conhecimento econômico envolve sempre superação positiva, isto é, avanço contínuo do conhecimento (seja porque o mercado de ideias pode ser concebido como “perfeito”, seja porque as conjecturas falsas são continuamente refutadas pelos testes de hipóteses), o estudo da História é um luxo, uma vez que o conhecimento “verdadeiro” se concentra no presente. O custo deste luxo, segue o raciocínio, é medido em horas de esforço que os estudantes desviam do estudo de temas mais áridos e supostamente difíceis, e do treinamento formal e quantitativo. E é um luxo porque a História é simplesmente desnecessária: ou ela é irrelevante – prestando-se apenas a gratificar o pesquisador com a confirmação da sabedoria superior de geração em relação às gerações passadas – ou ela, quando estudada pelos rigores da História Intelectual, os desanima ao apontar o abismo que separa os problemas do presente das ideias do passado. Contudo, se a concepção de superação positiva estiver equivocada (como discutimos nos capítulos finais), então é preciso recuperar (com todas as dificuldades que tal recuperação envolve) as ideias do passado. A relevância deste conhecimento para os problemas do presente é uma questão

muito mal compreendida, às vezes exagerando-se o abismo aludido acima. Ora, se o estudo da História lança luz sobre o presente, então é precisamente a noção da distância desta luz que nos previne de equívocos quanto à sua capacidade de iluminação.

Os textos a seguir procuram refletir as pesquisas realizadas pelo Núcleo de História Econômica do Instituto de Economia da Unicamp. Alguns destes trabalhos são reimpressões de trabalhos já divulgados, outros são totalmente inéditos, mas todos têm por objetivo mostrar ao leitor quais são as preocupações de pesquisa de seus autores. A diversidade teórica e metodológica aqui retratada, pensamos, não passa por defeito, mas pela qualidade que se tornou senso comum chamar de pluralismo – que, como nos lembra Geoffrey Hodgson, deve ser exercido com responsabilidade para que não se confunda diversidade com licença à livre expressão da incoerência.

O livro está organizado em três partes. A primeira concentra sua atenção nos autores tradicionais (daí “ideias fundadoras”) em História Econômica. O capítulo 1 faz uma reflexão sobre a maneira pela qual Sérgio Buarque de Holanda mobilizou a cultura material como método de interpretação da história. Partindo das referências da etnologia e etnografia alemãs, o autor, já nos anos 40, quando havia sido diretor do Museu Paulista, escreveu *Monções*, que contemplava elementos de cultura material, embora ainda atrelados ao campo da antropologia. Em *Caminhos e Fronteiras*, obra aqui analisada, o autor usava os conceitos antropológicos menos como elementos explicativos do que como elementos de reconstituição histórica. Nas regiões de fronteira, constituiu-se uma cultura material específica do planalto paulista, que se concretizou em três momentos lógicos e históricos. Um primeiro momento, marcado pelas atividades extrativas, respeitou a lógica do movimento rumo ao interior. Um segundo momento, correspondente à fixação e à produção agrícola, expressou-se, em termos materiais, em técnicas peculiares, que conformaram autênticas civilizações, como a do milho. Finalmente, um terceiro momento, equivalente à modernidade capitalista em São Paulo, contemplou o estudo da indústria paulista, particularmente a têxtil, com suas expressões materiais específicas, como os teares verticais e as redes de dormir

Nos três capítulos seguintes Celso Furtado recebe atenção proeminente. Isto é mais ou menos o esperado, não apenas pela efeméride (transtornada, como o resto da vida, pela pandemia) do centenário do mais ilustre economista brasileiro e mestre de todos nós, como pela relevância de seu pensamento para a história econômica, a teoria econômica e a política econômica no Brasil. O capítulo 2 utiliza os os sessenta anos que decorreram desde a publicação de *Formação Econômica do Brasil* (1959) como fio condutor para uma reflexão sobre os temas e o nexos entre “análise do passado” e “projeto social”,

contrastando o momento histórico em que a obra veio a lume com o presente, caracterizado pela crise estrutural do capital.

O capítulo 3 também elabora sobre a evolução do pensamento de Furtado, mas desta feita, por um exame de suas obras, usando como fio condutor a influência de François Perroux. Nela se mostra que “Furtado reconhecia as relações entre poder e economia, especialmente nas relações internacionais, como sendo uma das contribuições principais de Perroux a seu próprio pensamento. Também tributário da visão global do sistema capitalista fornecida pela análise centro-periferia de Prebisch, Furtado constrói, a seu turno, uma teoria do subdesenvolvimento embasada em profunda compreensão das estruturas externas e internas de dominação. Dessa forma, uma característica marcante de sua abordagem dos problemas do subdesenvolvimento é a percepção das relações de dominação e dependência no processo histórico de criação e difusão da tecnologia moderna”. A autora comenta ainda que “A partir de obras como *Prefácio a Nova Economia Política* (1976), Furtado reforçaria, retomando e dando novos contornos à sua abordagem do excedente econômico, a ideia do necessário abandono de uma visão economicista da sociedade em prol de uma visão global das estruturas sociais, necessária para o adequado tratamento dos problemas do subdesenvolvimento”. Note-se, por aí, o potencial a ser explorado (como a autora reconhece) em pesquisas futuras sobre as influências sobre e as transformações no pensamento de Furtado.

Finalmente, o capítulo 4 traz abundante material sobre a origem e a sentido do projeto intelectual da “Escola de Campinas”, começando pelo debate entre Maria da Conceição Tavares e Furtado e analisando o tema a partir do cotejo das obras da mestra Conceição. O leitor encontra não apenas uma fonte de informação abundante (é o maior capítulo da coletânea!) sobre os debates que foram travados no início da reflexão econômica realizada na UNICAMP (e que ainda são travados hoje!), mas uma argumentação que visa a fomentar mais debate. O capítulo parte da constatação de que a reflexão marxista sobre o capitalismo e, em geral, sobre os modos de produção no mundo pós-colonial chegou ao auge nas décadas de 1960 e 1970. Isto não ocorreu apenas na América Latina, mas também na África e na Ásia, e muito especialmente na África do Sul e na Índia. Na América Latina, o marxismo dialogava criticamente com o estruturalismo cepalino. É no contexto deste debate entre marxistas e cepalinos que se discute a origem e o sentido do projeto intelectual da “Escola de Campinas” sobre o capitalismo, abordando algumas de suas obras pioneiras.

A Parte II recupera algumas interpretações sobre a natureza do capitalismo. Assim, o propósito básico do capítulo 5 é problematizar a crença no progresso técnico como base da ideia de “desenvolvimento social”. Encontra-se

aqui uma polêmica justamente com o economicismo. Economistas que se julgam críticos – e aqui estou reproduzindo o autor – aderem imediatamente à ideia de que a superação do subdesenvolvimento passa fundamentalmente pela incorporação dos padrões tecnológicos capitalistas “de ponta” à economia nacional. Mesmo salientando que as peculiaridades nacionais devem ser levadas em conta, assim como a questão da “igualdade e inclusão”, nossos progressistas compram, na prática, o pacote completo do misticismo da tecnologia: uma visão que, mesmo quando temperada pela retórica da sustentabilidade, ainda insiste no corte cartesiano entre “natureza” e “sociedade” e na implausível ideia de que um capitalismo regulado poderia generalizar os frutos do progresso técnico para atender as “necessidades da humanidade”. A perspectiva adotada no capítulo 5 é radicalmente distinta. O esforço é no sentido de se pensar o imbricamento entre a segmentação da economia-mundo moderna e a predação sistemática das reservas energéticas planetárias como um dos principais fundamentos do dinamismo aparente do modo de produção capitalista que, portanto, seria melhor definido como um modo de apropriação, o mais parasitário já conhecido pelo homem.

Essa perspectiva crítica é adotada também no capítulo 6, que toma Hilferding e seu conceito de capital financeiro para analisar a dinâmica das atividades financeiras contemporâneas. O objetivo é mostrar como a relação definida por Hilferding entre o capital financeiro e a exportação de capital estabelece o nexo imperialista que dá sentido à gênese do capitalismo moderno e sua projeção futura. Para tanto, os autores identificam as formas de exportação de capital a partir da dinâmica de reprodução do capital financeiro, além de apresentar os elos essenciais que integram a articulação imperialista entre o capital financeiro em seu surgimento histórico, bem como sua internacionalização na forma de exportação de capital.

Os capítulos da Parte III, finalmente, tratam questões metanarrativas. O capítulo 7 apresenta um panorama do debate historiográfico recente em história do pensamento econômico. O fio condutor que anima o texto é o debate metodológico feito por Quentin Skinner e que ensejou toda uma vertente de pesquisa histórica, a História Intelectual ou História Contextual (Anthony Waterman iguala estes termos a “reconstrução histórica”, procedimento que seguimos). O capítulo mapeia os debates historiográficos (“como se escreve a história”) do último meio século. Além das pretensões imperialistas do presente sobre o passado histórico (a chamada “reconstrução racional” da história do pensamento econômico – os “modeladores”), o texto trata do sentido que Skinner imprimiu à história das ideias e sua vinculação à filosofia da linguagem e está representada, na historiografia do pensamento econômico, pela “reconstrução histórica” (os “narradores”). Nos últimos vinte anos, com

a virtual “vitória” da reconstrução histórica, vimos emergir novas abordagens, baseadas no construtivismo e com foco em práticas e técnicas de pesquisa histórica, mais do que na discussão metodológica. Seguindo essa direção, nota-se que a literatura adota uma postura mais descritiva e aplicada (“os copistas”) e, pelo menos como tendência, há um decréscimo do interesse pelos grandes autores do passado. O texto aponta, portanto, para a fragmentação e especialização da área de História do Pensamento Econômico. Essa capacidade de acomodar diversas abordagens teóricas e temáticas talvez explique o paradoxo que mencionamos no início desta Introdução.

O capítulo 8 encerra a coletânea, apresentando o realismo crítico em economia e aplicando-o para problematizar a proposta do darwinismo generalizado como metodologia alternativa (ao realismo crítico) para a análise de teorias sociais. Portanto, a discussão diz respeito não apenas à História Econômica ou à História do Pensamento Econômico, mas é mais ambiciosa: discute como podemos orientar nossa reflexão ontológica sobre processos sociais, para daí estudarmos as teorias e autores – e objetos – que são os protagonistas de nossas pesquisas.

Um objetivo geral desta obra coletiva, como dissemos, é oferecer uma pequena amostra de nossa pauta de interesses de pesquisa. Se o leitor tiver uma leitura agradável, nosso esforço não terá sido em vão. Se, além disso, o leitor encontrar oportunidades para aprender com a leitura, será esplêndido. Mas se porventura este livro estimular o interesse para novas pesquisas, então, sem o saber, teremos cumprido o nosso dever. Afinal, haverá melhor maneira de homenagear os nossos mestres do que estimular outros a seguirem nas suas pegadas enquanto nós mesmos procuramos fazer o mesmo?

CAPÍTULO 1

FRONTEIRAS E VIDA MATERIAL EM SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Milena Fernandes de Oliveira

1. Introdução

Sérgio Buarque de Holanda nasceu em São Paulo em 1902 e morreu na mesma cidade em 1982. O lugar de nascimento seria uma grande inspiração para algumas de suas principais preocupações, temas e obras. Era um amante da cidade e da cultura paulistas. Tendo vivido a Semana da Arte Moderna, em 1922, Sérgio Buarque de Holanda foi também profundamente influenciado pelo movimento, que, tanto tinha expoentes que defendiam a antropofagia cultural, como Oswald de Andrade de Mário de Andrade, o caráter mimetizador da cultura brasileira, quanto expoentes, como Gilberto Freyre e José Lins do Rêgo, calorosos defensores da tradição e da originalidade cultural das diferentes regiões brasileiras. Podemos afirmar, que, em certo sentido, Sérgio Buarque de Holanda, influenciado também por esta dimensão do movimento, dedicar-se-ia, em um primeiro momento da sua obra historiográfica, ao estudo do paulista e do bandeirante, sintetizado em três livros: *Cobra de Vidro*, publicado em 1944, na realidade, uma série de artigos e ensaios publicados em diferentes veículos da imprensa; *Monções*, publicado em 1945, e *Caminhos e Fronteiras*, publicado em 1957. Os três livros giram em torno do tema da colonização portuguesa e da expansão a oeste entre os séculos XVII e XVIII.

Recém-formado pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1925, Sérgio Buarque seguiu como correspondente para Berlim, ali permanecendo entre os anos de 1929 e 1931. Essa primeira fase do autor, chamada por Antônio Cândido de “fase alemã”, foi fundamental para o desenvolvimento do estudo da cultura paulista, centrada sobre o processo de aculturação do português em relação ao indígena, diante das dificuldades impostas pelo processo de colonização a oeste. Para sobreviver, o sertanista foi obrigado a se submeter a técnicas do natural da terra, produzindo algo novo, manifesto em termos de cultura material, que dialoga inclusive com a historiografia francesa dos *Annales*, mas sem ser diretamente influenciada por esta.

Na Alemanha, entrou em contato com os estudos da sociologia de Weber e Simmel, mas também com a Escola Histórica Alemã, que o levaria a pensar a colonização portuguesa em termos da vida material, que inclui a alimentação, a técnica agrícola, as maneiras de morar e vestir, que expressam uma verdadeira simbiose entre homem e meio. Esse quase naturalismo econômico além de ser uma das maneiras pelas quais a Escola Histórica concebe as economias tradicionais, centradas no *oikos*, também teria uma clara influência da etnologia alemã.

Voltando ao Brasil no início dos anos 30, trabalhou como jornalista até 1936, quando obteve o cargo de professor assistente da Universidade do Distrito Federal, incorporada depois à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual UFRJ. Também data deste mesmo ano a publicação de *Raízes do Brasil*, que, segundo Antônio Cândido, é marcada pelo senso de contrastes construído de acordo com três influências principais: a história social dos franceses, a dialética hegeliana e a Escola Histórica Alemã. Já nesse livro, ao fazer um desdobramento da cultura ibérica na América, Sérgio Buarque de Holanda apontou para a península ibérica como “territórios-ponte pelos quais a Europa se comunica com os outros mundos. Assim, eles constituem uma zona fronteira, de transição, menos carregada, em alguns casos, desse europeísmo que, não obstante, mantêm como um patrimônio necessário” (HOLANDA, 1994, p. 31). No entanto, ao contrário de *Raízes do Brasil*, que marca a relação de continuidade entre Europa e América na forma da tradição, *Caminhos e Fronteiras* marca a construção da modernidade, a partir de um polo atípico da ocupação portuguesa: o planalto de Piratininga:

enquanto em *Raízes do Brasil* há um quase absoluto desencontro entre nossa tradição ibérica e os valores vinculados ao mundo moderno, nos textos de Sérgio Buarque que abordam a conquista do oeste, detecta-se uma nova configuração da relação [...] A noção de *fronteira* – que neste caso específico deve ser compreendida associada ao conceito weberiano de racionalidade de ajustamento ao mundo – adquire um papel estratégico como elemento dinamizador dos valores ibéricos em direção ao que Luiz Werneck Vianna chama de americanismo – com o duplo sentido de estar relacionado a uma lógica do continente e de suas terras livres e, ao mesmo tempo, por representar valores democráticos e igualitários (WEGNER, 2000, p. 18).

Extinta a universidade em 1939, viajou, em 1941, aos Estados Unidos, onde se tornaria *visiting scholar* em algumas universidades. Aí entrou em contato com outra que seria uma importante influência no seu trabalho sobre o oeste paulista: a tese da fronteira, de Frederick Jackson Turner, que

propunha a possibilidade de que a tradição mais cara da cultura americana, a democracia, teria tido origem nas terras livres a oeste, onde se disputavam a civilização e a selvageria (SEABRA, 2010, p. 45). Com Turner, passou-se a pensar o processo de colonização não somente a partir dos ingleses, mas também de uma perspectiva interna, de acordo com o comportamento peculiar do colono em terras estranhas:

But the larger part of what has been distinctive and valuable in America's contribution to the history of the human spirit has been due to this nation's peculiar experience in extending its type of frontier into new regions; and in creating peaceful societies with new ideals in the successive vast and differing geographic provinces which together make up the United States. Directly or indirectly these experiences shaped the life of the Eastern as well as the Western States, and even reacted upon the Old World and influenced the direction of its thought and its progress. This experience has been fundamental in the economic, political and social characteristics of the American people and in their conceptions of their destiny (TURNER, 1996 (1920), p. 10).

A ideia de Turner de pensar a colonização segundo os seus próprios motores, na medida em que estes vão rompendo os vínculos iniciais com as metrópoles europeias, foi transposta por Sérgio Buarque de Holanda no entendimento do processo de colonização portuguesa a partir do Planalto Paulista. Voltando para São Paulo em 1946, Sérgio Buarque de Holanda assumiu a direção do Museu Paulista, onde ficaria até 1956, substituindo Afonso d'Escagnole Taunay. Ali, travaria contato com algumas das principais obras da história das entradas e bandeiras paulistas, como *Capítulos de História Colonial* (1907), de Capistrano de Abreu; *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* (1924), de Alfredo Ellis Jr; *Vida e morte do bandeirante*, de José de Alcântara Machado; *História geral das bandeiras paulistas*, de Afonso de Taunay, 11 volumes (1924-1950) e *Folklore dos bandeirantes* (1946), de Joaquim Ribeiro. Também ali teve contato com as imagens veiculadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo sobre o bandeirantismo paulista, bem como os mitos que daí se desdobraram. Sobre este ponto, Sérgio Buarque de Holanda tinha uma posição bastante crítica, no sentido de que era necessário desmistificar o bandeirante, uma vez que, para sobreviver, o sertanista foi obrigado a se submeter a técnicas e hábitos indígenas. “A iconografia das bandeiras”, dizia ele, “precisa ser revista em mais de um ponto” (HOLANDA, 2011, p. 383).¹ A leitura atenta dos documentos referentes à

1 “A verdade, escondida por essa espécie de mitologia, é que eles foram constantemente impelidos, mesmo nas grandes entradas, por exigências de um triste viver cotidiano e caseiro: teimosamente pelejaram contra

história de São Paulo, analisados à luz das influências até então recebidas da sociologia, da etnologia e da Escola Histórica alemãs, bem como da tese da fronteira americana, levariam Sérgio Buarque de Holanda a escrever as três obras inaugurais sobre o oeste paulista, a partir das quais extraímos a relação entre a fronteira e a cultura material.

2. A tese da fronteira em Sérgio Buarque de Holanda

A fronteira foi sempre um *locus* de construção cultural em Sérgio Buarque de Holanda. Em *Raízes do Brasil*, a península ibérica, ao ser uma zona de contato entre a Europa e a África, conferiu ao português o seu caráter plástico, moldável a outros climas e a outros contextos, aliando à sua resiliência física a capacidade de recriar estruturas sociais tradicionais fora da sociedade portuguesa. O contato precoce com a África incutiu no português uma quase ausência do orgulho de raça ou classe, segundo palavras de Sérgio Buarque de Holanda, e, assim, fez-se o português o europeu mais voltado à ética da aventura que todos os demais, inclusive espanhóis. Segundo Antônio Cândido, em prefácio ao livro *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque começa pela definição da Ibéria como zona fronteira entre Europa e África que, lentamente, incorporou outras regiões e nelas se foi dissolvendo ao longo do processo de construção dos monumentais impérios de Portugal e de Espanha. Segundo Wegner, a tradição ibérica não é um legado fixo, mas em movimento, que se reconstrói o tempo todo, na medida em que territórios são incorporados ao longo do processo de expansão marítima.

Em 1941, a tese da fronteira de Sérgio Buarque de Holanda recebeu novas cores a partir da ida do autor aos Estados Unidos e de seu contato com o trabalho de Frederick Jackson Turner. A Segunda Guerra Mundial levantava o tema da originalidade histórica do continente americano, a que Sérgio Buarque de Holanda se dedicaria com maestria. Nesse contexto, a pergunta resgatada do trabalho de Turner era saber se a América era um mero prolongamento da Europa ou se representava algo novo em termos de cultura, formas de sociabilidade e base material. A busca da especificidade do continente, da ruptura com a tradição ibérica, levou Sérgio Buarque de Holanda a uma aproximação com a História e, dentro dessa, fez uma história da cultura material *sui generis*.

A tese de Turner sobre a fronteira veio à tona em uma conferência de 1893. Duas possibilidades de interpretação da fronteira então se apresentavam: uma primeira explicação, de Herbert Baxter Adams, de caráter genético, na qual o legado europeu recriava-se nas instituições locais; e uma

a pobreza, e para repará-la não hesitaram em deslocar-se sobre espaços cada vez maiores, desafiando as insídias de um mundo ignorado e talvez inimigo" (HOLANDA, 1986, p. 26).

outra, à qual se filiava Frederick Jackson Turner, de caráter situacional, que enfatizava as produções propriamente locais. A fronteira foi, nesse sentido, um elemento crucial na definição da originalidade da América, que se foi construindo por fases: uma primeira, na qual a fronteira era “muito mais forte que o homem” e este tinha de se adaptar aos meios nativos; uma segunda fase, em que o europeu transformava o ambiente com base em seu legado transatlântico; e, finalmente, uma última fase, na qual o adventício transpunha o legado, produzindo algo completamente novo.

Importante atentar para como a fronteira culminou na cultura material, uma vez que foi por meio da materialidade que tomaram forma os instrumentos necessários à sobrevivência imediata do europeu. Nesse sentido, vale lembrar a inflexão que esse momento da obra de Sérgio Buarque de Holanda representou em relação ao período anterior, particularmente, no que concerne a *Raízes do Brasil*. Mais alinhado ao enfoque genético em *Raízes do Brasil*, o que reforçava a continuidade do legado ibérico nos trópicos, Sérgio Buarque assumiu, ao contrário, o enfoque situacional nas obras sobre o oeste paulista. As contribuições de Turner foram tomando forma ao longo dos anos em que esteve à frente da direção do Museu Paulista (de 1946 a 1956). Além do movimento (e não mais a estabilidade das sociedades patriarcais açucareiras) tornar-se um elemento explicativo fundamental da colonização portuguesa no interior da América, os aspectos materiais aparecem como o resultado cultural mais palpável das sociedades organizadas pelos portugueses nos trópicos.

Foram quatro os trabalhos nos quais se consolidou a tese da fronteira em Sérgio Buarque de Holanda e, em todos eles, é possível traçar uma expressão material pela qual a História se expressa: *Monções*, *Extremo Oeste*, *Capítulos da Expansão Paulista* e, finalmente, a obra magna *Caminhos e Fronteiras*. A história das obras é truncada, uma vez que estiveram sujeitas a revisões por parte de Sérgio Buarque de Holanda, que, em algumas circunstâncias, desistiu das alterações no momento da edição, como é o caso de *Monções*. Vinda a lume originariamente em 1945, foi revista e publicada novamente em 1976, sem quaisquer alterações. No entanto, segundo Antônio Cândido, o autor teria escrito três capítulos a mais para esta edição, “Caminhos do sertão”, “O transporte fluvial” e “As estradas móveis”, que saíam como apêndice somente na versão de 1990, publicada pela Editora Brasiliense.

Em *Monções*, sobressai o tema dos transportes. O movimento do homem definido pelo movimento dos rios. O tempo da natureza definindo os ritmos do tempo histórico. A materialidade, expressa nas técnicas de navegação e nas vias fluviais, trazia à tona as formas de vida criadas pelo adventício para além do planalto paulista:

“Nas páginas que se seguem, não tive o propósito de tentar uma história sistemática e rigorosamente cronológica das monções setecentistas. Nem era minha intenção separá-las de um estudo onde, em quadro mais amplo, se analisassem aspectos significativos da implantação e expansão, em terra brasileira, de uma civilização adventícia. Aqueles aspectos, precisamente, em que tal civilização, colocada perante contingências do meio, pôde aceitar, assimilar e produzir novas formas de vida, revelando-se até certo ponto criadora e não somente conservadora de um legado tradicional nascido em clima estranho” (HOLANDA, 2000, p. 13).

Não se sabe, ao certo, se *Extremo Oeste*, publicado em 1986 postumamente, seria o início de um novo livro ou a reescrita de *Monções*. Segundo Laura de Mello e Souza, “Caminhos do Extremo Oeste” corresponderia aos artigos derivados da polêmica com Jaime Cortesão sobre a Ilha Brasil e “Expansão paulista em fins do século XVI e princípio do século XVII” seria resultado de uma conferência publicada em separata pela Faculdade de Ciências Econômicas da USP em 1948.

O esforço adicional para reescrever *Monções*, resultado de pesquisa de arquivos em Cuiabá e de levantamento de fontes inéditas, culminou em três capítulos adicionais que, no entanto, nunca integraram a obra. Segundo Laura de Mello e Souza, o autor pode ter desistido de incluí-los em razão da falta de conexão entre a análise etnográfica de *Monções*, que já teria uma argumentação fechada, e o caráter mais histórico dos capítulos escritos posteriormente. Tais capítulos foram organizados em *Capítulos de Expansão Paulista*, organizado Laura de Mello e Souza e André Sekkel Cerqueira, e publicados em 2014 pela Companhia das Letras.

Uma concepção de fronteira mais elaborada aparece na obra de 1957, *Caminhos e fronteiras*. Dessa concepção de fronteira, muito mais fluida e lenta que a fronteira de Turner, desdobrou-se a reconstituição histórica eminentemente assentada sobre a cultura material. Ao contrário das obras anteriores, em que a cultura material fora produto das reflexões antropológicas, etnológicas e etnográficas, em *Caminhos e Fronteiras*, os objetos materiais tornaram-se as fontes pelas quais se reconstituía a história, bem como a sua expressão mais palpável. Segundo Wegner, a lentidão da dinâmica de fronteira, que representa algo novo tanto do ponto de vista material, quanto social e cultural, verificou-se em razão da técnica menos avançada da qual dispunham os portugueses 200 anos antes de a fronteira americana começar a ser posta em movimento. A face mais plástica do legado ibérico em relação ao anglo-saxão obrigou aquele a se aculturar diante das técnicas nativas, apropriando-se destas na conquista do oeste. O movimento, o aceno ao caminho, conforme explicita Sérgio Buarque de Holanda, moldou-se em formas culturais provisórias, cuja materialidade expressava a tentativa de sobrevivência levada ao limite:

“Se o aceno ao caminho, ‘que convida ao movimento’, quer apontar exatamente para a mobilidade característica, sobretudo nos séculos iniciais, das populações do planalto paulista – em contraste com as que, seguindo a tradição mais constante da colonização portuguesa, se fixaram junto à marinha – o fato é que essa própria mobilidade é condicionada entre ela e irá, por sua vez, condicionar a situação implicada na ideia de fronteira. Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos, mais bem equipados” (HOLANDA, 1994, p. 13).

3. História e cultura material em *caminhos e fronteiras*

Em 1952, Lucien Febvre pedia a Braudel que realizasse uma história material do Ocidente. A empreitada, que culminaria com a publicação do primeiro volume de *Civilização material, economia e capitalismo*, intitulado *As estruturas do cotidiano*, somente seria concluída em 1967. Segundo Braudel, a complexidade do tema, que abrangia “uma zona de opacidade”, situada abaixo da superfície dos mercados e, “muitas vezes difícil de observar por falta de documentação histórica suficiente”, explicaria a demora. A vida material ou civilização material manifestava uma dimensão da vida social caracterizada pela lentidão, quase pela inércia, dentro da qual as práticas culturais e as relações sociais concretizavam-se em objetos. Por meio dos elementos materiais da cultura, ao historiador seria possível desvendar as práticas sociais e sistemas culturais específicos e, dessa maneira, reconstituir a história da vida cotidiana ainda quando não houvesse registros escritos da referida sociedade:

A cotidianidade são os fatos miúdos que quase não deixam marca no tempo e no espaço. Quanto mais se encurta o espaço da observação, mais aumentam as oportunidades de nos encontrarmos no próprio terreno da vida material: os grandes círculos correspondem, habitualmente, à grande história, ao comércio longínquo, às redes das economias nacionais ou urbanas. [...] É ao longo de pequenos incidentes, relatos de viagem que uma sociedade se revela. A maneira de comer, de vestir, de morar, para diversos estratos, nunca é indiferente. E esses instantâneos afirmam também, de uma sociedade para outra, contrastes e disparidades nem todos superficiais” (BRAUDEL, 1996, p. 17).

Segundo Marcelo Rede, os antropólogos seriam a fonte inicial de inspiração para os estudos de história da cultura material, que começaram a aparecer na segunda metade dos anos 50, no contexto da expansão do consumo de massas durante a era dourada do capitalismo. A própria noção de civilização, cara a Braudel, teria sido tomada de empréstimo aos antropólogos e uma das influências mais marcantes sobre o autor de *Civilização material* seria Marcel Mauss, um antropólogo que, além do *Ensaio sobre o Dom*, publicado em 1925, grande inspiração de Braudel, também escreveu *Técnicas do corpo*, ensaio publicado em 1936, no qual trata a maneira pela qual os corpos são moldados segundo expressões culturais específicas.²

No Brasil, a publicação dos primeiros estudos sobre cultura material não somente caminhou em paralelo com essa tendência mais geral, como, em muitas vezes, antecipou-a, seguindo influências similares, calcadas tanto na antropologia francesa, quanto na etnografia alemã. A respeito da possível influência da Escola dos *Annales* sobre *Caminhos e Fronteiras*, diz Silvana Seabra:

“A afirmação de algum parentesco entre *Caminhos e fronteiras* e a sátira menipéia requer uma espécie de antessala. Primeiro estabelecemos, contradizendo a versão canônica, que *Caminhos e fronteiras* não é um “estudo de civilização material” *avant la lettre*, no sentido atribuído por Fernando Novais (1995) no prefácio da obra. Se Sérgio Buarque faz uso de uma história material, tal uso se deve menos a Braudel e mais às propostas descritivas dos viajantes dos séculos dezesseis a dezoito e dos antropólogos, em especial Marcel Mauss, no que diz respeito às técnicas corporais [...]”

“Os elogios que filiam *Caminhos e fronteiras* à história material de Braudel cometem o anacronismo típico da formação do cânone, tão bem comentado por Borges em “Kafka e seus precursores”. Os textos sobre fronteira e espaço e sobre a possibilidade de adaptação de uma cultura adventícia em Sérgio Buarque já aparecem nos anos 40. *Monções* é publicado em 1945. Mesmo as relações de amizade e proximidade intelectual entre os dois autores não autorizam tamanha inferência. Sérgio Buarque, em *Caminhos e fronteiras*, mantém semelhanças com Braudel em *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*, mas essa relação não é um diálogo que implique influência direta” (SEABRA, 2010, p. 47-48).

2 “De fato, em 1936, Mauss assinava no *Journal de Psychologie* um artigo intitulado “As técnicas do corpo”, em que procurava estabelecer as bases para um estudo antropológico do comportamento corporal. Mauss, distanciando-se do método arqueológico ou dos estudos de materiais etnográficos, focalizou sua atenção sobre o corpo em detrimento dos objetos ou instrumentos. Os estudos de cultura material inserem-se, assim, no quadro de uma etnologia da singularidade, que, opondo-se (ou, mais propriamente, somando-se) à antropologia das categorias, visa a entender as formas práticas de constituição do sujeito social” (REDE, 2000-2001, p. 283).

Afinal, já em *Monções*, cuja primeira publicação data de 1945, o autor fazia incursões à cultura material, mais como decorrência das leituras da etnografia alemã, do que, propriamente, como método de reconstituição histórica. Nessa obra, Sérgio Buarque reconstituiu as entradas dos portugueses pela busca de indígenas, já que o braço africano era escasso e caro no interior da América. A adaptação do adventício, tanto nas entradas, que se faziam caminhos terrestres, quanto nas monções, que seguiam os cursos dos rios, deu-se pelos empréstimos tomados aos nativos. Segundo Mariana França, em tese sobre a etnologia nas obras *Monções* e *Caminhos e Fronteiras*, a noção de cultura material aparecia como o instrumento de compreensão desse processo de interação entre indígenas e portugueses nos séculos XVII e XVIII. Sendo o tema principal dessas duas obras o da expansão portuguesa no interior do Novo Mundo, o autor buscou apreender o processo a partir de sua expressão concreta, fossem os caminhos fluviais e as embarcações, objeto de *Monções*; fossem as moradias de taipa, as redes de dormir, os engenhos de milho, temas de *Caminhos e Fronteiras*. Laura de Mello e Souza, em introdução à edição de *Monções* dos anos 2000, reafirma a hipótese de que

“Suas leituras de etnografia, etnologia e antropologia haviam possivelmente se tornado mais frequentes e sistemáticas desde 1946, [...], destacando-se a presença dos autores alemães atuantes entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, a maioria deles pertencentes ao que alguns chamam de “escola histórico-cultural”, outros de “escola etnológica”. Daí ter traduzido do alemão o trabalho de um dos expoentes dessa tendência — Etnologia sul-americana, do padre Wilhelm Schmidt — e travado contato com obras que iam aparecendo no Brasil, como os *Estudos de etnologia brasileira*, de Max Schmidt, e *O Brasil Central*, de Karl von Steinen” (SOUZA, 2014, p. 13).

Essa maneira de encarar a sociedade, a partir da cultura material, acabou por ter resultados muito semelhantes aos encontrados em Braudel. A parte da sociedade resultante da relação entre homem e natureza e dos homens entre si com aquela na construção dos processos sociais aparecia nos dois autores como a dimensão mais elementar a partir de qual se irradiava, lógica e historicamente, o mundo das trocas e dos mercados. Ao discutir na parte III de *Caminhos e Fronteiras*, “o Fio e a teia”, as técnicas adventícias, Sérgio Buarque de Holanda lembrava que “a expansão da lavoura algodoeira em São Paulo ficou restringida pelos mercados” (HOLANDA, 1994). A dimensão material da existência, tanto limitada pelo mercado, como impondo limites a este, foi, de acordo com Braudel, tradicionalmente assinalada pela lentidão e pela inércia, que também ditavam o ritmo em *Monções* e *Caminhos e*

Fronteiras, com suas temporalidades marcadas mais pelos ritmos da natureza, do que pelos regimes de tempo impostos pelo homem. No planalto paulista, os costumes e técnicas vindos da metrópole se impunham com muito vagar e, ainda assim, marcados por avanços e resistências:

“Para a análise histórica das influências que podem transformar os modos de vida de uma sociedade é preciso nunca perder de vista a presença, no interior do corpo social, de fatores que ajudam a admitir ou a rejeitar a intrusão de hábitos, condutas, técnicas e instituições estranhos à sua herança de cultura. Longe de representarem aglomerados inânimes e aluviais, sem defesa contra sugestões ou imposições externas, as sociedades, inclusive e sobretudo entre povos naturais, dispõem normalmente de forças seletivas que agem em benefício de sua unidade orgânica, preservando-as tanto quanto possível de tudo o que possa transformar essa unidade. Ou modificando as novas aquisições até o ponto em que se integrem na estrutura tradicional” (HOLANDA, 1994).

Grande responsável pelas inércias e resistências no âmbito da vida material, a rotina, contrária à razão abstrata, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “foi o princípio que norteou os portugueses, nesta como em tantas outras expressões de sua atividade colonizadora”, na qual “preferiam agir por experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras, a traçar de antemão um plano para segui-lo até ao fim” (HOLANDA, 1994, p. 109). Na ocupação do planalto paulista, a rotina teve ainda um papel mais fundamental no sentido da sobrevivência do português a uma natureza avassaladora: mata selvagem, rios caudalosos, insetos e cobras venenosos. A repetição das experiências, muitas vezes, aprendidas com os indígenas, conformaria uma civilização com suas próprias formas de extrair, pela caça e pesca; de produzir, como o monjolo; de dormir, a rede; e maneiras múltiplas de consumir todas essas coisas. Em todas estas, a repetição foi o desígnio segundo o qual se deu a produção material da existência, muitas vezes avessa a novas técnicas, como o arado, que não se adaptavam às condições locais. Outro ponto comum com Braudel, a rotina também opera papel semelhante na construção das civilizações:

“Onipresente, invasora, repetitiva, esta vida material corre sob o signo da rotina: semeia-se o trigo como sempre se semeou; planta-se o milho como sempre foi plantado; prepara-se o solo do arrozal como sempre se preparou; navega-se no mar Vermelho como sempre se navegou... Um passado obstinadamente presente, voraz, devora monotonamente o tempo frágil dos homens” (BRAUDEL, 1996, p. 16).

Nos anos 50 no Brasil, outros estudos também tocariam no tema de civilizações constituídas em torno de um objeto significativo. A esse respeito, os trabalhos de Câmara Cascudo sobre a rede de dormir e sobre a jangada conceberam as civilizações em torno de objetos únicos, por meio dos quais se apresentariam sistemas culturais totalizantes. Leitor de Mauss, do qual retirou a ideia de que objetos materiais e técnicas corporais eram fundamentais no entendimento da vida social e cultural, Câmara Cascudo publicava, em 1957, mesmo ano da publicação de *Caminhos e fronteiras*, o estudo *Rede-de-dormir: uma pesquisa etnográfica*. Nesse estudo histórico-etnográfico, a rede-de-dormir foi pensada como uma extensão do corpo de seu proprietário, acompanhando-o em deslocamentos sociais e simbólicos:

“A rede pode estar no interior da casa, no alpendre, nas ruas e estradas. Ela o acompanha não apenas fisicamente, mas moralmente. Ela torna-se uma espécie de extensão material e estética de sua condição social e moral: A rede representa o mobiliário, o possuído, a parte essencial, estática, indivisível do seu dono. [...] Ainda hoje o sertanejo nordestino obedece ao secular padrão. A rede faz parte do seu corpo. É a derradeira coisa de que se despoja diante da miséria absoluta” (CASCUDO, 1983, p. 25).

Em *Caminhos e Fronteiras*, a rede tornou-se o utensílio que acompanhara toda expansão pelo planalto paulista, desde as suas fases iniciais, no século XVII, até o estabelecimento de uma sociedade industrial, expressa na metáfora do “fio e da teia”. A própria rede concretizou o movimento da passagem da produção artesanal para a fabril, sempre preservando, no entanto, seu caráter doméstico. Afinal, toda casa paulista tinha sua cunhã tecedeira e, embora, algumas técnicas europeias tenham sido agregadas, os teares indígenas foram pouco modificados em sua essência.³ A importância da rede para a ocupação do interior paulista verificou-se no fato de ela ser, a um só tempo, móvel caseiro e veículo de transporte:

“A importância que a rede assume para nossa população colonial prende-se, de algum modo, à própria mobilidade dessa população. Em contraste com a cama e mesmo com o simples catre de madeira, trastes ‘sedentários’ por natureza, e que simbolizam o repouso e a reclusão doméstica, ela pertence tanto ao recesso do lar quanto ao tumulto da praça pública, à morada da vila como ao sertão remoto e rude” (HOLANDA, 1994, p. 247).

3 “Por exemplo, o tear vertical dos índios, que os mamelucos bandeirantes usavam para fazer seus rústicos tecidos, foi trocado pelo horizontal. No entanto, o tear vertical ainda continuou sendo usado no fabrico das redes, as célebres redes sorocabanas, que tanto interessaram a Sérgio Buarque de Holanda, no seu celebrado livro *Caminhos e Fronteiras*” (MOURA, 2013, p. 7).

O fio e a teia correspondem, em *Caminhos e Fronteiras*, ao último momento da vida material no planalto paulista: o nascimento da indústria. O primeiro momento, tratado em *Índios e Mamelucos*, é o do contato da cultura advéncia com a indígena, com a clara subordinação da primeira à segunda. Nesse primeiro momento, o português teve de se aculturar para sobreviver nas regiões interioranas da América Portuguesa, aprendendo as técnicas da caça e da pesca; a navegação de rios caudalosos; a atenta observação da natureza; o momento exato da extração e da coleta; o reconhecimento de plantas venenosas. O tipo mameluco foi o resultado do processo de miscigenação entre o indígena e o europeu, um tipo que, contrariamente ao homem cordial de *Raízes do Brasil*, que ainda era um desterrado em sua própria terra, era um tipo inteiramente novo, que, culturalmente, representa mais o americano do que as heranças ibéricas. O bugre era, para Sérgio Buarque de Holanda, uma nova raça, que não era nem europeu, nem bandeirante. Ele se definia pela sua arte de guerrear nos sertões.

“A verdade é que, se essas paragens criaram uma raça, em muitos pontos mais próxima do bugre do que do europeu, é talvez porque o tipo do bugre lhes correspondia melhor. Na luta diuturna contra a floresta, onde todos os inimigos são traiçoeiros, não há lugar para se formarem imaginações intrépidas e generosas em que o civilizado se distrai da monotonia de um mundo sem constantes e mortais perigos. [...] É significativo como ainda em seu modo de combater, esses homens, longamente amestrados pela selva, denunciavam sempre aquela capacidade de observação da natureza agreste, a imaginação inquieta, a visão precisa e segura, que nascem de um convívio forçado e constante com a vida do sertão. A arte de guerrear torna-se, em suas mãos, um prolongamento, quase um derivativo, da atividade venatória, e é praticada, muitas vezes, com os mesmos meios” (HOLANDA, 1994, p. 123).

O movimento da construção da cultura material ao longo do livro percorre um caminho evolutivo, na tradição da Escola Histórica Alemã, dentro do qual a natureza e a relação que os homens travaram diretamente com esta foram a principal fonte dos objetos materiais. Sem, na maior parte das vezes, o artifício da técnica, a não ser a rudimentar, o homem que colonizou o planalto de Piratininga estabeleceu uma relação simbiótica com o meio, da qual resultou uma produção material de caráter extrativista, o que demonstra sua incipiência. Para a Escola Histórica Alemã, na tradição de Schmoller, a palavra grega *oikos*, casa, que era radical tanto da palavra ecologia, quanto economia, revelava o caráter evolutivo da economia, que ia da produção voltada para o consumo, baseada na caça, coleta e agricultura de subsistência, ou seja, na relação direta dos homens com a natureza, para a produção nacional mais

complexa, fundada na produção industrial para os mercados. Na primeira parte de *Caminhos e Fronteiras*, a relação do português, embrutecido pela necessidade de sobrevivência em ambiente adverso, com o meio resultou na apropriação dos elementos culturais dos nativos, que permitiram a conquista do território planalto acima:

“A necessidade de enfrentar desde a infância uma natureza cheia de caprichos tornara o índio apto a triunfar sobre todas as contrariedades do meio. Incapaz, por vezes, de exercer-se em certas artes, que requerem uma existência sedentária, à maneira dos brancos, seus sentidos adquirem energia singular onde seja obrigado a uma constante mobilidade: caçando, pescando, rastreando abelhas, dando guerra aos contrários” (HOLANDA, 1994, p. 22).

Pelo excerto, depreende-se que “as artes”, formas econômicas mais sofisticadas, não poderiam aparecer no contexto no qual se deu a colonização do interior da América Portuguesa, uma vez que estas, novamente seguindo os preceitos da Escola Histórica Alemã, da qual Sérgio Buarque de Holanda recebe influência, somente poderiam aparecer em decorrência da vida sedentária. a capacidade de observação da natureza, que seria atributo dos índios e sertanistas, permitiu o reconhecimento de plantas que ajudavam a matar a sede e que também constituíam uma verdadeira “botica da natureza”. Junto ao desenvolvimento da capacidade de observação da natureza existiu, muitas vezes, uma tendência a procurar no novo mundo coisas conhecidas no velho, critério intitulado por Sérgio Buarque de Holanda de analógico. Este foi o caso da medicina sertaneja: “Os adventícios guiavam-se muitas vezes pelos sentidos, que os faziam associar confusamente reminiscências do Velho Mundo às impressões do Novo” (HOLANDA, 1994, p. 77). Muitas vezes, essas analogias, de maneira semelhante à que se verá, posteriormente, em *Visão do Paraíso*, projetavam-se no gosto pelo maravilhoso, na mística das curas, herança medieval, que, no contexto das novas terras descobertas, assumiam uma nova dimensão: “Não é difícil suspeitar que, para curas miraculosas, se impõem terapêuticas raras e exóticas” (HOLANDA, 1994, p. 81). O mesmo acontecia com o sistema alimentar, marcado por analogias com o Velho Mundo:

“Assim é que, na mandioca, vinham procurar o honesto pão de trigo; no pinhão da araucária, a castanha europeia; no abati, o milho, milho alvo do reino; na própria carne de tamanduá, a de vária; na jabuticaba, a uva ferra ou a ginja... Mas, às vezes, interrompia-se o cortejo das visões familiares. E então, era preciso acreditar no milagre, promessa de outros milagres” (HOLANDA, 1994, p. 82-83).

Por esse motivo, antes do aparecimento da cultura material mais complexa, produto das artes e da indústria, que são objeto da terceira parte, a cultura material aparece como desdobramento da relação simbiótica entre homem e natureza.⁴ Na parte segunda, respeitando o sentido evolutivo dado pelas expressões materiais da cultura, a relação entre homem e meio é mediada pela técnica.

Se as redes, que aparecem como um dos elementos de cultura material que conectam a economia primitiva à economia moderna, revelaram as formas de sociabilidade de uma sociedade em contínuo movimento, o mesmo se aplicou às habitações. No capítulo “Frechas, feras e febres”, os tipos de habitação foram permissivos com relação ao movimento, que conferiu especificidade aos sistemas culturais resultantes da colonização portuguesa no interior do planalto paulista e manifestos em forma material.⁵ Além do material e da simplicidade, as choupanas adquiriram portas baixas, em razão da necessidade de proteção contra os bichos e seres humanos hostis, “hóspedes importunos”:

“A invenção [do mosquito] ou, pelo menos, a difusão desse engenhoso sistema de abrigo, como o das canoas toldadas, que preservam os mantimentos por ocasião das longas viagens, permitiu que, no correr do século XVIII, o comércio entre São Paulo e Cuiabá se fizesse, aos poucos, sem grande parte das importunações e prejuízos que perseguiram os primeiros comboios” (HOLANDA, 1994, p. 101).

As longas viagens também se exteriorizaram em outra dimensão material: longos sistemas de viação constituídos pelas caminhadas a pé, as veredas, que possibilitavam a orientação em brechas selvagens. No capítulo “Do peão ao tropeiro”, capítulo paradigmático de *Caminhos e Fronteiras*, a locomoção a pé, mais do que a navegação fluvial ou a locomoção animal, foi o modo mais característico da expansão bandeirante, dada a dificuldade em penetrar os sertões com os cavalos, que não resistiam às asperezas do meio. Aos poucos,

4 “Nenhum preparo, nenhum excesso de rigor, nenhuma disciplina especial, além da que se forma no hábito hereditário e persistente de enfrentar um meio rústico, poderia fazê-los mais aptos a semelhantes pejejas. Sua ordem é a da natureza, sem artifícios aparentes e sem o plano prévio” (HOLANDA, 1995, p. 123).

5 “Sérgio Buarque de Holanda elabora sua obra em torno da ideia de movimento, das tensões do devir. Nele, realidade, método, estilo não aparecem como etapas do processo de conhecimento; são uma só e mesma coisa, onde os ritmos da realidade, os procedimentos compreensivos e a configuração do passado formam uma totalidade cuja sonoridade e cadência são dadas pelo próprio fazer e desfazer da prática cotidiana. [...] Desde o movimento do próprio trabalho do autor onde tempo e objeto se constituem mutuamente no seu próprio movimento, até o sentido mais metafórico onde caminho é devir, que se opõe a linearidade e causalidade necessárias. É a ideia de que o vir-a-ser da história não é previsível mas é movimento surpresa: ideia do “aluvional” e do “movediço”, pois a fronteira implica em tensão, antagonismo: ideia da “sangria” onde as forças tradicionais, novas e mais novas simultaneamente se entrecruzam, produzindo mecanismos de acomodação que transfiguram o velho e remodelam o novo” (BLAU; MALUF, 1990, p. 19).

foi-se introduzindo os muares e as bestas de carga e, somente a partir do terceiro decênio do século XVII, o cavalo. Este capítulo é fundamental porque é a partir dele que Sérgio Buarque de Holanda esboçou uma transição das formas de cultura material desdobradas diretamente da natureza, para formas de cultura material mais modernas, relacionadas ao comércio na segunda parte e à indústria na terceira. O tropeiro foi o aquele que, ensejando as feiras de animais em Sorocaba, encarnou o ideal-tipo da transição da sociedade paulista arcaica para a moderna, sem abandonar, contudo, as virtudes medievais que caracterizavam, em *Raízes do Brasil*, a ética da aventura:

“Com as feiras de animais de Sorocaba, assinala-se, distintamente, uma significativa etapa na evolução da economia e também da sociedade paulista. Os grossos cabedais que nela se apuram, tendem a suscitar uma nova mentalidade da população. O tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro. A transição faz-se assim sem violência. O espírito de aventura, que admite e quase exige a agressividade ou mesmo a fraude, encaminha-se, aos poucos, para uma ação mais disciplinadora. [...] Em um empreendimento muitas vezes aleatório, faz-se necessária certa dose de previdência, virtude eminentemente burguesa e popular. [...] Não haverá aqui, entre parêntese, uma das explicações possíveis para o fato de justamente São Paulo ter se adaptado, antes de outras regiões brasileiras, a certos padrões do capitalismo?” (HOLANDA, 1994).

Para Sérgio Buarque de Holanda, em continuidade com o raciocínio de *Raízes do Brasil*, o tropeiro representou a passagem da pura aventura para ambições mais sistematizadas que, para ele, seriam a explicação da precocidade do capitalismo e da modernidade entre as gentes paulistas. Nos movimentos rumo ao interior, em busca de peças – indígenas para o trabalho – e pedras, os que participaram do comércio de Cuiabá e de Mato Grosso acabaram por despovoar a capitania de São Paulo na mesma medida em que o reino de Portugal se despovoou pela canela da Índia. O exercício da mineração exigia uma certa fixidez, um sedentarismo. Cuiabá tornou-se o lugar da riqueza e, novamente, repete-se no planalto a máxima de *Raízes do Brasil*, segundo a qual o processo de colonização engendrou uma civilização de raízes rurais, não uma civilização agrícola,⁶ marcada pelo respeito à terra e pela busca do aumento da produtividade, em lugar da produção extensiva, que é característica da primeira: “Os benefícios mais seguros, embora também mais penoso da lavoura, foram logo abandonados pelos do reluzente

6 “Se, conforme opinião sustentada em capítulo anterior, não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais” (HOLANDA, 1995, p. 73).

metal das minas, metal tão fácil que, dizem-no as velhas crônicas, podia ser extraído da terra como se extrai a nata do leite” (HOLANDA, 1994, p. 138). O improvisado técnico foi o que marcou a vida material nas regiões das gerais: os pratos transformaram-se em bateias e canos de espingarda em picaretas.

O verdadeiro processo civilizatório veio, no entanto, para Sérgio Buarque de Holanda, com as monções, que instituíram um sistema à parte, com seus hábitos alimentares, meios de locomoção, como a jangada, também estudada por Câmara Cascudo (HOLANDA, 1994, p. 140-141), e as mezinhas. Para o autor, as monções representaram uma profunda transformação na mentalidade dos sertanistas, que passaram a planejar mais os movimentos rumo ao interior. A vida na embarcação exigiu o cálculo e, por sua vez, também criou formas de existência material muito peculiares.

“Entretanto essa agitação de superfície não deve esconder-nos a funda transformação que se ia operando aos poucos na mentalidade desses novos sertanistas. É inevitável pensar que as longas jornadas fluviais tiveram uma ação disciplinadora e de algum modo amortecedora sobre o ânimo tradicionalmente aventureiro daqueles homens. A própria exiguidade das canoas das monções já era um modo de se organizar o tumulto, de se estimular a boa harmonia ou, ao menos, a momentânea conformidade das aspirações em choque. A ausência dos espaços limitados, que convidam ao movimento, o espetáculo incessante das florestas ciliares, que interceptam à vista o horizonte, a abdicação necessária das vontades particulares onde a vida de todos está nas mãos de poucos ou de um só, tudo isso terá de influir poderosamente sobre os aventureiros que demandam o sertão longínquo. Se o quadro daquela gente aglomerada a popa de um barco tem em sua aparência qualquer coisa de desordenado, não é a desordem de paixões em alvoroço, mas a de ambições metódicas e submissas” (HOLANDA, 1994, p. 136).

A produção de elementos de subsistência era proibida pelas autoridades, embora a embarcação devesse levar todos os suprimentos. O mundo material aí criado era o resultado dos limites impostos pela própria embarcação, que determinava o que deveria ser em termos de pessoas, propriedades, técnicas e instituições, e ideias. Tudo o que não se podia transportar, deixava-se no local do embarque.

Do ponto de vista das práticas alimentares, todo um sistema cultural se constituiu, em um primeiro momento, em torno do aproveitamento dos alimentos que pudessem ser extraídos da natureza e disponibilizados para consumo imediato; de preferência, alimentos que fornecessem muita energia. O capítulo três, a Cera e o Mel, originariamente um artigo publicado na *Revista dos Annales* em 1950 com o título “Au Brésil colonial: les civilisation

du miel”, tratou da intimidade incessante entre os sertanistas e a natureza, que os permitia desvendar as “as secretas condescendências de um mundo agreste e primitivo, mesmo onde tudo parece querer privar o homem dos meios de subsistir”, demonstrando a “agilidade e indústria com que ainda hoje nossa gente rústica sabe localizar, por exemplo, uma árvore de colmeia entre centenas de troncos” (HOLANDA, 1994, p. 43). As iguarias de bugre, dentre as quais se incluíam insetos, lagartos e cobras, os javalis e os peixes também integravam esse sistema alimentar específico da conquista do planalto de Piratininga. À maneira dos índios, que “tinham tido tempo e oportunidade de arrancar à natureza o máximo de recursos que, com sua existência andeja, lhes era lícito esperar dela”, o português procurava o alimento “que era proporcionado sem o maior trabalho”, muitas vezes, acolhendo as “técnicas e ardis inventados pelo gentio” (HOLANDA, 1994, p. 56).

Em contraposição a este primeiro momento, no qual o alimento era coletado diretamente da natureza, um segundo momento, marcado pelos movimentos sistemáticos organizados pelas monções, acima explicitadas, criou um outro sistema alimentar, resultante da criação de animais e da produção agrícola sedentários. A dieta dos navegantes era especialmente composta de toucinho, farinha (de milho ou de mandioca) e feijão.

Na passagem para as atividades econômicas mais fixas, nem sempre as técnicas rurais trazidas do velho continente foram adequadas. No capítulo três de *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda levantou a discussão da inaplicabilidade do arado ao tipo de solo do Novo Mundo, que, contendo uma camada muito fina de nutrientes na superfície, acabaria por se tornar infértil com o uso do arado.⁷ Diante das limitações impostas pelo ambiente, o português foi obrigado a ceder às técnicas agrícolas indígenas, como a coivara, para que pudesse, efetivamente, levar a cabo a produção em larga escala

“Não cabia, nesse caso, modificar os rudes processos dos indígenas, ditados pela lei do menor esforço, uma vez, é claro, que se acomodassem às conveniências da produção em larga escala. Instrumentos sobretudo passivos, nossos colonizadores aclimaram-se facilmente, cedendo às sugestões da terra e dos seus primeiros habitantes, sem cuidar de impor-lhes normas fixas e indelévels” (HOLANDA, 1995).

7 Em *Caminhos e Fronteiras*, o autor volta a retomar a questão da inconveniência do arado nas novas terras: “Não caberia, nesse caso, atribuir apenas ao gosto da rotina, ou à incúria, esse retrocesso dos lavradores, vindos do reino, a um padrão técnico em nada melhor do que os velhos métodos indígenas. A verdade é que o mesmo ocorre em nossos dias com relação a agricultores procedentes de outros países da Europa; não são raros os casos de colonos que, em terras tropicais, renunciaram ao arado pela enxada ou o simples soquete, após tentativas malogradas. Será lícito dizer-se, como o disse um geógrafo dos nossos dias, que o recurso a técnicas europeias constitui, em muitos casos, ‘uma violência infligida à natureza tropical?’” (HOLANDA, 1994, p. 205).

A hipótese foi retomada em *Caminhos e Fronteiras*, ao afirmar que os instrumentos metálicos – machados, enxadas, cunhas, anzóis de ferro – não tinham nenhuma serventia na América Portuguesa, particularmente nas longas viagens: “Aqui, o adventício tinha de ficar quase inteiramente à mercê dos expedientes inventados pelo selvagem, pois o equipamento técnico trazido do Velho Mundo era muitas vezes inútil em terras que não estivessem preparadas para recebê-lo” (HOLANDA, 1994, p. 60). Os limites ao uso da técnica rural adventícia representaram um segundo momento do estudo das formas de sociabilidade específicas do planalto paulista e captadas a partir dos elementos materiais da cultura que, em *Caminhos e Fronteiras*, compuseram o fio condutor da história. A escolha pela reconstituição histórica a partir da cultura material respeitou o alinhamento de Sérgio Buarque de Holanda ao historicismo de Leopold von Ranke, sobre o qual publicou um texto em 1974 na *Revista de História da Usp*, “O atual e o inatual em Leopold von Ranke”. Em *Caminhos e Fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda, deixou a “história falar por si”, contemplando desde as formas de interação entre os homens e o meio, cujas manifestações de cultura material eram conformadas a partir do movimento, até a constituição de laços de sociabilidade mais duradouros, expressos em elementos materiais resultantes da fixação em um dado território. Em contraposição à segunda fase dos *Annales*, Sérgio Buarque de Holanda, em conferência pronunciada em 1967 e 1969,⁸ diz-se mais afeito ao estudo do acontecimento e menos à formulação de leis gerais em história (HOLANDA, 1994, p. 60):⁹

“Os dois caminhos assinalados por Bloch não diferem substancialmente dos caminhos descritos e separados por Leopold von Ranke: o da filosofia, que, no seu entender, é o reino das leis genéricas ou abstratas, e o da história, que, partindo da observação do único, deverá entretanto explicá-lo” (HOLANDA, 1974, p. 442).

A escolha da cultura material foi uma escolha também por uma história que contemplasse as múltiplas possibilidades, o imprevisível que a noção

8 Não se sabe a data exata: “No catálogo do acervo pessoal do historiador, depositado desde 1983 e aberto em 1986 à consulta pública no Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (Siarq/Unicamp), encontra-se tão somente a seguinte informação sobre o manuscrito: “Palestra proferida por Sérgio Buarque de Holanda, discorrendo sobre o tema ‘História’, a convite dos alunos do ‘Centro de Estudos Históricos Afonso de Taunay’ [196-]” (CARVALHO, 2018, p. 307).

9 “No essencial, contudo, os argumentos arrolados são os mesmos, em oposição à ambição de cientificização da história. Não se trata, por outro lado, um elogio ingênuo do historicismo, nem uma exclusão dos métodos sociológicos e quantitativos, mas um engajamento pela historicidade da história, traço constitutivo essencial de sua singularidade epistêmica. Era, pois, seu desacordo com o estruturalismo, em história representado pela longue durée de Fernand Braudel (1902-1985), que Buarque de Holanda exprimia na palestra” (CARVALHO, 2018, p. 310).

de sentido da história não poderia dar conta. O movimento e os laços de sociabilidade provisórios culminaram em expressões materiais da cultura com eles condizentes. Isso se exprimiu tanto nas atividades econômicas de caráter extrativo, quanto na agricultura, quanto na indústria. No entanto, respeitando também a tradição da escola histórica alemã, Sérgio Buarque também respeitou uma certa “evolução” das atividades econômicas. Após tratar das atividades da coleta, o autor se encaminhou para a discussão sobre as técnicas agrícolas, outro elemento da cultura material.

Em um primeiro momento, Sérgio Buarque de Holanda elaborou um processo específico de transição da economia de coleta às atividades sedentárias, dentro do qual os elementos tradicionais, representados pelas técnicas indígenas de cultivo, criaram fortes resistências ao processo de mudança.¹⁰ Mesmo durante o período da expansão dos trigais em São Paulo, poucos progressos aconteceram nas ferramentas e formas de cultivo tomadas de empréstimo aos nativos. O fabrico da farinha de mandioca ficou, por um longo período, condicionada à prensa de lagar e ao tipiti de palha. Mesmo quando do aparecimento dos trigais em São Paulo que, pela primeira vez, trouxe alguns novos utensílios da técnica europeia, como o moinho d’água, a azenha ou a atafona, o arado, a presença da técnica indígena ainda se fazia sentir. Somente no século XVIII, o moinho rural se disseminou. Antes disso, a moagem do trigo era feita nas vilas, já que a quantidade produzida pelas roças era muito pequena.

O único exemplo no qual o conservantismo da população de São Paulo em relação às técnicas agrícolas e a hábitos alimentares tomados ao indígena afrouxou foi no caso do tratamento do milho, no qual a técnica adventícia foi aplicada sobre um produto nativo, sobre o qual se constituiu uma autêntica civilização. Também interessante que, semelhantemente a Braudel, a noção de civilização, tomada de empréstimo aos antropólogos, contemplou aqui todo um conjunto de aspectos ligados a determinada sociedade, que se expressaram por meio da cultura, tanto em sua dimensão material, quanto simbólica.

“Quando se queira compreender a facilidade com que em certas áreas pode desenvolver-se o ‘complexo do milho’ será preciso ter em conta, aliás, não apenas as condições de solo e clima, que favoreceriam ali sua lavoura (capaz, por outro lado, de garantir, sem trabalho excessivo, o sustento de certas criações domésticas: cavalos, porcos sobretudo, e galináceos), mas a simplicidade e rusticidade das técnicas necessárias à elaboração de seus produtos. Tomadas, quase sem alteração, aos antigos naturais da terra, essas técnicas acomodavam-se mais facilmente à vida andeja e simples

10 “Em nenhum caso parece lícito dizer que as ferramentas chegaram a alterar de modo substancial os usos da terra. Em realidade, o sistema de lavoura dos índios revela quase sempre singular perseverança, assegurando-se vitória plena, a ponto de ser adotado pelos adventícios” (HOLANDA, 1994, p. 168).

de parte notável da população do planalto. Tratando-se, além disso, de gênero cuja produção visava, não ao lucro comercial, mas à subsistência familiar, faltou um estímulo poderoso para o desenvolvimento de recursos técnicos favoráveis à produção em maior escala. Apenas quanto se fez necessário forjar um tipo de alimentação abundante, boa para escravos e criações domésticas, surgiram condições que permitiam, até certo ponto, esse desenvolvimento. Tivemos então o moinho de fubá, em que se transferiram ao milho processos já elaborados para o tratamento de outro cereal” (HOLANDA, 1994, p. 188).

Sérgio Buarque de Holanda estabeleceu, assim, um paralelo entre a civilização do milho que se formou entre nós, com suas técnicas de produção específicas, o rol de comidas – milho verde assado ou em espiga, curau, pamonhas – e de bebidas extraídas e as demais civilizações,¹¹ com suas expressões materiais também específicas, tal como as civilizações da cevada ou arroz e pio em Portugal e leste da Europa, que se apresentam sob formas de produtos diferentes, mas com técnicas muito semelhantes, como o monjolo. O monjolo, uma técnica inspirada nas técnicas de descascar cereais do Oriente, acompanhou, em São Paulo, o processo de organização de uma agricultura sobre bases estáveis. O monjolo de água foi uma típica criação da terra, sendo completamente desconhecido em Portugal.¹²

Finalmente, a última parte do livro corresponde, do ponto de vista da cultura material, à completa sedentarização das atividades econômicas, apresentada na forma das atividades industriais. O algodão em São Paulo, inicialmente de baixíssima qualidade, utilizado na fabricação de outros objetos que não o tecido, como pavios de vela, redes de pescar, fios de sapateiro, acolchoamento dos gibões dos sertanistas, ganhou vulto somente a partir de 1650. Holanda fala que se repetiu em São Paulo o que acontecera no nordeste do açúcar: a criação de um complexo que foi, ao mesmo tempo, agrícola, industrial, que apresentou todo um conjunto de elementos culturais expressos em forma material.

Até o século XIX, a tecelagem em São Paulo fora uma indústria eminentemente doméstica, na qual a técnica adventícia jamais chegaria a predominar sobre a técnica tradicional. Para as atividades de limpeza e fiação do algodão,

11 Sem sal, o angu e a canjica em São Paulo são adoçados até os dias de hoje, diferentemente do que acontece na região nordeste que, inclusive, dá nomes diferentes aos mesmos pratos feitos com milho em São Paulo. Um exemplo é a canjica que, em São Paulo, corresponde ao milho branco, chamado, na região nordeste de mugunzá, ao passo que o creme de milho, denominado em São Paulo por curau, corresponde à canjica nordestina.

12 “Assim, ao passo que em Portugal não é, ou já não é conhecido o monjolo de água, no centro-sul do Brasil continua ele a ser talvez o instrumento mais típico para a descasca ou trituração do milho nas regiões onde puderam prevalecer intatas as velhas técnicas coloniais” (HOLANDA, 1994, p. 198).

utilizavam-se os paulistas das formas comunitárias também tradicionais, como o mutirão. Embora o tear já existisse na capitania de São Paulo desde o século XVI, os teares de rede não foram notificados antes de 1729. O mais interessante foi a relação traçada, por Sérgio Buarque de Holanda, entre o tear e a escravidão em seus primórdios, desqualificando a tese de que a escravidão só existiria onde não houvesse máquinas. As rebeliões indígenas incluíam, por vezes, destruição de fusos e teares, entendidos como símbolo da escravidão, fosse em São Paulo, fosse na Argentina.

No século XVIII, mais propriamente a partir de 1776, quando se substituiu a variante indígena do algodão pela variedade herbácea, surgiram as possibilidades de comercialização do algodão e dos produtos dele derivados, particularmente para a região das minas, que exigia panos grosseiros para vestir a escravaria. Até então, a produção era marcada pela rotina, pela experiência, pelos métodos indígenas de fiação e tecelagem. A chegada da corte, com a qual se termina o livro, impôs, em definitivo, o primeiro golpe aos teares caseiros, que trabalhavam com o algodão da terra e com o trabalho escravo. As fábricas de maior porte, exigidas pelo imenso fluxo populacional que chegou junto com os Bragança, tornou insuficiente a produção paulista que, até então, dava tecido suficiente para vestir todos os escravos da capitania, além de 2/3 dos habitantes. Não foi, no entanto, sem inércias e resistências que a grande indústria do algodão se desenvolveu em São Paulo, que, embora cedendo ao moderno, encarnado na máquina a vapor e o trabalho assalariado, sempre lhe apresentou profundas resistências.

4. Considerações finais

Pretendemos mostrar, ao longo do artigo, como Sérgio Buarque de Holanda utilizou a cultura material como maneira de reconstituir a história da colonização portuguesa no planalto de Piratininga. Contrariando a hipótese de que a cultura material seria fruto, em Sérgio Buarque de Holanda, de uma influência dos *Annales*, apresentamos a ideia de que existiu um movimento da etnologia e a etnografia para a história da cultura material. Diferentemente de *Monções*, em que o caráter explicativo dos conceitos antropológicos predominou, em *Caminhos e fronteiras*, o recurso às fontes e a reconstituição histórica prevaleceram. O movimento da antropologia para a história foi comum a outros historiadores da cultura material, como Braudel, que apresentou uma clara influência de Mauss em *Civilização material, economia e capitalismo*. Isso, particularmente nos anos 50 e 60. Nesse sentido, a ideia de uma vida material muito lenta, regada de inércias e resistências, marcada pela rotina foram elementos comuns a um e outro autor, embora não se possa falar de uma

influência do segundo sobre o primeiro, uma vez que este já havia esboçado uma história contemplando os elementos materiais da cultura nos artigos escritos ao longo de sua atividade, nos anos 40, como diretor do Museu Paulista.

Relacionando as formas de sociabilidade da fronteira na América Portuguesa com suas expressões materiais específicas, o movimento foi uma constante na obra de Sérgio Buarque de Holanda, e foi conformadora da cultura material. Em um primeiro momento, esta se refletiu na atividade extrativa, fruto da relação direta entre os homens e o meio, que converteu o português em uma nova raça: o bugre. As expressões materiais desse primeiro momento, como os sistemas alimentares, habitacionais e de transporte, convidaram ao movimento. A passagem ao segundo momento residiu justamente no processo de sedentarização, que se traduziu no uso de técnicas rurais específicas que, em nenhum momento, abandonaram a herança indígenas. As ferramentas importadas da Europa jamais foram úteis na conquista do interior selvagem da América, sendo sempre preteridas em favor das técnicas indígenas. Aos poucos, o aparecimento de formas mais estáveis de sociabilidade se foi exprimindo também no desenvolvimento de uma indústria, tipicamente paulista, na qual os aspectos materiais da cultura, embora mais abertos às influências europeias, jamais deixaram as técnicas tradicionais de lado. Para Sérgio Buarque de Holanda, a especificidade do desenvolvimento econômico no planalto paulista, com suas formas de cultura material específicas, permitiu que ali surgisse o primeiro polo da modernidade no país, que, por sua vez, abriu espaço ao capitalismo.

REFERÊNCIAS

BLAJ, Ilana. Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material. *In*: SOUZA, Antonio Candido de Melo (org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 29-48.

BLAJ, Ilana; MALUF, Marina. Caminhos e fronteiras: o movimento na obra de Sérgio Buarque de Holanda. **Revista de História**. São Paulo, n. 122, p. 17-46, jan./jun. 1990.

BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII, v. 1: **As estruturas do cotidiano**. São Paulo: Martins Fontes, 1995-1996.

CARVALHO, Raphael Guilherme de. Em torno da concepção de história de Sérgio Buarque de Holanda. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 70, p. 306-340, ago. 2018.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Jangada**: uma pesquisa etnográfica. 2. ed. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1964.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Rede-de-dormir**: uma pesquisa etnográfica. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serv. de Documentação, 1959.

COELHO, G. L. S. A concepção de fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *In*: I CONGRESSO NACIONAL E II REGIONAL DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFG/JATAÍ I SIMPÓSIO DO GT DE HISTÓRIA CULTURAL DA ANPUH/GO. **Anais [...]**, Jataí, 2008.

DIAS, Maria Odila L. S. Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *In*: NOGUEIRA, Arlinda Rocha *et al.* (org.). **Sérgio Buarque de Holanda**: vida e obra. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Arquivo do Estado: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1988. p. 73-82.

DIAS, Maria Odila L. S. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. *In*: DIAS, Maria Odila L. S. (org.). **Sérgio Buarque de Holanda**. Coleção Os Grandes cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1985. p. 7-64.

EVANGELISTA, Chiara. Sua vocação estaria no caminho: espaço, território e fronteira. *In*: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. Caminhando entre fronteiras: a lógica “trivial” em Sérgio Buarque de Holanda. *In*: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy. **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Extremo Oeste**. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke. **Revista de História** (USP). São Paulo, ano XXV, v. L, n. 100, p. 431-482, out./dez. 1974 Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132639/128724>. Acesso em: set. 2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Um aspecto da iconografia bandeirante. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Escritos coligidos, 1920-1949**. COSTA, Marcos (org.). São Paulo: Editora UNESP; Fundação Perseu Abramo, 2011.

MAUSS, Marcel. **Antropologia**. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (org.). São Paulo: Ática, 1979.

MONTEIRO, Pedro Meira. **A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **Vida cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

NOVAIS, Fernando. Prefácio a HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 5-8.

REDE, Marcelo. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. MUSEU PAULISTA. **Anais** [...], São Paulo, N. Sér. v. 8/9, p. 281-291, 2000-2001.

SEABRA, Silvana. Vozes na fronteira: uma outra leitura para caminhos e fronteiras de Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Iberoamericana**, v. LXXVI, n. 230, p. 41-61, Enero/Marzo 2010.

SOUZA, Laura Mello e. Prefácio: estrela da vida inteira. *In*: HOLANDA, Sergio Buarque de. **Monções e Capítulos da Expansão Paulista**. SOUZA, Laura Mello; CERQUEIRA, André Sekkel. (org.). São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

SOUZA, Laura Mello e. Sérgio Buarque de Holanda entre a história e a sociologia. **Folha de São Paulo**, Jornal de Resenhas, 3 de abril de 1995.

TURNER, Frederick Jackson. **The Frontier in the American History**. New York: Dover, 1996 (1920).

WEGNER, Roberto. **A conquista do Oeste**: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

CAPÍTULO 2

60 ANOS DE *FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL*: a construção interrompida na crise estrutural do capital¹

Carlos Cordovano Vieira

1. Introdução

A preocupação que nos orienta, de modo particular, nesse balanço dos 60 anos da obra magna de Celso Furtado se situa na confluência, para tomar a expressão de Josep Fontana, entre “análise do passado” e “projeto social”, constitutiva do ofício do historiador (FONTANA, 1998). Se a reconstituição do passado guarda um diálogo necessário com o presente e, pois, com suas projeções para o futuro, sugerimos, como ponto de observação privilegiado, tomar *Formação econômica* considerando justamente essa confluência de tempos históricos. Procuramos estabelecer um contraste entre as visões do presente e os projetos para o futuro que a obra ensejava no momento de sua elaboração, em fins da década de 1950, com o tom amargo dos últimos ensaios do autor. Não custa lembrar o vaticínio sombrio n’*O longo amanhecer*, em capítulo intitulado justamente “A busca de novo horizonte utópico”, segundo o qual “em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser” (FURTADO, 1999, p. 26). Dito de outro modo, tratamos de propor um balanço histórico de *Formação econômica*, procurando examinar as vicissitudes que nos levaram, digamos, do “horizonte de expectativas” do Brasil do pós-guerra ao seu estreitamento, na época da “construção interrompida”. Passados mais de vinte anos do vaticínio sombrio, nos vemos hoje na contingência de apreciar o significado de *Formação*

1 Parte do presente trabalho, esboçado, a princípio, para uma exposição na “V Semana de Economia” da Universidade Federal de São Paulo, em 2019, com o subtítulo “Da pré-revolução brasileira à construção interrompida”, foi também apresentado, no mesmo ano, no encontro “Celso Furtado e os 60 anos de Formação Econômica do Brasil”, organizado pela Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e pelo Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo. Os resultados desse encontro serão publicados em breve no livro *Celso Furtado e os 60 anos de “Formação Econômica do Brasil”*, organizado pelos professores Alexandre Macchione Saes e Alexandre de Freitas Barbosa. Para a presente publicação, acrescentamos uma reflexão mais estendida sobre a “crise estrutural do capital”, apenas implícita no texto original e desenvolvida nos debates do referido encontro.

econômica, e a pertinência de sua permanente releitura, no momento em que os porões da ditadura voltam à baila na vida brasileira.

A hipótese que procuramos desenvolver sugere que a chave para problematizar a distância que separa os tempos da elaboração de *Formação econômica* e o presente reside no diagnóstico da crise estrutural do capital (MEZÁROS, 2002). Se o edifício da obra, como interpretação da natureza íntima, colonial, de nossa formação, permanece de pé, mesmo que qualificada pela crítica da historiografia posterior, o projeto de futuro reformista que ensejava em fins da década de 1950 entra em choque contra limites postos pela crise estrutural. De certo modo, é possível sustentar que a crítica de Furtado ao sentido tomado pela formação econômica do Brasil já no limiar da década de 1960 e, sobretudo, depois do golpe de 1964 – a crítica, enfim, ao subdesenvolvimento – antecipa traços de problemas que se tornarão fundamentais para o conjunto do capitalismo na quadra da crise estrutural. Noutros termos, se o projeto político de então, de consumação da formação nacional e de superação do subdesenvolvimento descortinava horizontes civilizatórios na base de um reformismo original, que, naturalmente, não fosse mimético, – possibilidades civilizatórias, de certa forma, lastreadas pelo destino dos países centrais do pós-guerra – hoje, as expectativas quanto ao futuro se estreitam e mesmo nos países centrais é possível observar, sob as determinações da crise estrutural, fenômenos que eram típicos das zonas periféricas. De resto, é sintomático que já nas críticas à transnacionalização na década de 1970 e, sobretudo, nas décadas posteriores, Furtado tenha se tornado um crítico mais ácido, não só do subdesenvolvimento, mas das formas assumidas pelo capitalismo desde então. E isso, a ponto de preconizar que o que estaria em causa hoje seria “mudar o curso da civilização” (FURTADO, 1992, p. 77).

Assim, para captar o sentido de *Formação econômica*, sessenta anos depois, organizamos a reflexão em três movimentos: primeiro, um panorama do pensamento de Furtado, das expectativas ensejadas à época de *Formação* até, digamos, o diagnóstico da “construção interrompida”; depois, um conjunto de considerações sobre a crise estrutural; por fim, uma breve reflexão em torno do estreitamento dos horizontes futuros em nossa quadra histórica.

2. Da “pré-revolução brasileira” à “construção interrompida”

Formação econômica se inscreve na tradição do pensamento brasileiro voltada ao problema da formação nacional. Nesse arco, figura entre as perspectivas que põem no centro no problema a constituição de um “sistema econômico nacional” (LIST, 1983 [1843]), como base para a construção do Estado. Numa vertente muito próxima da interpretação do Brasil fundada por Caio

Prado (1971), *Formação econômica* percorre o longo processo inconcluso de transição de uma economia colonial a uma economia nacional; de uma formação que se caracteriza como *negócio*, cujo entroncamento material não pode forjar as bases de um processo civilizatório, para a consumação da formação de uma sociedade nacional. Em *Formação econômica*, esse processo, visto sob o ângulo de uma economia retrospectiva (NOVAIS; FORASTIERI, 2011), se consubstancia na transição de uma plataforma primário-exportadora, complementar e reflexa, a um sistema industrial em sinergia com a constituição de um mercado interno. As idas e vindas desse movimento secular, no marco histórico da formação e do desenvolvimento do capitalismo, da reprodução de suas hierarquias concêntricas e suas projeções nas estruturas de dominação no polo de origem colonial, são os termos que parte da tradição crítica e da luta política procuraram equacionar; termos em que a perspectiva da *Formação* se traduzia no problema da *Revolução Brasileira* (SAMPAIO JR., 1999).

Como se sabe, tendo publicado sua obra clássica em 1959, Furtado publica, em 1962, o livro em tom político bastante pronunciado, *A pré-revolução brasileira*. Nessa contribuição ao debate público, Furtado formula um diagnóstico – que, naturalmente, se desdobra das conclusões de *Formação econômica* – e um esboço de um projeto político para o Brasil (FURTADO, 1962). No rastro do Plano de Metas, o livro parte da consideração de que a economia brasileira experimentara um profundo processo de diferenciação, e de que a transição de uma economia primário-exportadora a um sistema industrial se encontrava em estágio avançado. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, permaneciam preservadas heranças estruturais do passado colonial, a saber, a segregação social herdada da escravidão e o colonialismo cultural – este, particularmente expresso na tendência patológica das classes dominantes à mimetização de padrões de consumo de economias centrais e que, naquele momento, já se metamorfoseava em dependência técnica e financeira. Essas heranças viriam imprimir um caráter peculiar ao processo de industrialização e, sobretudo, obstavam o equacionamento, no bojo da modernização capitalista, da questão nacional e do problema social. As tensões políticas se agudizavam, mas vigoravam expectativas de que esses dilemas viessem a ser superados. Imbuído desse mesmo espírito do tempo, Furtado observa: “generalizou-se a consciência de que o país caminha para transformações de grande alcance; e [...], sob nossos pés, como uma torrente profunda, trabalham forças insondáveis”; o que exigia “[...] definição clara de posições: identificação corajosa de objetivos e métodos na luta pela conquista do futuro” (FURTADO, 1962, p. 13).

O horizonte histórico suposto na luta política era, explicitamente, nada menos que o da emancipação humana. Para Furtado, o descortinar desse

horizonte remontava ao “[...] humanismo renascentista, que recolocou na pessoa humana o foco de seu próprio destino” e encontrava sua base material moderna na “[...] Revolução Industrial, que deu ao homem o controle do mundo exterior” (FURTADO, 1962, p. 17). Enfim, culminava em seus desdobramentos contemporâneos, no marxismo:

Se vamos à essência dessa filosofia, aí encontramos, por um lado, o desejo de liberar o homem de todas as peias que o escravizam socialmente, permitindo que ele se afirme na plenitude de suas potencialidades, e por outro descobrimos uma atitude otimista com respeito à autodeterminação consciente das comunidades humanas. Trata-se, em última instância, de um estágio superior do humanismo; pois colocando o homem no centro de suas preocupações, reconhece, contudo, que a plenitude do desenvolvimento do indivíduo somente pode ser alcançada mediante a orientação racional das relações sociais (FURTADO, 1962, p. 17).

Recusando-se a operar numa dicotomia entre, de um lado, um desenvolvimento material rápido sob formas tirânicas – em que a finalidade substantiva da emancipação humana se perdia – e, de outro, o círculo vicioso do subdesenvolvimento, Furtado, em suas posições reformistas, não deixava de considerar que as experiências do chamado socialismo real não representavam tanto retrocesso para as “sociedades fechadas” em que efetivamente se criaram, quanto, eventualmente, representariam para as “sociedades abertas”. Assim, seria necessário tomar em conta que a dualidade que caracterizava as formações subdesenvolvidas excluía necessariamente grandes massas da população, sobretudo do campo, das conquistas da modernização – e, nesses estratos, o marxismo-leninismo de tipo soviético poderia encontrar legitimação. De outro lado, porquanto o processo de superação da estrutura colonial avançasse na direção de uma “sociedade aberta”, criar-se-ia, para Furtado, possibilidades reforma – e nesse sentido a ruptura revolucionária representaria, pois, um retrocesso. Nessa perspectiva reformista, a empresa privada, sob regulação do Estado – jamais o privatismo cego –, preservando as conquistas da “sociedade aberta”, poderia se constituir como um *meio* com vistas à finalidade substantiva da emancipação por uma via de “aproximações sucessivas”. O conjunto de reformas de base que viriam liquidar o passado colonial se fundava nesse “horizonte de expectativas” em que um futuro distinto do “espaço de experiência” vivida se projetava para o longo prazo.

Com efeito, para Furtado, o Estado era a instância capaz de enfeixar os vetores do conflito social, elaborando critérios substantivos orientadores da esfera econômica. De inspiração weberiana, sua crítica à modernidade recai sobre a tendência à subversão dos nexos entre *meios* e *fins* e a conversão da racionalidade instrumental em *fim em si* – fenômeno, de resto, correlato à

própria lógica autorreferida do capital (VIEIRA, 2007). À medida que estabelecesse critérios substantivos para modular a acumulação capitalista, o Estado seria o espaço privilegiado da reconciliação entre as dimensões dos valores e da técnica – e precisamente aqui residia, para Furtado, o núcleo do problema do desenvolvimento econômico (FURTADO, 1980). O desenvolvimento, o planejamento econômico e, enfim, um projeto reformista para a sociedade brasileira tinha como pressuposto uma quadra histórica em que a economia capitalista podia se organizar, sob a moldura de Bretton Woods, nos marcos de “sistemas econômicos nacionais”, mais ou menos coerentes, passíveis de regulação pelos Estados – a esse respeito, Hobsbawm observou que a passagem do marco histórico do pós-guerra para as “décadas de crise” do capitalismo contemporâneo correspondia à passagem de uma economia internacional, entre sistemas nacionais, a uma economia efetivamente transnacional (HOBSBAWM, 1995).

Não por outra razão, foi tão aguda a crítica de Furtado à nova estruturação da economia capitalista a partir da década de 1970²; e é justamente a partir daí – embora as críticas às empresas multinacionais viessem de antes – que suas expectativas em relação ao futuro vão adquirindo um tom cada vez mais amargo. Através dessa crítica, podemos observar o percurso dos processos de transnacionalização dos grandes conglomerados, em estreita vinculação com as tendências de hipertrofia do sistema financeiro, no bojo da conformação de um novo marco histórico em que os “sistemas econômicos nacionais” se diluíam. No limite, o Estado nacional viria ser despojado das condições de regulação da vida econômica, porquanto os “centros de decisão” se deslocassem para os escritórios dos negócios transnacionais (FURTADO, 1987). No limiar da década de 1980, Furtado propõe uma crítica à modernidade em tom bem mais ácido. Talvez porque Furtado percebesse que as transformações em curso corroíam a coesão, não somente das sociedades subdesenvolvidas – e comprometiam de modo decisivo processos de formação nacional como o brasileiro –, como também corroíam a própria estruturação reformista do mundo desenvolvido. Em 1983, no livro *Não à recessão e ao desemprego*, ao problematizar o poderio do sistema financeiro transnacional sobre as condições de liquidez da economia mundial, Furtado chega a questionar se os Estados Unidos poderiam mesmo ser considerados como um Estado efetivamente nacional (FURTADO, 1983). No belíssimo ensaio que abre o livro *Pequena introdução ao desenvolvimento*, de 1980, Furtado toma, como ponto de partida de sua crítica, as promessas jamais cumpridas pela modernidade. Os séculos XVIII e XIX fundaram, de um lado, uma Filosofia da História orientada

2 Para uma análise mais circunspecta do movimento da obra de Furtado a partir das transformações da década de 1970, ver Bianconi e Coutinho (2019).

pela ideia de progresso, ou de progresso da Razão, ao passo que a Economia Política Clássica vislumbrava a generalização universal do progresso material europeu forjado pela Revolução Industrial. Ambas traduziam uma perspectiva eurocêntrica do futuro da humanidade. Mas a Guerra varreu do mapa o mundo eurocêntrico, destruiu os alicerces das velhas promessas e legou para o breve século XX a crise da Razão. As promessas da Economia Política, por sua vez, se veriam fragorosamente frustradas no mundo subdesenvolvido, de origem colonial (FURTADO, 1980).

Presente e futuro se tornavam definitivamente sombrios nos últimos ensaios.

Ao mesmo tempo, a crítica ao “modelo brasileiro” caminhava no sentido do diagnóstico de um processo regressivo de longa duração que viria se confirmar como a interrupção do processo de formação nacional (FURTADO, 1972). É sintomático que n’*A pré-revolução brasileira*, às vésperas de 1964, Furtado tenha alertado, dentre os cenários projetados, para o que de pior poderia acontecer: a manutenção do latifúndio e o retrocesso do que havia de “sociedade aberta”. Lamentavelmente, foi o que prevaleceu. O modelo da ditadura condenou o destino da economia brasileira a uma “nova dependência”, esta concernente às transformações do capitalismo mundial (FURTADO, 1982). Os “centros de decisão” transnacionais passaram a controlar definitivamente nosso tempo histórico, ao passo que se cristalizava internamente um regime de *apartheid* social. Dependência e segregação... sempre a origem colonial! Cumpre sublinhar que Furtado, em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, de 1966, já havia pontuado que, com o predomínio da racionalidade dos centros de decisão transnacionais, que diluía qualquer critério político nacional orientador do processo capitalista, o Estado brasileiro tendia a se reduzir a duas funções: a de mediador do *negócio*, sob a égide da tecnocracia, e a de organismo repressivo em face dos deslocamentos que essa nova estruturação viria produzir (FURTADO, 1968).

No momento em que o “neoliberalismo”, erigido sobre o legado da ditadura que se autodissolveu, esgarçava definitivamente nexos precários de um sistema econômico nacional que mal se havia esboçado, e a reversão do sistema industrial à velhíssima economia primário-exportadora se punha em marcha, Furtado consolida, enfim, o que poderia ser considerado como um diagnóstico, digamos, de “reversão neocolonial”. O longo processo de formação desaparece de nosso horizonte histórico.

Eis a constatação severa, já muitas vezes citada, que, de 1992 para cá, vai se confirmando a cada dia:

Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de feitorias, de populações indígenas desgarradas, de escravos transplantados de outro

continente, de aventureiros europeus e asiáticos em busca de um destino melhor, chegamos a um povo de extraordinária polivalência cultural, um país sem paralelo pela vastidão territorial e homogeneidade linguística e religiosa. Mas nos falta a experiência de provas cruciais como as que conheceram outros povos cuja sobrevivência chegou a estar ameaçada. E nos falta também um verdadeiro conhecimento de nossas possibilidades e, principalmente, de nossas debilidades. Mas não ignoramos que o tempo histórico se acelera, e que a contagem desse tempo se faz contra nós. Trata-se de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do devenir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-nação (FURTADO, 1992, p. 35).

Da década de 1990 para cá, em diferentes conjunturas, vimos agravar o quadro estrutural. Os processos de desindustrialização e reprimarização da economia sob a dominância de uma plutocracia rentista com seus efeitos deletérios sobre a sociedade salarial; a generalização de uma sociabilidade que não é outra coisa que a barbárie em processo; a exacerbação do colonialismo cultural e da massificação sem contrapesos; a passagem, digamos, de um projeto de Estado mínimo a uma espécie de destruição total do Estado – que resta como força de coerção policialesca progressivamente violenta. Tudo isso, hoje, sob o espectro grotesco do retorno à vida política nacional dos porões da ditadura, nos permite sugerir, seguindo o diagnóstico da “construção interrompida”, que entramos em estágio avançado da reversão neocolonial.³ Nenhum horizonte civilizatório à vista.

3. Crise estrutural do capital

Na raiz desses problemas, subjaz um quadro de *crise estrutural do capital*. A partir das contribuições do filósofo István Mészáros (2002), podemos sustentar que, entre o momento da elaboração de *Formação econômica*, que forjou expectativas quanto ao futuro do país, e o momento atual, o capitalismo transitou rumo a sua crise estrutural. Nossa hipótese é que o sentido do livro, 60 anos depois, considerado à luz dos nexos entre a economia retrospectiva da formação e as perspectivas da “pré-revolução brasileira” – enfim,

3 Não queremos dizer com isso que o capitalismo contemporâneo reproduza em sua estrutura e dinâmica os movimentos constitutivos de seu longo processo de formação entre os séculos XVI e XVIII, sob a égide da forma mercantil do capital. Nem que o Antigo Sistema Colonial tenha se reconstituído. Naturalmente, em sentido rigoroso, não se pode advogar reversões ou regressões na História. O que queremos dizer é que o processo de formação nacional, movido a partir e, contraditoriamente, em oposição às heranças coloniais, se interrompeu. E que o país volta hoje a uma estrutura essencialmente primário-exportadora e extrativista; marcada pela dependência em todos os níveis e por uma segregação social que tende a se aprofundar. Tudo isso, sob o domínio das novas do capital que se desenvolvem, e numa quadra de crise estrutural.

dos nexos entre “análise do passado” e “projeto social” –, deve ser problematizado no contraste entre essas duas quadras históricas, de expansão e de crise estrutural do capital.

Nesse eixo, a década de 1970 demarcou um limiar em que, no movimento constitutivamente contraditório do capital, a alternância dos ciclos de expansão e crise, em que os episódios mais críticos se deflagravam como erupções bruscas – *tempestades*, na expressão de Marx (MARX, 1986) –, cede lugar a um quadro de crise permanente, de “*continuum* depressivo”.⁴ O sistema perde a capacidade de engendrar mecanismos de superação temporária das barreiras postas à acumulação que, como no passado, abriam horizontes à expansão do capital, deslocando suas contradições constitutivas “para frente” – elas mesmas se tornando alavancas da própria expansão. Ao contrário, os breves espasmos, miragens de crescimento econômico bastante moderado, restritos no tempo e no espaço, não somente são insuficientes para produzir o deslocamento das contradições, mas tendem mesmo a agravá-las. As barreiras se tornam limites; as forças produtivas se tornam destrutivas. Nesse quadro letárgico, os nexos de solidariedade que soldam uma sociabilidade tecida pela mercadoria e pelo dinheiro se esgarçam e a barbárie se torna a nova normalidade em que se vive. Ao passo que, corroídas as bases da legitimidade do poder, a “crise de dominação” conduz a formas políticas progressiva e explicitamente violentas – mesmo que se possa questionar a viabilidade de tais formas no longo prazo, não se pode subestimar que essa resposta tem se insinuado mais e mais, na periferia e mesmo no centro do sistema.

Desde logo, a crise estrutural se distingue por seu caráter totalizante: *universal*, à medida que atinge as múltiplas formas do capital e os diversos setores da economia; *global*, à medida que atinge o sistema como um todo, países centrais e periféricos, desenvolvidos e subdesenvolvidos; *permanente* à medida que, sem engendrar com eficácia mecanismos de superação e deslocamento das contradições, o capital só pode criar formas débeis de “gestão” de um estado de crise “rastejante” – o que não exclui riscos de convulsões mais profundas. A substituição da “política” de longo prazo, como forma de deslocar as contradições e sustentar períodos longos de expansão, por uma “gestão” de curto prazo de uma crise para qual não há saída, esse esvaecimento do futuro, digamos, compromete, na raiz, o velho ideário do desenvolvimento econômico capitalista que formou a geração de Furtado.

4 “[...] a antiga ‘*anormalidade*’ das crises – que antes se alternavam com períodos muito mais longos de crescimento ininterrupto e de desenvolvimento produtivo – sob as condições atuais, em doses diárias menores, pode se tornar a *normalidade* do ‘capitalismo organizado’. [...] um *continuum depressivo*, que exhibe as características de uma crise *cumulativa*, *endêmica*, mais ou menos *permanente* e *crônica*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda e acentuada” (MÉSZÁROS, 2002, p. 697).

Por certo, na quadra histórica do pós-guerra, época da elaboração das teorias do desenvolvimento capitalista, o capital pôde deslocar as contradições contidas na crise do entre guerras e na erupção de 1929. O velho imperialismo, estruturado pela intervenção política direta nas colônias a partir de múltiplos centros em conflito, encerrado sob os escombros de duas guerras mundiais, foi substituído por um sistema de dominação sob a hegemonia global dos Estados Unidos e significou a consumação de uma transição, nos termos de Mészáros, de uma “totalidade extensiva” a uma “totalidade intensiva”. Um sistema mais dinâmico, melhor coadunado com o patamar de desenvolvimento do próprio capital. Ao mesmo tempo, a coordenação internacional representou uma forma mais racional para conferir organicidade aos fluxos de capitais e mercadorias. Essa nova estruturação pavimentou o avanço das exportações de capital pela via da internacionalização dos mercados internos dos países subdesenvolvidos com garantias para a expatriação dos lucros CAMPOS (2009). As diversas formas de planificação estatal em sistemas econômicos que preservavam certa coerência nos seus espaços nacionais – numa economia que era, como dissemos, mais internacional que transnacional (HOBBS-BAWN, 1995) –, combinadas às políticas de pleno emprego e de bem-estar social, produziam sinergias que dinamizavam as economias nacionais e faziam expandir o consumo de massa. O complexo militar-industrial, por sua vez, passou a representar, consolidado e com um peso cada vez mais expressivo, o núcleo dinâmico da expansão no pós-guerra, preservado, por sua natureza, das instabilidades do mercado. Mas, cumpre observar que esse conjunto de elos que se condicionam reciprocamente no sentido de romper as barreiras exteriorizadas na crise e de deslocar “para frente” as contradições, teve seus efeitos potencializados porquanto a violência de duas guerras mundiais tivesse cumprido seu papel na destruição de parte da superprodução precedente.

Com efeito, essa construção foi o esteio para a superação do abismo econômico e, sob a dinâmica progressiva do capital, produziu, como se sabe, nos trinta anos subsequentes à guerra, a chamada “era de ouro”. Ao nível das estruturas, significou a extensão, por todo o globo e por todas as dimensões da vida, da mercantilização das relações, porquanto, os espaços que restavam fora desses tentáculos – a exemplo de parte substantiva do velho campesinato – foram tragados definitivamente para o “moinho satânico” do capital (MARIUTTI, 2016). Uma expansão dessa envergadura significou, além disso, o deslocamento de contradições do passado, que viriam emergir com uma força destrutiva correspondente na quadra histórica posterior. Para dar conta dessa passagem, no momento crucial em que, digamos, a “destruição criativa” é levada ao paroxismo, é necessário considerar as “[...] implicações destrutivas da *tiranía capitalista do tempo* [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 635). Dito de

outro modo, há que se considerar a agudização das tendências constitutivas do capital de criar uma “imensa coleção de mercadorias”, de “revolucionar constantemente os meios de produção” e de “tornar o trabalho redundante”. Mészáros se vale da “taxa de utilização decrescente” para captar o momento em que as tendências de elevação da produtividade com o seu corolário de redução do tempo de trabalho vivo, de introdução do progresso técnico por meio da obsolescência das velhas estruturas produtivas, e de descartabilidade das mercadorias chegam a um limiar em que os vetores destrutivos tendem a prevalecer.

A dinâmica de elevação da composição orgânica do capital, em que o progresso técnico potencializava a elevação da produtividade do trabalho e criava uma superpopulação relativa a ser reincorporada no circuito da reprodução ampliada – tal como descrevera Marx a propósito da “lei geral da acumulação” – se rompe na passagem à crise estrutural. A aceleração do tempo, a elevação da produtividade levada ao paroxismo converterá as oscilações da superpopulação relativa em desemprego crônico, estrutural, que o sistema não pode mais reabsorver no curso das rotações do capital. No limite, a reprodução capitalista não pode mais reproduzir simultaneamente – como havia observado Marx – as relações sociais básicas que lhe são subjacentes. Ao contrário, despedaçam-nas. Ao produzir um desemprego crônico em massa e, com isso, ao promover uma degradação profunda das condições de trabalho, a reprodução capitalista, ela própria, tenderá a esgarçar os nexos de sociabilidade fundados na mercadoria e no dinheiro. Naturalmente, isso conduz a quadro de barbárie de potencial explosivo que exige, para o capital, novas formas de coerção. O “mercado” não mais poderá prescindir da violência explícita e, no limite mais extremo, conforme as circunstâncias, de qualquer tipo de solução final, de políticas de extermínio.⁵ Do mesmo modo, as tendências à descartabilidade e à obsolescência levadas ao paroxismo põe em questão as velhas expectativas positivas quanto aos avanços do domínio humano sobre a natureza, eixo do desenvolvimento das forças produtivas. A perspectiva de que o progresso técnico e científico e a consequente elevação da produtividade do trabalho abririam horizontes sem limites para a expansão material, conduzindo mesmo à abundância, se esfumaça diante da pressão sobre os recursos naturais e da corrosão das condições ecológicas. Posto que não sejam neutras, a ciência e a técnica respondem aos imperativos do capital e, pois, não podem encarnar qualquer espécie de enteléquia linear unívoca.

5 “O que está realmente em jogo é o papel do trabalho no universo do capital, uma vez que tenha alcançado um nível muito alto de produtividade. Para resolver as contradições assim geradas, seria necessária uma

Nos quadros da crise estrutural, o vetor destrutivo da estrutura técnica também se impõe sobre as bases ecológicas da vida.

Em suma, os desígnios de deslocamento das contradições por meio da mobilização contínua da “taxa de utilização decrescente” se chocam contra limites progressivamente mais estreitos. O colapso ecológico, o desemprego em massa, por exemplo. De resto cumpriria perguntar em que condições um Estado reformista poderia organizar uma sociedade salarial civilizada, com pleno emprego e direitos, e ao mesmo tempo preservar os nexos entre a expansão, elevação da produtividade e redundância do trabalho, constitutivos desse sistema.⁶ O capital parece não poder mais superar temporariamente seus entraves críticos sem criar problemas ainda maiores. Daí o *continuum* depressivo, o estado “rastejante” de “crise permanente”.

À medida que “*tiranía capitalista do tempo*” conduz a uma hipertrofia da “taxa de utilização decrescente” e que os deslocamentos das contradições se chocam contra limites estreitos, à medida que o capital não pode mais lograr deslocar suas contradições sem criar problemas maiores, formas destrutivas mais radicais vão ganhando centralidade. Não por outra razão, o complexo militar-industrial se torna, progressivamente, eixo fundamental do processo de acumulação capitalista.⁷ Por certo, Rosa Luxemburgo, às vésperas da Primeira

importante reviravolta, que afetasse não apenas as próprias condições imediatas de trabalho, mas também todas as facetas da vida social, inclusive as mais íntimas. [...] Seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente superfluos para o capital. Se não fosse pelo fato de que o capital necessita do trabalho vivo para sua autorreprodução ampliada, o pesadelo do holocausto da bomba de nêutrons certamente se tornaria realidade. Mas, já que tal ‘solução final’ é negada ao capital, somos confrontados com as consequências desumanizadoras das suas contradições e com a crise crescente do sistema de dominação” (MÉSZÁROS, 2002, p. 802).

6 “O trabalho obtém concessões ao preço de ser forçado a constantemente reduzir o volume de *trabalho necessário* requerido para assegurar a continuidade do processo de reprodução capitalista. Todavia, não conquista o poder de tornar aceitável a legitimidade (e a necessidade) de organizar a produção de acordo com o princípio do *tempo disponível*: a longo prazo, única salvaguarda viável contra a sujeição à extrema penúria e à indignidade do *desemprego em massa*. E o capital, por outro lado, obtém êxito em transformar os ganhos do trabalho em sua própria auto-expansão lucrativa e dinâmica ao elevar incansavelmente a *produtividade* do trabalho; entretanto, não encontra solução adequada para as crescentes complicações e perigosas implicações do *desemprego crônico* e da *superprodução concomitante*, que prenunciam seu colapso final como modo socialmente viável de reprodução produtiva” (MÉSZÁROS, 2002, p. 667).

7 “Este tipo de mudança estrutural no ciclo de reprodução capitalista, não previsto por Marx, é realizado pelo deslocamento radical da *produção genuinamente orientada para o consumo destrutivo*. Certamente, uma grande variedade de outras formas de produção perdulária foram também experimentadas com o mesmo propósito, e continuam a ser praticadas desde então, como vimos com referência ‘obsolescência planejada’ etc. Entretanto, elas demonstraram ser excessivamente limitadoras no curso dos desdobramentos capitalistas com relação aos imperativos estruturais do sistema. Assim, tornou-se necessário adotar a forma mais radical de desperdício – isto é, a destruição direta de vastas quantidades de riqueza acumulada e de recursos elaborados – como maneira dominante de se livrar do excesso de capital superproduzido. [...] *consumo e destruição* vêm a ser *equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de ‘realização’ capitalista*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 678 e 679).

Guerra, já havia teorizado sobre a introjeção do militarismo no processo de acumulação capitalista (LUXEMBURGO, [1913] 1985; MARIUTTI, 2016). No pós-guerra, há que se reconhecer, o crescente peso dos gastos militares respondia por uma parte substancial da sustentação da demanda efetiva.⁸ Com efeito, “o instrumento disposto e capaz de romper o nó górdio de como combinar a máxima expansão possível com a taxa de utilização mínima apresentou-se ao capital na figura do complexo militar-industrial” (MÉSZÁROS, 2002, p. 685). Se a destruição – a guerra, no limite – foi, desde sempre, um momento crítico do deslocamento cíclico das contradições, na quadra da crise estrutural, sua generalização, condensada na onipresença do complexo militar-industrial, se coaduna com o estado de crise permanente e rastejante. A centralidade dessa dimensão é reveladora do momento em que as forças produtivas vão se convertendo em forças destrutivas; a “destruição criadora” em *criação destrutiva*. O espectro de uma catástrofe nuclear se sobrepõe ao da catástrofe ecológica, ao passo que um estado de proliferação de conflitos de “baixa intensidade”, insuficientes para deslocar plenamente qualquer contradição, se constitui também como mecanismo de administração da crise.⁹

Por certo, as contradições implícitas nessas tendências não escaparam de todo a Furtado. O ponto central é que, numa quadra expansiva do capital, em que vigorava a miragem civilizatória do capitalismo desenvolvido, Furtado captou-as em germe, como particularidade do subdesenvolvimento. Mas é sintomático que no curso das transformações da década de 1970, em suas críticas à transnacionalização, Furtado já esboçasse, para desenvolver nas décadas seguintes, críticas mais profundas aos rumos tomados pelo capitalismo – e a seus efeitos deletérios mesmo para as economias centrais.

Com efeito, a problematização do crescimento econômico como *fim em si* e uma concepção de desenvolvimento nos termos de uma racionalidade substantiva e da construção de nexos entre *meios e fins*, estes condensados na esfera do Estado democrático, poderiam ser lidos como uma espécie de tradução weberiana preliminar da cisão entre “valor” e “valor de uso”. Assim também, a problemática da subversão da relação entre *meios e fins* e a prevalência da racionalidade instrumental poderiam ser reveladoras da tendência à acumulação como *fim em si*, à revelia das necessidades humanas. Não deixa de ser sintomático, como vimos, a observação de Furtado segundo a qual

8 Baran e Sweezy (1974) chegaram a propor um cálculo segundo o qual, retirados os gastos militares, o pleno emprego keynesiano recuaria a níveis de desemprego típicos da década de 1930.

9 “[...] assim como não pode estabelecer limites a si mesmo, o sistema do capital também não consegue diferenciar o *crescimento de uma criança* do *crescimento de um câncer*. Pois, nos termos das equações práticas redutoras do capital [...], os dois devem ser reduzidos ao mesmo denominador comum: a ‘produtividade das células’” (MÉSZÁROS, 2002, p. 658).

“[...] o tempo histórico se acelera [...]” (FURTADO, 1992, p. 35); e se acelera contra nós! Quanto à “*tirania* capitalista do *tempo*”, levada a seu paroxismo, e os limites a que chega a lógica da descartabilidade das mercadorias, cumpre observar a centralidade, para Furtado, do problema da “modernização dos padrões de consumo”, que produzia deformações profundas em economias subdesenvolvidas como a brasileira. Os problemas relativos à obsolescência das estruturas técnicas e do desemprego crônico, também hoje levados ao paroxismo, já estavam, de certo modo, prenunciados na tese da “inadequação tecnológica”, outro fator deformador do subdesenvolvimento. Naturalmente, o mesmo conjunto de questões reaparece na consideração dos problemas de uma economia subdesenvolvida em franco processo de desindustrialização e reprimarização, sobre uma base produtiva primário-exportadora poupadora de trabalho vivo. Também não escapou a Furtado, já no início da década de 1970, a questão ecológica, embora relativizada à luz dos “mitos” em torno das possibilidades generalização dos padrões das economias centrais contidas nas teorias ortodoxas do desenvolvimento econômico (FURTADO, 1974).

No curso do processo de transnacionalização da década de 1970 e, sobretudo, no período posterior, Furtado observou a progressiva diluição dos “sistemas econômicos nacionais” e os obstáculos cada vez mais poderosos, na nova quadra histórica, para uma regulação estatal. De fato, a crise estrutural do capital também se caracteriza por uma corrosão das condições que permitiam ao Estado realizar suas funções corretivas. No mesmo sentido em que os deslocamentos cíclicos estão bloqueados, também a ação corretiva do Estado se revela, hoje, ineficaz. De um lado, também foi levada ao limite a contradição constitutiva do sistema entre as tendências à mundialização do capital e caráter nacional de suas formações políticas correspondentes. Se o capitalismo do pós-guerra logrou coadunar, de um lado, a regulação da expansão do comércio internacional e dos fluxos de capital e, de outro, o dinamismo de economias domésticas que preservavam sinergias com os seus respectivos espaços nacionais, hoje, na transnacionalização levada ao paroxismo – o que fez inclusive arrebentar as velhas regulações – não há um correspondente político corretivo em nível mundial. Na ausência de uma estrutura de poder global, também se agravam as tendências conflitivas derivadas da sobreposição sistêmica de um poder estatal hegemônico que, na atual fase do imperialismo, se pretende mundial – desnecessário dizer que o poder pretensamente hegemônico em crise dos Estados Unidos é o que encarna o núcleo do complexo militar-industrial. Com efeito, também não escapou a Furtado que o horizonte histórico da formação nacional se esfumava nessa quadra histórica. Por certo, trata-se de um ponto de vista privilegiado para se captar as determinações da barbárie contemporânea. E talvez possamos mesmo

questionar se as perspectivas reformistas da formação nacional teriam lugar nos marcos do capitalismo contemporâneo (SAMPAIO JR., 2008).

4. Em busca de um “novo horizonte utópico”

A quadra histórica da crise estrutural conforma-se como uma “era de expectativas decrescentes”. Em síntese, pode-se dizer que a época de elaboração de *Formação econômica do Brasil* ensejava um “horizonte de expectativas” quanto ao futuro. Expectativas que, se para Furtado, não eram propriamente as da revolução socialista, eram a das possibilidades de um reformismo na periferia capaz de superar o subdesenvolvimento e consumir, sem mimetismos, a formação de uma sociedade efetivamente nacional, em termos de padrões civilizatórios que tinham lastro nas experiências da social-democracia do pós-guerra. Mas também é claro que o tom amargo de seus últimos ensaios revela, em última instância, que aquele horizonte, em algum momento, se esvaçou. Esse talvez seja o traço mais marcante dos 60 anos da obra.

Desde logo, cumpre observar que concordamos com o argumento de Alexandre Saes e Rômulo Manzatto em seu recente balanço dos desdobramentos historiográficos de *Formação econômica*, segundo o qual, em que pese a contribuição das variadas críticas ao paradigma fundante de Furtado, em que pese a qualificação especializada que a historiografia recente fez quanto a diversos pontos do ensaio, a visão de conjunto que constitui a linha mestra do livro permanece de pé como uma fecunda interpretação do Brasil (SAES; MANZZATO, 2019; ver também FALEIROS; FELIPE; SAMPAIO, 2019). E a obra ganha mais força à medida que se reafirmam os traços neocoloniais do Brasil contemporâneo – o mesmo talvez pudesse ser dito sobre a obra clássica de Caio Prado Jr. Se em 1959, *Formação* revelava um passado em vias de ser superado, forjando a base de um projeto para o futuro, hoje, diante da reversão neocolonial, o livro se converte numa descrição aguda desse ponto de partida ao qual tragicamente retornamos, dessa natureza íntima da sociedade brasileira, colonial, escravista, de que não conseguimos nos libertar. Como “análise do passado”, *Formação econômica* torna-se uma chave mais preciosa para se interpretar o presente. As expectativas ensejadas à sua época, entretanto, como dissemos, vão se esvaindo no tom sombrio dos últimos ensaios.

A constatação da distância entre o que esperávamos ser e aquilo em que nos transformamos; ou de que a consumação da formação nacional parecia ter desaparecido de nosso horizonte histórico revela um Furtado exilado de suas próprias esperanças.

É esse estreitamento das “expectativas” em relação ao futuro que nos sugere retomar o ensaio de Paulo Arantes sobre o “novo tempo do mundo”, em que se procura problematizar justamente o esfumaçamento da disjuntiva entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”; ou, noutros termos, as vicissitudes de uma “era de expectativas decrescentes” (ARANTES, 2014). Sintomático que, n’*A pré-revolução brasileira*, Furtado organize a discussão sobre o “projeto social” a partir do marco do “humanismo renascentista”. Ora, se, sob os escombros do século XIV, que trouxeram um espectro de fim dos tempos à crise do feudalismo (HILTON, 2004), a arte criou um horizonte pictórico com a descoberta da perspectiva, foram as Navegações que abriram os novos horizontes geográficos e históricos que, para além do fim do mundo, descortinavam um futuro aberto. Paulo Arantes toma de Koselleck a proposição de que o projeto da modernidade supunha uma separação entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, de tal modo que o tempo presente passasse a ensinar projeções de um futuro distinto. Das Navegações ao Iluminismo, as expectativas quanto ao futuro se potencializaram e a Revolução Industrial conferiu seu lastro material. Talvez se possa sugerir que as projeções para um futuro de longo prazo organizadas em torno de uma problemática da formação nacional e mesmo da ideia força de desenvolvimento econômico expressavam bem esse espírito moderno quanto a um futuro aberto, distinto da experiência vivida até então. O ponto, contudo, é que a Guerra já havia produzido uma fratura irreversível no projeto moderno e as expectativas quanto ao futuro começaram a esfumaçar. Não por acaso, diante do abismo, Walter Benjamin pôs em xeque as perspectivas ascensionais das velhas Filosofias da História (BENJAMIN, 1992). No entanto, é no último quartel do século XX que os elementos da crise estrutural do capital se sobrepõem com tal força que as “expectativas” parecem, de fato, se esvanecer. Os limites estruturais para a reprodução de uma sociedade salarial, os limites ecológicos, os riscos nucleares, a crise do Estado como meio de controle do capital e de contrapeso às suas contradições etc. constituem um quadro a que correspondem formas bárbaras de sociabilidade – a nova normalidade na qual se vive. O “horizonte de expectativas” se encurta, o “tempo histórico se acelera”, e as velhas perspectivas de uma verdadeira reforma do sistema, na base de um processo de “desenvolvimento econômico” em sentido rigoroso, dão lugar à “gestão” de uma crise permanente.

O tom amargo dos últimos ensaios parece revelar um Furtado consciente desses esfumaçamentos. Com feito, vê a sociedade nacional, um capitalismo que se voltasse às necessidades humanas, cada vez mais distantes e, sem vergar-se diante desse destino, o “mestre de todos nós” não deixa de elaborar proposições que supõem a necessidade do resgate de algum “horizonte utópico”:

O desafio que se coloca no umbral do século XXI é nada menos do que mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação, num curto horizonte de tempo, para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos. Devemos nos empenhar para que essa seja a tarefa maior dentre as que preocuparão os homens no correr do próximo século: estabelecer novas prioridades para a ação política em função de uma nova concepção de desenvolvimento, posto ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o equilíbrio ecológico. O objetivo deixaria de ser a reprodução dos padrões de consumo das minorias abastadas para ser a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população e a educação concebida como desenvolvimento das potencialidades humanas nos planos ético, estético e da ação solidária. A criatividade humana, hoje orientada de forma obsessiva para a inovação técnica a serviço da acumulação econômica e do poder militar, seria dirigida para a busca da felicidade, esta entendida como a realização das potencialidades e aspirações dos indivíduos e das comunidades vivendo solidariamente (FURTADO, 1992, p. 77).

REFERÊNCIAS

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **Capitalismo monopolista**. Ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BENJAMIN, Walter. “Teses sobre o Conceito de História”. In: **SOBRE ARTE**, Técnica, Linguagem e Política. Tradução: Maria Luz Moita, Maria Amélia Cruz e Manuel Alberto. Pref. de Theodor Adorno. Lisboa: Antropos, 1992.

BIANCONI, Renata; COUTINHO, Maurício: “O desenvolvimento como processo de mudança cultural: as conexões entre excedente e estruturas sociais na visão de Celso Furtado”. **Nova Economia**, Belo Horizonte: UFMG, v. 29, p. 1141-1169, out. 2019.

CAMPOS, Fabio. **A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)**, Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2009.

FALEIROS, Rogério; FELIPE, Ednilson; SAMPAIO, Daniel: “O cavaleiro andante de destemido coração: Celso Furtado e a saudade do futuro”. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez Editora, n. 135, p. 364-382, maio 2019.

FONTANA, Josep. **Análise do passado e projeto social**. Tradução: Luiz Roncari. Bauru: EDUSC, 1998.

FURTADO, Celso. **Análise do ‘modelo brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, Celso. **A nova dependência. Dívida externa e monetarismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. **Não à recessão e ao desemprego**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. **O Mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FURTADO, Celso. **Transformação e crise na economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HILTON, Hodney. **Bond men made free**. 2. ed. Oxford: Taylor and Francis, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. Tradução: Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIST, Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. Tradução: João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 2. ed. **Col. Os Economistas**. Apres. Paul Singer. Tradução: Marijane Lisboa e Otto Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARIUTTI, Eduardo. **Violência e Imperialismo**: as interpretações de Rosa Luxemburgo e John Hobson e suas implicações para o debate contemporâneo sobre o imperialismo. Tese de Livre-Docência. Campinas: UNICAMP, 2016.

MARX, Karl. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. Grundrisse (1857-1858). (3 vols) 14. ed. Tradução: José Aricó, Miguel Murmis, Pedro Scaron. México, DF: Siglo XXI, 1986.

MARX, Karl. O capital. Crítica da economia política. (5 vols.). 3. ed. **Col. Os Economistas**. Tradução: Regis Barbosa, Flavio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução: Paulo Castanheira; Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério F. “Introdução: para a historiografia da Nova História”. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério F. (org.). **Nova História em perspectiva** v. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

SAES, Alexandre; MANZATTO, Rômulo: “Os sessenta anos de Formação Econômica do Brasil: pensamento, história e historiografia”. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 14ª. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. **Anais** [...]. Criciúma: ABPHE, 2019.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SAMPAIO JÚNIOR. “Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo”. **Economia Ensaios**, Uberlândia: UFU, v. 22, n. 2, 2008.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano: “Celso Furtado: notas sobre a formação nacional e as conexões entre dependência e subdesenvolvimento”. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Rio de Janeiro: SEP, n. 21, p. 35-57, dez. 2007.

CAPÍTULO 3

A VISÃO DE FRANÇOIS PERROUX SOBRE O DESENVOLVIMENTO: aproximações com o pensamento de Celso Furtado¹

Renata Bianconi

1. Introdução

As contribuições pioneiras de François Perroux (1903-1987) e Celso Furtado (1920-2004) à economia do desenvolvimento são largamente reconhecidas². No final dos anos 1940, durante seus estudos doutorais em Paris, Furtado foi profundamente influenciado pela visão de Perroux do papel do Estado na economia e por sua percepção dos fenômenos de poder.

Em seus textos e entrevistas, Furtado reconhecia as relações entre poder e economia, especialmente nas relações internacionais, como sendo uma das contribuições principais de Perroux a seu próprio pensamento. Também tributário da visão global do sistema capitalista fornecida pela análise centro-periferia de Prebisch³, Furtado constrói, a seu turno, uma teoria do subdesenvolvimento embasada em profunda compreensão das estruturas externas e internas de dominação (FURTADO, 1961, 1966b, 1967). Dessa forma, uma característica marcante de sua abordagem dos problemas do subdesenvolvimento é a percepção das relações de dominação e dependência no processo histórico de criação e difusão da tecnologia moderna (FURTADO, 1974, 1978).

Este artigo tem o objetivo de contribuir para a compreensão das interações e afinidades entre os pensamentos de Celso Furtado e François Perroux⁴, examinando, em particular, as ideias de Perroux que teriam influenciado Furtado e procurando destacar pontos em comum nas reflexões dos autores sobre os problemas do desenvolvimento econômico. Inicia-se com breves considerações sobre a abordagem de Furtado da economia e suas influências

1 Retomamos neste capítulo discussões apresentadas em Bianconi (2014, parte I.2) e em trabalhos desenvolvidos durante pesquisa pós-doutoral realizada no IE/UNICAMP entre 2015 e 2018 (financiada pela FAPESP, processo n. 2014/26062-5). Os textos em francês citados foram livremente traduzidos pela autora.

2 Ver Arestis e Sawyer (2000); Meier (1987).

3 Ver Furtado ([1994] 2012).

4 A esse respeito, recomenda-se também a leitura de Britto e Cunha (2014).

francesas, concentrando-se, em seguida, na visão de Perroux sobre os problemas do desenvolvimento; conclui-se com algumas considerações sobre as afinidades entre os pensamentos dos autores.

2. Estudos de economia e algumas influências francesas de Furtado

A partir das influências recebidas do pensamento social brasileiro e de seus estudos de economia, nos quais se engaja de modo formal e sistemático durante a realização do doutorado na Sorbonne, Furtado desenvolverá uma abordagem própria da questão nacional e do papel do Estado no desenvolvimento econômico (VIEIRA, 2007). Buscando inicialmente na história uma explicação para o atraso econômico do Brasil e apoiando-se em intelectuais como Mannheim, Weber, Perroux, Keynes e Prebisch, Furtado propõe uma nova abordagem da questão do subdesenvolvimento. Torna-se um expoente nesse domínio na América Latina ao integrar a Cepal e participar da construção da escola de pensamento estruturalista latino-americana.

Furtado afirma ter iniciado estudos sistemáticos de economia já dispondo de uma “visão do mundo” definida, de forma que abordava a economia como um instrumental que conferia maior eficácia ao tratamento de problemas vindos “da observação da história ou da vida dos homens em sociedade”: “Nunca pude compreender a existência de um problema *estritamente econômico*”, afirmaria Furtado em texto autobiográfico (FURTADO, [1973] 2013, p. 45, grifo do autor). Criticava sobretudo a incapacidade de economistas “tecnicamente sofisticados” de captar a dimensão social dos problemas (FURTADO, 1999, p. 93).

Antes de integrar-se à equipe da Cepal, experiência determinante na evolução de seu pensamento e de sua obra, Furtado aprofunda seus conhecimentos de economia por meio da realização de estudos doutorais na Universidade de Paris. Ao mesmo tempo que prepara sua tese e dedica-se aos cursos na Sorbonne, Furtado se matricula no Instituto de Estudos Políticos de Paris, interessado pelo “vasto horizonte” de seus cursos e seminários: “Fascinava-me estudar a história das ideias, da técnica e da política do século XIX, pois estava a pensar que o descarrilamento da humanidade aí tivera início”, explica o autor na autobiografia (FURTADO, [1985] 1997, p. 102).

O curso de marxismo do professor Auguste Cornu, mais focado na filosofia do que nos aspectos econômicos do marxismo, permitiram a Furtado estudar minuciosamente a obra de Marx e Engels. Furtado afirmaria, no entanto, que, conhecendo o pensamento de Ricardo e a macroeconomia moderna, a

contribuição de Marx à Economia pareceu-lhe menos importante do que a “formidável vista que descortina Marx sobre a gênese da história moderna [que] não deixa indiferente nenhum espírito curioso” (FURTADO, [1985] 1997, p. 116). Pouco receptivo às ideias econômicas de Marx⁵, Furtado absorveria, no entanto, de suas leituras do *Capital* certas ideias que influenciariam sua concepção dos processos econômicos, especialmente a importância capital do progresso técnico (que seria confirmada por sua leitura de Schumpeter) e a tendência dos capitalistas a vencer todos os obstáculos interpostos à acumulação de capital (FURTADO, [1973] 2013).

A respeito da influência de Marx, Furtado afirma que a partir de sua leitura pôde compreender que as decisões econômicas envolvem o exercício de poder. Ressalva, no entanto, que “não basta a ideia de poder, tal qual o exerce compulsivamente o capitalista. O poder também deve existir como um sistema. E, na economia capitalista, os centros de decisão mais importantes desse sistema se situam no Estado”. Seria, então, a partir da leitura de Keynes, que Furtado derivaria a ideia de que “todo capitalismo é em certo grau um capitalismo de Estado”. Sua compreensão precoce do “fenômeno da dependência econômica em sua natureza estrutural” teria origem nessas leituras (FURTADO, [1973] 2013, p. 46). Ao valorizar o papel do Estado, a teorização de Keynes sobre o funcionamento da macroeconomia teria permitido abordar a Economia em termos de política econômica e não mais em termos de regulação pelo mercado; restabelecia-se, assim, a “primazia do político sobre o econômico” (FURTADO, [1994] 2012, p. 299).

Furtado destaca a influência de Keynes sobre seu pensamento, salientando que lhe permitiu compreender a importância do Estado e a necessidade de certa centralização de decisões para o funcionamento da economia capitalista:

Ao colocar em primeiro plano uma visão global das decisões econômicas, cuja insuficiência de coordenação era responsável pelo desemprego, a obra de Keynes deu um grande impulso à teoria da política econômica. [...] Conceber a política econômica como um esforço de coordenação de decisões [...] constituía uma ruptura frontal com a visão otimista com respeito à eficácia dos mecanismos dos mercados a que levava o pensamento neoclássico. Com a análise keynesiana emergiu uma teoria da coordenação das decisões econômicas que valorizaria consideravelmente os centros de decisão em nível nacional. Ora, se a eliminação do desemprego requeria uma ação diretora do Estado sobre o conjunto do sistema econômico, que dizer das modificações estruturais requeridas para sair do subdesenvolvimento? Esse enfoque levou a dar ênfase aos aspectos políticos dos

5 Para sua análise do modelo de Marx, ver o primeiro capítulo, “Reencontro da dialética”, de *Dialética do Desenvolvimento* (FURTADO, 1964).

problemas econômicos e a conceber o desenvolvimento como o fruto de uma ação deliberada e não como sendo gerado espontaneamente” (FURTADO, [1979] 2013, p. 218-219).

Não obstante, é a François Perroux que Furtado atribui a influência mais decisiva na conformação de seu entendimento sobre o papel do Estado.⁶ Destanne de Bernis (1998, p. 63) observa que, devido aos diferentes momentos da história em que concebem seus conceitos, Keynes e Perroux, apesar de ambos acentuarem o papel do Estado, não se encontram numa mesma perspectiva geral: “Perroux atribui ao Estado o encargo da regulação global de uma economia largamente independente mais do que aquele de resolver o desemprego, questão que não se colocava mais (ou não ainda) nos anos cinquenta e sessenta”. Ainda segundo sua análise, para Perroux, entretanto, o fenômeno do poder extrapola o do Estado, encontrando-se “em todos os níveis de organização” (agente, empresa, atividade econômica), e não se restringindo às sociedades capitalistas, pois o poder “não é próprio do capital mas da organização de toda sociedade” (DESTANNE DE BERNIS, [1977] 1990, p. 118).

Durante seus estudos doutorais em Paris, Furtado segue o curso de economia industrial de François Perroux que, naquele período, desenvolvia pesquisas que o conduziram à ideia de “polos de crescimento”, e começava a teorizar sobre o fenômeno das grandes empresas que se organizavam horizontalmente em vários países em busca de maior autonomia de decisão.⁷ Vale lembrar que o conceito de “grande unidade interterritorial”, cujos trabalhos pioneiros couberam a Maurice Byé (orientador das pesquisas doutorais de Furtado) e a François Perroux, contribuiu de maneira decisiva, como salienta Furtado ([1985] 1997, p. 121), “para modificar a visão das relações econômicas internacionais”. Como “centros de decisão”, as grandes empresas com atuação internacional teriam papel determinante na reestruturação do sistema econômico internacional no pós-guerra e estabeleceriam a ligação entre os polos de desenvolvimento dos países desenvolvidos e os setores modernos das economias subdesenvolvidas. Trata-se de tema amplamente estudado por

6 Sobre o papel do Estado na economia, François Perroux ([1948] 1962, p. 29) afirmava: “Nem o capitalismo atomístico, nem o capitalismo de grandes unidades jamais funcionaram independentemente do Estado. [...] Capitalismo inteiramente e exclusivamente privado, a história jamais conheceu; a observação do presente não nos revela nenhum.”

7 Como lembra Alain Alcouffe (2009), são concomitantes ao período do doutorado de Furtado as pesquisas de Perroux sobre os polos de crescimento e sobre o efeito de dominação.

Furtado (1966b, 1968, 1974), sob influência fundamental dos estudos pioneiros desenvolvidos por Maurice Byé e François Perroux.⁸

No que se refere às influências cruzadas e afinidades teóricas entre Celso Furtado e economistas franceses, é indispensável mencionar o artigo publicado por Alain Alcouffe (2009). Especificamente no que se refere a economistas que se situam “nos prolongamentos da visão de Perroux” e que tiveram estreita relação com Furtado, Alcouffe sublinha a importância de economistas como Maurice Byé e Jacques-R. Boudeville, que contribuíram para a divulgação das ideias de Perroux, e que foram ligados ao Brasil. Byé, que foi professor no âmbito das missões universitárias francesas no Brasil antes de juntar-se à Resistência francesa na Segunda Guerra Mundial, desenvolveu em estreita relação com o trabalho de Perroux, como mencionado anteriormente, estudos sobre relações internacionais e sobre as “grandes unidades interterritoriais”, em que colocou em evidência as imperfeições dos mecanismos que supostamente garantiriam o equilíbrio nas trocas internacionais (ALCOUFFE, 2009). O próprio Perroux (1969b, p. 497) destaca o caráter pioneiro dos trabalhos de Byé sobre esse “fenômeno dominante na vida econômica do século XX”.

Outro economista francês com destacado papel na difusão das ideias de Perroux e com longa relação com Celso Furtado foi Jacques-R. Boudeville. Boudeville (1957) realizou trabalho pioneiro sobre polos de crescimento no Brasil (estudo sobre as relações interindustriais de Minas Gerais), “abordagem [que] tornava operacionais os conceitos propostos por Perroux e fornecia uma metodologia a políticas de intervenção espacial e de desenvolvimento” (ALCOUFFE, 2009, p. 45). Em sua apresentação da tradução francesa de *Desenvolvimento e Subsenvolvimento*, publicada em 1966 (completada na edição francesa por um capítulo escrito em Yale, em 1965), Boudeville, então colega de Furtado na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris (juntamente com Maurice Byé, que prefacia o livro), destaca que a busca “de uma explicação estrutural do desenvolvimento adquire [nessa obra] a precisão formal de um modelo, e constitui um dos aportes mais interessantes da escola econômica latino-americana” (FURTADO, 1966a, p. vii; 1965).⁹

8 Trabalhamos mais detidamente esse aspecto da obra de Furtado em Bianconi e Minda (2014) e em Bianconi (2016, 2021).

9 Vale lembrar a caracterização da escola estruturalista latino-americana feita por Furtado ([1967] 2000, p. 95-96): “O estruturalismo econômico (escola de pensamento surgida na primeira metade dos anos cinquenta entre economistas latino-americanos) teve como objetivo principal pôr em evidência a importância dos ‘parâmetros não-econômicos’ dos modelos macroeconômicos. Como o comportamento das variáveis econômicas depende em grande medida desses parâmetros, e a natureza dos mesmos pode modificar-se significativamente em fases de rápida mudança social, ou quando se amplia o horizonte temporal da análise, os mesmos devem ser objeto de meticoloso estudo. Essa observação é particularmente pertinente com

Além de sua formação inicial privilegiando a história, a filosofia e a sociologia, o período de seu doutorado em Paris ocupa certamente lugar de destaque no percurso intelectual de Furtado, ao lado da colaboração, iniciada em 1949, alguns meses após a defesa de sua tese de doutorado (1948), com Raúl Prebisch e outros economistas e cientistas sociais no âmbito da Cepal. Furtado afirmaria que a visão “centro-periferia” de Prebisch e a ideia de poder destacada no pensamento de Perroux complementavam-se, sendo de importância fundamental para o tratamento da problemática do subdesenvolvimento. Furtado considerava-se, assim, o “discípulo desses dois mestres” (FURTADO, [1994] 2012, p. 301).¹⁰

3. A “visão global” de François Perroux¹¹

François Perroux foi o introdutor na França do pensamento econômico de Joseph Schumpeter, de quem fora aluno nos anos 1930, e contribuiu à difusão e à crítica das ideias de Keynes.¹² Conforme Pierre Rosanvallon (1987), se a *Teoria Geral* de Keynes havia sido pouco lida na França no entreguerras (sua tradução data de 1942), a elaboração de teses sobre o autor nos anos 1940 orientadas por François Perroux, bem como a publicação do estudo de Perroux *La généralisation de la “General Theory”* (1950) contribuíram a um melhor conhecimento da obra de Keynes no meio universitário francês. Entretanto, sublinha Rosanvallon (1987, p. 52), ainda mais importante foi a penetração das ideias keynesianas entre altos funcionários públicos no início dos anos 1950, com a constituição de um “keynesianismo prático”, “indissociável da transformação da relação entre o Estado e a sociedade” (valorizando a ideia de política econômica, com o crescimento da intervenção do Estado na economia no pós-guerra – financiamento e produção – no âmbito do estabelecimento de um sistema de planificação econômica).

Como Furtado ([1994] 2012) ressalta, François Perroux, por sua vez, avança a conceitualização do “efeito de dominação” (PERROUX, 1948), que ultrapassa o âmbito estritamente econômico do “efeito de inovação” destacado por Schumpeter. Perroux introduz, assim, o tema do poder nas relações econômicas, projetando-o na economia internacional, o que precocemente estimulou Furtado, seu estudante em Paris, a articular a economia e o poder no âmbito

respeito a sistemas econômicos heterogêneos, social e tecnologicamente, como é o caso das economias subdesenvolvidas.”

10 Trata-se do texto de conferência pronunciada por Furtado no Collège de France, em 1994. Alcouffe (2009, p. 37) salienta que Furtado nessa ocasião reconhece em Perroux “uma fonte de inspiração colocada ao nível da de Prebisch”.

11 Expressão empregada por Celso Furtado ([1994] 2012).

12 Cf. Cohen (2006), Perroux ([1965] 1993).

das relações internacionais (MALLORQUÍN, 1995). Sobre a relevância da teorização feita por Perroux, Furtado (1996, p. 69-70) destaca:

A Ciência Econômica tradicional ignora a existência do poder. Só reconhece o poder do monopólio, que é uma coisa anômala. Os marxistas também não tinham a percepção da importância do poder, pensavam que explicando o econômico explicavam-se-ia tudo, mas, na verdade, explicando o econômico não se explica necessariamente o fenômeno do poder.

Daí a importância de Perroux, continua Furtado:

[Perroux] tinha uma ideia muito clara, com sua formação alemã, do que era o fenômeno do poder, que chamou de “efeito de dominação”, e que tratava de identificar em primeiro lugar para abordar uma realidade econômica. Só se explica o processo econômico complexo a partir de uma percepção da relação de forças que estão operando. E estas, na verdade, são manifestação de poder. Não são apenas, digamos assim, mecanismos, os quais também explicam muita coisa. Mas não se capta o mais importante, que são os fins que busca o homem (FURTADO, 1996, p. 70).

François Perroux, em suas obras, denuncia a distinção entre o econômico e o social que permitiria à teoria econômica convencional eludir o problema do poder, compreendendo a economia como uma ciência dos meios (e não uma ciência dos fins, que seriam da esfera da moral e da política). Uma distinção, observa o autor, que poderia servir à manutenção do statu quo: “Se os fins estão fora do alcance do economista, ele poderá se contentar em aceitar a ordem social existente, a hierarquia dos poderes sociais que a constituem [...]” (PERROUX, [1973], 1994, p. 151).

Assim, *os fenômenos de poder*, segundo Perroux, entrariam na teoria econômica convencional (onde reina a concorrência perfeita) apenas “pela porta estreita dos regimes monopolísticos dos preços” (PERROUX, [1973] 1994, p. 152). Perroux critica, assim, a teoria econômica neoclássica, com sua hipótese de homogeneidade dos agentes humanos, pelo fato de negligenciar as implicações do poder no funcionamento da economia. Dessa forma, segundo o autor,

[a] teoria do equilíbrio geral não é a simplificação da vida econômica observável: ela é seu contrapé: não se reencontra a realidade modificando-se pouco a pouco o equilíbrio geral, complicando-se progressivamente

o modelo: para encontrar a realidade, é preciso escolher um outro modelo (PERROUX, [1961] 1991, p. 34).¹³

Se Perroux não é um economista neoclássico, ele não poderia tampouco ser classificado entre os economistas marxistas ou entre os keynesianos. Perroux “não acredita na luta de classes” (CHAVAGNEUX, 2003), e coloca em questão a existência de antagonismo entre as classes sociais (entre aquela que dispõe de meios de produção e a que é deles privada) que levaria à destruição da propriedade privada dos meios de produção. Para Perroux, portanto, a observação histórica não corroboraria as previsões de Marx (URI, 1987), no sentido de que o antagonismo entre as classes, nos países industrializados, não teria se agravado em face de um processo de proletarização crescente. Pelo contrário, constata Perroux (1987, p. 149): “nos países industrializados a classe operária se diversificou; é ‘tentada’ e em parte absorvida pelo capitalismo; não tem tendência a aumentar em número e a sofrer uma diminuição do salário real a longo prazo nem uma deterioração do seu nível de vida.” Perroux afirma, não obstante, a existência de um conflito entre as classes sociais, necessário para engendrar condições para o diálogo, pois, as classes dominantes jamais “desejaram ou prepararam espontaneamente o diálogo com as classes dominadas” (PERROUX, 1964, p. 129; DESTANNE DE BERNIS, [1977] 1990).

Assim, a história da humanidade não pode ser reduzida, segundo Perroux (1987, p. 149), à luta de duas classes antagonistas (em função da propriedade dos meios de produção), visto que a industrialização “tende a promover, quanto às remunerações reais – salários e transferências sociais – os assalariados que nela participam”, enquanto que, nos países em desenvolvimento, os conceitos de classe e de luta de classes do marxismo originário não se aplicariam, por serem estranhos aos “meios sem indústria”. Além do mais, o critério de propriedade ou não dos meios de produção “não basta por si só: o seu significado depende da organização do todo social, dos canais de informação e de poderes que especificam e qualificam uma dada sociedade” (PERROUX, 1987, p. 150).

Sendo igualmente crítico da *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* de John M. Keynes (1936), Perroux considera que o modelo de Keynes “não é defensável senão para um caso muito especial, uma situação histórica análoga à do Reino Unido dos anos 30, e mesmo nesse caso, com expressas reservas” (PERROUX, 1987, p. 110). As políticas de desbloqueio preconizadas por Keynes pressuporiam um mercado financeiro e monetário bastante

13 Em “Pouvoir et économie”, a respeito dos modelos walraso-paretianos, Perroux ([1973] 1994, p. 184) afirma: “O ponto – não se insistirá nunca suficientemente – não é saber se esse modelo fundamental *simplifica* a realidade, pois isso é próprio de todo modelo; mas dizer se ele não a destrói”. Ver também Chambre (1974).

desenvolvido, instituições e hábitos mentais e sociais instaurados e difundidos pelo capitalismo; sua eficácia estaria subordinada, assim, à existência de forças de desenvolvimento, como a disposição a investir do empresário, uma determinada resposta do trabalhador aos estímulos capitalistas, a disciplina dos bancos e o respeito às regras fixadas pelas autoridades monetárias (PERROUX, 1966, p. 244). Na medida em que considera que o desenvolvimento implica mudanças institucionais e a eliminação de bloqueios e deficiências econômicas, Perroux não identifica no modelo keynesiano um caminho para uma política de desenvolvimento (PERROUX, 1987, p. 110; 1962c). Dessa forma, no que concerne a sua aplicação aos países subdesenvolvidos, a teoria keynesiana é contestada por Perroux, posto que as políticas propostas não teriam o objetivo de transformar as instituições de um sistema econômico, mas de corrigir o mau funcionamento representado pela inclinação à acumulação de riquezas (em vez de seu investimento produtivo), que impediria o pleno emprego dos recursos. Perroux (1987, p. 108-109) considera, portanto, que a “cura” keynesiana “não é nem pertinente nem operacional no caso dos países em desenvolvimento”; nestes, os “freios e bloqueios ao desenvolvimento se manifestam ao nível das instituições, das estruturas mentais e dos hábitos sociais” (PERROUX, 1966, p. 243). Nesse sentido, salienta que o produto real global de uma sociedade pode crescer sem que a mesma se desenvolva, pois, o desenvolvimento pressuporia transformações no aparelho econômico tanto quanto mudanças nos homens, que devem ser capazes de ter aspirações e expectativas (PERROUX, 1962c).

O subdesenvolvimento seria, portanto, segundo Perroux, de uma outra natureza, devendo ser analisado em termos de “dominação”, de “desarticulação interna” e de cobertura dos “custos do homem” (*les coûts de l’homme*)¹⁴, os “três traços notáveis”, interligados, que caracterizariam as economias subdesenvolvidas. Trata-se de economias *inarticuladas*, compostas de dois setores justapostos – um moderno ou capitalista, outro arcaico ou pré-capitalista – cuja comunicação é deficiente e que mantém apenas fracas relações: as forças de crescimento não se propagam ao conjunto do sistema ou o fazem provocando desequilíbrios. As economias subdesenvolvidas são também economias *dominadas*, mesmo fora dos quadros coloniais, devido à assimetria nas relações de força entre os diversos agentes (Estados, grandes empresas exportadoras, grupos financeiros) em nível internacional; tais relações de desigualdade entre Estados ou grandes empresas e os países subdesenvolvidos no que concerne ao poder de decisão agravam a desarticulação interna nesses últimos: “Porque

14 Ver, de François Perroux, especialmente os capítulos “La notion de développement” [1961] e “Trois outils d’analyse pour l’étude du sous-développement” [1955], em Perroux ([1961] 1991). Ver também: Destanne de Bernis ([1977] 1990) e Blardone (2005).

a economia subdesenvolvida é inarticulada, o esforço da nação ou da firma dominante se aplica em locais e atividades bem determinadas sem que as solidariedades ditas ‘nacionais’ possam rapidamente retificá-lo e reparti-lo” (PERROUX, [1961] 1991, p. 192).

Nesse contexto de desarticulação e de dominação que caracteriza as economias subdesenvolvidas, o livre funcionamento dos mecanismos de mercado – que supostamente equilibra a oferta e a demanda de bens e serviços – não é capaz de atender às necessidades básicas dos membros das populações, aos quais não se concede “o mínimo vital avaliado pela ciência” (PERROUX, [1961] 1991, p. 192). Assim, como observa Henri Bartoli (2005, p. 19), “[aos] ‘desejos solváveis’ da economia standard, F. Perroux opõe as ‘necessidades fundamentais’, tal como definidas ‘objetivamente’ em referência às ciências humanas e ‘socialmente’ à existência.” Perroux defende, assim, a superação da lógica das necessidades solváveis em busca de um desenvolvimento humano baseado na cobertura dos “custos do homem”, definidos como “os custos do status humano da vida para todos”, “os custos que proporcionam a cada um expectativa de vida, saúde, acesso ao conhecimento, compatíveis com as condições concretas do lugar e da época” (PERROUX, [1961] 1991, p. 192). Em seu livro *Pour une philosophie du nouveau développement* (1981, 1987¹⁵), François Perroux explica:

Fazer penetrar estes custos [“os custos do homem”¹⁶] nas contabilidades privada e social, é desde logo, romper com a lógica da solvabilidade. É admitir que o indivíduo vivo é prioritário na distribuição do produto e do rendimento. A vida dos homens é, *juridicamente*, preferida a um aumento de enriquecimento. Este imperativo, como qualquer outro, concretiza-se através de condições de tempo, lugar e meio cultural. Evidentemente, também pode chocar com impossibilidades absolutas. Exige, em qualquer caso, uma investigação sobre o campo dos possíveis e admite uma *hierarquia* das satisfações e dos empregos *radicalmente* diferente da que a solvabilidade impõe (PERROUX, 1987, p. 210, *itálicos do autor*).

A desarticulação, a dominação e a não-cobertura dos custos do homem representam, assim, na visão de Perroux, os “elementos estruturais constitutivos do subdesenvolvimento” (DESTANNE DE BERNIS, [1977] 1990, p. 127). A partir daí, Perroux defende a elaboração de políticas de desenvolvimento

15 Utilizamos aqui a tradução portuguesa desse livro, *Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento*, publicada em 1987.

16 Trata-se, conforme Perroux (1987, p. 209-210), do cálculo dos custos “do estatuto humano da vida para cada trabalhador e cada cidadão”: “Classificam-se em três grupos: os que asseguram o equilíbrio físico e mental do indivíduo, os que permitem a cada um uma vida intelectual e moral (educação) e os que permitem a cada um o descanso mínimo sem o qual é impossível a consciência de si próprio”.

adaptadas a cada realidade, levando-se em conta as necessidades reais das populações (necessidades econômicas, culturais e sociais) e a identificação dos recursos potenciais (naturais e humanos) em cada conjunto humano. A economia de mercado “supostamente capaz de engendrar excessos [*surplus*] de produtos e rendimentos que finalmente beneficiam todos” ter-se-ia revelado incapaz de assegurar a todas as existências humanas a satisfação de suas necessidades vitais: “[o] ‘consumo’ de seres humanos, em benefício das coisas e da acumulação do capital sob todas as suas formas, ensombrou tragicamente os primórdios do capitalismo industrial”. Nos países ocidentais, “ainda que somente para tornar tolerável o funcionamento do sistema”, redes de proteção social foram implementadas, o que, no entanto, não modificou, ressalta Perroux, a oposição existente “entre o *princípio de solvabilidade* e o *princípio de solidariedade*” (PERROUX, 1987, p. 80-81, itálicos do autor).¹⁷

Contudo, observa Perroux, o modelo social que se configurou historicamente nos países ocidentais não pode ser transposto aos países em desenvolvimento, na medida em que corresponde a um outro estágio de desenvolvimento e a uma forma de sociedade diferente. Ademais, Perroux salienta as dificuldades decorrentes das lutas políticas mundiais para a consolidação de “uma frente comum [de países em desenvolvimento] no seio das instâncias internacionais”, o que o leva a afirmar a urgência de uma doutrina da repartição internacional de rendimentos e produto, com a integração dos poderes públicos (acusados de influenciar desfavoravelmente as decisões de unidades privadas) no “campo de observação e análise”, com vistas a modificar as “regras do jogo em benefício da comunidade dos povos” (PERROUX, 1987, p. 83-85). Dessa forma, as teorias econômicas elaboradas a partir da experiência social e dos mecanismos econômicos e financeiros dos países desenvolvidos contribuiriam pouco à interpretação da trajetória dos países em desenvolvimento e à orientação de sua política econômica. De fato, sendo economias sem sólida coesão interna e sem poder em relação ao exterior, submetem-se ao mercado, dele participando “em condições de desigualdade profunda, universal e duradoura” (PERROUX, 1987, p. 99).

Diante das desarticulações e dominação (interna e externa) de que sofrem os países subdesenvolvidos, o papel do Estado como árbitro dos conflitos e articulador dos fluxos econômicos é neles essencial, na medida em que o mercado por si só não seria capaz de enfrentar as contradições e tensões sociais características do subdesenvolvimento. O *programa* e o *plano* aparecem,

17 Em *Pouvoir et Économie*, Perroux asseverava que a lógica do capitalismo é a da “solvabilidade e da rentabilidade privadas”. No mercado, não haveria espaço para a satisfação das necessidades de agentes que não dispõem de capacidade de pagamento. O reconhecimento implícito desse fato, pelas sociedades ocidentais, seria observável no enquadramento “do fluxo de trocas mercantis pelo fluxo de transferências de solidariedade e o fluxo de transferências obrigatórias” (PERROUX, [1973], 1994, p. 265).

então, na abordagem de Perroux, como instrumentos necessários para o desenvolvimento¹⁸, devendo corresponder a um “projeto coletivo” capaz de introduzir alguma ordem na “heterogeneidade dos conflitos sociais”, tornando “compatíveis entre si os projetos dos grupos sociais” (PERROUX, [1961] 1991, p. 281) e suportáveis os desequilíbrios que necessariamente o desenvolvimento impõe.¹⁹ Se Perroux “demonstra a incapacidade de uma sociedade mercantil de adotar um projeto coletivo”, ele não se vincula de forma alguma à “solução de uma autoridade organizadora” (DENIZET, 1990, p. 155). A “arbitragem”, no sentido de “um poder que se pronuncia em nome do interesse geral, do benefício coletivo, do bem comum” (PERROUX, [1961] 1991, p. 205) seria necessária para harmonizar *desenvolvimento e crescimento*. As mudanças estruturais e as mudanças relativas de poder entre grupos econômicos e sociais que ocorrem no processo de crescimento não poderiam ser arbitradas apenas pelo mercado se se pretende alcançar, para a população, “um ótimo dinâmico do produto e de sua estrutura de produção e de distribuição”. Ao poder público, portanto, caberia a harmonização do crescimento, que não se apresenta espontaneamente equilibrado (PERROUX, [1973] 1994, p. 256).

A industrialização adquire papel central, na argumentação de Perroux, na busca por um desenvolvimento “complexo e harmonizado”, no qual os países subdesenvolvidos não estejam submetidos às decisões vindas do exterior e os investimentos estejam interligados (PERROUX, [1961] 1991; BLARDONE, 2005). “Fenômeno social complexo” que não se resume à criação de indústrias, a industrialização implica, segundo Perroux, “o condicionamento econômico de uma sociedade, um desenvolvimento específico da economia à base de empresa e de mercado, uma adaptação dos tipos humanos ao aparelho de produção” (PERROUX, [1961] 1991, p. 484). No entanto, em economias subdesenvolvidas (formadas pela justaposição de setores capitalistas e pré-capitalistas) caracterizadas pela dependência de investimentos estrangeiros, os

18 Referindo-se a A. Hirschman, Perroux ([1961] 1991) observa que, para economias subdesenvolvidas, o planejamento é capaz de criar a perspectiva de crescimento e desenvolvimento. Pode, entre outros efeitos, reduzir as incompatibilidades entre as diferentes iniciativas internas, e também entre iniciativas internas e externas; permite, ademais, o estabelecimento de prioridades diante da escassez de recursos.

19 Segundo Perroux, o crescimento e o desenvolvimento são *desequilíbrios*: “A implantação de um polo de desenvolvimento *suscita uma sequência de desequilíbrios* econômicos e sociais [...]”. E o autor acrescenta: “O crescimento não é somente feito de desequilíbrios de funcionamento (do orçamento, da balança exterior, da poupança e do investimento) que se deve tornar *suportáveis*. Ele comporta *contradições estruturais*.” Em uma nota de rodapé, faz a seguinte observação a respeito de trabalho de Celso Furtado: “A melhor análise que conhecemos das interações entre custos-preços-quantidades, de um lado, e estruturas econômicas e sociais de outro, é a que apresenta Celso Furtado em estudo mimeografado: *Development and stagnation in Latin-America: a structuralist approach* (Yale, 1965)” (esse estudo foi acrescentado como sétimo capítulo à tradução francesa de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, de C. Furtado). Cf. Perroux ([1961] 1991, p. 203 e 690, n. 1). Em referência à nota mencionada, Alcouffe (2009, p. 37) observa que atesta uma “coevolução” entre os pensamentos dos autores.

planos das grandes empresas estrangeiras que neles exercem uma influência dominante podem não ser compatíveis com os planos ou programas necessários para o desenvolvimento desses países. Como afirma Perroux (1962a, p. 25), “são as *estruturas da industrialização* que caracterizam as relações entre país desenvolvido e país subdesenvolvido”, mas, devido à desigualdade entre as estruturas dos diferentes países, o primeiro exerce uma posição dominante em relação ao segundo. Para o autor, as economias subdesenvolvidas não seriam economias estacionárias, para as quais o remédio poderia ser a introdução de inovações, *à la* Schumpeter²⁰, mas economias desarticuladas, que sofrem de bloqueios estruturais de crescimento, nas quais os impulsos, as instituições e os mecanismos do desenvolvimento econômico não surgem espontaneamente (PERROUX, [1961] 1991, p. 447).

Para além da “dinâmica da inovação” proposta por Schumpeter, Perroux propõe a elaboração de uma “dinâmica da desigualdade” para o estudo das relações entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Nos países subdesenvolvidos ligados aos países desenvolvidos por centros industriais, cujos maiores exemplos seriam os países da América Latina, Perroux afirma, referindo-se ao estudo de Maurice Byé (1955) sobre as “grandes unidades interterritoriais”²¹, que os países que demandam investimentos e os países que oferecem capitais não raciocinam necessariamente em relação aos mesmos períodos de tempo, a estratégia econômica estrangeira tendendo a prevalecer sobre os planos de desenvolvimento do país que recebe os investimentos. O desenvolvimento do país receptor de recursos se processaria, assim, em larga medida em função de decisões autônomas (sobre montante e natureza dos recursos) dos países fornecedores de capitais. As condições históricas do período de industrialização dos países subdesenvolvidos, num “planeta em via de industrialização generalizada”, se mostrariam, portanto, inteiramente diversas daquelas encontradas pelas “velhas nações europeias”; estas, em seu processo de industrialização, não puderam se beneficiar de transferências de recursos ou da competência técnica do exterior, mas beneficiaram-se, por um longo período, de uma defasagem nas formas de crescimento e nos níveis de desenvolvimento em relação aos demais países (PERROUX, [1961] 1991, p. 480-481).

Considerando as desigualdades nas estruturas econômicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e a decorrente dominação dos primeiros sobre os segundos, os países subdesenvolvidos encontrar-se-iam submetidos a efeitos assimétricos em suas trocas internacionais. Trata-se de efeitos

20 Consultar Perroux ([1965] 1993) para sua análise do pensamento econômico de Joseph Schumpeter.

21 A Grande Unidade Interterritorial (G.U.I.) foi definida por Byé como “o conjunto integrado das organizações de produção controladas, em diversos territórios, por um centro único de decisão.”

assimétricos “de influência” (no que concerne à imitação do padrão de consumo dos países ricos por parte de classes abastadas, imitadas por sua vez pelas classes médias locais)²²; “de dominância” (em razão da desigualdade de conhecimentos técnicos e meios financeiros na preparação de convenções privadas e públicas); e “de dominação parcial” em setores em que a ação de oligopólios determina preços e quantidades (PERROUX, 1987, 223-224). Afirmando que a desigualdade e as assimetrias são a regra nas trocas internacionais, Perroux coloca em evidência o fato de que a concorrência deixa de vigorar entre parceiros muito desiguais. Diante da tendência à fixação unilateral das condições das trocas, que coloca os países em desenvolvimento a serviço do estrangeiro, Perroux (1981, 1987) recomenda uma estratégia de desenvolvimento “global, endógena e integrada”²³. Tal estratégia visaria reestruturar a economia do país de forma a aumentar “a participação da população na gestão dos recursos locais e na distribuição dos frutos que deles provêm” (PERROUX, 1987, p. 232).

Nesse sentido, Perroux aconselha aos países que dispõem de uma base industrial (como os da América Latina ou da Ásia) buscar uma integração plurinacional por meio de “polos de crescimento”. Nessa zona de colaboração entre nações, as propagações espontâneas seriam acompanhadas de políticas deliberadas, com o objetivo de reforçar suas economias internas e de reduzir sua dependência externa (PERROUX, [1961] 1991; BLARDONE, 2005, p. 61-62). Perroux afirma que a noção de polo de desenvolvimento apenas tem valor se se torna um instrumento de análise rigorosa e a ferramenta de uma

22 Sobre as pressões exercidas sobre o desenvolvimento e as formas de consumo dos países subdesenvolvidos, Perroux, referindo-se às análises de J. S. Duesenberry (*Income saving and the Theory of Consumer behavior*, 1949), afirma: “Em uma mesma nação, de grupo a grupo, os consumos são socialmente determinados e os consumos das classes superiores exercem uma atração sobre os consumos das classes inferiores. O que é verdadeiro de grupo a grupo no interior de uma nação o é também de povo a povo. [...] na medida em que o capitalismo estrangeiro tira partido do mercado do país subdesenvolvido, suscita sobre este mercado demandas que não são nem comandadas pela urgência objetiva das necessidades, nem por sistemas de preferências coerentes e formados, mas pelos interesses particulares das empresas que estão em contato com a demanda local” (PERROUX, [1961] 1991, p. 466-467). Deve-se ressaltar aqui que a ideia de mimetismo dos padrões de consumo dos países desenvolvidos pelos países subdesenvolvidos ocupa lugar central nas análises desenvolvidas por Celso Furtado sobre a conformação das estruturas subdesenvolvidas e a perpetuação do fenômeno do subdesenvolvimento (ver, entre outros: FURTADO, 1972 e 1974). Não retomaremos neste trabalho as análises elaboradas por Furtado sobre o tema, que procuramos desenvolver em trabalhos anteriores (BIANCONI, 2018; BIANCONI; MINDA, 2014).

23 Perroux assim precisa as características de um “novo desenvolvimento”: “*Global* designa uma visão de conjunto das dimensões de um todo humano e a diversidade dos aspectos que deve ser assumida nas suas relações, para além das análises especiais. Evidentemente, o termo se aplica a conjuntos de dimensões e de estruturas diversas, nação, ‘região de nações’, mundo inteiro. *Endógeno* [...] evoca as forças e os recursos interiores de uma nação e a sua utilização e valorização coerentes. [...] O desenvolvimento integrado [pode] significar quer a integração pluri-regional, quer a melhor coesão dos setores, regiões e classes sociais” (PERROUX, 1987, p. 31-32).

política. Segundo sua definição, um “polo de desenvolvimento é uma unidade econômica motriz ou um conjunto formado por tais unidades” (PERROUX, [1961] 1991, p. 202)²⁴. E o autor complementa:

O crescimento e o desenvolvimento de um *conjunto* de territórios e populações só serão, portanto, obtidos por meio da *organização [aménagement] consciente do meio de propagação* dos efeitos do polo de desenvolvimento. São órgãos de interesse geral que transformam o crescimento *de uma indústria* ou *de uma atividade* no crescimento de uma nação em evolução e os desenvolvimentos anárquicos em um desenvolvimento ordenado (PERROUX, [1961] 1991, p. 204, *itálicos do autor*).

A respeito da obra de François Perroux, Celso Furtado destaca:

Embora o eixo central de seu pensamento haja se orientado para o conceito de polo de crescimento – o qual inclui três elementos essenciais: a indústria-chave, a organização imperfeita dos mercados e as economias externas especiais –, François Perroux, tendo unido estreitamente o desenvolvimento à ideia de poder, conferiu a sua obra um alcance considerável, que continua a crescer.

Essa ideia permitiu ver com mais clareza o fato de que as atividades dos empresários são, na essência, formas de dominação social, sendo a inovação técnica um dos focos geradores de poder de importância maior na sociedade capitalista. Ademais, esse poder é o principal vetor da integração transnacional das atividades econômicas e está na origem das assimetrias que engendram o subdesenvolvimento (FURTADO, [1994] 2012, p. 300).

Furtado destaca, ademais, que o conceito de “polo de crescimento” de Perroux permitia conceber o crescimento econômico como sendo o resultado de uma “vontade política” (VIEIRA, 2007, p. 420).

Como observa H. Bartoli (2005, p. 23) a propósito das ideias de Perroux, dadas as dificuldades para uma regulação em nível mundial de decisões tomadas por poderes políticos e econômicos (de estabelecimento de um poder mundial capaz de obstar ações imperialistas), uma vontade política comum a países ou grupos de países poderia permitir o estabelecimento de cooperações

24 Uma unidade (empresa, indústria, conjunto de indústrias) seria “motriz” quando exerce sobre outras efeitos de encadeamento, modificando as estruturas de modo a aumentar o produto real global do conjunto. Perroux precisa que “não deve ser confundida com o centro de decisão que age sobre ela. Frequentemente, nos países subdesenvolvidos, a unidade motriz depende de decisões de grupos econômicos e financeiros agindo de comum acordo com os poderes públicos autóctones ou exteriores” (PERROUX, [1961] 1991, p. 202-203).

entre diversos “polos de desenvolvimento”, que se colocariam, assim, a serviço de interesses comuns.

Organizada em torno da visão de desigualdade (de unidades econômicas e entre nações), a obra de Perroux destaca as assimetrias e irreversibilidades, bem como os efeitos de dominação nas relações internacionais, situando-se, assim, fora dos esquemas da teoria econômica standard. Nesse sentido, a aspiração dos países subdesenvolvidos a ter acesso à técnica contemporânea pela via da industrialização, em busca de maior autonomia, pode deparar-se com novas formas de subordinação, a uma grande empresa ou a um grupo de grandes empresas. No início da década de 1960, Perroux colocava o problema nos seguintes termos:

A industrialização contemporânea com suas grandes unidades, seus programas de longo prazo e a complexidade dos conjuntos humanos que organizam, é mais intensa do que nunca. Entretanto, os grandes centros de industrialização não se desenvolvem nação por nação, mas no âmbito de agrupamentos de nações onde encontram a demanda e os fatores de produção de que precisam (PERROUX, 1962b, p. 927).

Em sua abordagem da questão da industrialização, Perroux (1962b, p. 928) chama a atenção para o fato de que não se trata da exportação de “sistemas abstratos”, mas da proposição de um “estilo de vida concreto” por “máquinas concretas dirigidas e organizadas por homens concretos”, processo no qual a desigualdade entre as nações e a desigualdade entre as estruturas industriais desempenham um papel importante. A grande firma, no quadro dessas desigualdades, “exerce com respeito a seus fornecedores, seus clientes e seus rivais ações de poder: ela desenvolve uma estratégia” (PERROUX, 1969a, p. 18).

Perroux lembra que a lógica da economia neoclássica, cujo modelo é o do mercado perfeito de concorrência pura, foi abalada desde Keynes, que enfatizou o papel dos investimentos na determinação do nível do produto. Porém, se a doutrina de Keynes permitia vislumbrar a dinamização da atividade econômica por meio de uma *vontade política*, não permitia explicar como tornar compatíveis as estratégias para o pleno emprego da parte dos diferentes governos nacionais (PERROUX, 1969a, 1975)²⁵. Se não se podia contar com a arbitragem neutra de um mercado mundial, a emergência das

25 Conforme Perroux: “Porque o pleno emprego, em evolução dinâmica, está vinculado às escolhas quanto à criação de novas indústrias, à modernização da indústria e de toda a economia, porque as nações são desiguais em recursos naturais, em riquezas adquiridas, em eficiência econômica, a política de J. M. Keynes nada altera em relação às diferenças e desigualdades das estruturas das economias nacionais, nem às ações pelas quais algumas subjugam outras” (PERROUX, 1969a, p. 21).

grandes firmas no mercado internacional acrescentaria complicações às já observadas desigualdades entre as nações. As “unidades transnacionais”, conforme a terminologia empregada por Perroux (1975)²⁶, dispõem de meios eficazes para se subtrair à lei do mercado, por meio de seus circuitos próprios de movimento de capitais e de transferência de técnicas, bem como de suas políticas próprias de remuneração dos fatores mobilizados. A firma transnacional é, assim, considerada por Perroux (1975, p. 662) como “um centro de poderes e *não somente de poderes do mercado*”, mas de um poder “multidimensional (econômico, técnico, monetário e parapolítico).²⁷ Perroux critica, portanto, as possibilidades de uma ‘mundialização’ da economia baseada na ação de tais empresas, na medida em que contemplam o mundo sob a ótica da “solvabilidade”, tendo como objetivo o lucro privado, não cabendo a elas preocupações no sentido de prover meios para a formação de uma economia mundial “a serviço das necessidades das populações”; sua ação não é, portanto, a de um “desenvolvedor” [*développeur*], mas a de um “negociante” [*merchant*], estando interessadas em clientelas que podem pagar, e transferindo suas técnicas e conhecimentos “conforme as exigências da rentabilidade” (PERROUX, 1975, p. 671).

Em sua análise do “dinamismo da dominação”, Perroux observa que a história do capitalismo não é a história “de uma luta entre um grande número de unidades de dimensões e de forças iguais, de atividades econômicas comparáveis”, mas a história de “centros sucessivamente dominantes, de grandes firmas sucessivamente dominantes que arrastam em sua esteira regiões inteiras do mundo, povoadas de unidades e de indivíduos relativamente passivos” (PERROUX, [1961] 1991, p. 126). Conforme a análise de Destanne de Bernis ([1977] 1990, p. 118), Perroux – como os grandes clássicos – desenvolve sua construção teórica em dois horizontes temporais: “a explicação do funcionamento do capitalismo, a interpretação das tendências profundas da história em que estamos inseridos, o equilíbrio geral das atividades desigualmente potentes e espontaneamente incompatíveis por um lado, a ascensão para a economia do recurso humano, por outro lado”. Uma luta por uma economia a serviço do homem, que Perroux travava recusando qualquer adesão às doutrinas de outros grandes contestadores, como J. M. Keynes et K. Marx (WEILLER, 1989).

26 Trata-se, segundo Perroux (1975), de unidades privadas que dispõem de uma parte de mercado significativa, em regime de oligopólio, e cujas estratégias se desenham em relação a vários Estados nacionais (ultrapassando assim a nação, os centros públicos que representam as populações nacionais).

27 Vale lembrar que o tratamento das grandes empresas como unidades de poder, questão destacada por François Perroux, assim como por Maurice Byé, também estará no centro das análises de Celso Furtado sobre a ordem econômica internacional do pós-guerra. Trabalhamos essas questões na obra de Furtado em: Bianconi e Minda (2014) e Bianconi (2021).

Assim, a partir de sua insatisfação em relação às teorias neoclássica, marxista e keynesiana²⁸, Perroux trabalhará pela construção de uma nova teoria capaz de explicar tanto a realidade dos países desenvolvidos quanto a dos países em desenvolvimento (GUILLEN ROMO, 2010). A “economia do desenvolvimento” será, portanto, distinta da “economia do crescimento”: o desenvolvimento visa, por um lado, as condições sociais, “*a combinação das mudanças mentais e sociais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e duradouramente, seu produto real global*” (PERROUX, [1961] 1991, p. 191, *itálicos do autor*); por outro, é o resultado do “conjunto de mudanças, observáveis no *sistema econômico* e no *tipo de organização*, que condicionam o crescimento entendido como o aumento sustentado do produto real global”; assim, “o desenvolvimento é o resultado de mudanças nas instituições” (PERROUX, 1962c, p. viii), e “engloba e sustenta o crescimento” (PERROUX, [1961] 1991, p. 764). Portanto, é salientado por Perroux – como também no conjunto da obra de Celso Furtado – que o crescimento do produto global não engendra necessariamente condições de efetivo *desenvolvimento* para os povos.

O projeto de François Perroux, portanto, como observa Maréchal (2003, p. 53), “coloca o homem no centro da economia”, mas este homem não é “o átomo humano associal do liberalismo” e tampouco “o indivíduo esmagado pelo coletivo de um certo marxismo”: “Para além do liberalismo e do socialismo, esta concepção, que se pode qualificar de humanista, recusa qualquer determinismo unívoco, qualquer que seja o sentido, entre o homem e a sociedade”.

4. Considerações finais: alguns aspectos da teorização de Furtado em afinidade com o pensamento de Perroux

É destacada por diversos estudiosos a característica de independência do pensamento de Furtado, sua capacidade de incorporar as contribuições de diversos economistas, tanto dos clássicos quanto daqueles que fizeram parte de sua trajetória na Europa e na América Latina, conservando, no entanto, “suas distâncias em relação a cada um deles e construindo sua própria análise” (DESTANNE DE BERNIS, 1998, p. 62). No mesmo sentido, Bresser-Pereira (2001) sublinha sua capacidade de incorporar ideias de Marx e Keynes sem tornar-se marxista ou keynesiano, mas empregando as teorias que julga

28 Observação semelhante é feita por G. Destanne de Bernis que, no entanto, precisa: “O campo do econômico para François Perroux é o da ação dos homens em sociedade para a satisfação de suas necessidades (a cobertura dos custos do homem). Efetivamente, esse campo também era o de Marx. [...] É em todo caso o único que permite chegar a uma compreensão em profundidade do funcionamento econômico da sociedade” (DESTANNE DE BERNIS, [1977] 1990, p. 115).

relevantes para enfrentar os fatos econômicos com os quais se defronta. Sobre essa questão, Furtado observa:

Porque no centro de minhas reflexões estavam problemas reais, a pesquisa econômica foi sempre para mim um meio de preparar a ação, minha ou de outros. Compreender melhor o mundo para agir sobre ele com mais eficácia. Isso significa que os fins últimos devem estar sempre presentes no espírito. As afinidades doutrinárias decorriam da concordância na escolha dos temas ou problemas que convinha abordar (FURTADO, [1973] 2013, p. 48).

No que tange à influência de Perroux, vale salientar sobretudo a posição de destaque que ocupam na obra de Furtado as questões da dominação e da dependência, ligadas às diversas formas de exercício do poder em nível nacional e internacional. Analisar as diferentes formas de poder observadas numa sociedade, bem como os “conflitos e interações que estão na base da formação do excedente e que condicionam sua utilização final” (FURTADO, 1976, p. 28) seria fundamental para a percepção das opções abertas a uma sociedade (BIANCONI; COUTINHO, 2019). Nesse sentido, Furtado defende, em estreita aproximação com Perroux, a explicitação do elemento de poder presente nas relações econômicas. A partir de obras como *Prefácio a Nova Economia Política* (1976), Furtado reforçaria, retomando e dando novos contornos a sua abordagem do excedente econômico, a ideia do necessário abandono de uma visão economicista da sociedade em prol de uma visão global das estruturas sociais, necessária para o adequado tratamento dos problemas do subdesenvolvimento (BIANCONI; COUTINHO, 2019).

Encontram-se traços comuns entre as abordagens de Furtado e Perroux (anteriormente destacadas) em diversas questões relativas aos problemas do desenvolvimento, a exemplo da análise do processo de industrialização dependente. É amplamente trabalhada na obra de Furtado a questão da absorção, pelas classes dirigentes dos países subdesenvolvidos, dos padrões de consumo dos países centrais. Daí decorria o problema, durante o processo de industrialização por substituição de importações em países periféricos, da miniaturização de sistemas industriais de países com níveis elevados de acumulação de capital, de modo a “introduzir no aparelho produtivo uma profunda descontinuidade causada pela existência de dois níveis tecnológicos” (FURTADO, 1974, p. 88). O transplante de padrões de consumo, viabilizado pelo excedente gerado no comércio internacional, teria engendrado uma situação de dependência no plano cultural que, graças ao dinamismo do segmento modernizado do consumo, inscreveu a dependência na estrutura produtiva (ver

BIANCONI, 2018). A cooperação das empresas transnacionais seria a forma encontrada pelos países periféricos (considerado o reforço permanente da situação de dependência com a diversificação do consumo) para a continuação de um processo de industrialização que requer o uso de tecnologia sofisticada e dotações crescentes de capital. Dessa forma, ao avançar o processo de industrialização nesses países, o aparelho produtivo tende a ser controlado por grupos estrangeiros: “a dependência, antes imitação de padrões externos de consumo mediante a importação de bens, agora se enraíza no sistema produtivo e assume a forma de programação pelas subsidiárias das grandes empresas dos padrões de consumo a serem adotados” (FURTADO, 1974, p. 89). Dessa situação de dependência por parte dos grupos que se apropriam do excedente decorreria uma “visão do desenvolvimento como processo mimético de padrões culturais importados” (FURTADO, 1974, p. 90). Com a penetração das grandes empresas internacionais e a intensificação da difusão de novos padrões de consumo, estreitar-se-iam os vínculos de dependência.

Consideradas as condições em que se processa a industrialização nos países periféricos, marcada por dependência externa e concentração da renda, taxas mais elevadas de crescimento não corresponderiam necessariamente a melhores condições de vida ou a efetivo desenvolvimento. Nas palavras de Furtado (1974, p. 94), “taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo, no sentido de que tendem a aumentar as desigualdades sociais”. Furtado critica, ademais, a ideia de que uma elevada taxa de investimentos seja essencial a qualquer política de desenvolvimento. Entendendo o investimento como um “processo pelo qual se aumenta a capacidade produtiva mediante certo custo social”, Furtado (1974, p. 114-115) chama a atenção para a não homogeneidade do ato de consumir ou de poupar entre os diferentes grupos sociais²⁹. Nesse sentido, a transferência do consumo atual para o futuro mediante o ato de investimento pode ter implicações distintas sobre o bem-estar do conjunto da população conforme se trate de redução do consumo de massas trabalhadoras ou de minorias privilegiadas; dependendo do objetivo buscado por uma política de desenvolvimento, a redução do consumo supérfluo e a redistribuição do bem-estar seriam mais eficazes do que a elevação do nível de investimento da economia. É também neste sentido que Furtado (1974, p. 115) critica o conceito de Produto Interno Bruto, “vaca sagrada dos economistas”. Em texto

29 De modo semelhante, Perroux critica a teoria econômica dominante por trabalhar em termos de quantidades globais (consumo, poupança, investimentos etc.) que operariam em um ambiente homogêneo. Perroux chamava a atenção para a possibilidade de ocorrência de crescimento sem desenvolvimento (ou seja, sem extensão dos benefícios do crescimento ao conjunto da população).

escrito em 1972, durante o “milagre econômico” promovido pela ditadura no Brasil, Furtado afirmava:

Se o aumento da taxa de crescimento do PIB é acompanhado de baixa do salário real e esse salário está no nível de subsistência fisiológica, é de admitir que estará havendo um desgaste humano. As estatísticas de mortalidade infantil e expectativa de vida podem ou não traduzir o fenômeno, pois sendo médias nacionais e sociais anulam os sofrimentos de uns com os privilégios de outros (FURTADO, 1974, p. 116).

Considera-se de fundamental importância no desenvolvimento da obra de Celso Furtado, bem como em sua trajetória de homem público no Brasil e de funcionário internacional no âmbito da Cepal, o contato e o intercâmbio de ideias com intelectuais franceses, iniciados no período de seu doutorado, e que prosseguirão e serão aprofundados posteriormente em suas duas décadas de ensino e pesquisa em Paris (1965-1985).

Procuramos destacar neste capítulo³⁰ a importância de ideias elaboradas por François Perroux para o desenvolvimento da obra de Celso Furtado. A percepção da relevância das estruturas de poder e do que Perroux denominou “efeito de dominação” nas relações econômicas em geral e, particularmente nas relações econômicas internacionais, integrou-se precocemente ao quadro conceitual de Furtado (FURTADO, 1996). Entre os elementos que norteiam o quadro teórico no qual se desenvolve a obra de Furtado, podem ser colocados em destaque: a ideia do poder e das assimetrias como sendo constitutivos das relações internacionais, como elaborado por Perroux; a importância crescente que adquirem as grandes empresas nos intercâmbios internacionais (questão desenvolvida de forma pioneira por Maurice Byé)³¹; a crítica da divisão internacional do trabalho³² e da capacidade do mercado enquanto regulador dos sistemas econômicos, com a consequente valorização do papel do Estado. A capacidade de Furtado de situar os problemas relativos

30 Trata-se de um esforço ainda preliminar, que eventualmente poderá ser complementado por pesquisas nos arquivos pessoais de Celso Furtado, doados ao IEB/USP e atualmente em processo de tratamento na instituição. Sobre os paralelos entre o pensamento de François Perroux e Celso Furtado, chamamos a atenção para o interessante trabalho publicado por Britto e Cunha (2014).

31 No que tange ao pensamento de Furtado sobre essa matéria, deve-se lembrar também seus contatos com Stephen Hymer, como salienta o próprio autor. Ver Furtado (1974).

32 Além, evidentemente, do trabalho pioneiro de Prebisch na Cepal (e do trabalho de Hans Singer também no âmbito das Nações Unidas), vale lembrar que a crítica à especialização internacional (sensibilidade às flutuações econômicas e dependência em relação aos países industriais) e a defesa da necessidade de industrialização das jovens nações era tema de amplos debates no imediato pós-guerra. A título de exemplo, sobre essa questão, J.-R. Boudeville (1950, p. 369) afirmaria: “Nas atuais condições do mundo real, não apenas a divisão internacional do trabalho é em grande parte uma ilusão, mas nos mercados internacionais a competição é imperfeita ou inexistente.”

ao subdesenvolvimento no âmbito das relações econômicas internacionais, característica também fundamental do pensamento de Perroux, tem sido crescentemente destacada em estudos sobre seu pensamento (DESTANNE DE BERNIS, 1998; BIANCONI, 2021). Da mesma forma, inúmeros estudos têm destacado a dimensão cultural do desenvolvimento presente em sua obra, bem como os caminhos para visões alternativas do processo de desenvolvimento abertos por seu pensamento.

Furtado, assim como Perroux, sustentava, especialmente em sua obra de maturidade, a necessidade de uma nova concepção de desenvolvimento, baseada nos fins substantivos que almeja alcançar a coletividade. Em conclusão, vale recordar as palavras do autor:

Em uma época em que os que detêm o poder estão seduzidos pela mais estreita lógica ditada por interesses de grupos privilegiados, falar de desenvolvimento como reencontro com o gênio criativo de nossa cultura pode parecer simples fuga na utopia. Ora, o utópico muitas vezes é fruto da percepção de dimensões secretas da realidade, um afloramento de energias contidas que antecipa a ampliação do horizonte de possibilidades aberto a uma sociedade. A ação de vanguarda requerida constitui uma das tarefas mais nobres a serem cumpridas pelos trabalhadores intelectuais nas épocas de crise (FURTADO, 2001, p. 24).

REFERÊNCIAS

ALCOUFFE, A. Furtado, o Brasil e os economistas franceses: influências cruzadas. *In*: COELHO, F.; GRANZIERA, R. (orgs.). **Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil**: edição comemorativa dos 50 anos de publicação: 1959-2009. São Paulo, Atlas/Ordem dos economistas do Brasil, 2009.

ARENA, R. Les économistes français en 1950. **Revue Économique**, v. 51, n. 5, 2000.

ARESTIS, P., SAWYER, M. (eds.). **A biographical dictionary of dissenting economists**. 2. ed. Northampton/Cheltenham: Edward Elgar, 2000.

BARTOLI, H. François Perroux, précurseur de l'alter-mondialisme. *In*: BARRE, R.; BLARDONE, G.; SAVALL, H. (eds.). **François Perroux: le centenaire d'un grand économiste**. Paris: Economica, 2005.

BIANCONI, R. Celso Furtado, o subdesenvolvimento e as transformações na economia internacional. **História Econômica & História de Empresas**, v. 24, n. 1, 2021.

BIANCONI, R.; COUTINHO, M. C. O desenvolvimento como processo de mudança cultural: as conexões entre excedente e estruturas sociais na visão de Celso Furtado. **Nova Economia**, v. 29, n. esp., 2019.

BIANCONI, R. Estagnação latino-americana e estratégia brasileira de desenvolvimento: análises do início do exílio de Celso Furtado. **História Econômica & História de Empresas**, v. 19, n. 1, 2016.

BIANCONI, R. **L'œuvre de Celso Furtado à Paris**: le parcours d'un intellectuel et homme d'État. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea) – Université Paris-Sorbonne, Paris, 2014.

BIANCONI, R; MINDA, A. Multinational firms, peripheral industrialisation and the recovery of national decision centres: the contribution of Celso Furtado. **The European Journal of the History of Economic Thought**, v. 21, n. 2, 2014.

BIANCONI, R. Subdesenvolvimento, tecnologia e padrões de consumo: discussões a partir da obra de Celso Furtado. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 13, n. 23, 2018.

BLARDONE, G. François Perroux et le développement. *In*: BARRE, R.; BLARDONE, G.; SAVALL, E. (eds.). **François Perroux**: le centenaire d'un grand économiste. Paris: Economica, 2005.

BOUDEVILLE, J.-R. Commerce extérieur, revenu national et dévaluation. **Revue Économique**, n. 3, 1950.

BOUDEVILLE, J.-R. Contribution à l'étude des pôles de croissance brésiliens: une industrie motrice, la sidérurgie du Minas Gerais. **Cahiers de l'I.S.E.A.**, série F, n. 10, 1957.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Método e paixão em Celso Furtado. *In*: BRESSER-PEREIRA, L. C.; RÊGO, J. M. (orgs.). **A grande esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34, 2001.

BRITTO, G.; CUNHA, A. M. Développement, créativité et création collective: parallèles entre la pensée de Perroux et celle de Furtado. *In*: LOTY, L.; PERRAULT, J.-L.; TORTAJADA, R. (Dir.). **Vers une économie "humaine"?** Paris: Hermann, 2014.

BYÉ, M. La Grande Unité Interterritoriale dans l'industrie extractive et ses plans. **Cahiers de l'I.S.E.A.**, n. 2, série F, set.1955.

CHAMBRE, H. Pour une économie pleinement humaine. L'itinéraire de F. Perroux. **Études**, mar. 1974.

CHAVAGNEUX, C. Introduction. **L'Économie Politique**, n. 20, out./dez. 2003.

COHEN, A. Du corporatisme au keynésianisme: continuités pratiques et ruptures symboliques dans le sillage de François Perroux. **Revue Française de Science Politique**, v. 56, n. 4, 2006.

DENIZET, J. Sur quelques œuvres para-économiques de François Perroux. *In*: DENOËL, F. (dir.). **François Perroux**: dossier. Lausanne: L'Âge d'Homme, 1990.

DESTANNE DE BERNIS, G. (1977). La dynamique de François Perroux, l'homme, la création collective, le projet humain. *In*: DENOËL, F. (dir.). **François Perroux**: dossier. Lausanne: L'Age d'homme, 1990.

DESTANNE DE BERNIS, G. Furtado et l'économie mondiale. **Cahiers du Brésil Contemporain**, n. 33-34, 1998.

FURTADO, C. (1967). **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. (1973). Aventuras de um economista brasileiro. *In*: FURTADO, C. **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013.

FURTADO, C. (1979). O desenvolvimento do ponto de vista interdisciplinar. *In*: FURTADO, C. **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013.

FURTADO, C. (1985). A fantasia organizada. *In*: FURTADO, C. **Obra autobiográfica de Celso Furtado**. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FURTADO, C. (1994). Retorno à visão global de Perroux e Prebisch. **CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, 2012.

FURTADO, C. **Análise do “modelo” brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, C. Celso Monteiro Furtado [entrevista]. *In*: BIDERMAN, C.; COZAC, L. F.; REGO, J. M. (org.). **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. Development and stagnation in Latin America: a structuralist approach. **Studies in Comparative International Development**. v. 1, n. 11, 1965.

FURTADO, C. **Développement et sous-développement**. Paris: PUF, 1966a.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, C. **Essencial Celso Furtado**. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013.

FURTADO, C. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Prefácio a Nova Economia Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FURTADO, C. Reflexões sobre a crise brasileira. *In*: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (eds.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Unesp/Edusp, 2001.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966b.

FURTADO, C. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

GUILLEN ROMO, H. François Perroux: pionnier oublié de l’économie du développement. **Economie Appliquée**, v. 63, n. 4, 2010.

MALLORQUÍN, C. O pensamento econômico latino-americano: entrevista de Celso Furtado a Carlos Mallorquín. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 41, 1995.

MARÉCHAL, J.-P. L’héritage négligé de François Perroux. **L’Économie Politique**, n. 20, out./dez. 2003.

MEIER, G. M. (Ed.). **Pioneers in development**. Second series. New York: Oxford University Press, 1987.

PERROUX, F. (1948). **Le capitalisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 1962.

PERROUX, F. (1961). **L’Économie du XXe siècle**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1991.

PERROUX, F. (1965). La pensée économique de Joseph Schumpeter. *In*: PERROUX, F. **Marx, Schumpeter, Keynes**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1993.

PERROUX, F. (1973). Pouvoir et économie. *In*: PERROUX, F. **Pouvoir et économie généralisée**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1994.

PERROUX, F. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

PERROUX, F. Esquisse d'une théorie de l'économie dominante. **Économie Appliquée**, abr./set. 1948.

PERROUX, F. **“Indépendance” de l'économie nationale et interdépendance des nations**. Paris: Aubier Montaigne, 1969a.

PERROUX, F. **Industrie et création collective**. v. 1. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.

PERROUX, F. **L'économie des jeunes nations**. v. 1. Paris: Presses Universitaires de France, 1962a.

PERROUX, F. Les blocages de la croissance et du développement. La croissance, le développement, les progrès, le progrès (définitions). **Tiers-Monde**, Paris, v. 7, n. 26, 1966.

PERROUX, F. Les unités transnationales U.T.N. et la rénovation de la théorie de l'équilibre général (intérieur et extérieur). **Mondes en développement**, n. 12, 1975.

PERROUX, F. Maurice Byé (1905-1968). **Économies et Sociétés**, v. 3, n. 3, 1969b.

PERROUX, F. **Pour une philosophie du nouveau développement**. Paris: Aubier/Presses de l'UNESCO, 1981.

PERROUX, F. Préface. *In*: GANNAGÉ, E. **Économie du développement**. Paris: PUF, 1962c.

PERROUX, F. Travail pour la paix et compétition entre systèmes économiques. **Esprit**, v. 30, n. 312, 1962b.

ROSANVALLON, P. Histoire des idées keynésiennes en France. **Revue Française d'Économie**, v. 2, n. 4, 1987.

URI, P. François Perroux. **Revue Économique**, v. 38, n. 5, 1987.

VIEIRA, R. M. **Celso Furtado**: reforma, política e ideologia (1950-1964). São Paulo: Educ, 2007.

WEILLER, J. François Perroux, un grand contestataire. **Revue Française d'Économie**, v. 4, n. 2, 1989.

CAPÍTULO 4

TARDIO, DESIGUAL E COMBINADO: a origem do projeto intelectual da Escola de Campinas e a contribuição de Maria da Conceição Tavares

Pedro Paulo Zahluth Bastos¹

O capitalismo não é um regime “harmonioso”, cujo propósito seria o de satisfazer as necessidades de seus cidadãos, mas um regime “antagônico” que deve assegurar os lucros para os capitalistas. Daí resulta nada haver de absurdo em basear o desenvolvimento do sistema na expansão de uma produção de “carvão e aço” que serve para ampliar ainda mais a produção dessas mesmas mercadorias. A produção de “carvão e aço” é tão justificada como a de pão, na medida em que seja lucrativa. O consumo é o objetivo final e a prova de um regime “harmonioso”, mas não de um regime “antagônico”. É essa parte do argumento de Tugan-Baranovski que considero sua duradoura contribuição à análise do funcionamento do capitalismo em suas várias fases. Vale a pena notar que a teoria de Tugan, a despeito de seu “otimismo”, é profundamente anticapitalista: é exatamente o absurdo do capitalismo que torna seu desenvolvimento imune ao problema de encontrar mercados para seus produtos.

Michal Kalecki (1971)

O Kalecki teve influência porque o Kalecki esteve na Cepal, deixando vários papers dos cursos que ele fez lá, em Santiago. Mas basicamente, tem influência da Cepal, quer dizer, primeiro tem a influência de Marx, porque eu era marxista quando era jovem, e tive muitos seminários sobre o capital...E os matemáticos portugueses eram quase todos marxistas. A gente fazia seminários sobre o velho. Aqui [no Rio] eu fiz outro com os filósofos, em Santiago fiz outro e o último seminário grande foi lá em Campinas, que deu lugar à tese do Belluzzo...[João Manuel] invés de chamar de subdesenvolvido, como o Furtado, chamou de Capitalismo Tardio, em contraposição aos retardatários europeus como Alemanha, o Japão também. E ele introduziu na tese dele, e isto é autoria dele exclusiva, a importância da passagem da escravidão ao

1 “Agradeço aos comentários de Hildete Pereira de Melo, Luiz Gonzaga Belluzzo e Paulo Neves Robilloti, eximindo-os dos equívocos remanescentes.”

trabalho assalariado, coisa que a Cepal não tinha introduzido. A Cepal punha mais influência no atraso, trabalhava essa parte mercantil-escravista como um atraso e não punha ênfase, para a passagem ao capitalismo, ao trabalho assalariado. Enquanto ele punha, porque achava que a relação de produção fundamental para o capitalismo era o trabalho assalariado. E isso era porque ele era marxista de origem também, coisa que os cepalinos não eram.

Maria da Conceição Tavares (2010)

Tinha saído o livro do Furtado, sobre estagnação na América Latina, e eu, que tava vendo o Delfim aprontando a recuperação da economia, em 1967, com crédito, soltando o crédito, batendo o pau na construção civil com o BNH, disse que não era verdade, que não estávamos em estagnação coisa nenhuma, e que íamos recuperar e íamos ter um – não disse um milagre econômico, mas na prática disse – vamos ter um bom ciclo de crescimento. Como, na verdade, ninguém tava convencido disso, que o Furtado é o nosso bambambã, todo mundo seguiu a linha do Furtado.... eu escrevi uma carta pra ele pedindo desculpas; dizendo que ele era meu mestre e, evidentemente, que eu não estava de acordo. Que eu estava no Brasil e tinha visto concretamente o começo das medidas do Delfim, e sabia que ia dar a recuperação. Aí, ele me respondeu muito simpático, dizendo que ele não era meu mestre – que meu mestre era um barbudo que já tinha morrido no século XIX (risos), referindo-se ao Marx.

Maria da Conceição Tavares (2016)

A reflexão marxista sobre o capitalismo e, em geral, sobre os modos de produção no mundo pós-colonial chegou ao auge nas décadas de 1960 e 1970. Isto não ocorreu apenas na América Latina, mas também na África e na Ásia, e muito especialmente na África do Sul e na Índia (RUDRA 1978; WOLPE 1980). Na América Latina, o marxismo dialogava criticamente com o estruturalismo cepalino. Este tinha impacto crescente sobre a opinião pública e influência direta ou indireta sobre a política econômica dos Estados capitalistas que buscavam dirigir processos de industrialização. Crescentemente, o estruturalismo se orientava para discutir temas mais espinhosos: os entraves estruturais que barravam a industrialização e que poderiam ser superados por reformas que, dentro da ordem e pelo alto, atacassem o subdesenvolvimento (MANTEGA 1984; DOSMAN 2011). No Brasil, por exemplo, Celso Furtado (1962, 105) afirmava que “superar o feudalismo político” era condição para “arrancar o Nordeste da estagnação sem o sacrifício de grandes comissões sociais”.

A alternativa entre “a saída reformista, de menor custo social, e a revolucionária, de consequências imprevisíveis” (FURTADO 1964, p. 142) não encontrava o marxismo latino-americano unido. Se o atavismo feudal é tomado como o inimigo principal e/ou a avaliação da correlação de forças é pessimista quando a um programa maximalista, a via da revolução democrático-burguesa é preferida. Do contrário, alguma estratégia de salto de etapas e revolução permanente é propagada. As oscilações da direção do PCdoB e de suas correntes, na ilegalidade desde 1947, eram dramáticas, até no plano tático. Por exemplo, antes do suicídio, Vargas era o entreguista que ludibriava o povo brasileiro com a retórica do desenvolvimento nacional; depois, era o defensor radical da autonomia nacional cujo legado deveria ser defendido e aprofundado (BIROLI 1999).²

O golpe de 1964 retirou direitos políticos e/ou exilou os militantes do Partido Trabalhista do Brasil (PTB) e do PCB (PCdoB até 1962) que lutavam pela via democrático-burguesa. A adesão e mesmo o apoio ativo da quase totalidade das lideranças patronais à ditadura militar demonstrava na prática a ilusão da frente democrático-burguesa contra a suposta aliança entre latifundiários semifeudais e o imperialismo. O bloco unido em defesa do circuito fechado era mais amplo. Contra ele, inspirados no exemplo da Revolução Cubana e de Che Guevara, militantes do movimento estudantil e católico criariam novas vanguardas mais radicais que, sem bases populares significativas, seriam brutalmente dizimadas em breve (Gorender 1985).

Enquanto isto, na Universidade de São Paulo, Florestan Fernandes lideraria um grupo de intelectuais que transitaria de um campo reformista articulado em torno ao Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit) para uma crítica teórica das táticas da esquerda durante o populismo e para vertentes marxistas da teoria da dependência (ARRUDA 1995; ROMÃO 2006; PULICI 2007). Não sem críticas: em fevereiro de 1964, um dos expoentes do que se denominaria teoria marxista da dependência, Andre Gunder Frank, criticava na revista *Brasiliense* tanto as concepções que enfatizavam o feudalismo agrário brasileiro quanto a dos membros do Cesit (Fernando Henrique, Octavio Ianni, Paul Singer) que constatavam e previam o avanço avassalador do capitalismo sobre os resquícios feudais no campo. Isto não podia acontecer porque o Brasil sempre foi capitalista, defende Frank, elogiando e sendo claramente inspirado por Caio Prado Jr. e antecipando por uma década o argumento central de Immanuel Wallerstein (1974) e João Manuel Cardoso de Mello (1975).³

2 Para a reflexão comunista sobre as vias da revolução brasileira, ver a síntese de Marcos Roio (2014[2000]) e os volumes de Ronald Chilcote (1982) e Gildo M. Brandão (1997).

3 O artigo é reproduzido como o cap. 4 de Frank (1969[1967]), afirmando que “o Brasil, em seu conjunto, por mais feudais que suas características possam parecer, deve sua formação e sua natureza atual à expansão

João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Belluzzo ingressaram no curso de sociologia da USP quando estes debates eram realizados, e se formariam como sociólogos e advogados que, depois dos cursos da Cepal no Brasil (inclusive o ministrado por Wilson Cano), formariam a primeira geração do Departamento de Economia e Planejamento Econômico (Depe-Unicamp) em 1968. Ainda na USP seriam influenciados por Fernando Novais, inspirador da primeira parte da tese de Mello, *O Capitalismo Tardio* (OCT), enquanto Maria da Conceição Tavares, mais do que inspiradora, trabalhava conjuntamente no tema da segunda parte. Belluzzo escreveria a tese sobre a industrialização pesada brasileira que completaria o projeto de Mello (TAVARES 2010, ver anexo 2 adiante), caso não fosse demovido pela própria Maria da Conceição, que acabaria tratando do assunto na livre-docência defendida no ano do doutorado de Mello (1975), de Belluzzo (1975) e de Cano (1975).

As três teses de doutorado “inauguram” a Escola de Campinas, mas é a de Mello que a sintetiza.⁴ Não por ser a primeira defendida e, academicamente, citada (por Cano). E sim por sintetizar a influência de Tavares e Serra (1970), Tavares (1971), Novais (1968, 1979[1973]) e, secundariamente, Sérgio Silva (1976[1973]) e Luciano Coutinho (1974). Mello tem uma visão da precocidade do capitalismo no Brasil que tem semelhanças com o sentido geral do argumento de Frank. No entanto, critica-o como uma simples radicalização do modelo dualista cepalino que OCT pretende enterrar de vez, como, aliás, o próprio Frank pretendia na esteira de Prado Jr. A crítica ao modelo cepalino é que ele não articulava/combinaria as transformações mundiais com as mudanças estruturais dos esquemas de reprodução do capital e das relações sociais de produção *in loco*, como se estas fossem meramente “formais” e insignificantes, como se o progresso técnico industrial (abstraindo as relações sociais) pudesse ser entendido com base em funções de produção com “fatores” mais ou menos abundantes usados para satisfazer *necessidades de consumo final* mais ou menos restritas, e não como meio *especificamente capitalista* de dominação orientada para a produção de mais-valor em abstrato, com base na mutação dos esquemas de reprodução e suas bases técnicas. Dizer que a mesma crítica vale para a obra de Frank até então é uma afirmação sujeita a

e ao desenvolvimento de um único sistema mercantil-capitalista que alcança (hoje com exceção dos países socialistas) o mundo inteiro, inclusive o próprio Brasil... O capitalismo representa um só sistema, e como tal se desenvolveu: o capitalismo “brasileiro” ou “paulista” ou “estadunidense” não é mais que um setor deste único sistema universal. Este sistema capitalista, em todo tempo e lugar – e é de sua natureza que assim seja –, produz desenvolvimento e subdesenvolvimento. Um é tão produto do sistema “capitalista” como o outro... Se o feudalismo não existe, não pode ser abolido...é o capitalismo e não o feudalismo que deve ser abolido” (FRANK 2012[1964], 57-8).

4 Abordo a contribuição de Mello e seus precedentes em outro texto no prelo, o que justifica a menção sumária aqui.

debate, mas plausível apenas na parte que diz respeito às relações sociais de produção e aos esquemas de reprodução, ou talvez na tendência à estagnação, e não na parte relativa às funções de produção de base neoclássica.⁵

Em OCT, a contradição entre *sentido/finalidade* capitalista e *forma* pré-capitalista é essencial, como em Marx, para a explicação dos períodos históricos de formação e desenvolvimento do capitalismo e da transição entre eles, para o movimento qualitativo de uma fase a outra. Tal dialética, porém, assumiria novas dimensões em países de passado colonial. Neles seria fundamental a contradição entre *transformações da concorrência* capitalista mundial e os *esquemas de reprodução* do capital antes predominantes nos quadros do território colonial/nacional mas atravessados, desde a origem, por relações de dependência capitalista crescentemente *internalizadas*. É da unidade contraditória entre os *determinantes em última instância* da concorrência intercapanalista mundial e os *determinantes em primeira instância* da dinâmica de acumulação de capital no espaço local que resultam as mudanças estruturais. É por isso que se rejeita tanto o *dualismo estrutural* dos cepalinos – onde o conceito de capitalismo não aparece nem no “polo moderno” justaposto ao “atrasado”, e a internalização do departamento de bens de produção representa a “autodeterminação econômica da nação”, como em Furtado (1962, p. 9, 114) – quanto a existência de modo de produção colonial (ou coloniais), conceito que subestimaria a dependência ou exageraria a independência sistêmica e autonomia das “leis de desenvolvimento” dos territórios coloniais.⁶

Considerando a internalização da dependência, a *contradição entre sentido e forma* não se confunde com a dualidade externo/interno (como em Caio Prado Jr.), ainda que a produção possa se orientar mais para o mercado interno e parte do excedente seja apropriada pelo capital externo. Tal contradição confere sim uma autonomia relativa, com diferentes graus de endogenia no tempo e no espaço, ao *desenvolvimento do capital* que se internaliza nos países de passado colonial – e *não ao desenvolvimento da Nação* –, ainda que tal desenvolvimento internalizado encontre um *limite determinante em última*

5 Como o próprio Frank (1978, xii-xiii) admitiu no prefácio a *Dependent accumulation and underdevelopment*, escreveu e reescreveu este livro três vezes, além de avançar no estudo do capitalismo como um sistema mundial único, para dar conta das “inadequações e críticas” identificadas, entre outros, por autores simpáticos como Giovanni Arrighi e Samir Amin. Segundo Frank, elas estavam associadas à ênfase nas relações comerciais externas em detrimento das relações ou dos modos de produção “internos”, e à desconsideração das diferenças nas várias partes da América Latina e do mundo ou de seus diversos estágios de desenvolvimento. Para críticas “externas” mais ou menos na mesma direção feitas a Frank e Wallerstein, ver Laclau (1977[1971]), Brenner (1977), Anievas e Nişancioğlu (2015, cap. 1).

6 O conceito foi criado e desenvolvido na América Latina por Ciro Flamarion Cardoso (1971, 1972, 1973a, 1973b) antes de Antônio Barros de Castro (1975) e Jacob Gorender (1978). Depois migra para a Índia, onde o uso é iniciado por Banaji (1972), que cita Ciro Cardoso, sendo desenvolvido a partir da contribuição de Alavi (1975).

instância nas transformações da concorrência capitalista mundial e com ela sempre se articule, ou melhor, combine. Por isso a análise não deve priorizar a avaliação do balanço de pagamentos, mas a subordinar como registro de processos complexos e sobredeterminados de acumulação de capital que devem ser entendidos com conceitos e métodos apropriados, até para que suas relações com as restrições de balanço de pagamentos possam ser entendidos *de modo mais complexo* do que faz Prado Jr. Por isso, a análise tampouco deve confundir a *internalização do departamento de bens de produção* e a “autodeterminação econômica da nação”. Pois se há alguma autodeterminação – relativa, pois não supera a determinação em última instância, aliás é *explicada por ela* no que tange à industrialização pesada no Brasil –, ela é do capital e não da Nação. Daí que a industrialização pesada possa ser seguida não pela vitória da via da revolução democrático-burguesa nacional – não é difícil constatar isso em 1975 –, mas por sua derrocada.

Há uma particularidade no contexto intelectual brasileiro depois do golpe de 1964 que nem sempre é notada, e que influencia a origem da Escola de Campinas. Em um debate que se orienta para a crítica/superação das heranças do etapismo marxista vulgar, das teorias da modernização e da Cepal, a superação do conceito de *dualismo estrutural* e a ênfase na *dependência internalizada* recorreu largamente ao conceito de *desenvolvimento desigual e combinado*. Ou seja, o uso da obra de Leon Trotsky foi mais ou menos explícito, pelo menos no diagnóstico do capitalismo, mas não na tática política. É difícil explicar a razão da influência sem entrevistas e consultas a arquivos pessoais. O fato de que Florestan Fernandes tenha participado de coletivos trotskistas na juventude, e que a organização Política Operária (Polop) fosse influenciada por Trotsky não é explicação suficiente, pois o conceito de desenvolvimento desigual e combinado era usado também por boa parte da intelectualidade acadêmica que desconfiava da possibilidade de saltar etapas em direção à revolução socialista naquela conjuntura brasileira, ilusão que tanto animava os grupos vanguardistas guerrilheiros que foram massacrados.⁷ É mais provável que o conceito de desenvolvimento desigual e combinado permitisse entender melhor a *aceleração do desenvolvimento capitalista em simultâneo* com a ampliação da heterogeneidade, da desigualdade, do autoritarismo político, da dependência, da participação do Estado no sistema financeiro, no suporte ao investimento privado e na realização de investimentos por empresas estatais. O esforço era mostrar, de diferentes maneiras, que tais características eram

7 Por exemplo, na segunda carta enviada a Celso Furtado em 1971, Maria da Conceição Tavares afirma “eu estou perplexa, mas não desanimada, continuo levando fé na ‘via pacífica’” (FURTADO 2021, p. 241). A Polop congregou nada menos que Vânia Bambirra, Moniz Bandeira, Juarez Guimarães de Brito, Michael Löwy, Ruy Mauro Marini, Eder Sader, Emir Sader e Theotonio dos Santos (GORENDER 1985, p. 40-42; CHILCOTE 2009).

dimensões de uma totalidade contraditória a despeito da incoerência superficial entre formas e processos que pareciam (e ainda parecem) habitar tempos históricos diferentes, nas escalas mundial e local.⁸

Na Escola de Campinas, a influência de Trotsky é mais evidente na tese/livro de Carlos Alonso Barbosa de Oliveira (2003[1985]), *Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*⁹. No entanto, ela é inequívoca na própria origem da Escola. O presente capítulo abordará a origem e o sentido do projeto intelectual da Escola de Campinas abordando dois trabalhos de Maria da Conceição Tavares do início da década de 1970, quando ministrava cursos na Escolatina (Santiago do Chile) para alguns dos futuros professores do DEPE-Unicamp. *Além da Estagnação*¹⁰, escrito em conjunto com José Serra em 1970, e *Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente*, de 1971, promovem uma autocrítica que rompe com a tradição cepalina e suas amarras conceituais clássicas e neoclássicas, construindo uma síntese teórica com base em Marx, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Rudolf Hilferding, Michal Kalecki e Josep Steindl, como patente nos textos e nas cartas que Tavares trocou com Celso Furtado em 1971 (FURTADO 2021). Precisaréi recorrer a citações dos textos e das cartas, pois tais contribuições são às vezes, lamentavelmente, muito mal compreendidas, assim como sua influência sobre a origem e o sentido da Escola de Campinas.

Feita a introdução, o primeiro item, a seguir, aborda as linhas gerais do pensamento de Celso Furtado entre a segunda metade da década de 1950 e segunda metade da década de 1960, quando transita do otimismo quanto à autodeterminação econômica da Nação ao pessimismo quanto à estagnação secular. O segundo item aborda a (auto)crítica de Tavares e Serra ao estruturalismo cepalino e a contribuição do artigo *Além da Estagnação* à origem da Escola de Campinas. O terceiro item discute *Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente* e o quarto faz considerações finais. O primeiro anexo é a transcrição da entrevista completa de Tavares com o cineasta

8 Comparar Franco 1969[1964]; Santos 1968, 1970; Marini 2013[1969], 2011[1973]; Cardoso e Faletto 1970; Tavares e Serra 1970; Tavares 1971a,b,c; Bamberra, 2013[1972]; Oliveira, 1988[1972]; Silva 1976[1973]; Fernandes 1981[1974]. Ronald Chilcote (2009) aborda a influência de Trotsky na teoria latino-americana do desenvolvimento. Mundialmente, o conceito era usado para superar o dualismo estrutural das teorias da modernização e do etapismo vulgar, embora às vezes "combinado" com o de *articulação de modos de produção* em razão da influência althusseriana (Gershenkron 1952, Meillassoux 1969, Rey 1971, Banaji 1973, Foster-Carter 1978). No Brasil, talvez o primeiro uso acadêmico sistemático esteja na contraposição genial, mas algo dicotômica, entre "unidade contraditória" e "dualidade integrada" proposta por Maria Sylvania Carvalho Franco (1969[1964]), na tese orientada por Florestan Fernandes que é amplamente citada na tese de Cardoso de Mello.

9 Avaliada em Bastos (2019).

10 Apresentado em seminário da Unesco/Flacso em 1970, publicado em 1971 na revista *Trimestre Económico* e reproduzido em Tavares (1982[1972]).

José Mariani sobre o debate com Furtado que é parte da cinebiografia *Livre Pensar*. O segundo anexo é a transcrição da entrevista feita a Paulo Neves Robilloti em 2010. Agradeço a ambos pela autorização para reprodução.

1. Celso Furtado: da autodeterminação econômica da nação à estagnação secular

Não há espaço aqui para repetir os argumentos de Raul Prebisch sobre a constituição do sistema mundial Centro-Periferia que organizaria assimetricamente as relações entre países industrializados e países exportadores primários, difundindo o progresso técnico, elevando a produtividade do trabalho e a renda per capita de modo desigual (PREBISCH 1949; BASTOS 2020). Tampouco seus argumentos sobre a necessidade de direção planejada do processo de substituição de importações para que não fosse estrangulado pela escassez de reservas cambiais e poupanças. Friso apenas que, para entender a relação entre o sistema Centro-Periferia e o subdesenvolvimento, e a crítica de Tavares e Serra a Celso Furtado, é crucial compreender o papel da alocação da poupança (ou melhor, do excedente).¹¹

Furtado parte de uma crítica ao modelo de desenvolvimento elaborado por Arthur Lewis (1954), que dividia uma economia atrasada em dois setores: um grande setor de subsistência, em que a produtividade média dos trabalhadores era baixa e a produtividade marginal era nula ou até mesmo negativa, dada uma dotação fixa dos fatores terra e capital. E um setor moderno, em que a produtividade era muito maior graças ao uso de tecnologias (intensivas em capital) importadas dos países desenvolvidos, mas no qual os salários eram pouco superiores (cerca de 20%, na hipótese de Lewis) ao do setor de subsistência, graças à oferta ilimitada de mão-de-obra.

Tanto para Lewis quanto para Furtado, o processo de desenvolvimento envolveria a mudança na participação e tamanho dos dois setores, embora para Furtado o processo só tenha se completado nas economias desenvolvidas: a acumulação de capital ampliada no setor moderno levava à transferência de mão-de-obra do setor de subsistência até seu desaparecimento. Para Lewis, um mecanismo automático poderia levar o processo de desenvolvimento às regiões subdesenvolvidas: o uso de tecnologias importadas aumentaria a produtividade do trabalho sem elevar os salários enquanto existisse oferta ilimitada de mão-de-obra. Os ganhos de produtividade do trabalho associados à acumulação de capital seriam absorvidos pelos capitalistas e não pelos

11 A rigor, se a “poupança” é consumida em produtos supérfluos, ao invés de investida, trata-se na verdade de um excedente em relação ao consumo necessário para a subsistência, e não propriamente poupança (o termo preferido pelos cepalinos).

trabalhadores. Assim, lucros extraordinários seriam reinvestidos até a eliminação do dualismo estrutural, ou seja, até a absorção dos subempregados do setor de subsistência no setor moderno.

A diferença entre Lewis e Furtado está na questão da alocação do excedente. Para ambos, é preciso limitar o consumo para gerar excedentes para o investimento. Para Lewis, basta conter salários reais para que a “poupança” empresarial seja alocada para o investimento induzido por lucros extraordinários. Para Furtado, porém, é o *superconsumo dos capitalistas* que frustra o desenvolvimento dos países periféricos, combinado com a *defasagem entre as tecnologias importadas e a disponibilidade local* de fatores de produção. O argumento é nítido em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, que reúne artigos da segunda metade da década de 1950:

- 1) Furtado encontra a origem do subdesenvolvimento na Revolução Industrial. Nos países desenvolvidos, o ritmo acelerado de acumulação de capital tenderia a esgotar a oferta de mão de obra, pressionando taxas de lucro e levando a duas reações: 1) progresso técnico orientado para tecnologias intensivas em capital e poupadoras de trabalho; 2) exportação de capitais para colônias de povoamento e regiões já ocupadas por sociedades tradicionais, em busca da rentabilidade inerente à combinação entre tecnologia moderna e oferta ilimitada de mão-de-obra, à la Lewis;
- 2) O subdesenvolvimento, portanto, resultaria da penetração do capital em regiões já ocupadas por sociedades tradicionais, gerando *uma economia dualista*, “parte da qual tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente... O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa” (FURTADO 2009[1961], 161);
- 3) Nos países subdesenvolvidos levados a substituir importações industriais frente à crise do modelo primário-exportador, o progresso técnico não levaria ao esgotamento da oferta ilimitada de mão-de-obra, tendo em vista que: 3.1) a mimetização do padrão de consumo dos países desenvolvidos pelas elites reduz a poupança disponível para investimento; 3.2) investimentos realizados com tecnologia poupadora de trabalho e intensiva em capital e escala geram ociosidade de capacidade de produção e de trabalhadores; 3.3) o padrão resultante de concentração da renda, tendo em vista a preservação de baixos salários e da oferta ilimitada de mão-de-obra, limitaria a escala do mercado interno, o que, combinado com tecnologias intensivas

em capital e escala, desestimularia novos investimentos, gerando baixo crescimento.

Furtado não repetirá a hipótese marxista de que o desenvolvimento técnico no capitalismo se orienta para a geração de mais-valia em abstrato, preferindo um esquema analítico clássico e, às vezes, neoclássico no qual a técnica atende em última instância ao consumo final. A cópia do padrão de consumo que, inicialmente, chegava às regiões subdesenvolvidas através da importação de bens de consumo levaria, em seguida, à cópia do padrão industrial poupador de trabalho e intensivo em capital e escala. Como as técnicas copiadas atendiam a mercados de consumo mais amplos nos centros, elas inevitavelmente levariam a maior ociosidade nas periferias em razão do contingente populacional limitado que é incluído no consumo moderno, e que não se expande *como necessário* em razão das próprias tecnologias poupadoras de trabalho copiadas. Daí a reprodução do dualismo estrutural que limitaria a industrialização e a distribuição dos seus “frutos”.¹²

Quando tal coletânea de artigos foi publicada, contudo, Furtado já se tornara muito mais otimista, mas sem revisar o modelo teórico que enfatizava o consumo final. Com efeito, o livro *A Pré-Revolução Brasileira* é publicado em 1962 depois da conclusão do plano de industrialização pesada do governo Juscelino Kubitschek e afirma que:

“A tese central desenvolvida é a seguinte: a economia de nosso país alcançou um grau de diferenciação - o que é distinto do nível convencional de desenvolvimento medido pela renda per capita - que permitiu *transferir para o país os principais centros de decisão* de sua vida econômica. Em outras palavras: o desenvolvimento recente da economia brasileira não se fez apenas no sentido de elevação da renda real média do habitante do país, mas também assumiu a forma de uma diferenciação progressiva do sistema econômico, o qual conquistou *crecente individualização e autonomia*. O Brasil está repetindo, até certo ponto, a experiência do Japão em decênios anteriores: *a conquista da autodeterminação no plano*

12 Mais tarde, Belluzzo (1980[1975]), Mello e Belluzzo (1998[1977]), Baltar (2003[1985]) e Oliveira e Henriques (1990) defenderão a “lei capitalista de população” de Marx contra a crítica de Lewis (aceita por Furtado) para afirmar que, também nos países centrais, a acumulação capitalista em base técnica industrial produz *exército industrial de reserva*, desemprego, heterogeneidade e pobreza, ou seja, nunca esteve orientada para o consumo final das massas. Logo, a aparente “homogeneidade” estrutural no capitalismo avançado não resulta de suposta adequação entre uma tecnologia intensiva em capital e uma dotação de “fatores de produção” escassa em trabalho. O essencial, segundo Oliveira e Henriques (1990), é a *forma histórica* de resolução política das questões *agrária, social e institucional*, o que permite explicar inclusive a diferença entre países avançados com matriz técnica semelhante. Sonia Draibe (1985[1980]) agregou também a *questão nacional*. A evidência de heterogeneidade crescente nos países capitalistas avançados depois do refluxo da social-democracia e dos sindicatos industriais parece refutar a hipótese de Lewis/Furtado e dar razão a Marx/Campinas.

econômico ainda em fase caracterizada por um nível de renda per capita típico de país subdesenvolvido.”¹³

A autodeterminação econômica da nação, segundo Furtado, não era incompatível com a associação ao capital estrangeiro, desde que ele fosse encaminhado para maximizar a transferência de tecnologias. Aliás, a *associação seria indispensável em razão do atraso tecnológico do país*:

“Consideremos agora o problema do lado daqueles que são intransigentemente contra o capital estrangeiro. Postula-se, deste lado, que a vantagem trazida ao país pelo influxo de capital estrangeiro é totalmente fictícia, pois esse capital aqui chegando liga-se à poupança interna, contribuindo para desnacionalizá-lo... contribuindo para avolumar a saída de recursos do país e para agravar a pressão sobre o balanço de pagamentos. Ora, mesmo que se reconheça uma grande dose de verdade nessas afirmações, não se pode daí deduzir que este país possa desenvolver-se sem contribuição – em alguns casos, ampla contribuição – do capital estrangeiro. O Brasil não é senão uma parcela de uma economia mundial em crescimento. E nessa economia mundial o desenvolvimento da técnica realiza-se, de preferência, em alguns países, que são ciosos desse importante patrimônio que detêm. Mesmo que tomássemos plena consciência desse problema e realizássemos, a partir de hoje, um grande esforço para independentizar-nos no plano tecnológico, teríamos ainda que passar muitos decênios como simples caudatários da pesquisa científica e suas aplicações técnicas nos grandes centros mundiais. Ora, queiramos ou não, grande parte da tecnologia moderna ou é praticamente inacessível ou custa elevado preço... Permitir o seu influxo desordenado será seguramente privar o país, no futuro, das reais vantagens da cooperação desses capitais, em setores de tecnologia menos acessível. Por outro lado, *criar condições de hostilidade generalizada aos capitais estrangeiros, significará aumentar o preço que sempre teremos de pagar pela contribuição indispensável da técnica alienígena, e, assim, dificultar o desenvolvimento do país*” (idem, 85-88, itálicos meus).

Finalmente, a autodeterminação econômica da nação é relacionada à *internalização do departamento de bens de produção*:

“Ao se iniciarem os anos cinquenta, esse conflito entre o desejo nacional de intensificar a política de desenvolvimento e a limitação da capacidade para importar alcançara o seu ponto crítico... compreende-se a importância, para

13 Furtado 1962, p. 9 (itálicos meus). Alcançada a autodeterminação econômica nacional, Furtado passa a priorizar o subdesenvolvimento nordestino (BASTOS 2020) e, logo em seguida, as reformas de base, como a reforma agrária, a fiscal e a administrativa, vetadas pelo Congresso Nacional quando se torna Ministro do Planejamento em 1963 (BASTOS 2011).

o futuro do país, do que foi realizado no último decênio...Já se vislumbra, claramente, a vitória na luta para independentizar a formação de capital das importações. A grande metalurgia está definitivamente assentada no país; a produção nacional de combustíveis líquidos progride com firmeza; a produção de equipamentos já constitui o núcleo mais importante e dinâmico da indústria nacional. *Ao iniciar-se o decênio dos sessenta, já se podia afirmar que o impulso de crescimento da economia nacional se firmava em nosso próprio mercado interno e que o seu centro de decisões tinha suas raízes na vida nacional, como também que estávamos capacitados para efetivar uma política de desenvolvimento. A autonomia que se vem alcançando nos três setores básicos referidos – metais industriais, combustíveis líquidos e equipamentos - reduz, dia a dia, a importância estratégica da capacidade para importar*” (FURTADO 1962, 113-4, itálicos meus).

Seis meses depois, Tavares (1963) publica *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil*, uma síntese interpretativa da industrialização latino-americana que ainda opera no marco cepalino, mas que defende, com muito dados, o oposto de Furtado: mesmo no Brasil, o processo de substituição de importações *havia se esgotado antes de se concluir*. Sem um esforço de planejamento ainda mais vasto combinado à ajuda internacional, não se conseguiria avançar nos ramos de substituição “difícil”, nos quais a tecnologia era monopolizada por oligopólios internacionais e cujos requisitos mínimos de escala e investimento eram superiores mesmo aos existentes no Brasil. Isto provocaria novas restrições de balanço de pagamentos que reforçariam os obstáculos à industrialização. Tavares levava o modelo cepalino à conclusão lógica, que seria empiricamente refutada em breve: a cópia do padrão de consumo e produção não só reproduziria o dualismo estrutural, mas bloquearia o crescimento.

Depois do veto às reformas de base em 1963, Furtado passa a compreender a industrialização brasileira como Tavares (1963): uma sucessão de fases de substituição de importações desde bens de consumo “fáceis” até bens de produção “difíceis” que não se completou, criando “dificuldades que... têm maior profundidade do que inicialmente se suspeitava” (FURTADO 1964, 125). Depois do golpe de 1964, Furtado radicaliza o argumento de Tavares e defende que a estagnação secular se abateu sobre a América Latina e o Brasil. No livro *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, supondo equalização de taxas de lucro e de salários entre ramos industriais, Furtado (1966) deduz que ramos com maior relação capital/trabalho (como os de bens de produção e consumos mais modernos) terão necessariamente menor

relação produto/capital.¹⁴ Como o mercado dos ramos modernos é limitado em vista da concentração da renda, e o requisito de capital supera a oferta de poupança, novos investimentos seriam travados, levando à estagnação. A crise era resultado inevitável de uma forma de difusão do progresso técnico caracterizada pela cópia e não pela inovação: cópia de técnicas orientadas para atender padrões de consumo típicos de mercados mais amplos nos países centrais, e que resultam em ociosidade quando aplicadas nos mercados menores das periferias.

Assim, Furtado completou o círculo: inicia pessimista com a possibilidade de crescimento rápido (para não falar da superação do subdesenvolvimento); em seguida, considera que, na segunda metade da década de 1950, *a autodeterminação econômica da nação é alcançada antes da superação do subdesenvolvimento em razão da internalização do departamento de bens de produção com o concurso do capital estrangeiro*; depois do golpe de 1964, nem o crescimento, nem a autodeterminação nacional nem a superação do subdesenvolvimento são possíveis, como se estivessem umbilicalmente ligados.

2. A (auto)crítica de Tavares e Serra ao estruturalismo cepalino e a origem da Escola de Campinas

Tavares discordará de Furtado novamente, desta vez rompendo com a Cepal e criando a rota para a Escola de Campinas. Dizer que o crescimento é possível não era difícil no final da década de 1960 em razão do início do chamado “Milagre econômico”, mas a objeção é mais funda: a industrialização pesada periférica não representa autodeterminação nacional e sim uma mudança na forma de dependência, *adaptada ao novo padrão de concorrência mundial que resulta da acumulação capitalista no centro do sistema*. Do ponto de vista teórico, o princípio que organiza a reflexão resulta de uma ruptura com o paradigma cepalino em direção ao marxismo. O progresso técnico deixa de ser entendido como *um meio para o consumo*, seja das massas nacionais como Furtado presume ser nos países desenvolvidos, seja das elites no subdesenvolvimento. *Em qualquer região capitalista*, o progresso técnico industrial se orienta para a acumulação de capital – riqueza abstrata – e não para o consumo final. Isto se faz através da ampliação da produtividade do trabalho (e do desemprego tecnológico) por meio do *consumo intermediário* de bens de produção cada vez mais complexos – e sem

14 Para a demonstração matemática: Rodríguez (2009, 344-5). A reprodução matemática do argumento de Furtado por Tavares e Serra (1970) tem um erro tipográfico que é corrigido por Rodríguez sem prejuízo do argumento teórico. Nos livros de Furtado, as relações produto-capital e poupança-produto (taxa de poupança) às vezes aparecem como PIK e SIP, e não P/K e S/P, sem prejuízo do argumento.

sequer assegurar harmonia entre a produção e a demanda de tais bens de produção, portanto se sujeitando a crises de realização autodeterminadas. O capitalismo não deve ser confundido com um sistema orientado para o consumo final que eventualmente falha nessa “missão.” O problema é mais profundo: sua “missão” nunca foi essa. Assim, a internalização da produção de bens de produção deixa de ser signo de autodeterminação econômica nacional para designar, no termo polêmico proposto por Cardoso de Mello, autodeterminação do capital, ampliação da capacidade técnica de acumular mais-valia via consumo interindustrial sem o “menor compromisso com a expansão do consumo das massas nem, muito menos, com suas ‘necessidades’” (MELLO; BELLUZZO, 1998 [1977], p. 163).

Enquanto Furtado radicalizava o argumento de Tavares (1963) sobre o esgotamento do processo de industrialização por substituição de importações, Tavares e Serra, em *Além da Estagnação*, consideram que tal esgotamento descreve sim a maioria dos países da América Latina, mas não mais o México e, principalmente, o Brasil:

“É fundamental observar que, no Brasil, ao contrário de muitos países da América Latina, o grau de desenvolvimento industrial na fase de esgotamento do dinamismo do processo de substituição de importações permitia a substituição física de parte dos artigos que antes se importava. Em outros países latino-americanos, o processo substitutivo se esgotou antes que as respectivas economias tivessem alcançado uma base material que lhes permitisse produzir os bens de produção necessários à realização de investimentos relativamente vultuosos, intensivos em capital e tecnologicamente mais complexos. O capitalismo brasileiro tinha condições de passar a um esquema de expansão cujos estímulos emanavam do próprio sistema (*sem que isso significasse o enfraquecimento dos laços de dependência externa, tornando-os, pelo contrário, mais estreitos*). Dadas as condições materiais, este novo esquema impunha...uma reordenação da política econômica pública no que diz respeito a financiamento, distribuição de renda, orientação dos gastos e assignação de recursos, exigindo, ainda, uma rearticulação do sistema monetário-financeiro em outras bases... a crise econômica de meados da década (de sessenta) expressa... uma transição, não a uma nova economia mas a um novo estilo de desenvolvimento capitalista que supõe, dada a existência de uma base produtiva adequada, um novo esquema de concentração do poder e da renda, bem como novos mecanismos de estímulo, *adequado a outra etapa de integração com o capitalismo internacional*. Cremos que os transtornos verificados nessa economia não correspondem ao fenômeno da estagnação” (TAVARES; SERRA, 1970[1982], p. 172 e 175. Itálicos meus).

Ou seja, a internalização do departamento de bens de produção é, como afirmara Furtado, sem dúvida importante para periodizar uma nova fase da economia brasileira. No entanto, esta fase não se caracterizava pela autodeterminação nacional e *sim por uma nova dependência* relacionada a um novo esquema de acumulação de capital que tinha maior endogeneidade cíclica que o da velha dependência. Por isto, Tavares e Serra questionam a hipótese estagnacionista de Furtado. Para eles, a crise de meados da década de 1960 não representara estagnação secular determinada pelo subconsumo das massas e *sim uma desaceleração cíclica da acumulação de capital e uma crise de realização de investimentos* que não podiam ser revertidas automaticamente. Elas foram revertidas graças às reformas financeiras e fiscais executadas pela ditadura depois de 1964, que *concentraram ainda mais a renda* contra a capacidade de consumo dos trabalhadores menos qualificados, com efeitos contrários aos esperados por Furtado ou por qualquer autor que confunda o capitalismo com um sistema de satisfação de necessidades de consumo.

O ponto de Tavares e Serra é que a conclusão da industrialização pesada resultaria necessariamente em desaceleração dos investimentos privados em vista da criação de capacidade ociosa nos ramos líderes, levando à desproporção entre oferta e demanda. A ampliação da capacidade ociosa implicaria a elevação da relação capital/produto agregada, bem descrita mas explicada erroneamente por Furtado em razão do esquema analítico neoclássico. Ela seria *a consequência e não a causa* da desaceleração dos investimentos:

“...o autor (Furtado) considera a evolução da relação produto-capital como um aspecto essencial no processo de estagnação econômica, embora esta categoria seja mais propriamente um *resultado* do processo econômico...a crise está mais relacionada com a redução da taxa de investimentos e com os fatores responsáveis por isto que com um eventual declínio da relação produto-capital... a ideia de que a relação produto-capital declina necessariamente quando se eleva o coeficiente capital-trabalho (que está associada a um esquema analítico de corte neoclássico, de equilíbrio geral) não leva em consideração os efeitos do progresso técnico vinculado à acumulação de capital...menos demanda de insumos por unidade de produto...aumento relativo da produtividade do trabalho... a contração da demanda corrente provoca o aumento das margens de capacidade ociosa e a consequente redução da relação produto-capital. Mas isto seria, então, uma consequência e não uma determinante da crise... Na realidade, ao trabalhar com ‘categorias resultado’, na consideração das taxas de lucro das diferentes indústrias que tenderiam a igualar-se do mesmo modo que os salários, ao separar a intensificação do uso do capital da penetração do progresso técnico e, além disso, não considerar os efeitos deste sobre a produtividade dos investimentos nem os efeitos das diversas modalidades

de economias externas, Furtado parece ter vestido a ‘camisa de força’ de um molde neoclássico do equilíbrio geral...a solução para o sistema consistiu em alterar a composição da demanda - redistribuindo a renda pessoal e seus futuros incrementos ‘para cima’, a favor das camadas médias e altas - e aumentando a relação excedente-salários através da compressão, até mesmo absoluta, das remunerações à massa de trabalhadores menos qualificados” (idem, 164-9).

Ou seja, a hipótese estagnacionista considerava a preservação do subdesenvolvimento e da concentração da renda um obstáculo intransponível de *subdemanda de consumo final* provocada pelo rebaixamento dos salários de base. O problema, contudo, é que o rebaixamento ainda maior dos salários de base com a ditadura militar só afetaria a demanda do ramo de bens de consumo não-duráveis, mas *aumentaria a rentabilidade nos ramos líderes onde o consumo de bens intermediários era mais significativo*, bens de produção pesados e bens de consumo duráveis. Por isso era necessário entender com rigor a mudança estrutural dos esquemas de reprodução do capital e suas bases técnicas. A internalização dos ramos básicos na década de 1950 expressava a nova dependência inerente à solidariedade entre investimentos das estatais e de filiais estrangeiras, que criavam demanda umas às outras e modificavam a estrutura de emprego. Para animar a oferta privada de bens de produção, a ditadura tratou de ampliar o investimento público e estatal em infraestrutura e insumos intermediários mais do que o consumo público, elevando receitas privadas e, portanto, lucros e ordenados da classe média. A industrialização pesada – a internalização do departamento de bens de produção – não levava à autodeterminação nacional, mas criava uma estrutura de empregos que contava agora com uma *nova classe média* cuja expansão animava o ramo de bens de consumo duráveis, complementando o consumo dos capitalistas. Junto com a ampliação do contingente de pequenos e médios empresários, esta classe média também ganhava *renda relativa com a redução do salário de base* via queda de preços de serviços pessoais, por exemplo, o que aumenta sua renda disponível para estimular a demanda de bens de consumo duráveis. Um preço da recuperação da demanda de bens duráveis era a exclusão dos trabalhadores de baixa renda deste mercado:

“A distribuição da renda não pode tender inexoravelmente à concentração exclusiva numa pequena cúpula (por exemplo, o último 1%) , deixando o resto da população sem participação nos incrementos da renda. Se isso acontecesse, o sistema estaria condenado a viver numa permanente crise de realização. Na realidade, o que se observa é uma tendência a uma contínua redistribuição ou reconcentração da renda, em que se solidariza a ampliação do consumo de certos estratos sociais com a geração do excedente

necessário... É evidente que no caso dos maiores países da América Latina, na atual etapa de desenvolvimento por diversificação do consumo, *exige-se uma incorporação sustentada pelos grupos médios. Quando o sistema não tem condições de propiciar esta incorporação de maneira satisfatória, seja pelo lado do emprego, seja pelo do gasto (financiando o endividamento crescente dos grupos médios) ou, finalmente, pelo lado da renda, através de uma diferenciação cada vez maior de salários e em favor da tecnocracia e burocracia, a tendência é, realmente, a manifestação de crises de realização... A política do novo governo militar criou condições para uma reorganização do esquema distributivo conveniente ao sistema, começando por redistribuir a renda em favor dos setores das classes médias urbanas e contra as classes populares assalariadas*” (idem, 197-201, itálico meu).

Assim, a *racionalidade da nova dependência* resultava em que, naquela conjuntura, o capitalismo selvagem brasileiro ganhava dinamismo com a concentração da renda ao invés de ser jogado por ela na estagnação secular. A industrialização pesada, portanto, representava o *inverso da autodeterminação econômica da nação* que defendera Furtado. Para Tavares e Serra, “enquanto o capitalismo brasileiro desenvolve-se de maneira satisfatória, a nação, a maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande medida, devido ao dinamismo do sistema, ou melhor, ao tipo de dinamismo que o anima” (idem, 158).

Por isso, o novo esquema de acumulação de capital inerente à industrialização pesada ampliava *simultaneamente o grau de endogeneidade da dinâmica de ciclos e crises* e a “*adaptação flexível*” de instituições e políticas econômicas, *portanto até mesmo do Estado, às necessidades da dependência*. Uma coisa não excluía a outra, como suporia Samir Amin (1976 [1973]) antes de entender a nova dependência típica dos casos brasileiro e mexicano e sua diferença na América Latina. Nas palavras de Tavares e Serra:

“...o Brasil, juntamente com o México, constitui um dos casos mais típicos de integração (com ou sem crise) da expansão de sua economia ao capitalismo internacional, o que resultou numa alta taxa de crescimento que vem de longa data no México, sendo mais recente no Brasil (1968-70). Ao analisarmos os países da América Latina, podemos dizer que um dos fatores-chave que determinou suas possibilidade de expansão foi, precisamente, o grau de maior ou menor solidariedade de suas economia com o capitalismo internacional... os resultados, em termos de padrões de investimento e crescimento, variam de acordo com o tipo de relação objetiva que prevalece entre o país e os capitais externos nos setores estratégicos, bem como com as formas de comportamento nacional no processo de tomada de decisões. Parece claro que, no caso de algumas economias latinoamericanas, que o processo de expansão se deu a partir

de uma contradição entre seu modo de funcionamento, subordinado ao antigo esquema de dependência externa, e os requisitos para inserir-se no novo quadro regional e mundial do desenvolvimento do capitalismo.. No caso de países como o México e o Brasil, tendo-se conseguido superar as eventuais contradições internas (a nível das diferentes classes e setores ou subsetores), alcançou-se *uma adaptação flexível ao esquema da 'nova' dependência*, podendo estes países expandir-se e crescer razoavelmente – no caso do México sem crise e, portanto, de forma muito mais sustentada – apoiados em seus mercados internos, de dimensões absolutas superiores aos demais...(o Brasil) convém ressaltar o maior peso e complementaridade de seus setores ‘de ponta’, em relação aos demais países da região” (idem, 176-7, itálico meu).

Ou seja, o avanço da industrialização não significa autodeterminação nacional e sim nova dependência, que tem mecanismos “internalizados” que não são captados pelos itens do balanço de pagamentos que eram objeto privilegiado da análise cepalina anterior de Tavares (1963). Tal internalização da dependência, contraditoriamente, não significa eliminar a autonomia relativa dos esquemas capitalistas locais ao fazê-los meramente reflexos do capitalismo mundial. Ao contrário, exige investigar *as transformações dos esquemas de acumulação locais que resultam em uma maior ou menor potencialidade de adaptação estrutural* às transformações do capitalismo mundial. Assim, a dependência resulta em unidade contraditória e não dualismo, ou seja, a autonomia relativa supõe adaptação dependente, *desenvolvimento desigual e combinado*. Logo, são importantes tanto “as formas de relacionamento pre-valetentes entre os agentes centrais do processo – o Estado e os capitalistas internacionais – principalmente no que se refere às políticas de alocação de recursos” quanto “as formas de comportamento nacional no processo de tomada de decisões” (idem, 176).

Isto é, a origem, a estrutura e a dinâmica dos capitalisms na América Latina não são redutíveis à determinação por um dos polos da mediação externo-interno, que aliás estão crescentemente integrados/combinados nos esquemas de acumulação da nova dependência. Embora a transformação mundial seja sobredeterminante, há nos diversos casos nacionais *diferentes graus de autonomia relativa* que devem ser analisados e comparados com rigor: mesmo que o sentido seja universal (acumulação de capital com base em alguma forma de dependência), *as formas de dependência* e reprodução ampliada do capital importam.¹⁵ Na tese de livre-docência *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, Tavares coloca assim a questão:

15 O conceito “nova dependência” foi cunhado provavelmente por Theotonio dos Santos (1968), que enfatiza o grau superior de desenvolvimento dependente brasileiro, porém não avança na proposta de critérios de

“A passagem, em ‘condições de subdesenvolvimento’, a uma etapa de industrialização propriamente dita requer a demonstração prévia das limitações e possibilidades internas de que a reprodução ampliada do capital industrial se torne não só endógena como também dominante; apesar de que alcançar essa etapa de acumulação especificamente capitalista possa significar para os países periféricos um grau acentuado de ‘subdesenvolvimento’ de uma parcela considerável de suas ‘forças produtivas’, e também uma maior ‘dependência’ em termos financeiros, tecnológicos e, eventualmente, políticos, em relação ao capital internacional” (TAVARES, 1998[1974], p. 140-1)

Neste sentido, Tavares e Serra distinguem casos em que há contradição entre a estrutura local e o “novo quadro regional e mundial de desenvolvimento do capitalismo”, como Bolívia, Equador e Peru. No segundo caso, representado por Chile e na Argentina, há uma *adaptação insatisfatória* às novas formas de dependência tecnológica e financeira. No terceiro caso, exemplificado por Brasil e no México, contudo, “há adaptação flexível à nova dependência, com solidariedade orgânica entre Estado e capitalismo internacional” (idem, 178), o que alarga o potencial dinâmico da expansão capitalista local. Vai-se além da estagnação em direção à industrialização pesada, mas não além da dependência nem do subdesenvolvimento e da subdemanda das massas populares.

Quadro 1 – Capitalismo na América Latina: nova dependência e articulação externo-interno

Casos nacionais (1970)	Articulação estrutural externo-interno	Trajetória de expansão capitalista
Bolívia, Equador e Peru	Contradição	Bloqueio relativo
Argentina e Chile	Adaptação limitada	Restrita
Brasil e México	Adaptação flexível	Dinâmica

Fonte: Elaboração própria.

comparação entre os casos latino-americanos como fazem Tavares e Serra. Por sua vez, Santos (1970, p. 235) enfatiza os limites ao crescimento do mercado interno na situação de nova dependência em termos semelhantes aos cepalinos, ou seja, responsabilizando o subconsumo dos trabalhadores em razão do desemprego tecnológico, do subemprego e dos baixos salários, o que *limitaria o crescimento das indústrias de bens de produção* em conjunto com a *escassez de recursos das filiais estrangeiras* graças às remessas de lucros. Por isto o surgimento do suposto dilema entre fascismo ou socialismo, já que soluções intermediárias se provaram “vazias e utópicas” (idem, p. 236). Ao invés do desalento de Furtado diante da estagnação, a paixão revolucionária, mas a mesma suposição de que as indústrias de bens de produção *precisam atender ao consumo* das massas populares para se expandir. Para um sumário das duas vertentes básicas da teoria da dependência, ver Bastos e Hiratuka (2020). Para avaliações mais extensas, ver Chilcote (1974) e Evans (1980[1979], cap. 1).

Ademais, a nova dependência não se limita ao campo financeiro e tecnológico, mas é internalizada no próprio sistema político:

“Observa-se também uma maior solidariedade orgânica entre o Estado e o capitalismo internacional, visto que ambos participam de modo predominante no investimento e produção dos principais setores dinâmicos sem que haja entre eles contradições importantes no plano da tomada de decisões. No entanto, o peso da participação dos setores dinâmicos controlados pelo Estado e o capital internacional foram aumentando na economia e constituindo um núcleo integrado de expansão recente... No atual estágio de desenvolvimento capitalista... o Estado brasileiro não tem, ao contrário do que ocorria em épocas anteriores, maiores compromissos com a chamada burguesia ‘nacional’ ou com esquemas de tipo populista. Neste sentido, tem as mãos livres para executar as reformas institucionais correspondentes a um acelerado processo de modernização e para promover, inclusive, uma divisão mais concreta de tarefas com o capital estrangeiro (enquanto Estado-empresário). Assim, foi possível uma crescente solidariedade entre ambos no investimento e produção dos chamados setores estratégicos” (176-8).

O fato de que o capitalismo dependente tem marcante capacidade de expansão não significa que ele evite as desacelerações cíclicas que caracterizam o capitalismo nos centros. Como vimos, Tavares e Serra não criticam a hipótese de estagnação secular para cair no oposto do crescimento linear e infinito. Pelo contrário, “nossa hipótese é de que a tendência à crise de realização... *adquire características mais dramáticas e específicas nos sistemas dependentes subdesenvolvidos, como o brasileiro...* nossas economias, ao serem incapazes de *gerar e controlar endogenamente suas formas de incorporação do progresso técnico*, passam a ter possibilidades muito limitadas de integrar-se no mercado internacional. Isto, conjugado com a impossibilidade de geração interna da modernização, *encurta os períodos em que se torna necessário reorientar cada vez mais intensamente – o excedente intercambiável*” (idem, 205, itálico meu).

Ou seja, não é impossível estimular a expansão do mercado interno, mas isto deve ser feito em períodos mais curtos, sendo sim impossível evitar as crises de realização posteriores que geram recessões mais agudas. A maior endogeneidade cíclica está intimamente associada com a *dependência tecnológica* inerente à internalização do departamento de bens de produção. Tal dependência limita a capacidade de “geração interna da modernização” e de complementar a demanda interna com exportações industriais significativas. Está-se longe de entender industrialização pesada e autodeterminação do capital como crescimento linear, infinito e nacionalmente autônomo. Torna-se

necessário, assim, a *adaptação flexível às necessidades* do capitalismo internacional e o estímulo à concentração da renda e ao desenvolvimento desigual e combinado:

“Além da tentativa de aprofundar e diversificar o consumo “moderno” de bens e serviços, *o sistema busca saídas nas formas já mencionadas de acumulação combinada* que poderão ser favoráveis à medida que sejam solidárias, quanto a seus resultados produtivos, *com a dinâmica do capitalismo internacional...* Essas características estão relacionadas com mudanças permanentes e descontínuas na forma da assinação de recursos (geração, apropriação e utilização do excedente), explicadas, por sua vez, *pelo caráter solidário da economia com os esquemas renovados de divisão internacional do trabalho... mediante alterações periódicas e intensas no esquema de concentração da renda e do produto, de maneira a ajustar-se aos novos esquemas de assinação de recursos.* Tal situação implica que cada vez que se entre numa nova etapa de desenvolvimento capitalista necessite-se de uma reorganização dos mecanismos de poder - desde os instrumentos de controle estatal e novas formas de solidariedade com os agentes do capitalismo internacional até o plano das alianças de classe” (idem, 206).

Em suma, a dependência pressiona para que se transformem instituições e padrões de distribuição de renda para viabilizar uma adaptação flexível à modernização exigida pelo tipo predominante de expansão da filial estrangeira. É por isso que os autores propõem um *novo conceito de modernização* para descrever as transformações estruturais da economia brasileira:

“...processo de incorporação e difusão da tecnologia moderna (que) se limitou, em cada etapa histórica, aos setores responsáveis pela dinamização do processo e mais estreitamente integrados ao sistema capitalista internacional... Assim, na fase chamada de primário-exportadora, a modernização limitou-se, em geral, ao setor exportador e à sua infraestrutura de apoio; na primeira etapa de industrialização baseada na substituição de importações, concentrou-se em certas indústrias de bens de consumo e em alguns serviços urbanos; na segunda etapa, nas atividades do complexo metal-mecânica (bens de consumo durável, insumos e bens de capital) e na química. Finalmente, na etapa atual, caracterizada por um aprofundamento e diversificação do consumo, bem como pelo desenvolvimento das formas de acumulação financeira, a modernização manifestou-se na diversificação e comercialização dos produtos (troca de modelo, marca, serviços de propaganda e serviços financeiros), não exatamente ao nível da estrutura produtiva, no sentido de ampliações e modificações substanciais da mesma... Isso implica que *o processo tenda a acentuar a heterogeneidade*

estrutural do sistema e também a modificar as condições concretas em que ela se apresenta” (idem, 182-3).

Tal modernização está intrinsecamente relacionada com o conceito de heterogeneidade estrutural (que seria aprofundado por Anibal Pinto), que é articulado explicitamente pelos autores com o conceito de desenvolvimento desigual e combinado (de Trotsky). As etapas de modernização não se sucedem absolutamente, isto é, novidades e prolongamentos arcaicos convivem em novas sínteses. Tal convivência não é dualista, mas integrada e combinada, isto é, síntese e não justaposição. Ao contrário do *dualismo* típico na hipótese de “desintegração entre os estratos produtivos modernos e primitivos”, haveria sim a “sobreposição de cortes transversais e horizontais que produz uma estratificação econômica e social com planos e graus diferentes e assíncronos de integração... Estamos longe, portanto, da idéia de coisas separadas, com pouca relação entre si. Trata-se de um mesmo sistema, cuja heterogeneidade se aprofunda sem que haja ruptura entre suas diversas partes” (idem, 189-190).¹⁶

Assim, no desenvolvimento desigual e combinado na América Latina convivem três formas de acumulação que são solidárias com o capital internacional (idem, 180-1): 1) *acumulação primitiva*, direcionada à incorporação da população marginalizada “na expansão da fronteira agrícola, na construção de vias de penetração ou de grandes obras públicas que servem de capital social básico à implementação de novas atividades, permitindo, ao mesmo tempo, manter ou aumentar os níveis de produção das indústrias de bens de investimento”;¹⁷ 2) *acumulação tradicional* com acumulação interna de lucros, “dada a grande disparidade entre o ritmo de crescimento dos salários e o da produtividade” e subsídios públicos que redistribuem renda para cima; 3) *nova acumulação financeira*, permitindo “acumulação de lucros sem relação direta com o processo de geração do excedente real...um controle mais orgânico da expansão capitalista e orienta a integração do capital nacional com o estrangeiro.” Um sintoma precoce do que se chamaria mais tarde *financeirização*,

16 Dois anos depois, Francisco de Oliveira (1988[1972]) citaria Tavares e Serra para apoiar a crítica incisiva ao dualismo cepalino e à crítica da confusão do capitalismo com um sistema orientado para o consumo final: “a perspectiva ético-finalista muito associada ao dualismo cepalino parece desconhecer que a primeira finalidade do sistema é a própria produção...seus esquemas teóricos e analíticos prendiam-se às discussões em torno da relação produto-capital, propensão para poupar ou investir, eficiência marginal do capital, economias de escala, tamanho do mercado, levando-os, sem se darem conta, a construir o estranho mundo da dualidade e a desembocarem, a contragosto, na ideologia do círculo vicioso da pobreza... de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia.” (p. 10-2). Oliveira, contudo, se equivoca ao supor que o salário-mínimo define o patamar máximo e não o patamar mínimo do mercado formal de trabalho, ao invés do mercado informal: Tavares e Souza 1981.

17 Aqui a influência de Trotsky se combina com a de Rosa Luxemburgo, citada na troca de cartas entre Tavares e Furtado como veremos.

que seria em breve analisada por Tavares (1971).¹⁸ Considerando a síntese entre as três formas de acumulação de capital, o Brasil é o caso mais avançado de desenvolvimento desigual e combinado na região:

“Poder-se-ia dizer, parafraseando (Paul) Baran, que o capitalismo brasileiro combina o pior dos mundos: ao mesmo tempo que é socialmente excludente, apresenta problemas típicos de capitalismo maduro... No que se refere às outras modalidades de acumulação, o Brasil apresenta também peculiaridades importantes em relação a outros países da América Latina. Reúne enormes possibilidades de continuar a aumentar a acumulação primitiva de capital de forma solidária com a acumulação capitalista dos setores estratégicos nacionais e estrangeiros... (via) abertura de novas áreas geográficas para a exploração de recursos naturais, o desenvolvimento agropecuário e de outras atividades primárias e secundárias que se destinam ao comércio exterior ou a prover de insumos os outros setores dinâmicos internos. O exemplo mais notável é a abertura da Transamazônica, realizada com duplo propósito: ocupação da fronteira e exploração de recursos naturais. Ela representa mais um caso da estreita solidariedade entre os capitais internacionais e capitais nacionais, públicos e privados, seja na etapa de construção da estrada, seja na etapa de exploração (madeiras, mineral e pecuária)” (idem, 181-2).

Em vista do desenvolvimento desigual e combinado, seria difícil supor como Lewis e Furtado que uma dinâmica “clássica” de expansão pudesse eliminar o dualismo e o subdesenvolvimento, mesmo se *destravada* por reformas estruturais. O problema não é o bloqueio, mas o próprio sentido da acumulação. A dificuldade não é só o entrave às reformas furtadianas em vista da internalização da nova dependência no próprio sistema político, que na prática derrotou a via nacional-burguesa proposta no Plano Trienal (BASTOS 2011). É que a própria dinâmica de expansão capitalista (e não capitalística, ou seja, intensiva no “fator” capital) é entendida por Tavares e Serra segundo o marxismo e não segundo os clássicos da economia política ou de conceitos neoclássicos. Isto é, a acumulação de capital não tenderia a absorver a população marginalizada porque o desenvolvimento desigual e combinado *absorve e recria exército industrial de reserva* por meio do

18 O que evidencia a importância de Hilferding, que a autora atribui à orientação de Ignácio Rangel: “Aí para a análise da questão financeira, quer dizer, o Rangel foi o primeiro que me mandou ler ‘O capital Financeiro’ do Hilferding, que eu nem tinha noção de que existia, porque na minha juventude eu só fiz seminário de Marx, com os filósofos, matemáticos. E antes de ir pro Chile, em 1968, eu já tinha feito seminário sobre o capital financeiro. O (José Carlos de Souza) Braga, por exemplo, foi meu aluno no Chile e a análise do ‘financeiro’ dele é muito influenciada pelas minhas aulas. O velho Rangel estava muito preocupado com o financiamento do capitalismo, então realmente, a coisa da acumulação de capital financeiro, para ele era importante” (ver anexo 2).

progresso técnico e da dinâmica de expansão e crise *mesmo quando avança* para os ramos e territórios ditos atrasados:

“No processo de incorporação e difusão do progresso técnico numa economia, manifestam-se dois efeitos contraditórios com relação à absorção de mão-de-obra: por um lado, o da exclusão e/ou expulsão e, por outro, o de incorporação nas novas atividades que surgem... a responsabilidade da evolução desfavorável do emprego produtivo não se relaciona com um “excesso” de modernização, mas com a forma que assume a mesma... quando o setor moderno se expande verticalmente ou seja, sem absorver ou liquidar atividades tradicionais, a exploração da força de trabalho incorporada é mais intensa, enquanto que a mão-de-obra ocupada nos estratos produtivos não-modernos fica, em grande medida, “excluída” desta forma de exploração... Quando, pelo contrário, a modernização se estende a determinadas partes das atividades produtivas tradicionais - ou seja, torna-se mais extensiva - amplia-se a base de geração de excedente absoluto e relativo (ao elevar-se a produtividade e manter-se constantes os salários) , *mas acelera-se a taxa de expulsão de mão-de-obra antes empregada nas atividades que se modernizaram*. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que se amplia a base de geração do excedente ampliado, alimenta-se o processo de marginalização social que implica uma concentração da força de trabalho em áreas econômicas residuais ou atividades ‘depósito’. *Desse modo, a extensão do setor moderno agrava, paradoxalmente, a heterogeneidade pelo lado da marginalização*. Neste sentido, a incorporação e expulsão passam a ser *duas tendências simultâneas e contraditórias do processo de expansão e modernização que assume, então, em sua plenitude, um caráter desigual e combinado*” (idem, 190-2).

Ademais, a heterogeneidade estrutural não se limita ao “setor atrasado”. Não há dualismo também porque empresas grandes e de alta produtividade e lucratividade convivem com empresas menores de baixa produtividade e lucratividade no próprio “setor moderno”. *O que aumenta não é necessariamente a presença produtiva da grande empresa e sim seu controle do excedente*, através do domínio sobre a comercialização (oligopsônios de compra ou de venda), o financiamento (predominância do capital financeiro) e a tecnologia (“padronização” obrigatória ditada pela matriz ou filial dominante). Como a “dimensão mínima (de escala) só existe para as empresas de alguns ramos”, em outros ramos sobrevivem empresas menores tradicionais. Nestes ramos, a criação de novas plantas com maior capacidade ociosa e a guerra de preços para expulsar empresas menores prejudicariam os lucros do oligopólio. Ademais, haveria até mesmo a criação de novas pequenas empresas em outros ramos:

“... juntamente com o desaparecimento da pequena e média empresa tradicionais, substituídas pelas grandes, verifica-se o surgimento da pequena e média empresa moderna, fornecedora ou cliente da grande empresa dinâmica, bem como um acelerado desenvolvimento das empresas artesanais de luxo que acompanha a sofisticação do consumo urbano. E isto para não nos referirmos aos pequenos e médios serviços de comércio e negócios diversos. Na realidade, não existem grandes empresas finais isoladas, mas sim macromoléculas com empresas dominantes e uma constelação renovada de pequenas e médias empresas complementares” (idem, 195-6).

Tudo isto tem implicação política evidente. Não me refiro à hipótese de Daniel Aarão Reis (2014, p. 60-1; p. 71-9), segundo quem a crença de que a economia brasileira não poderia crescer sem reformas de estrutura que incluíssem massas trabalhadores nos mercados de consumo não criara, mas reforçara uma *utopia do impasse*. Em torno dela, “as oposições pareciam não compreender muito bem o que estava acontecendo... boa parte dos mais sofisticados intelectuais de esquerda... (estavam) em linha de continuidade com o que havia de mais extremado na conjuntura anterior ao golpe... a autodenominada *esquerda revolucionária*”. Involuntariamente, a hipótese de fracasso econômico precoce da ditadura teria fortalecido a ilusão de que o regime era um tigre de papel que poderia ser desbaratado pela ação de jovens militantes de vanguardas ultrasquerdistas do movimento estudantil e católico que se atiraram na luta armada. A confiança no sucesso de um foco revolucionária residia na crença de que o regime e, com ele, o capitalismo não teria capacidade de incorporação de contingentes significativos da classe trabalhadora e mesmo das camadas médias, que devidamente estimuladas por um foco vanguardista se uniriam para derrubar um sistema que polarizaria crescentemente os trabalhadores, de um lado, e número decrescente de empresários enriquecidos, de outro: assim, “as massas se transformariam em classe”.¹⁹

Não tenho elementos empíricos para avaliar o quanto o erro de diagnóstico e o “otimismo da razão” dos intelectuais estagnacionistas estimularam a aposta fracassada da ultrasquerda. O que se pode afirmar é que a retomada do crescimento acelerado, desigual e combinado incorporou um contingente muito maior do que imaginado e abriu oportunidades de ascensão social que foram colhidas de modo extremamente desigual (QUADROS, W. 1991; MELLO; NOVAIS 1999). A política econômica da ditadura ampliou ao invés de reduzir a heterogeneidade e a divisão da classe trabalhadora: além da

19 Idem, *ibidem*. Reis (2014, p. 182) reúne “entre os que defendiam uma situação de impasse catastrófico no país” pensadores tão diversos quanto Celso Furtado, Caio Prado Jr., Octavio Ianni, Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini.

diferenciação entre empregados e subempregados, formais e informais, o leque salarial se expandiu e, de certo modo, jogou parte das camadas médias contra os informais que, por exemplo, lhes ofereciam serviços pessoais (BARONE; BASTOS; MATTOS 2017). A redução do salário-mínimo real jogava muitos na pobreza, mas era funcional para ampliar a renda disponível de camadas médias e pequenos empresários. As oportunidades de incorporação e ascensão social trazidas pelo crescimento acelerado induziam o consentimento ativo ou a neutralidade benévola de parte significativa dos trabalhadores, e temperavam a repressão militar com o sonho de participar da festa (REIS 2014, p. 81-4).

Ao entender com maior rigor a nova conjuntura e as mudanças estruturais do capitalismo no Brasil, o artigo *Além da Estagnação* mudou os termos do debate sobre o desenvolvimento do capitalismo na América Latina.²⁰ Ele enterrou por dentro da Cepal as ilusões teóricas quanto à revolução nacional-burguesa e reforçou o giro liderado por Anibal Pinto (1970, 1976) em direção ao estudo dos estilos de desenvolvimento em situações de dependência e heterogeneidade estrutural, ao invés de dualismo estrutural. Adiante abordaremos algumas críticas feitas ao artigo e ao enfoque que inaugurou.

3. Da produção pela produção ao capital fictício: natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente

No ano seguinte ao artigo *Além da Estagnação*, Tavares (1971) ampliou o entendimento do sentido e a dinâmica da acumulação capitalista no artigo *Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente*. O tema já tinha sido objeto do artigo *Notas sobre o problema do financiamento numa economia em desenvolvimento*, no qual Tavares (1967, p. 138) faz uma primeira referência às mudanças financeiras que sustentariam o “aprofundamento e diversificação do consumo das camadas de médias e altas rendas” que, em breve, desembocariam no chamado Milagre Econômico. Argumenta que reformas financeiras locais seriam necessárias para realizar os gastos requeridos, uma vez que a contribuição do capital estrangeiro, ao contrário do imaginado por alguns, era “estratégica para a realização de investimentos em certos ramos dinâmicos” (dado o monopólio tecnológico), mas não representaria “senão a parcela correspondente à aquisição dos equipamentos”, significando sim “uma pressão adicional sobre os recursos financeiros internos”. Afinal, “mesmo a quota de substituição de importações levada a cabo sob a égide do ‘capital

20 Limitações de espaço inviabilizam abordar a grande quantidade de tópicos ainda tratados pelo artigo: a conglomeração financeira, os limites à concentração e modernização de ramos tradicionais, razões da pobreza, desigualdade regional, distribuição funcional da renda, estratificação da classe trabalhadores com abertura do leque salarial, etc.

estrangeiro’ implica uma considerável demanda por recursos financeiros de curto, médio e longo prazo, de origem interna” (1967, p. 137-8). Na ausência de centralização suficiente de recursos locais, o recurso ao capital estrangeiro não só demandaria recursos internos, como reforçaria restrições financeiras do balanço de pagamentos:

“Em termos dinâmicos e de longo prazo, as possibilidades de que o financiamento externo resolva o problema de ampliar a capacidade de poupança da economia são extremamente limitadas. Para que isto fosse possível seria indispensável que a entrada bruta de capitais *crecesse ininterruptamente*, de modo a permitir uma capacidade de pagamento aos serviços das entradas anteriores e ainda deixar um saldo líquido que permitisse financiar uma entrada adicional de bens e serviços físicos. *Isto supõe uma capacidade de endividamento externo ilimitada* e uma distribuição defasada dos pagamentos no tempo, ambas condições dificilmente concebíveis...a partir de certo ponto o financiamento externo *se destina quase que exclusivamente a tentar resolver problemas acumulados de balanço de pagamentos, sem fornecer uma contribuição líquida à formação interna de capital*” (TAVARES 1967, 128; itálicos meus).

O artigo *Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente* aprofunda o tratamento da mudança estrutural do sistema financeiro no Brasil e sua adaptação à nova dependência. Tavares desmonta a pretensão dos economistas apologeticos da ditadura militar segundo quem as reformas financeiras de 1966-1968 aproximariam o que ela chama de “modelo brasileiro de desenvolvimento” (TAVARES 1971, p. 255) a processos semelhantes nas economias capitalistas desenvolvidas e em particular do Japão. Ao contrário, mostra que as reformas promoveram uma institucionalidade favorável adaptada “às novas regras do jogo econômico-financeiro internacional” (1971, p. 254) e ao estímulo à acumulação especulativa de capital fictício em benefício das grandes empresas, das instituições financeiras e de parte mínima das pessoas físicas (empresários e camadas médias) que recebiam isenções tributárias para participar das ondas de ganhos de capital na bolsa de valores. Dadas as transformações da concorrência e das formas de organização empresarial em direção a conglomerados ‘multinacionais’ que controlam o progresso técnico em estratégias de acumulação de capital em escala mundial, as reformas institucionais da ditadura militar tratavam em essência de assegurar a associação dependente entre grupos locais e o capital financeiro internacional, com domínio do último, podendo levar sim a crises financeiras internas e externas:

“...o capitalismo financeiro representou para os países centrais uma etapa mais avançada do desenvolvimento das forças produtivas internas em sua

expansão monopólica em escala mundial, enquanto no caso brasileiro corresponde, somente, a uma tentativa de readaptação da estrutura oligopólica interna às novas regras do jogo económico financeiro internacional. Nessa readaptação se configura um processo cujo carácter supõe o estabelecimento de um novo esquema de articulação entre empresas públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, no qual joga um papel decisivo o capital financeiro internacional, e que corresponde *a uma nova forma de inserção de setores fundamentais da economia brasileira em um marco distinto de relações de dependência*. As características dominantes dessas novas relações estão dadas pela dinâmica da competição entre as grandes empresas monopólicas internacionais, num mercado mundial também em rearticulação. O afã competitivo na conquista de novos mercados, *a necessidade de controlar e escalonar a introdução do progresso técnico num processo de acumulação de capital em escala mundial*, têm levado ao surgimento das *novas formas de organização empresarial em conglomerado que adquirem, muitas vezes, carácter “multinacional”* (1971, p. 254-5; itálicos meus).

Neste sentido, ao invés de sujeitar os conglomerados internacionais a uma estratégia nacional de desenvolvimento como propalado, as reformas apenas adaptam a institucionalidade nacional (política e financeiramente) a decisões e interesses controlados nos centros globais de decisão das corporações, o que se expressa na limitada autonomia da filial local:

“No caso dos conglomerados internacionais operacionais funcionando no Brasil, as decisões integradas a respeito de matérias tão relevantes como as apontadas *são tomadas em seus escritórios centrais, levando em conta a estratégia global do conglomerado e sua regionalização*. Deste modo, o banco de investimento local tende a ser apenas uma agência financeira com certo grau de flexibilidade para articular operações reais e financeiras, cuja dimensão não transcendia a escala local. Sua estratégia está centrada, sobretudo, na diversificação das aplicações, visando diminuir a taxa de risco global do capital investido... (idem, p. 251; itálicos meus).

Por isto, as reformas financeiras não tiveram capacidade de modificar profundamente a alocação de investimentos entre diferentes ramos de atividade. Quase todas as grandes empresas tinham elevada capacidade de acumulação interna de lucros, a ponto de transbordar suas necessidades de acumulação real em direção à valorização fictícia (idem, p. 248). Ademais, as filiais estrangeiras recorriam a aportes das matrizes quando necessário, e as nacionais contavam com isenções tributárias e a distribuição de subsídios creditícios através dos bancos públicos. As decisões referentes à acumulação de capital, e o modo de financiá-las, eram (e geralmente são) pré-estruturadas pelos interesses dos

grupos preexistentes, de modo que os bancos de investimentos acabam por se especializar mais na intermediação/especulação de ativos de curto prazo do que realizar a propalada conglomeração do capital financeiro nacional:

“Muito mais limitados, em sua órbita de aplicações, se encontram os bancos de investimento nacionais que, com contadas exceções, *se limitam a reforçar o poder financeiro de velhos bancos comerciais e a operar no mercado de títulos* mediante uma cadeia vinculada de financeiras, corretoras e distribuidoras de títulos. Assim, aquela articulação entre capital financeiro e industrial que permitiria algo semelhante a um processo integrado de acumulação no polo “capitalístico” da economia não parece estar ainda em vias de realização no Brasil. A própria estrutura oligopólica prévia a 1968, que é objeto de intentos de reorganização, possuía características de *rigidez quanto à origem e interesses dos grupos preexistentes, dada a posição destes na estrutura produtiva interna e face a face o mercado internacional*, que tem dificultado uma rearticulação simultânea na órbita produtiva e financeira” (idem, p. 252; itálicos meus).

Dada a divisão da propriedade da estrutura produtiva, e em particular o controle dos ramos industriais líderes por filiais enquadradas na estratégia global das corporações, a possibilidade de rearticulação de grupos é limitada a novos mercados em que haja grande influência do Estado, no mínimo como mediador da associação entre o grupo local e o estrangeiro:

“Assim, as articulações possíveis entre capital financeiro e capital industrial aparecem até agora limitadas a três tipos de áreas, todas relacionadas com a conquista de novos mercados, *e não com a reassinação de atividades em mercados preexistentes*. A primeira delas é a configurada pela petroquímica, em que o grupo União (Deltec — grupo Rockefeller) conseguiu uma divisão do trabalho com a própria petroquímica estatal e a associação com grupos nacionais minoritários. A segunda é o complexo minério-aço, no qual se verifica a articulação com vistas à exportação para o mercado mundial de vários grupos internacionais em associação ou divisão de trabalho com as grandes empresas públicas e em que o BNDE é o agente financeiro principal. Finalmente, a terceira é a associação de capitais nacionais e estrangeiros, com marcado predomínio destes últimos, sobretudo *para explorar a fronteira de recursos naturais ao abrigo das vantagens concedidas pelas leis de incentivos fiscais, basicamente para fins de exportação* e nas quais se produzem as associações mais heterodoxas do ponto de vista da origem dos grupos participantes. Em compensação, *nos setores manufatureiros onde predominam as filiais das grandes empresas integradas estrangeiras (material elétrico, material de transporte e metal-mecânica), é difícil prever uma articulação mais*

íntima entre essas empresas e grupos financeiros (às vezes rivais) que não suponham o estrito controle daquelas. Operações de abertura de capital que ponham em risco a perda de controle patrimonial pela matriz não são previsíveis. Ou seja, resumindo, a concentração e centralização do capital em curso e prevista para um prazo razoável diz respeito a associações de capitais para fins de especulação financeira ou de abertura externa e, apenas em casos especiais, para competir ou redividir o mercado interno de bens e serviços” (idem, p. 252-3; itálicos meus).

Tais formas de articulação institucional com a nova dependência não apenas não ampliavam significativamente a taxa de investimento produtivo, como ampliavam a vulnerabilidade externa manifesta na acumulação de passivos externos e, paradoxalmente, reservas cambiais, o que exprime a natureza eminentemente financeira (e não produtiva) da “poupança externa”:

“A introdução de uma etapa de capitalismo financeiro, tal como a que se tentou caracterizar ao longo dos capítulos anteriores, ajudou a tornar fluidos e compatíveis os interesses em jogo, mas não parece ser capaz de resolver qualquer das grandes ordens de problemas mencionados. Parece, sim, favorecer uma maior “abertura” no sentido da internacionalização de certos setores até há pouco predominantemente nacionais, ou voltados para o mercado interno. Essa maior abertura é essencial inclusive como *única forma de remuneração possível da forte entrada de capital dos últimos anos, boa parte da qual (o chamado “capital de risco”) é, na realidade, capital financeiro de especulação* — e em virtude do qual a dívida de curto prazo do Brasil subiu de 1.700 milhões de dólares nos últimos três anos contra a acumulação de reservas internacionais de 1.200 milhões... Apesar de que o montante do *déficit* já ultrapassa a 500 milhões de dólares ao ano, graças a uma política liberal de importações e de remessas de serviços do capital estrangeiro, tem sido insuficiente para absorver em termos reais o afluxo de capitais. Este, *ao onerar de muito as necessidades de divisas da economia brasileira, tem-se traduzido, simultaneamente, num aumento da dívida externa e da acumulação de reservas internacionais. Na verdade, tudo se passa como se houvesse um potencial de acumulação na economia (que reside nas possibilidades de mobilizar crescentemente “poupanças” internas e externas), muito superior às suas possibilidades de realização*, isto é, de traduzir-se em investimentos produtivos” (idem, p. 232 e 262; itálicos meus).

Tal potencial de acumulação financeira que excede as oportunidades de investimento produtivo expressa a irracionalidade da racionalidade do “modelo brasileiro de desenvolvimento”: não apenas é orientado para a produção pela produção como todo capitalismo, como antecipa a modernidade

da financeirização, gerando lucros que precisam ir além da produção em direção ao capital fictício. O pioneirismo intelectual de Tavares é inegável: a nova introdução de *Maturity and Stagnation in American Capitalism* de Josep Steindl articula a questão em termos semelhantes, mas é de 1976. *Money and the Real World* de Paul Davidson é de 1972, *John Maynard Keynes* de Hyman Minsky é de 1975, mas não desenvolvem uma análise da combinação entre diferentes formas de acumulação, em diferentes escalas espaciais como os artigos que abrem a vereda para a Escola de Campinas em 1970 e 1971. Além da produção pela produção, trata-se da ampliação *do crédito pelo crédito*, dilatando o valor de ativos e passivos sem relação direta com a ampliação da capacidade produtiva, embora estimule o consumo conspícuo mediante ganhos de capital:

“...a órbita financeira está ganhando uma autonomia relativa, que põe em risco a manutenção de uma taxa de acumulação, sem haver contribuído até o momento, de forma decisiva, para um aumento da taxa global de poupança interna da economia... As relações entre expansão financeira e aceleração do crescimento parecem estar reduzidas, até esta etapa, a uma mera redinamização da economia mediante a expansão *à outrance* dum consumismo restringido e de uma euforia especulativa sem precedentes, desde os agitados tempos do auge financeiro da década dos 20” (idem, p. 233; *itálicos meus*).

A especulação financeira é funcional ao “modelo brasileiro de desenvolvimento” à medida que os ganhos de capital estimulam o “consumismo” e, portanto, animam o ramo de bens de consumo duráveis e a construção residencial. No entanto, isto se faz às custas de aprofundar o subconsumo de parte significativa das camadas populares e encurtar a própria fase expansiva do ciclo econômico:

“No que se refere à concentração da renda e à expansão do mercado consumidor, as poucas indicações existentes são no sentido de que, por volta de 1970, os níveis médios de renda e consumo das classes assalariadas seguiam por baixo dos níveis que prevaleciam no começo da década passada, com perda acentuada de posição para os grupos de mais baixas rendas. Em compensação, teriam se expandido e diversificado acentuadamente os níveis de consumo das classes altas e dos setores superiores dos grupos médios... No Brasil, os ritmos altos de incremento da produtividade foram esporádicos e concentrados em certos setores industriais, enquanto os níveis reais dos salários mínimo e médio na indústria caíram consideravelmente entre 1963 e 1968. Finalmente, cabe ressaltar que a forte concentração da renda corresponde, no caso japonês, a uma elevadíssima

propensão a poupar, enquanto no Brasil chama a atenção a alta propensão a consumir das classes médias e altas... No caso japonês, a concentração leva a altas de poupança-investimento e a um ritmo de crescimento econômico autossustentado com aumento dos níveis de vida das massas. *No caso brasileiro, conduz a um 'consumismo' restringido a certos setores da população, com manutenção de padrões de vida infra-humanos para a maioria da população rural e um crescimento do consumo médio das massas urbanas que tem chegado a ser negativo.* Como não parece existirem perspectivas de uma política redistributiva em favor dos amplos setores marginalizados e *uma vez que a dinâmica da expansão e da acumulação não se baseia na aceleração do consumo das camadas populares, e sim no aprofundamento e diversificação do consumo das camadas altas e no endividamento das camadas médias, esta etapa de acumulação baseada no 'consumismo' poderia ser de curta duração.* Daí os esforços contínuos de abertura externa e de busca de novas oportunidades de investimento que independam da expansão autossustentada do mercado de consumo preexistente” (idem, p. 246, p. 258-9; itálicos meus).

Não se imagine que os ganhos de capital fictício associados à abertura de capital tornam as empresas mais estáveis, embora possam enriquecer seus fundadores. O problema é que o boom de formação de sociedades anônimas não correspondia a um aumento significativo da taxa de formação bruta de capital fixo, o que podia denotar lançamento primário com forte componente de euforia especulativa, manifesta por exemplo na altíssima relação preço/lucro da maioria das ações:

“De 1969 para cá, o chamado mercado de capitais tornou-se, assim, eufórico, através da especulação realizada com ações de empresas já existentes, dos lançamentos de novas ações e, mais recentemente, com a intensificação do processo de abertura de empresas. Nas atuais condições de ebulição no mercado de capitais, as operações de abertura de capital, lançamento e valorização de ações se fazem ao sabor de flutuações acentuadas no mercado financeiro aberto e, inclusive, em mercado paralelo ao da própria Bolsa de Valores, prevalecendo o caráter especulativo das operações financeiras... as agências financeiras... *elevam arbitrariamente o valor dos títulos primários, através de lançamentos já acentuadamente especulativos, que alimentarão, na base das expectativas, uma sequência de valorizações artificiais no mercado secundário. Portanto, configura-se uma estrutura e comportamento do mercado de capitais marcadamente instável, incapaz de garantir um processo de acumulação financeira adequado ao crescimento sustentado de longo prazo.* Outra indicação da possível instabilidade do processo recente de acumulação financeira está nas altíssimas relações preço-lucro da maioria das ações negociadas em

bolsa, as quais, demonstram o caráter fortemente especulativo das operações financeiras baseadas mais em expectativas de valorização (fictícia) do capital do que na taxa de rentabilidade implícita nessa relação” (idem, p. 242-3; itálicos meus).

Ou seja, os bancos de investimentos favorecidos pela reforma financeira da ditadura estavam muito longe da tarefa propalada de conglomerar o capital financeiro – unindo o bancário ao industrial – e de conduzir a ampliação de investimentos produtivos com grandes requisitos de capital mínimo. Na verdade, especializavam-se crescentemente na valorização fictícia do capital:

“Pela sua posição privilegiada no mercado de capitais, seria de se esperar que os bancos de investimento assumissem o papel central nessa articulação mais orgânica entre a órbita real e financeira e, em particular, promovessem o financiamento da expansão produtiva das empresas. No entanto, até há pouco tempo a forma de operar dos bancos de investimento não se distinguia marcadamente da de qualquer “financeira” comum e corrente. O fato de ter-se colocado à sua disposição instrumentos legais que lhes permitiria atuar mais efetivamente como agências principais do mercado de capitais não afetou senão moderadamente sua forma de operar no mercado de títulos. Por outra parte, mesmo na sua tarefa de lançadores de ações mediante operações de *underwriting*, guiam-se muito mais *pelo caráter especulativo da operação do que pelos interesses de longo prazo das empresas clientes*. As próprias formas de articulação de interesses, ainda quando existem cruzamentos de diretórias entre os bancos e as empresas, ou até mesmo participação acionária, permitida por recentes modificações na lei bancária, *se regem mais por considerações de ordem financeira do que por uma estratégia global de expansão tipo conglomerado ou consórcio internacional*” (idem, p. 250-1; itálicos meus).

A operação dos bancos de investimentos, portanto, tendia a inchar a dimensão fictícia da valorização da riqueza capitalista, impulsionando um “círculo vicioso de acumulação improdutiva” autodeterminado. Mais além da produção pela produção, a autodeterminação do capital tendia a assumir uma racionalidade ainda mais irracional e instável do ponto de vista sistêmico. De fato, a abertura de capital de empresas intermediada pelos bancos de investimento e o crescimento da relação preço/lucro inclusive nos novos lançamentos primários tenderia a aumentar a pressão de distribuição de dividendos das empresas, transferindo recursos para o consumo e colocando pressão negativa sobre projetos de investimento de longo prazo:

“A valorização extraordinária das ações permite que a capacidade de acumulação interna de um número crescente de empresas se torne cada vez mais dependente de novos desdobramentos de capital que, inegavelmente, reduzem o custo de seu capital de trabalho mas implicam taxas de risco crescentes, dados os compromissos de pagamentos de dividendos, que se vão acumulando e diferindo no tempo... *Ao que tudo indica, parece estar ocorrendo uma forte acumulação de capital fictício (contábil) por parte das empresas de capital aberto sem contrapartida na expansão equivalente da sua capacidade produtiva.* Isto põe em risco a taxa de lucro de longo prazo das empresas e, portanto, sua capacidade de pagar dividendos... Esse processo de expansão especulativa mantém uma permanente tensão inflacionária e distorce violentamente a alocação de recursos do setor privado, *favorecendo, sobretudo, as atividades ligadas à diversificação do consumo, e esterilizando, assim, do ponto de vista macroeconômico, volumes crescentes de poupanças, num verdadeiro círculo vicioso de acumulação improdutiva*” (idem, p. 243-5; itálicos meus).

A valorização produtiva estava a serviço da valorização financeira, e não o contrário. Tal inversão da relação convencionalmente considerada normal não se limitava ao nível microeconômico, mas se expressava nas próprias relações macroeconômicas entre os ramos industriais. A extensão em que a internalização do departamento de bens de produção não representava, ao contrário do que afirmara Furtado, a internalização dos centros de decisão e a autodeterminação econômica da Nação expressava-se na dependência do ramo de bens de capital frente ao ramo de bens de consumo durável no “modelo brasileiro de desenvolvimento” que Tavares identificara em 1967, na aurora do “Milagre” econômico. Ao invés de liderar a expansão como no período de sua internalização na segunda metade dos anos 1950, o ramo de bens de capital era puxado a reboque da diferenciação do consumismo e de uma “estrutura do gasto público (em que) aumenta o peso dos gastos improdutivos, destinados a suportar e estimular o festival automobilístico, gerando carências quase insanáveis no que se refere a saneamento básico, transporte urbano de massa etc.”, nos termos de Mello e Belluzzo (1998[1977], p. 172). Nas palavras de Tavares, como em *Além da Estagnação*, era o conjunto de instituições, inclusive políticas, que se subordinava à nova dependência e seus sócios menores locais, com reflexo evidente nas relações interindustriais, sobretudo se comparado com o capitalismo no Japão (como queriam os apologetas da ditadura militar):

“O Japão vem crescendo, de forma sustentada taxas altíssimas desde o pós-guerra, com base no maior coeficiente interno de poupança e investimento do mundo capitalista (em torno de 30% do PIB). O Brasil conseguiu

alcançar sua taxa histórica de crescimento (em torno dos 6%), nos anos 60, somente devido à aceleração verificada no final da década, *a partir de um aproveitamento mais intenso de capacidade produtiva ociosa*. A taxa de poupança interna (16%) manteve-se, no entanto, relativamente baixa, ao mesmo tempo que *a taxa de investimento se elevava ligeiramente graças a uma forte participação dos investimentos estatais e a um aumento substancial da entrada líquida de capitais externos...* No Brasil, o impulso da recuperação baseou-se em uma expansão industrial desequilibrada, em que os ramos de bens duráveis e de construção foram os setores “de ponta”, sem que os seus altos ritmos de crescimento se generalizassem aos demais setores, em particular aos de bens de consumo não-duráveis. *A aceleração do crescimento induziu uma expansão moderada nos setores produtores de bens de capital* que, no entanto, não experimentaram alterações substanciais na sua estrutura de produção, grau de organização e avanço tecnológico” (TAVARES 1971, p. 256-257; itálicos meus).

A particularidade do departamento de bens de produção no esquema de reprodução do capital no Brasil foi apresentada em escala mundial comparada por Tavares, tomando o desenvolvimento do capitalismo do Japão pós-Segunda Guerra Mundial como referência exemplar. É claro que o desenvolvimento do capitalismo nos dois países não é mutuamente independente, à medida que o capital japonês participou da industrialização pesada no Brasil (mas não o contrário) e a inserção comercial brasileira na divisão internacional do trabalho industrial seguia condicionada pela estratégia das filiais estrangeiras. A despeito da transferência de tecnologia proprietária internalizada pelas filiais dos grandes grupos que controlavam o mercado industrial mundial, mas que traziam para o Brasil a capacidade de produzir e não de inovar, as exportações industriais com uso de “tecnologia de segunda ordem” se expandiam nas “brechas” do mercado mundial. Miravam sobretudo a América Latina, aproveitando as altas margens de lucro asseguradas pela proteção do mercado interno (e, é claro, as preferências comerciais regionais), amplos subsídios estatais e o acesso a recursos naturais e mão-de-obra baratos:

“A conquista de mercados externos pelo Japão se fez à custa de um poder empresarial que se desenvolveu ao abrigo de políticas de proteção industrial, tecnológica e de comércio exterior notadamente harmônicas. *A partir desta base interna puderam os principais grupos industriais lançar-se à conquista do mercado mundial* com uma agressividade econômica e tecnológica sem paralelo no pós-guerra. *A abertura externa do Brasil está-se fazendo nas “brechas” de um mercado mundial em reestruturação*, sujeito a uma aguda competição internacional. *Os principais grupos estrangeiros instalados no país têm aproveitado as possibilidades de exploração barata de recursos naturais e mão-de-obra, bem como os enormes subsídios e*

isenções fiscais às exportações, e a proteção de um mercado interno que lhes permite utilizar tecnologia de segunda ordem. Do mesmo modo, tem adquirido relevância nesse esquema a crescente divisão regional do trabalho entre as principais filiais estrangeiras que operam na América Latina” (idem, p. 256; itálicos meus).²¹

Tal comparação mostrava a extensão em que as bases técnicas do capitalismo no Brasil eram, inegavelmente, mais avançadas do que nos demais países da América Latina, mas ficavam muito aquém do aprofundamento da composição (técnica, orgânica ou de valor) do capital típico em um capitalismo de industrialização retardatária (ocorrida no século XIX) no qual a “lei de centralização” ocorria sob impulso de formas avançadas de capital financeiro e organização empresarial (o keiretsu) que tendiam a superar a dependência financeira e tecnológica (mas não geopolítica). Neste sentido, o peso na estrutura industrial e a sofisticação técnica do departamento de bens de produção do capitalismo no Japão relacionava-se com a forma histórico-institucional de centralização do capital financeiro e aliança com bancos estatais que, por contraste, deixavam os grupos empresariais brasileiros muito aquém, reiterando todas as formas de dependência (financeira, tecnológica, geopolítica e cultural). Isto é, a internalização do departamento de bens de produção estava muito longe de assegurar a autodeterminação econômica da Nação:

“A despeito da abertura externa, o Japão manteve seu impulso fundamental de expansão através de um vigoroso desenvolvimento das forças produtivas voltadas para o mercado interno. O setor propulsor do desenvolvimento é o de bens de produção, cuja participação na estrutura industrial alcançava em 1961 a mais de 60% do valor agregado da indústria manufatureira.²² Isso lhe permitiu também obter taxas importantes de crescimento na indústria de bens de consumo, duráveis e não-duráveis, além de um alto ritmo de investimento. No Brasil, *o impulso da recuperação baseou-se em uma expansão industrial desequilibrada, em que os ramos de bens duráveis e de construção foram os setores “de ponta”, sem que os seus altos ritmos de crescimento se generalizassem aos demais setores, em particular aos de bens de consumo não-duráveis. A aceleração do crescimento induziu*

21 Na segunda carta a Furtado, como veremos, Tavares usa o termo *subimperialismo* para denominar este processo.

22 Na nota de rodapé nesta passagem, Tavares oferece os dados que mostram o atraso das bases técnicas do capitalismo no Brasil: “No Japão, o setor de bens de produção, que compreende os ramos da química, metalurgia e maquinaria, alcança mais de 60% do produto industrial. O ramo de maquinaria, por si só, é responsável por 30% do produto do setor industrial. No Brasil, o valor agregado dos ramos de química, metalurgia e maquinaria, em conjunto, não ultrapassava, em 1967, 30% do valor agregado industrial total, sendo que o valor agregado do ramo de maquinaria, incluindo equipamentos elétricos, estava em torno de 10% desse total.”

uma expansão moderada nos setores produtores de bens de capital que, no entanto, não experimentaram alterações substanciais na sua estrutura de produção, grau de organização e avanço tecnológico” (idem, p. 256-7; itálicos meus).

Isso indica que as reformas institucionais promovidas pela ditadura se adaptavam aos requisitos de operação lucrativa do capital financeiro internacional e redistribuíam recursos público *para o alto e pelo alto* para assegurar a “solidariedade temporária...mediante concessões importantes em matéria de tratamento fiscal e facilidades financeiras, das quais todas as grandes empresas, nacionais e estrangeiras, produtivas e financeiras, se têm beneficiado”, ou seja, o condomínio de interesses não tinha “solidariedade orgânica” de longo prazo como no Japão (idem, p. 262). Nas condições da nova dependência, as reformas financeiras brasileiras ficavam muito aquém das outras formas institucionais presentes “na maioria dos países hoje desenvolvidos”, mediante as quais se procurava controlar a instabilidade financeira do capital fictício e orientar a acumulação produtiva:

“A primeira condição corresponderia a um controle mais eficaz do mercado financeiro por parte de poderosas agências financeiras públicas (México, França, Itália e Japão), que não só evitassem a especulação financeira como também controlassem mais eficazmente a transferência intersetorial de recursos financeiros e a alocação dos recursos reais. A segunda diz respeito a uma articulação mais orgânica entre grupos financeiros e empresas industriais (do tipo conglomerado japonês ou alemão), ou, pelo menos, a um maior equilíbrio de forças entre a estrutura oligopólica financeira e a produtiva (EUA)” (idem, p. 249; itálicos meus).

Em suma, as reformas institucionais que contribuíram para superar a “estagnação” e preparar o “Milagre” eram extremamente funcionais para a racionalidade do capital, mas nos afastavam ainda mais da autodeterminação econômica da Nação. A centralização do capital financeiro à brasileira e a resultante valorização do capital fictício não ampliavam diretamente a taxa de investimento em acumulação produtiva, inflando o preço de revenda do estoque de capital fictício às custas de maior instabilidade financeira e possibilidade de crises. Nada disso aumenta a autonomia nacional para satisfazer necessidades populares ou assegurar reinserção positiva na divisão internacional do trabalho, o que só poderia ser o horizonte de outro bloco político:

“Nas atuais condições de desenvolvimento dependente, e mantido o caráter concentrador do modelo, é difícil ao Estado brasileiro *afirmar uma*

hegemonia que resolva em termos 'nacionais' os grandes interesses em jogo. A solidariedade entre os interesses do capital nacional e a internacionalização da economia pareceriam exigir no Brasil um modelo sui generis de capitalismo de Estado em aliança estreita com os vários grupos internacionais. O próprio caráter competitivo destes e a situação de crise da economia podem dar, por algum tempo, a impressão de que o capitalismo de Estado seria hegemônico nas negociações para abertura de novas oportunidades de investimento. A forma de organizar a produção em grande escala e o controle dos mercados externos continuam, porém, dependentes de decisões fora do controle do Estado brasileiro. Deste modo, o próprio dinamismo (e duração) da abertura externa continuará problemático, à medida que não se defina com clareza um novo esquema de divisão internacional do trabalho, bem como a adaptação correspondente da estrutura interna da economia em termos de distribuição da produção, da renda e do poder econômico. (idem, p. 262-3; itálicos meus).

4. Considerações finais: mudando os pais

A importância de *Além da Estagnação e Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente* pode ser apreciada por um efeito quase imediato: a reorientação das reflexões do próprio Furtado. Antes mesmo da publicação dos artigos, Furtado os recebe junto com uma carta de Tavares, enviada de Santiago em março de 1971, que afirma serem os artigos o resultado das discussões que vinha tendo com ele há três anos, aproximadamente desde que Tavares referira-se às reformas financeiras que sustentariam o “aprofundamento e diversificação do consumo das camadas de médias e altas rendas” (TAVARES 1967, p. 138). A carta é repleta de reverências, e tem uma passagem que Tavares mesmo chama de “semifreudiana”: “Dizem que uma mulher para ficar verdadeiramente adulta tem que ‘matar’ a mãe. Para uma pobre aprendiz de intelectual, parece ser condição de avanço tentar ‘matar’ o mestre. Há dois ‘pais’ intelectuais que tenho tentado em vão ‘matar’ nestes últimos anos: você e Aníbal Pinto” (FURTADO 2021, p. 237).²³ Furtado responde três meses depois, rejeitando a crítica, não fazendo qualquer elogio aos artigos de Tavares, e dizendo que já tinha passado a ver “o problema de forma algo diferente: trata-se menos de tendência à estagnação que de perpetuação do subdesenvolvimento” (idem, p. 239).

23 Segundo comunicação pessoal da professora Hildete Pereira de Melo, a referência a “matar a mãe” refere-se a matar o “anjo do lar” do texto brilhante de Virginia Wolff (1931) *Professions for Women*, muito apreciado por Maria da Conceição (“Killing the Angel in the House was part of the occupation of a woman writer...”). Ver <https://www.wheelersburg.net/Downloads/Woolf.pdf>.

Neste sentido, concordavam, pois Tavares nunca duvidou da perpetuação do subdesenvolvimento desde 1963, mas Furtado não menciona o desenvolvimento desigual e combinado como o contrário da dualidade estrutural, a nova dependência como a superação da velha dependência, a valorização fictícia do capital como racionalidade capitalista ainda mais irracional do que a elitização do consumo, o peso limitado do ramo de bens de produção na estrutura industrial e a diferenciação do consumo de bens duráveis como causas dos ciclos curtos (e não da estagnação), a necessidade “luxemburguiana” de gasto público, de exportações e expansão geográfica para acelerar a saída das crises, a expropriação ecológica como método de acumulação primitiva orientado especialmente para a devastação do Cerrado e da Amazônia, o subimperialismo, o crescimento da nova classe média, as reformas fiscais e financeiras da ditadura ou qualquer outra inovação dos artigos de Tavares. Furtado conclui a carta escrevendo que “quanto a matar a mãe, não se preocupe, pois você nunca teve mestre entre os vivos. Você é mulher de uma só paixão e aquele que a mereceu vem há um século resistindo a todas as provas de parricídio”, em óbvia referência a Marx (idem, ibidem). Furtado estava correto: a matemática Maria da Conceição era autodidata em economia marxista. Isto, é verdade, com a nuance dos vários seminários de estudo coletivo marxista de que participou, em que dizia ensinar e aprender (ver anexo 2).

Dois meses depois, Tavares responde a carta dizendo trabalhar em duas ‘bandas’, uma para a Cepal – o desenvolvimento financeiro recente (PPZB: que na verdade era atravessado pelo marxismo) – outra para “nós” mesmos: Ditadura, Capitalismo de Estado e Subimperialismo (idem, p. 240). A contraposição entre Cepal e marxismo não poderia ser mais clara. Tavares conta que ministrara curso na Escolatina sobre Acumulação Oligopólica que tinha Hilferding e Steindl como focos em busca de “inspiração e maior rigor analítico para descrever melhor o fenômeno de acumulação, concentração e centralização do capital em regime oligopólico, que espero poder ‘adaptar’ ao caso do desenvolvimento desigual e combinado... inclusive relendo os ‘velhos’ Marx, Rosa e Kalecki” (idem, ibidem). Como se sabe, isto seria objeto de sua tese de livre-docência concluída em 1974, *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, cuja discussão extrapola este capítulo. Finalmente, reafirma a crítica a Furtado: “continuo com a impressão (e que alguma vez discutiremos mais a sério e de viva voz) de que você com a sua ênfase no subdesenvolvimento e na ‘estrutura’, não esclareceu bem a questão do ‘movimento’, ou seja, do caráter dialético da tendência à estagnação” (idem, ibidem).

Se, na troca de cartas, Furtado não concede qualquer razão a Tavares, na prática científica ele cede aos argumentos de Tavares, e de Tavares e Serra, de pelo menos três formas (ainda que não explicitamente). Em primeiro lugar, Furtado (1972) modifica sua interpretação sobre o modelo brasileiro, embora

ainda tendendo a exagerar na dinâmica capitalista a questão do consumo final. Ainda em 1969, no livro *Um projeto para o Brasil*, Furtado repetia a hipótese de estagnação e a necessidade de desconcentrar renda para ampliar o mercado de consumo e, assim, retomar o crescimento (FURTADO, 1969, p. 29, p. 42, p. 51-4). Já em “Análise do ‘Modelo’ Brasileiro”, Furtado (1972) reproduz em grande medida a interpretação de Tavares e Serra para a retomada do crescimento sob novo estilo/modelo. Ao comentar a “nova estratégia de desenvolvimento”, Furtado não aborda a expansão geográfica do espaço da acumulação, mas repete a ênfase na retomada do investimento público, nas exportações, e a necessidade de que “o crescimento privilegiasse não apenas a minoria proprietária dos bens de capital e sim um grupo social mais amplo, capaz de formar um mercado de bens duráveis de consumo de adequadas proporções” (FURTADO 1972, p. 41). Também trata da especulação financeira, enfatizando-a como elemento favorável à expansão do consumo de duráveis, tratando-a porém como abertura à alta classe média da “perspectiva de participação no fluxo de renda em mais rápida expansão, que são os lucros industriais” (idem, p. 45) e não, como em Tavares, também ou principalmente como perspectiva de ganho de capital fictício. Furtado considera ainda que a ocupação da capacidade ociosa resultou em lucros destinados ao consumo de bens duráveis (o que levaria o crescimento a desacelerar por *falta de capacidade*), e não em acumulação interna de lucros também para investimentos e aplicações financeiras (idem, p. 58). Assim, ao contrário de Tavares, Furtado não considera o efeito-acelerador da demanda sobre o investimento privado que, em seguida, contribuiria para a desaceleração cíclica por *excesso de capacidade* (tendo em vista o peso limitado do ramo de bens de produção na estrutura industrial brasileira), e o transbordamento de lucros para a valorização fictícia que contribuiria para a *instabilidade financeira*.

Furtado cita *Além da Estagnação* apenas para realçar uma diferença secundária de sua interpretação, referindo-se à política salarial: “que os salários hajam continuado a baixar, constitui simples aspecto de política social, sem qualquer vínculo com o mecanismo de expansão” (idem, p. 52). A crítica de Furtado é questionável, pois as pesquisas de Tavares, Paulo Renato de Souza e Paulo Baltar mostrariam que o salário-mínimo era o teto do mercado informal de trabalho e o piso do formal. Logo, o rebaixamento do salário-mínimo não teria efeito positivo apenas sobre empresas industriais, e particularmente sobre as de consumo popular, supondo que Furtado esteja certo em considerar apenas o custo de contratação e não a demanda de consumo popular. Isto também é questionável em termos teóricos, pois se os trabalhadores na base gastam o que ganham, a redução do piso salarial tem efeito negativo justamente para as empresas que atendem o consumo popular que Furtado alega que seriam favorecidas, ao contrário do que Keynes e especialmente

Kalecki mostraram (seguindo o Marx dos Grundrisse: ver BASTOS 2017). No entanto, a redução do salário de base teria sim efeito favorável sobre a renda disponível da classe média e dos empresários que não atendiam o consumo popular, tendo portanto um vínculo com o mecanismo de expansão que Furtava dizia não ter.

De todo modo, a ênfase que Furtado dá à política salarial como aspecto de política social é importante por outro motivo. Embora *Além da Estagnação* defenda que a contenção do salário de base beneficie pequenos empresários e camadas médias, o motivo último parece ser as necessidades de mercado das filiais estrangeiras, como se a correlação de forças locais não tivesse qualquer autonomia (relativa) e se limitasse a responder aos requerimentos da nova dependência. Aliás, tamanho determinismo econômico externo (ainda que internalizado na nova dependência) será objeto da crítica de Peter Evans, como veremos. Mais tarde, tanto Tavares quanto Serra vão propor entender a determinação do salário de base e, em geral, a distribuição de renda conferindo mais autonomia aos conflitos sociais locais. Ademais, vão superar a hipótese de Lewis, que Furtado (1972, p. 61) ainda preserva, de que o excedente estrutural de mão-de-obra condiciona a taxa de salários do setor moderno, afirmando ao contrário a importância justamente da política de salário-mínimo.²⁴

Em segundo lugar, Furtado republica *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* como parte de um novo livro, chamado *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*. Neste livro, certos parágrafos referentes à hipótese de estagnação são retirados, sem qualquer explicação (FURTADO 1973, p. 117-124).²⁵

Em terceiro lugar, em *O mito do desenvolvimento*, Furtado (1974, p. 82, 97) passa a recorrer ao mesmo termo proposto por Tavares e Serra (“modernização”) para designar a adaptação local aos requisitos de expansão do capital estrangeiro. No entanto, Furtado limita-o à adaptação do padrão de consumo (e da técnica correspondente), quando originalmente o conceito tinha um escopo mais amplo que se referia às mudanças de instituições e políticas fiscais, financeiras e de rendas (preços e salários) que adaptam *tanto a estrutura de oferta quanto a de demanda (e não só de consumo)*, além do próprio sistema político, aos requisitos de expansão dos investimentos nos setores comandados pela filial estrangeira. O uso do conceito de modernização por Furtado, no fundo, basicamente reitera a ideia que Furtado expressara na

24 Ver Tavares 1975[1973], Belluzzo 1975[1973], Mello e Belluzzo 1998[1977], Serra 1982[1979], Tavares e Souza 1981, Baltar 2003[1985], Tavares 1986[1980], e Oliveira e Henriques (1990).

25 O tratamento sumário deste e do próximo livro de Furtado não faz juz à sua qualidade, mas se explica por conta do objeto do capítulo, que não é propriamente tais livros mas apenas sua relação com a controvérsia sobre a estagnação e sobre o sentido da acumulação de capital.

década de 1950 de que o essencial para a caracterização do desenvolvimento é a suposta adequação entre uma tecnologia intensiva em capital e uma dotação de “fatores de produção” escassa em trabalho, o que seria criticado pelos autores da Escola de Campinas que, ao contrário, partem da “lei capitalista de população” de Marx contra a crítica de Arthur Lewis aceita por Furtado (ver nota 12 acima).

De todo modo, o uso parcial do conceito de “modernização” por Furtado reduz seu determinismo externo. Afinal, ao contrário da autodeterminação nacional que Furtado associara à internalização do ramo de bens de produção, o conceito de modernização de Tavares e Serra *radicalizara e internalizara* a sobredeterminação da dependência.

Tal sobredeterminação foi objeto da crítica de Peter Evans (1980[1979]), com alguma justiça. Evans alega que a concepção de Tavares e Serra exagera a hipótese de dependência, perdendo algo da dialética conflitiva que presidia a perspectiva de Cardoso e Faletto (1970) e sua própria análise da formação e desenvolvimento do tripé brasileiro (capital estrangeiro, privado nacional e Estado).²⁶ Para ele, o fato de que Estado operou a serviço da acumulação de capital em geral ao investir em infraestrutura e insumos básicos não significa que tenha sido “serviçal” das filiais estrangeiras, pois tal critério de avaliação de servilismo (apoiar uma economia em que operam filiais) é tautológico. A análise empírica de casos particulares mostraria complementaridade e negociação tensa da divisão de tarefas mais do que servilismo (EVANS 1980[1979], p. 194-5).

Embora o argumento de Evans seja correto no seu nível de abstração, na margem, o ponto de Tavares era que, uma vez realizada a industrialização pesada, a distribuição da propriedade do sistema produtivo, e em particular o controle dos ramos industriais líderes pelas filiais estrangeiras, limitava *estruturalmente a margem* de manobra política de redirecionamento da acumulação de capital e de reenquadramento da economia brasileira na divisão internacional do trabalho.²⁷ Por isto havia a “impressão de que o capitalismo de Estado seria hegemônico nas negociações para abertura de novas oportunidades de investimento”, embora a “forma de organizar a produção em grande escala e o controle dos mercados externos” permanecessem “dependentes de decisões fora do controle do Estado brasileiro” (TAVARES 1971, p. 263). É digno de nota que é no segundo artigo analisado neste capítulo que Tavares discute alguns dos casos de “parceria” no tripé do desenvolvimento capitalista

26 Nas palavras de Evans (1980[1979], p. 42), “o desenvolvimento dependente implica tanto a acumulação de capital quanto certo grau de industrialização da periferia. O desenvolvimento dependente é um caso especial de dependência, caracterizado pela associação ou aliança do capital internacional e nacional. O Estado também participa da aliança como sócio ativo, e a resultante triplíce aliança é um fator fundamental no aparecimento do desenvolvimento dependente”.

27 Este será o principal ponto da análise de Carlos Lessa (1998[1978]) sobre o II PND.

no Brasil que foram avaliados por Evans, mas este autor menciona apenas *Além da Estagnação*. O ideal seria cotejar as críticas de Evans ao entendimento de Tavares sobre o II PND, complementado pelo de Carlos Lessa, uma vez que afirmavam ter pensado as teses de professor titular defendidas em 1978 conjuntamente. Contudo a tarefa escapa ao escopo temporal do artigo.

Já entre as críticas equivocadas, temos, primeiro, a do próprio Furtado (1983, p. 33). Mais de dez anos depois da crítica de Tavares e Serra, uma nota de rodapé do livro *O Brasil Pós-Milagre*, primeiro, admite como algo trivial o que nunca admitira: a desaceleração cíclica posterior à aceleração de investimentos. Depois, contrapõe isto à análise de “desajustes estruturais” não especificados, como se a dicotomia caracterizasse o pensamento de Tavares e não o seu próprio pensamento antes da crítica de Tavares e Serra.²⁸

Já a crítica de Sampaio Jr. (1999) distorce o objeto a ponto de torná-lo irreconhecível, afirmando que os autores alegam o contrário do que realmente escreveram.²⁹ Enquanto, na realidade, Tavares e Serra criticam a hipótese de autodeterminação nacional por subestimar a nova dependência, Sampaio Jr. (1999, p. 44, 47-8) imagina que diziam o contrário, subestimando ou até mesmo abstraindo a dependência ao concluir que “*o Brasil* havia terminado a revolução industrial e autodeterminado seu padrão de acumulação... Já não é a Nação que se ajusta às ‘exigências’ do capital internacional, mas exatamente o contrário: é o capital internacional que se adapta às ‘exigências’ da sociedade periférica”. Não é preciso gastar mais tinta sobre quem confundia a internalização do departamento de bens de produção *com o concurso do*

28 Considerando o modo como a análise de Tavares buscava, como escrevera na segunda carta a Furtado, *combinar* a “ênfase no subdesenvolvimento e na ‘estrutura’ típicas da Cepal com a “questão do ‘movimento’, ou seja, do caráter dialético da tendência à estagnação” que dizia não ser bem esclarecida por seu mestre, tal passagem da nota de rodapé de Furtado talvez possa valer para Pedro Malan, Regis Bonelli e Edmar Bacha, ou como autocrítica, mas nunca ao trabalho desenvolvido por Maria da Conceição Tavares e seus parceiros desde 1970: “Não há dúvida de que toda economia capitalista que se desenvolve com base no mercado interno tende a apresentar fases de aceleração das inversões, que levam necessariamente a outras de desaceleração e, ocasionalmente, de contração...Tenham ou não caráter de recorrência cíclica, essas tensões estruturais sempre terão de ser estudadas como um aspecto da morfogênese das estruturas econômicas brasileiras na fase de formação do sistema industrial” (idem, *ibidem*). É digno de nota que o documento do Plano Trienal não fazia menção à desaceleração cíclica associada à fase anterior de aceleração de inversões no Plano de Metas, e infelizmente a implementação da política de austeridade monetária e fiscal em 1963 reforçou inadvertidamente tal desaceleração cíclica (BASTOS 2011).

29 Sua crítica quer estender-se ao conjunto da Escola de Campinas, mas não aborda a formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil (que trato em texto no prelo). Aqui estendo o que a banca de exame da tese de doutorado de que resultou o livro já fez (particularmente José Luís Fiori e Wilson Cano): contrapor a crítica a citações literais dos objetos da crítica, particularmente do texto fundador da crítica a Furtado cuja análise Sampaio pretende resgatar. Belluzzo explicou na época o significado de autodeterminação do capital – radicalmente diferente de autodeterminação da Nação – e solicitou que, ao menos, seu texto com Cardoso de Mello (MELLO; BELLUZZO 1998[1977]), que tem definição explícita da questão, fosse discutido a propósito.

capital estrangeiro e a autodeterminação econômica da Nação (“o Brasil”): ver item 1 acima.³⁰

Enquanto, na realidade, Tavares e Serra explicam (desde o exílio chileno, por sinal) a *racionalidade* das políticas ditatoriais *para a nova dependência* e vão ao contrário das hipóteses de estagnação que previam o fracasso econômico precoce da ditadura e que, com equívocado “otimismo da razão”, talvez tenham atirado alguns poucos militantes corajosos e iludidos na luta armada, Sampaio Jr. confunde o “pessimismo da razão” de Tavares e Serra com sua opção pela “via pacífica.” Não creio, contudo, que eles tenham *escolhido arbitrariamente* seu diagnóstico teórico em razão de suas eventuais consequências sobre a propaganda política da ditadura ou sobre a sensatez das táticas de enfrentamento a ela.³¹

Enquanto, na realidade, Tavares e Serra comparam os casos nacionais latino-americanos em razão dos saltos estruturais na complexidade da indústria de transformação realçando, em particular, a passagem difícil e não automática da indústria leve à indústria pesada, abrindo a vereda para a análise posterior de processos de industrialização e mudança estrutural no tempo e no espaço, Sampaio Jr. (1999, p. 51) considera que “os adeptos do capitalismo tardio acabaram retirando de seu campo de visão os obstáculos ao desenvolvimento derivados de constrangimentos físicos associados à existência de escassez material”.³²

30 A propósito, independentemente das críticas que possam ser feitas a Cardoso e Faletto (e que foram feitas por Cardoso de Mello, por exemplo), a *reificação da Nação* não está entre elas. Nas palavras desses autores: “não existe uma relação metafísica de dependência entre uma Nação e outra, um Estado e outro. Essas relações se tornam possíveis concretamente por intermédio de uma rede de interesses e de coações que ligam uns grupos sociais aos outros, umas classes às outras” (CARDOSO; FALETTO 1970, p. 140). Neste sentido preciso, o enraizamento da nova dependência no interior da estrutura econômica e política de um território formalmente soberano não pode ser confundida com a autonomia ou com a subordinação da Nação ou “do Brasil” como um todo. Acreditar que este equívoco é o de Tavares é falta (ou talvez excesso) de imaginação.

31 Nas palavras de Sampaio Jr. (1999, p. 55-6): “Argumentando contra a inviabilidade de uma política de distribuição de renda – ideia defendida abertamente pelo regime militar brasileiro –, e contra a proposição de que o capitalismo brasileiro estava fadado à estagnação – interpretação que fundamentava as análises de conjuntura dos defensores da luta armada na década de sessenta –, os teóricos do capitalismo tardio propuseram a tese de que os problemas nacionais deveriam ser tratados dentro dos marcos da situação, como questões eminentemente institucionais”.

32 Como é típico fora da tradição clássica e neoclássica, especialmente no marxismo e no pós-keynesianismo, Tavares e Serra supõem o princípio da demanda efetiva (simplificando, é o gasto que determina a renda, e não o contrário) ao realizar análises complexas da evolução histórica das economias latino-americanas. Tais análises não rejeitam o princípio da demanda efetiva nem poderiam se reduzir, absurdamente, a este preceito elementar. Contudo, Sampaio Jr (1999, p. 51) critica o uso do princípio da demanda efetiva alegando só servir “para tratar de situações de curto prazo.” Para fundamentar tal afirmação inexplicável, cita longamente a distinção notória, e de todo convencional, entre determinação da renda no curto prazo e crescimento econômico com variação do estoque de capital feita por Keynes e Schumpeter, como se o gasto

Enquanto, na realidade, Tavares e Serra iniciaram uma análise das relações interindustriais que para alguns trabalhadores tomava o consumo como induzido pela renda e para outros como relativamente autônomo (pela expansão do crédito, de subsídios fiscais e ganhos de capital), mas que superava a visão da economia política clássica, e de Lewis e Furtado, de que os meios de produção eram subordinados a finalidades de consumo final, Sampaio Jr. (1999, p. 49) considera que o erro originário da Escola de Campinas é a “dicotomia entre dinamismo capitalista e capacidade de consumo da sociedade”, como se o capitalismo só pudesse crescer se necessariamente atendessem à sociedade (ou à “Nação”) como um todo.

Enquanto, como vimos acima, Tavares e Serra (1970, p. 190-2) radicalizaram a crítica de Furtado a Lewis (segundo quem a acumulação de capital só desaceleraria quando absorvida a “oferta excedente de mão-de-obra”) com o recurso à lei capitalista de população (de Marx), argumentando que mesmo quando a acumulação avança para os ramos e territórios ditos atrasados ela *absorve e recria exército industrial de reserva*; e enquanto, com base nesta compreensão teórica, Tavares e Serra (1970, 158) denunciam o fato de que, “enquanto o capitalismo brasileiro desenvolve-se de maneira satisfatória, a nação, a maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande medida, devido ao dinamismo do sistema, ou melhor, ao tipo de dinamismo que o anima”, Sampaio Jr. (1999, p. 50) crê que sua “premissa *subjacente* é de que a industrialização pesada tenderia a absorver gradualmente a superpopulação excedente e, portanto, de que a geração de escassez relativa de trabalho no segmento formal criaria condições para aumentos sistemáticos de salário real”.³³

só determinasse a renda no curto prazo, e no longo valesse a lei de Say. Se não for isto, a alternativa seria ainda mais absurda: que Tavares e Serra considerem que o aumento da demanda levaria necessariamente à expansão do investimento (e não das importações) independentemente da estrutura prévia da indústria de transformação ou da capacidade de transformá-la. Aí fica difícil explicar porque um processo de industrialização por substituição de importações poderia se esgotar, ou uma industrialização tardia permanecer restringida.

- 33 Inexplicavelmente, Sampaio ampara esta compreensão que iguala Arthur Lewis aos seus críticos campineiros com base *na citação do título* da tese de doutorado de Paulo Renato de Souza. Contudo, é exatamente a tese contrária que é defendida por Souza a partir de uma crítica da determinação de salários proposta por Lewis e Furtado, explicitamente citados e contrapostos ao argumento que Souza considera correto, ou seja, ao de Tavares e Serra: “Partindo-se de Lewis, os modelos de desenvolvimento mais importantes concebidos ou utilizados no caso latino-americano, e muito em voga na década de 1960, adotavam, quase sem discussão, a ideia de que os salários se mantinham estáveis em níveis algo superiores ao de subsistência até que o excedente (de mão-de-obra) fosse incorporado ao núcleo do sistema (cita-se Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina de Celso Furtado)... A negação desse argumento, chamando a atenção para a importância da política salarial no Brasil, *mesmo em presença de significativo excedente de mão-de-obra*, já se encontra em Tavares e Serra” (SOUZA 1989[1982], p. 65; itálicos meus). Como se sabe, Tavares e

Recorri a várias citações ao longo do texto porque os artigos de Tavares e Serra (1970) e de Tavares (1971) são realmente difíceis de entender, sobretudo porque rompem com as dualidades externo/interno e moderno/atrasado que caracterizaram a própria reflexão cepalina de Tavares. A nova dependência, à medida que envolve os ramos voltados ao próprio mercado interno e influencia instituições e decisões políticas, estrutura de oferta e demanda, sistema de financiamento, e a própria divisão de funções entre capital estrangeiro, privado nacional e Estado, é bem mais complexa do que a velha dependência que continuou caracterizando alguns países latino-americanos. Pode confundir os leitores o fato de que Tavares e Serra defendem as teses de mudança de qualidade e o aguçamento *simultâneo* da 1) internalização da dependência, 2) da sujeição das instituições, políticas e esquemas de gasto à nova dependência, 3) do grau de endogeneidade do ciclo de investimentos industriais, 4) do encurtamento dos ciclos, 5) da intensidade das crises, 6) da racionalidade instrumental de políticas que “redistribuem” renda e riqueza para cima, 7) do subdesenvolvimento e da heterogeneidade estrutural, 8) da pobreza e da marginalização, 9) da dependência financeira e tecnológica, e 10) do desenvolvimento desigual e combinado. Porém a dificuldade de leitura não autoriza que se imagine que os espantalhos escrevam o contrário do que realmente fazem.

Seja como for, Tavares não parou no primeiro momento da autocrítica, lançando-se ao longo da década de 1970, como anunciara a Furtado na segunda carta, na análise da expansão e desaceleração cíclica do Milagre, das mudanças estruturais que a acompanharam e, principalmente (para meu gosto), da reconstituição histórica do processo de formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil sem as amarras conceituais cepalinas, de modo a melhor compreender as prisões da longa duração. Não o fez sozinha, ensinando e aprendendo (como reconhece na entrevista que é o anexo 2) com Cardoso de Mello (a formação e desenvolvimento do capitalismo tardio no Brasil), com Luiz Gonzaga Belluzzo (as questões teóricas da acumulação, da distribuição e do capital fictício), com Wilson Cano (o desenvolvimento desigual e combinado regionalmente), Carlos Lessa (a economia política do desenvolvimento capitalista), Luciano Coutinho (a economia internacional e a indústria), José Graziano da Silva (os dilemas e transformações da questão agrária), e tantos outros, sempre em diálogo profundo de “geometria variável”, sem centro evidente, e tendo por base institucional o Depe-Unicamp (ver anexo 2).

Tavares tem centenas, talvez milhares de filhos e netos intelectuais, muitos dos quais já experimentaram suas bordoadas (e sua atenção cuidadosa).

Souza (1981) publicaram juntos uma análise clássica da determinação dos salários no Brasil que refuta empiricamente as hipóteses de Lewis e Furtado.

Contudo, jamais perdeu o respeito, quase tradicional, por seus mestres, entre todos especialmente Furtado. Talvez por isto nunca tenha sugerido que, se não matara os pais, os mudara e ensinara, como costuma acontecer. Nem que arrombara a porta do monopólio masculino do campo dos economistas na América Latina.³⁴

Só arrisco afirmar que, se viu mais longe que os economistas latino-americanos de sua época, Tavares o fez por sentar-se nos ombros de gigantes, de Marx e discípulos bem antes de Prebisch, Furtado ou Anibal Pinto. Sua crítica aos mestres latino-americanos não pode ser confundida com a *negação pela negação* às vezes típica deste tipo de relação, em todo campo profissional e talvez ainda mais no acadêmico. Caracterizava-se pela *afirmação criativa* de um entendimento *mais rico e complexo* da formação e desenvolvimento *do capitalismo* no Brasil que ia *más allá* da crítica a um sistema econômico supostamente orientado para o consumo final que, *na periferia, mas não nos centros*, falhava na suposta “missão.” A irracionalidade era bem mais profunda: *no centro como nas periferias*, o sistema nunca tivera a missão de atender ao consumo final, orientando-se sim para a ampliação da composição (técnica, orgânica e de valor) do capital que subtraía desempregados do consumo final, para a acumulação de mais-valor em abstrato mediante a produção pela produção, para a socialização capitalista da ciência, da técnica, da produção e uso de bens de produção com economia de capital variável (hoje inclusive “socializando” redes de bens de produção para uso de trabalhadores explorados nas “plataformas” ou, para os que tem mais sorte, nos “meets” do trabalho remoto) e, Tavares antecipou como ninguém, para acumulação de capital fictício sem respeitar territórios supostamente soberanos. Ninguém deve esquecer, negar por negar, ou deixar de reconhecer seu pioneirismo em escala mundial.

34 Não tenho qualificação profissional para ensaiar explicação sobre a relação de Maria da Conceição Tavares, liderança feminista no campo profissional dos economistas latino-americanos, com o contexto cultural pós-colonial para o qual migra, nos anos 1950, como matemática e marxista autodidata. Deixo para avaliação posterior, se for o caso, da prezada professora e amiga Hildete Pereira de Melo, sábia no assunto (MELO 2012, 2019, 2021).

ANEXOS

ANEXO 1

Transcrição da entrevista completa com Maria da Conceição Tavares sobre a controvérsia teórica com Celso Furtado na cinebiografia *Livre Pensar*, de autoria de José Mariani (2019)

Primeiro dia: 18/05/2016

MCT (17:07:22] Bom, então eu cheguei lá, em 1968, e aí saiu a tese estagnacionista do Furtado. Furtado escreveu uma tese estagnacionista dizendo que a economia estava em estagnação, e que tendia a ser uma economia agrícola, agropastoril, que a indústria não tinha futuro nenhum, justamente porque a distribuição de renda era péssima, e porque a reforma agrária não tinha sido feita. As teses da esquerda convencional. Na verdade, o Furtado é o autor das teses da esquerda convencional. Não tinha ninguém de esquerda mais importante que ele, então, o que ele dissesse era lido – era a lei, né?

MCT[17:08:20] E eu, que já tinha visto o Delfim assumir, e que tinha visto o que ele estava fazendo, quando cheguei em Santiago fiz um seminário com a turma que estava por lá e disse, “Olha, não vai ter estagnação nenhuma, não. Vai sair, e vamos sair pela retomada do crédito”. Dando crédito pro bem de consumo durável, volta tudo a subir. E, mais, o Banco Nacional de Habitação, que foi fundado no começo da ditadura. E, realmente, foi o que subiu, foi a construção civil, com o BNH financiando, e foi (sic) os bens de consumo durável. De maneira que rapidamente retomou, e, pelo contrário, o período de 1968-1973 foi o período de grande expansão, grande expansão da economia. Foi talvez o período de máxima expansão. E nunca mais cresceu tanto quanto neste período.

MCT [17:09:21]: Bom, então, nós fizemos o seminário, e o Serra estava em Santiago do Chile, exilado – porque ele sim, tinha saído em 1964 – o Serra, que estava lá, no Chile, se juntou com – participou do seminário, e nós escrevemos, a quatro mãos, o Além da estagnação. A primeira parte, o artigo é dele – aquela com os gráficos, não é, mostrando que não é... a intensidade do capital não é necessariamente a que explica a estagnação, e eu escrevi a parte do mercado, que é a segunda parte. E virou um clássico, também, foi traduzido, em inglês, e em várias línguas.

Terceiro dia [de gravação; segundo da entrevista] – Parte 2: 19/05/2016

MCT [16:34:38]: Surgiu. Porque, justamente, tinha saído o livro do Furtado, sobre estagnação na América Latina, e eu, que tava vendo o Delfim aprontando a recuperação da economia, em 1967, com crédito, soltando o crédito, batendo o pau na construção civil com o BNH, disse que não era verdade, que não estávamos em estagnação coisa nenhuma, e que íamos recuperar e íamos ter um – não disse um milagre econômico, mas na prática disse – vamos ter um bom ciclo de crescimento. Como, na verdade, ninguém tava convencido disso, que o Furtado é o nosso bambambã, todo mundo seguiu a linha do Furtado. Aí nós fizemos vários seminários, nos quais o Serra participou. E aí é que resolvemos escrever o Além da Estagnação – que teve uma grande repercussão. Foi publicado no México, no Fundo de Cultura; o Petras fez uma versão em inglês pra os EUA, chamada *Reason and Revolution*³⁵ – teve muita repercussão, o Além da Estagnação. Foi um dos ensaios que teve mais repercussão, dos muitos que eu escrevi na vida.

JM [16:36:00]: E como é que o Celso recebeu esse livro?

MCT: Perdão

JM: Como é que o Celso reagiu?

MCT [16:36:03]: Ah, eu escrevi uma carta pra ele pedindo desculpas; dizendo que ele era meu mestre e, evidentemente, que eu não estava de acordo. Que eu estava no Brasil e tinha visto concretamente o começo das medidas do Delfim, e sabia que ia dar a recuperação. Aí, ele me respondeu muito simpático, dizendo que ele não era meu mestre – que meu mestre era um barbudo que já tinha morrido no século XIX (Risos), referindo-se ao Marx. Na verdade, eu sempre fui meio furtadiano e marxista, eu sempre fui cepalina e marxista, né? O Kalecki que entrava, por conta da academia, mas, na verdade, os esquemas de reprodução são marxistas. E ele foi muito simpático.

35 Tavares, M.C. e José Serra (1973) "Beyond Stagnation: A Discussion on the Nature of Recent Developments in Brazil," in: James Petras (ed.) *Latin American: From Dependence to Revolution*. New York: John Wiley.

ANEXO 2

Entrevista com Maria da Conceição Tavares realizada em 2010 por Paulo César das Neves Sanna Robilloti (PR)³⁶

Paulo Robilloti (PR): *No âmbito do pensamento econômico geral, seus trabalhos estão diretamente alinhados com as vertentes pós-keynesiana e kaleckiana. Foi na Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) essa influência?*

Maria da Conceição Tavares (MCT): Não, a pós-keynesiana e kaleckiana foi, na verdade, propriamente aqui no Brasil, quando eu voltei da Cepal. Foi trabalhando lá com a equipe, com o João Manuel (Cardoso de Mello), com o (Luiz Gonzaga de Mello) Belluzzo, com o (Luciano) Coutinho, já lá em Campinas. Porque, na verdade, a Cepal era bem mais keynesiana-estruturalista, não é pós-keynesiana. O Kalecki teve influência porque o (Michael) Kalecki esteve na Cepal, deixando vários *papers* dos cursos que ele fez lá, em Santiago. Mas basicamente, tem influência da Cepal, quer dizer, primeiro tem a influência de (Karl) Marx, porque eu era marxista quando era jovem, e tive muitos seminários sobre o capital...

PR: *...mas quando a sra. chegou na Cepal estava alinhada ao marxismo?*

MCT: Eu já era economista, tinha a obra do Celso Furtado, porque ele fez a “Formação Econômica do Brasil” quando eu estava na escola, e eu era matemática de origem. E os matemáticos portugueses eram quase todos marxistas. A gente fazia seminários sobre o velho. Aqui [no Rio] eu fiz outro com os filósofos, em Santiago fiz outro e o último seminário grande foi lá em Campinas, que deu lugar à tese do Belluzzo...

PR: *Valor e Capitalismo...*

MCT: Isto. Foi influência dos seminários que a gente fez lá. Porque ele queria fazer sobre os anos JK (risos) e eu o convenci a não fazer porque ele não sabia direito a história do período, deu uma ligeira briga. Enquanto eu sabia porque

³⁶ Entrevista concedida pela autora em seu apartamento no Rio de Janeiro em 08 de outubro de 2010. Revista pela autora e autorizada para publicação em 02 de novembro de 2010. Originalmente, esta entrevista foi publicada como anexo à monografia do autor e, posteriormente, à dissertação defendida no IE-UNICAMP em 2016.

tinha estado no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), no plano de metas.

PR: *A Sra. esteve na Cepal de que ano até que ano?*

MCT: de 1961 até 1974.

PR: *e a Sra. termina sua tese em 74?*

MCT: Eu defendi a tese de Livre Docência ‘A Acumulação de capital’ em 1975, e a de Professor Titular foi em 78, que defendi aqui na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e não em Campinas...

PR: *As duas foram aqui no Rio (de Janeiro), correto?*

MCT: As duas aqui. Eu era professora de carreira efetiva enquanto na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) não existia essa separação.

PR: *Profa., embora a macroeconomia keynesiana seja curto-prazista, foi larga sua influência e aplicação no pensamento estruturalista...*

MCT: Exato, mas só na análise de conjuntura.

PR: *...a idéia de achar que o desenvolvimento econômico seja resultado de políticas econômicas de longo prazo!*

MCT: Correto.

PR: *Não há uma contradição nisto? Ou a influência keynesiana no pensamento estruturalista se deva ao fato de que Keynes tenha representado um contraponto à doutrina liberal?*

MCT: É basicamente isso. E ao fato de que (Raúl) Prebisch era keynesiano...

PR: *Prebisch foi seu prof.?*

MCT: Não, o Prebisch não foi meu professor. Ele foi presidente da Cepal, mas não chegou a ser meu professor. Ele fundou o pensamento cepalino. Na verdade, apesar da piada de (John Maynard) Keynes, que no longo prazo estaremos todos mortos, nós estávamos interessados era no longo para vencer o subdesenvolvimento e o fato de ser dependente, ser periférico. Tá claro? Então

tem a definição do Prebisch de periférico, portanto, na verdade, Keynes se aplicaria a curto se deixássemos de ser periféricos, ao contrário não adiantava. E tem a questão do subdesenvolvimento do Furtado que leva que o pensamento cepalino seja desenvolvimentista, seja a longo prazo, estruturalista.

PR: ...e que a atuação do Estado seja permanente...

MCT: Exato, permanente!

PR: ...ao contrário do Keynes, que é só em momentos críticos...

MCT: É... o Keynes não chegou a explicar se era em críticos ou não era em críticos. A política fiscal do Keynes tinha pretensões distributivistas. O Keynes tinha duas teses, uma era que a eficiência marginal do capital no longo prazo caía, e outra que, na verdade, a má distribuição da renda fazia subconsumo. Então para ambas, a influência do Estado era importante.

PR: Qual a contribuição de Nicholas Kaldor em seu trabalho, na medida em que a sra. foi sua aluna, correto profa.?

MCT: Não, o Kaldor e o Kalecki foram professores visitantes da CEPAL em Santiago do Chile na década de 50, não foram meus professores. Mas o Kaldor não teve influência nenhuma. Teve mais a Joan Robinson do que o Kaldor. O Kalecki, sim, era muito importante. Quer dizer, a escola inglesa de Cambridge teve de modo geral influencia, mas a que eu destacava mais, eu me considerava até de certo modo discípula, era a velha Joan Robinson.

PR: Profa., quanto aos monetaristas, em depoimento seu realizado em meados dos anos 80, a sra. disse que tinha um horror científico, e não ideológico! A sra. pode comentar algo sobre isso?

MCT: É porque na verdade eu achava que o problema deles era cientificamente incorreto, não tinha fundamento científico. Eu até me considerava, e até hoje me considero, a primeira monetarista de esquerda, porque eu fiz força para superar os defeitos deles. Porque na verdade, economia sem moeda, não existe. Um dos defeitos da esquerda, é tentar olhar só para o lado real, um dos problemas que a Cepal tinha era que quase não levava em conta a moeda, e isso é ridículo, porque a moeda é fundamental. Não há como entender uma economia capitalista sem moeda. Claro, não é uma economia de trocas, não é sraffiana, não é ricardiana. Justamente isso que Keynes introduziu e isso que é importante no Keynes, é a economia monetária do capitalismo, e por

isso que Keynes tem importância para mim. Não é por causa de ser a curto ou a longo, é porque tem uma teoria monetária do capitalismo, então a moeda é importante!

PR: *Só fazendo um adendo, Inácio Rangel teve uma influência na senhora...*

MCT: ...claro! Aí para a análise da questão financeira, quer dizer, o Rangel foi o primeiro que me mandou ler "O capital Financeiro" do Hilferding, que eu nem tinha noção de que existia, porque na minha juventude eu só fiz seminário de Marx, com os filósofos, matemáticos. E antes de ir pro Chile, em 1968, eu já tinha feito seminário sobre o capital financeiro. O (José Carlos de Souza) Braga, por exemplo, foi meu aluno no Chile e a análise do 'financeiro' dele é muito influenciada pelas minhas aulas. O velho Rangel estava muito preocupado com o financiamento do capitalismo, então realmente, a coisa da acumulação de capital financeiro, para ele era importante.

PR: *E isso foi em que ano, profa., que ele introduziu a sra. nisto?*

MCT: Isso foi no BNDES, em 1959, 60, na verdade, porque eu trabalhei com ele no departamento de economia, ele era o único economista daqui que dava bola para o financeiro. Porque o Eugênio Gudín era monetarista puro, quer dizer, ele alimentou o pensamento dos economistas da SUMOC (Superintendência da Moeda e Crédito), que depois virou Banco Central, e os outros eram desenvolvimentistas, que estavam no BNDES, e não davam bola nenhuma para o dinheiro, tampouco. Tanto que se nota no Plano Trienal do Furtado, a parte monetária é monetarista mesmo e ele pediu ajuda ao pessoal da SUMOC para fazer essa parte. Isso foi engraçado. E o velho [Rangel] não! O Velho ficava preocupado com a parte dos ativos e passivos financeiros que pesavam na estrutura capitalista, e sempre recomendava que se fizessem transformações patrimoniais. Por isso que ele tinha uma tese de que quando houver excesso de ativos pelo lado do Estado, que se mudasse, se privatizasse uma parte e fizesse pública a outra. Ele descobriu uma teoria da privatização engraçada, que não foi aplicada, naturalmente (risos!) Mas foi lá no BNDES, depois de 59-60.

PR: *Ele já chamava a atenção disso antes mesmo das reformas financeiras do Bulhões...*

MCT: Claro, claro... ele sempre chamou a atenção. Ninguém nunca deu bola para ele porque ele era herético, não era heterodoxo, era um herético mesmo, ele era contra as doutrinas estabelecidas, tanto à direita quanto à esquerda.

PR: É o famoso pensamento de independente de (Ignácio) Rangel...

MCT: É exatamente. Era um pensamento independente. Ele não se fez sob influência de um autor específico, entendeu? Então era divertido porque eu tinha influência do Furtado, por um lado, pela teoria do desenvolvimento e pelo Rangel pelo lado da acumulação de capital.

PR: *...e o aspecto financeiro da economia!*

MCT: Claro, porque acumulação de capital sem aspecto financeiro não existe! Não é porque se faz casas, fábricas que existe acumulação de capital.

PR: É o que está por traz disso...

MCT: É o que está, aliás, por cima (risos!)

PR: *Então é possível dizer que no âmbito do pensamento econômico latino-americano, os intelectuais que mais lhe influenciaram foram Celso Furtado, Aníbal Pinto, Raúl Prebisch e Inácio Rangel?*

MCT: Sim senhor, são os quatro...

PR: *a Sra. carinhosamente dedica sua clássica coletânea de artigos reunidos na obra “Da substituição de importações ao capitalismo Financeiro” ao “mestre Aníbal Pinto”...*

MCT: ...é porque ele me orientou! Embora quem tenha me auxiliado na pesquisa fosse o [Oswaldo] Sunkel, que ainda está vivo – nós, aliás, vamos na ANPEC (Associação dos Centros de Pós-Graduação em Economia) este ano (07 de outubro de 2010), onde espero encontrá-lo. Ele [Oswaldo Sunkel] abriu a pesquisa, fundou o escritório aqui, eu fiz o curso, passei em primeiro lugar e ele me convidou para trabalhar e pediu para que eu fizesse a pesquisa. O Aníbal Pinto foi quem o sucedeu como diretor do Centro CEPAL-BNDE quando eu estava iniciando a pesquisa. O Aníbal tinha uma formação eclética e heterodoxa. Era keynesiano, marxista, estruturalista. A minha formação em pesquisa, e de um modo geral, deve muito a ele. A do (José) Serra também (risos!). Ele foi um mestre de uma geração inteira.

PR: *Cardoso e Enzo Faletto foram seus contemporâneos na Cepal, ou não?*

MCT: Foram.

PR: *Qual a contribuição das teses da dependência deles para o seu pensamento econômico?*

MCT: Nenhuma! Porque a teses da dependência deles, eles já não fizeram na Cepal. Quer dizer, ele começaram a fazer, mas escreveram o livro depois que já tinham saído da Cepal. Eu fui para a Cepal do Chile em 1968 depois deles terem saído. Na verdade, quem ficou na CEPAL foi um mestre deles, um velho espanhol...

PR: *[Don José Medina] Echevarría?*

MCT: Isto, era o velho Echevarría e também tinha o próprio Furtado e o professor do Fernando Henrique aqui...

PR: *...Florestan Fernandes?*

MCT: Isto, o Florestan. Ambos tinham tratado da dependência. No caso do Furtado era, na verdade, praticamente o mesmo conceito que o do Prebisch de Periferia, mas Furtado analisou não só as bases do subdesenvolvimento como os aspectos da dependência: a tecnológica, financeira, comercial e cultural. E achava que infelizmente a substituição de importações não iria modificar esta situação estrutural. Por isso que ele fez em seguida a tese de ‘Desenvolvimento e Subdesenvolvimento’, você se desenvolvia e não acabava com a praga do subdesenvolvimento, porque você reproduzia as bases das estruturas sociais de atraso e dependência. A tese dos dois [Cardoso e Falletto] é uma espécie de sobreposição da sociologia weberiana sobre um esquema econômico cepalino. Tá claro? Então, para um esquema econômico cepalino não adianta nada, é só para um esquema sociológico que é weberiano, não é marxista. Havia outras teses que tinham pretensões marxistas, a de Rui Mauro Marini e a do Gunther Frank. Há um debate entre eles. Tem muitas teses da dependência, mas as que me influenciaram, porque foram anteriores, foram as do Furtado e do próprio Prebisch.

PR: *...a categoria de dependência na visão cepalina, que a sra. não rompeu...*

MCT: Isto, a rigor!

PR: *Profa. em 1975, a Sra. apresentou a sua tese de livre-docência, que consistia em primeira instância, numa revisão de algumas categorias de análises cepalinas, analisadas inclusive pela Sra. mesma naquela coletânea.*

MCT: Isto.

PR: *Quais os motivos que levaram a Sra. a fazer esta revisão?*

MCT: Justamente pelo fato de que a acumulação de capital não entrava como fenômeno principal, era o crescimento e desenvolvimento que entrava na tese cepalina, o ‘desenvolvimento das forças produtivas’, digamos. Mas não entrava a categoria da ‘acumulação de capital’. Com o que você não podia fazer a ponte para as crises do capitalismo, não explicava as crises do capitalismo. Passei a me interessar pelas crises do capitalismo, aí sem o conceito de acumulação de capital não dava. Quer dizer, você pode ir pelo Keynes, pelo declínio da eficiência marginal do capital, mas isso é insuficiente no meu ponto de vista. Tá claro? A idéia do ciclo endógeno no Brasil, quer dizer além da dependência externa e etc..., o ciclo endógeno é por causa da noção de acumulação de capital. Nós tínhamos uma estrutura tal que o ciclo era curto, que não podia durar muito tempo. Então nós tínhamos crises periódicas. Isso é uma das tentativas da tese.

PR: *Em sua tese, há um trabalho descritivo e analítico, nos 3 primeiros capítulos, de tratar de teorias do oligopólio...*

MCT: É verdade!

PR: *Com qual objetivo?*

MCT: Porque na verdade eu achava que a concentração do capital aqui era muito anterior ao estágio do desenvolvimento e isto complicava. Não é que a concentração veio como produto do desenvolvimento das forças produtivas. Então o objetivo era basicamente olhar a concentração de capital como um dos fenômenos do nosso tipo de acumulação, nosso padrão de acumulação de capital, entendeu? Até foi o Possas que fez essa pesquisa sobre concentração para mim na FINEP (Financiadora de Estudos e Pesquisas).

PR: *Tem um outro trabalho que a sra. também cita, um do Malan...*

MCT: Sim, mas esse trabalho que eu cito é o tipo de desenvolvimento setorial da industrialização. Para a industrialização o trabalho que existia e que mostrava a estrutura da indústria e das importações era o do (Pedro) Malan e do (Regis) Bonelli. Havia poucos trabalhos estruturais aqui. Eles, aliás, foram os meus alunos do curso da Cepal.

PR: *Como a Sra. vê o papel para a gênese da escola de Campinas a tese “O Capitalismo Tardio” do Prof. João Manuel Cardoso de Mello, e também o papel da tese do Belluzzo? De que maneira a Sra. influenciou esses trabalhos?*

MCT: Claro, nós trabalhávamos todos juntos. O João Manuel fez a segunda parte da tese, não a primeira, não capitalismo mercantil-escravista, mas a segunda parte, o capitalismo tardio, fez comigo no México. Ele foi para o México, sentou-se lá no escritório, ficou lá um mês, andava de chinelo de um lado para o outro, e na parte da periodização, ele tinha feito uma periodização incorreta (Risos!). Foi engraçado. E quando disse isso a ele, ele disse: “Poxa, portuguesa mal-educada!”, porque eu disse, claro, aos gritos, para variar (Risos)! Mas depois ele concertou e viu que eu tinha razão, também foi a única influência. Nós trocávamos idéia, ele fazendo uma tese e tendo uma pessoa a disposição para criticar, que era eu...

PR: *Uma crítica construtiva...*

MCT: E o Belluzzo o mesmo, ele fez a tese em São Paulo, nas reuniões eu ia pra casa dele e a gente discutia. Então são teses que a gente discutiu em conjunto, embora os autores intelectuais sejam eles. Tá claro? Eu não estou reivindicando nenhuma pretensão de ser a autora das teses deles. Eu fui crítica, uma crítica construtiva que ajudou eles nessas duas teses que foram decisivas, é claro, para o pensamento de Campinas! Porque ele [João Manuel] invés de chamar de subdesenvolvido, como o Furtado, chamou de Capitalismo Tardio, em contraposição aos retardatários europeus como Alemanha, o Japão também. E ele introduziu na tese dele, e isto é autoria dele exclusiva, a importância da passagem da escravidão ao trabalho assalariado, coisa que a Cepal não tinha introduzido. A Cepal punha mais influência. no atraso, trabalhava essa parte mercantil-escravista como um atraso e não punha ênfase, para a passagem ao capitalismo, ao trabalho assalariado. Enquanto ele punha, porque achava que a relação de produção fundamental para o capitalismo era o trabalho assalariado. E isso era porque ele era marxista de origem também, coisa que os cepalinos não eram.

PR: *e a Sra. já estava em seu momento ‘kaleckiano’ em 1975...*

MCT: Eu já tinha até passado! Por isso que sou capaz de adotar os esquemas do Kalecki (uma versão pelo lado da demanda efetiva dos esquemas de reprodução de Marx). Eu adoto eles em um dos capítulos teóricos da tese em que eu faço uma crítica às teorias de mais valia vulgares. Se lembra?

PR: *Da tese de professora - titular... quando a Sra. inclusive abre a tese tratando do 'movimento do sol'!*

MCT: Tem toda a razão, é a tese Ciclo e crise!

PR: *Muito difícil, inclusive, profa. (risos)*

MCT: Ah, difícil, difícil! Eu concordo (risos!) Mas depois você entende! Eu vou te dar uma dica engraçada. Na verdade, o Kalecki, apesar de ter escrito uns textos e ter dado aulas lá na Cepal em Santiago, ele veio ao Brasil convidado pelo Delfim Netto, porque houve um seminário em 1960, sobre inflação, aqui no Glória, que era o Gudín quem convocou. E ele [Delfim Netto] convocou um seminário paralelo em São Paulo na USP e trouxe o Kalecki. E foi aí que eu conheci pessoalmente.

PR: *Que engraçado...*

MCT: Ah, sim, o Delfim também era heterodoxo, não era só eu (risos!) O Mário Henrique (Simonsen) não. O Mário sempre foi ortodoxo!

PR: *Profa. pelo fato de ter fundado os cursos de pós-graduação de Economia, primeiro na UFRJ e depois na UNICAMP...*

MCT: Não, ao contrário. Na verdade num seminário que a Ford Foundation e o [João Paulo dos Reis] Velloso, que estava no Planejamento, durante a ditadura em 67, nós tivemos uma reunião em Itaipava e discutimos os cursos de pós-graduação. Nós dávamos um curso na Cepal, aqui no Brasil, que era pós-graduação *lato-sensu*, não era de mestrado, doutorado. Eu fui convidada, fui eu, o Mário Henrique Simonsen e o Delfin. Quem fez o primeiro curso de pós-graduação foi o Delfin, na USP (Universidade de São Paulo). O Mário fez depois na EPGE (Escola de Pós-G de Economia), mas mais tarde. Nós fizemos em Campinas. A Unicamp existia desde 1968, mas na verdade só inaugurou a pós-graduação em 1973, quer dizer, eu ajudei, digamos, junto com o pessoal de lá e fomos aprovados na CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) quando eu já estava em Campinas. Assim o terceiro curso foi o de Campinas e só depois, em 1978, é que foi o nosso...

PR: *...aqui no Rio...*

MCT: ...aqui. E isso porque eu perguntei ao João Manuel se não valia a pena reproduzir aqui, dado que aqui tinha a Fundação Getúlio Vargas que era

inimiga, digamos (Risos!) E depois do nosso da UFRJ, foi o da PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio de Janeiro com os neokeynesianos... com Chico Lopes e a turma toda lá.

PR: *A Sra. foi assistente do Bulhões na UFRJ...*

MCT: Claro! Eu dizia rindo que era monetarista pela manhã e estruturalista à tarde. (Risos)

PR: *Exatamente!*

MCT: E devo a ele o fato da parte institucional da moeda, Banco Central, Fundo Monetário e etc., ele é que explicou para a gente!

PR: É, eu vejo que quando a Sra. fala o Velho Bulhões, é com muito carinho...

MCT: Claro ué! Como ele deixava eu dar as aulas que eu queria (risos!) Pode uma coisa dessa? Quer dizer, o velho era um conservador de marca maior, monetarista, não tanto quanto o (Eugênio) Gudín, porque ele era wickselliano, ele não era keynesiano, mas era wickselliano, o que já era razoável naquela altura, mas me deixava ler, inclusive me deixava ler Marx. Sua crítica à Marx era que os esquemas de reprodução não eram dinâmicos, e é verdade! Eles não são feitos para fazer a dinâmica, são feitos para fazer a estrutura, tá claro? ...a estrutura de distribuição da mais-valia. Então ele me deixava ler tudo. De quem ele não gostava era do Keynes. Isto é que era divertido. E na aula da livre-docência, que ele presidiu a banca, ele respondeu à minha tese por escrito nos jornais, revistas, ele me deu 10. Ele disse: “Puxa, eu não sabia que Keynes podia ser interpretado desta maneira”. É que ele não tinha ideia nenhuma do que o Keynes tava dizendo (risos), essa é que era a verdade! E ele interpretava Keynes de uma maneira equivocada! Mas foi um professor extremamente liberal. E me deixou ser assistente, já imaginou? Ele dizia “Vai, fala dos oligopólios, concentração, fala o que quiser... mas não esquece de...” e eu não me esquecia de falar nada, é óbvio. Foi muito divertido!

PR: *Inclusive neste período que professor universitário não tinha carreira...*

MCT: Não tinha, é verdade! Mas o Bulhões, como eu era auxiliar de ensino, sem remuneração (porque, justamente, não existia carreira) ele, no tempo do Jango, escreveu para o ministro da casa civil, e pediu, por favor, para me nomear como assistente dele, e nomeou. E depois eu fiz concurso para adjunto e etc. dentro da escola.

PR: *Mas naquele período, dada sua a influência, a UFRJ devia ser bem conservadora...*

MCT: Ah sim, mas depois que o velho se aposentou, quem tomou a cadeira foi eu, e você acha que eu ia dar o que o velho dizia? (risos). Depois eu fundei o Instituto de Economia. As duas coisas, eu tomei a cadeira do velho, quando ele se aposentou, no que já mudei radicalmente, e depois eu fui diretora e fundadora do Instituto...

PR: *Aí mudou completamente...*

MCT: Completamente! Aí eu fiz a pós-graduação e começou a mudar. Deixamos de ser uma escola conservadora evidentemente. Mas éramos mais heterodoxos-ecléticos do que Campinas. Campinas tinha um pensamento mais unificado.

PR: *...até hoje!*

MCT: Até hoje. Quer dizer, até hoje, eu não diria porque naquela altura, o curso era inteiramente homogêneo, no sentido de que tudo se derivada de tudo. E nós aqui não! Porque aqui já tinha professor, nos concursos vinham professores de vários lugares e não dava para fazer uma coisa tão homogênea. E a única coisa que eu forcei para ser melhor foi a história econômica e o desenvolvimento econômico. Isto sim, nós fizemos com muita força porque permitia que você transitasse sem atrito na coisa teórica, não precisava ser nem marxista, nem ser keynesiano, fosse o que fosse. Tá Claro?

PR: *Tá Claro! Profa., a Sra. antes de economista, é matemática.*

MCT: Isto!

PR: *Desde o tempo da sua graduação em economia, a matemática avançou muito dentro das grades dos cursos de economia de maneira em geral, tirando espaço da teoria, história e até mesmo do debate econômico...*

MCT: Pois é, mas eu era contra isso! Por isso que eu te disse que mudei tudo lá. Eu era de formação matemática, e tinha matemáticos bons, conhecidos na escola aqui, mas eu mudei a orientação, quer dizer, não deixei virar ‘Econometria I’, ‘Econometria II’, nada disso! Tá claro? Porque eu sabia que, aliás, eu e o Mario Henrique Simonsen sabíamos, éramos ambos de formação matemática, e ríamos muito dos modelos matemáticos da economia, que eram

quase todos lineares, o que é um absurdo, porque a economia não pode ser analisada de uma maneira linear. Os modelos eram muitos simplistas, então não adiantou, e quando começaram complicar não adiantava nada, porque a base não era sólida, quer dizer, se constrói um castelo com bases, fundações ruins. Então a aplicação da matemática na economia sempre foi um desastre. E esses modelos não dão em nada! Os dois prêmios Nobel da economia matemática sobre expectativas, fizeram um Fundo Econômico nos EUA que faliu, foi o primeiro fundo a falir nos EUA, e foram deles. Quer dizer, eles tinham capacidade de previsão muito ruim. Não tinham nem capacidade de explicação histórica, de como o passado influi no presente, e nem de previsão, então não servia para nada, do meu ponto de vista. Se você não podia explicar o passado nem prevê o futuro, os modelos são muito ruins. No Fundo Monetário Internacional (FMI) tinha nem mais nem menos que 400 modelos matemáticos, e quando a gente discutia aqui com o vice-diretor do Fundo, ele dizia que o problema da política monetária era talento e experiência. Se você tivesse talento ou experiência, você poderia fazer uma boa política monetária, modelo não ia resolver nada! Então, obviamente que confirmou a minha opinião de matemática sobre o assunto (risos)!

PR: *Engraçado que mesmo matemática, a Sra. refuta essa importância tamanha que dão à matemática...*

MCT: Claro, claro. Matemática nas ciências sociais é um horror. Desde o velho Hegel que se sabe isso, não precisa chegar ao Marx não, para saber que a matemática não aguenta isso. Matemática é para as ciências da natureza, não serve para ciências sociais. Estatística sim. Estatística e história sim. Mas tem que fazer a estatística com carinho, se não vai fazer uma estatística imbecil e a série histórica fica toda cheia de problemas. Entendeu?

PR: *E a econometria, profa.?*

MCT: Pois é, econometria é que é o pior de tudo (risos)! Porque ela supõe modelos de estabilidade nos parâmetros e que os parâmetros são independentes, e eles não são independentes, e quando você faz a série, tem covariância, não adianta. E o teste de hipótese não resiste na verdade à realidade. Econometria é muito ruim, ruim mesmo! Você tem que aprender, mas o que vai fazer? O que é bom são os métodos quantitativos, a teoria da informação, tem várias coisas quantitativas que são importantes pra...

PR: *...formação do economista!*

MCT: Mas justamente a econometria que é ruinzinha (risos). É a minha opinião, e você vai ter que estudar de qualquer maneira! Mas nós até hoje não exageramos na dose da matemática em Campinas não! Nem aqui. Aqui, o que a gente exagerou foram nos macroeconomistas, porque como tem neokeynesianos, pós-keynesianos, keynesianos puros e os neoclássicos disfarçados, os alunos ficam doidos! Imagina, quatro professores de macroeconomia, é de lascas o crânio!

PR: *Nos artigos reunidos em sua coletânea, seu pensamento esteve concentrado em questões como industrialização, desenvolvimento econômico e, embrionariamente, os aspectos financeiros da economia...*

MCT: Não tão embrionariamente porque depois da ‘substituição de importações’, que foi uma pesquisa pesada em industrialização que fiz em Santiago, fiz uma pesquisa sobre intermediação financeira, aquele meu artigo não é apenas um artigo teórico da minha cabeça, aquilo decorreu de estudos sobre o Peru, porque o Peru tinha e tem uma intermediação financeira avançada para o estágio de desenvolvimento dele.

PR: *Tem razão profa. porque ali a Sra. já faz uma reflexão muito interessante sobre a questão da acumulação e formação de poupança, é a importância do artigo, não é?*

MCT: Isto. E depois tem o capítulo final que é sobre a acumulação financeira.

PR: *Exato. Mas foi a partir da tese...*

MCT: de titular...

PR: *que a Sra. passou a se concentrar definitivamente nos aspectos financeiros da economia brasileira e global, porém sem nunca ter abandonado a questão do desenvolvimento econômico.*

MCT: Isto, exatamente! Por que é que foi? Porque a partir daí, a partir de 78, é uma crise após a outra, então você não podia explicar a crise só com desenvolvimento econômico, tá claro? Mas eu nunca abandonei o desenvolvimento econômico...

PR: *Só incorporou categorias de análise de acumulação financeira...*

MCT: Isto, pra explicar basicamente as crises!

PR: *Profª. a gênese desta migração de análise econômica, dos aspectos reais para os financeiros, está nas influências teóricas sofridas por Hilferding e Hobson? Ou em que medida esses autores lhe influenciaram desde meados da década de 70?*

MCT: Ah, desde meados da década de 60 eles me influenciaram! Estou dizendo que eu já dei o curso lá na escola em Santiago, do qual o Braga foi meu aluno, o Fiori foi meu aluno, punha ênfase nisso, dava um curso especial sobre a coisa financeira, quer dizer, assim que eu entendi do que se tratava, e li estes dois autores a sério, que eu comecei pensar sobre o assunto para pesquisar. Pesquisar propriamente sobre o Brasil, só comecei depois que eu voltei para cá, na minha tese de titular.

PR: *Houve, profª., alguma influência de Fernando Fajnzylber?*

MCT: Ah sim, mais isso na parte da tecnologia...

PR: *Porque ele articula alguns trabalhos na Cepal sobre sistema financeiro na América latina, como um todo, não é profª.?*

MCT: Não articula bem no meu ponto de vista! Ele articula bem, razoavelmente, sobre o aspecto tecnológico, e, portanto, da parte produtiva com o desenvolvimento industrial e das exportações. Ele veio para cá, pro Brasil, quando eu fui para Santiago em 1968, e em troca eles mandaram (para o Centro CEPAL-IPEA) o Fernando, para ajudar o Velloso na coisa das exportações. O primeiro trabalho dele aqui foi sobre as exportações de manufaturas para a América latina, onde ele mostra que as filiais internacionais que estão aqui exportam basicamente para a América do Sul, coisa que até hoje é um fato, não é? Depois ele fez um último trabalho dele antes de morrer (porque ele morreu muito jovem de infarto), sobre desenvolvimento e equidade. Essa parte é que está ruim, porque a introdução do trabalho é ortodoxa, mas não é culpa dele, é culpa de como estava o estado das coisas em Santiago. O Chile estava em plena ditadura e tinha um economista ortodoxo, pesado, na Cepal, que fez a primeira parte. Ele não pôs 'igualdade', pôs 'equidade'. Equidade quer dizer que você trata igualmente todos os agentes econômicos e sociais, o que é um erro, porque você tem os poderosos e os débeis. Os frágeis, você tem que tratar desigualmente, você tem que tratar os frágeis melhor do que você trata os fortes, isso que é caminhar na direção da igualdade. E ele colocou 'equidade', que é um termo ruim. Entendeu? Ele resistiu ao liberalismo, mas não adiantava mais resistir, ele estava escrevendo em 80, no Chile.

PR: *E este tema de equidade em meio às transformações produtivas é tema de pesquisa da Cepal dos anos 90...*

MCT: É dele, é dele! Ele caminhou nesta direção, e como a distribuição de renda era importante, ele pôs ‘equidade’, só que ‘equidade’ não dá conta do problema de distribuição de renda. Agora em 2010, o último trabalho da Cepal é sobre Igualdade. Eu até vou na ANPEC junto com eles defender isso. É caminhando em direção à igualdade que se muda a distribuição de renda, não pela equidade! O trabalho dele foi muito divulgado, e como ele era heterodoxo o pessoal absorveu. Às vezes faz mais estrago um economista que é da nossa banda ir na direção errada, porque quando é da banda deles a gente já sabe. Agora, o Fajnzylber era nosso, tinha prestígio, escreve aquele trabalho e tem uma enorme divulgação... foi um estrago! Eu disse isso a ele, depois ele morreu e não deu tempo de concertar, coitado! Mas ele era um bom pesquisador da coisa industrial e tecnológica. Ele era engenheiro de formação, não era economista político.

PR: *Segundo a Sra. o capital financeiro no Brasil não desenvolveu seu grande papel de articulador de interesses bancários e industriais, comparados aos casos históricos alemão e norte-americano. No nosso caso, diz a sra., que houve uma especificidade. A Sra. poderia comentar sobre essa especificidade?*

MCT: Posso! Isso foi culpa do Roberto Campos. Ele e o Bulhões fizeram, além da lei do mercado de capitais e financeira, um sistema monetário segmentado e supunham eles que os bancos de investimento iam financiar os investimentos das empresas, o que é mentira, nunca financiaram nada. Os bancos de investimento eram na verdade bancos especulativos, bancos para transformar ativos, mas não eram bancos para financiar. E achavam que com aquela estrutura financeira, eles iriam desenvolver um mercado de capitais que desse conta de tanto. Só que não desenvolveu coisa nenhuma! Nós até hoje não temos um mercado de capitais bem desenvolvido, temos uma bolsa, mas não conseguimos lançar debêntures, aquilo que os americanos fazem há muito tempo, primeiro porque as grandes empresas eram autofinanciadas, e depois, quando eles queriam, os bancos lançavam, por conta deles, debêntures. Os nossos bancos nacionais não conseguem lançar debênture das grandes empresas porque é mais barato para elas trazer dinheiro de fora, porque a nossa taxa de juros é historicamente muito alta.

PR: *Essas debêntures que a Sra. fala...*

MCT: A Petrobrás, por exemplo, agora, fez um aumento de capital gigantesco, parte pública e parte com fundos basicamente trazidos do exterior. Ela não pode lançar debêntures na praça, na bolsa, porque sai muito caro com essa taxa de juros. E uma debênture é uma dívida a longo prazo, tá claro? É um endividamento a longo. Com uma taxa de juros alta, não fazem endividamento a longo, só faz endividamento a curto. A longo você traz dinheiro de fora ou pede empréstimo ao BNDES.

PR: *Essas debêntures, então, seriam aquelas letras de câmbio bancárias que Hilferding falava?*

MCT: Não, são mais que letras de câmbio, que eram títulos de curto. São títulos de longo prazo atreladas a operações de *underwriting*, operações de subscrição de capitais, tá claro? Agora que a Petrobrás está fazendo subscrição de capital, ela tá fazendo via bolsa, via Estado e via capital estrangeiro. Ela não está fazendo *underwriting* pelo sistema financeiro porque o sistema financeiro não faz *underwriting*, tá claro?

PR: *então quer dizer que a especificidade...*

MCT: ...é que nós não desenvolvemos um mercado de capitais...

PR: *...que desse suporte à acumulação real de capital?*

MCT: Isso, nem à financeira.

PR: *Mas nós temos capital especulativo!*

MCT: isso é de curto prazo. Acumulação financeira é de longo prazo, que eles não fazem, eles não financiam a longo. Isso é um dos problemas que se tem que enfrentar, porque se não vamos ter que depender do BNDES o tempo todo! Quer dizer, o único banco que empresta a longo é o BNDES e mais ninguém.

PR: *Essa especificidade, profa., deve portanto ser entendida num contexto de financeirização global, que no Brasil está embrionário e no mundo a todo vapor, correto?*

MCT: Isso! Mas entendamos. Primeiro foram os capitalismo retardatários (alemão, japonês e norte-americano) que fizeram. Nós não podíamos fazer porque nem tínhamos industrialização, éramos agrário-exportadores. Depois quando começou o desenvolvimento da industrialização, que é tardio, não se

formou o mercado de capitais. Mais tarde veio o neoliberalismo, a única coisa que a gente fez foi abrir o mercado de ações e de câmbio para fora, tá claro? Como, na verdade, as taxas de juros deles [exterior] são mais baixas, todos aqui começaram a tomar dinheiro fora e a usar investimento direto estrangeiro e não a fazer um mercado interno de capitais. Então isso é uma das razões pelas quais a estrangeirização, a internacionalização do capital ocorreu sempre, desde 1920 e mais forte desde o JK, com o tripé (uma parte estrangeira, uma parte estatal e uma parte nacional). Entendeu agora?

PR: *Perfeitamente, professora!*

MCT: Como é que você vai fazer um mercado de capitais se é tão mais barato trazer capital estrangeiro? E no contexto da financeirização o que nós fazemos é trazer capital financeiro deles, mas para especular a curto e capital de investimento direto para investir. Quer dizer, completamente ao contrário da acumulação interna clássica.

PR: *Pobre Brasil...*

MCT: Mas não é só o Brasil, são todos os países subdesenvolvidos. Até a China, não fosse o fato de os bancos serem públicos, e, portanto, podem emprestar como quiser e o risco não é nenhum porque banco estatal não quebra (todo mundo fala: “bancos chineses estão falidos”, que falidos? Banco público não quebra!) também usou investimento direto estrangeiro, não para especulação porque eles não deixaram entrar, porque ele tem controle de capitais, tá claro? Mas investimento direto eles têm mais de 700 Bilhões de dólares. Toda a área de exportação, aquelas sete áreas especiais para exportação, estão cheias de multinacionais. Tudo, tudo o que a gente importa da China, em geral, são do capital internacional (que é um problema que eu não sei como eles vão resolver), mas por quê? Porque justamente eles também não têm mercado de capitais! Mercado de capitais é para capitalismo desenvolvido, ou capitalismo já avançado, e eles não são capitalismo avançado, são capitalismo de Estado, que é outra coisa. Mas assim mesmo, apesar de ser capitalismo de Estado, não dispensaram o capital externo, ao contrário do Japão que já tendo a conglomeração das grandes empresas avançadas, não precisou de investimento direto estrangeiro. Quer dizer, não se encontra no Japão um avanço do capital estrangeiro, como se encontra na China ou no Brasil.

PR: *Mas houve, professora, mesmo dentro desta especificidade, a formação de conglomerados na estrutura industrial nacional e que, segundo a sra.*

mesma, também foi peculiar por conta do caráter rentista-patrimonialista das empresas.

MCT: Isto!

PR: *A sra. pode me explicar esse caráter das empresas?*

MCT: Por exemplo, tomemos o caso clássico: o Ermírio de Moraes. O Ermírio de Moraes começou com o cimento, basicamente, depois foi para alumínio, depois foi para várias coisas outras, e no final, criou um banco dele, para financiar a ele mesmo (risos). Este é um caso de conglomeração que só é possível nas empresas muito grandes. Quer dizer, não serve para alavancar a passagem da média à grande empresa nacional.

PR: É de autossustentação, é isso profa.?

MCT: Isto, autossustentação, e também de diversificação. Em geral aqueles grandes burgueses que se formaram a partir da burguesia de 30, os que entraram naquela altura (e eram quase todos estrangeiros, o próprio Antônio Ermírio era português) todos eles diversificavam a estrutura, que era para diminuir o risco, entendeu? Não era para conglomerar a fim de alavancar a acumulação de capital, era para diminuir o risco. E depois, quando fica escasso o capital, com crises internacionais uma atrás da outra, alguns poucos fizeram os seus bancos. Quem tentou ir do banco para a diversificação foi o Itaú, mas com a crise de 80, eles desistiram e ficaram no *core business*, quer dizer, no coração do negócio deles que o é bancário. Tanto é que a Itaútec foi a primeira empresa brasileira a desenvolver tecnologia de informação para os bancos, por isso que nós temos bancos com tecnologia moderna. Os nossos bancos são muito modernos neste sentido, e foram eles que fizeram. Mas depois desistiram, não ficaram e passaram a utilizar a tecnologia disponível no mercado. Na informática a tentativa estatal foi o caso da Cobra, que faliu, não foi a lugar nenhum. Um dos fracassos do Geisel foi a coisa da informática, que ele não conseguiu desenvolver. A Cobra faliu e o Itaú desistiu na crise de 80.

PR: *E as joint-ventures, seriam uma forma de conglomeração?*

MCT: Não, nem mesmo ajudaram na melhoria do desenvolvimento endógeno da tecnologia. Que eu saiba só a da aviação, que era estatal e depois virou joint-venture, a...

PR: *...Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica)?*

MCT: É... a Embraer, que fazia aviões pequenos. Para fazer aviões grandes, ela fez joint-venture com os franceses, porque ela não tinha capital suficiente, nem mercado de capitais para alavancar. Acredito que ela incorporou tecnologia francesa e adaptou, por isso que ela tem aviões, até hoje, com tecnologia avançada e são de porte médio, o que as companhias de aviação, em geral, não tem e fracassaram com a crise de 90.

PR: *Profa., como a sra. vê a relação entre a dinâmica contemporânea, sob o comando das finanças, no contexto de liberação e mundialização do capital e a situação atual da economia brasileira?*

MCT: Ah, vejo mal. O problema é que a gente teve sorte. A gente pegou a política econômica conservadora do Fernando Henrique e adaptou. O pessoal fala que é a mesma, mas não é a mesma! Ela foi adaptada, continuou conservadora sim, mas foi adaptada. E com isso a gente conseguiu se segurar, não apenas nós. Nós e boa parte dos países da América latina, boa parte dos chamados emergentes, fizeram esse tipo de política e conseguiram acumular reservas e quando a crise veio, nós tínhamos essa garantia de proteção para o estrangulamento externo. Então foi a primeira crise mundial que não teve crise de balanço de pagamentos. Na primeira crise desde o século 19, sempre que tinha uma crise internacional a gente estourava.

PR: *...economia reflexa!*

MCT: Sempre... economia reflexa, e desta vez não! Então nós não fomos reflexos. Desta vez nós conseguimos segurar. E para substituir o financiamento externo usamos os bancos públicos, o BNDES, a Caixa econômica e o Banco do Brasil. Isso os outros não puderam fazer, porque não tem bancos públicos. Por isso é que nós não entramos em recessão aberta, tivemos um PIB de 0% em 2009. Agora a indústria foi muito atingida, como em toda parte. Aí não teve jeito, até as chinesas foram atingidas. Porque como a crise bateu muito pesado sobre a demanda efetiva e sobre o consumo, obviamente não dava para exportar produtos manufaturados na extensão em que se estava exportando. Ah, mas ainda tem um problema, como nós estamos sobrevalorizados por conta desta taxa de juros desvairada que a gente tem, na crise, apesar de ter baixado a taxa de juros em relação ao passado, está muito alta em relação aos outros! Continua alta porque na crise todos fazem política monetária frouxa então a taxa de juros é zero nos Estados Unidos, no Japão, em toda parte nos desenvolvidos, e nós continuamos com uma taxa de juros real pesada. Então isto, evidentemente, faz uma entrada de capital especulativo muito forte que valoriza o câmbio e com isso nós estamos muito valorizados, o balanço de

pagamentos final está dando *déficit*, coisa que não dava nos primeiros anos do Lula. Como estamos tendo *déficits* crescentes, nós poderemos ter um bode mais adiante se não corrigirmos essa valorização. Aquilo que a gente tem feito ainda é insuficiente, não basta fazer IOF sob a entrada de capitais. Tem que ter controle de capitais e ponto, estamos entendidos? Não deixar que os caras venham a não ser por um período maior, como fez o Chile. E durante um certo tempo, se lá não permanecessem por mais de um ano não entravam, enquanto aqui... Mas não só aqui, infelizmente, isso é a herança pesada do neoliberalismo que tem que cortar, e eu estou convencida que vai cortar, acho que tanto que ganhe a Dilma, que é a minha candidata, como o Serra, eles vão cortar porque eles sabem que isso prejudica muito. Há acordo entre os economistas de modo geral (fora os neoclássicos), mas qualquer keynesiano, mesmo que seja bastardo, está de acordo que esse câmbio assim não dá! Ainda mais porque a China controla o seu câmbio, está todo mundo valorizado e a China desvalorizada. O próprio Japão está intervindo no mercado, tá claro? Vamos ter que intervir pesado, eu acho. Se não vamos ter um problema adiante, e adiante eu digo é adiante mesmo, dois anos no máximo. Tem uns malucos neoclássicos que acham que dá para financiar um déficit de balanço de transações correntes de 5, 7% do PIB, e isso é um absurdo. Isso foi o que fez o Fernando Henrique e tomou uma crise cambial gigantesca, quando veio a crise de 99, tá claro? Então isso vai ter que ser concertado, o resto está andando.

PR: *O papel do BNDES que vem sendo criticado severamente por economistas liberais. Sabendo da especificidade de nossa estrutura financeira, à luz de seu pensamento, se pode dizer que o BNDES está cumprindo o papel de capital financeiro nacional?*

MCT: Isto está na minha tese, num parágrafo há uma discussão entre eu, o Belluzzo e o Coutinho. Eles achavam que sim, eu achei que não, porque ele cumpriu o papel de financiador do capitalista, mas ele não articulou as várias formas de capital. Ele só articulou a industrialização durante um tempo breve, que foi no plano de metas. Mas aí não foi como capital financeiro, foi com os grupos executivos que articulava os setores, como agente executivo, e depois nunca mais ele conseguiu articular. Ele conseguiu financiar, quando muito, como agora nesta etapa do Coutinho, que pode escolher os vencedores, *'pick the winners'* e levou uma porção de grandes empresários a pedir dinheiro. O BNDES escolhe os que acham que são vencedores e financia-os pesado, até para que eles se internacionalizem, isto é, que não apenas façam investimento aqui, mas também para que vão ao exterior concorrer com as outras. Então ele não cumpre o papel de capital financeiro, porque ele articula por fora, pelo crédito não está no cerne da acumulação de capital, enquanto o capital

financeiro está no cerne da acumulação. É verdade que eles poderiam ser o cerne se eles detivessem e usassem as ações das empresas para capitalizá-los e investir, mas não é o que o banco faz. Nas privatizações, pegaram as ações que estavam em depósito na BNDESPAR (BNDES Participações) como garantia de empréstimos antigos e venderam. Quando eles fizeram a BNDESPAR a intenção poderia ser, para alguns técnicos do Banco no governo Geisel, fazer um articulador financeiro do capital, mas isso não aconteceu. No tempo do governo Fernando Henrique, o Banco já estava maduro para ser articulador, mas em vez disso ele desmontou esse possível papel de articulador e hoje a BANDESPAR vendeu a maioria das ações e é apenas mais um agente financeiro do próprio banco.

PR: É isso, Professora, muito obrigado pela entrevista!

MCT: De nada!

REFERÊNCIAS

- ALAVI, Hamza. India and the colonial mode of production. **Economic and Political Weekly**, v. 49, n. 32, p. 1235-1262, ago. 1975.
- AMIN, Samir. Unequal Development: An Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism. **Monthly Review Press**. 1976 [1973].
- ANIEVAS, Alexander; NIŞANCIOĞLU, Kerem. **How the West came to rule: the geopolitical origins of capitalism**. Londres: Pluto Press. 2015.
- ARRUDA, Maria Arminda N. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a escola paulista. *In*: MICELI, S. (org.). **História das ciências sociais no Brasil**, São Paulo: Fapesp, v. 2, p. 107-232, 1995.
- BALTAR, Paulo E. (2003 [1985]) **Salários e preços esboço de uma abordagem teórica**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- BAMBIRRA, Vania (2013 [1972]) **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.
- BANAJI, Jairus. Backward capitalism, primitive accumulation and modes of production. **Journal of Contemporary Asia**, v. 3, n. 4, p. 393-413, 1973.
- BANAJI, Jairus. For a theory of colonial modes of production. **Economic and Political Weekly**, v. 7, n. 52, p. 2498-2502, dez. 1972.
- BARONE, Ricardo S. *et al.* Capital Humano ou Capitalismo Selvagem? Um Balanço da Controvérsia Sobre Distribuição de Renda durante o “Milagre” Brasileiro. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 3, p. 1-25, jul./set. 2017.
- BASTOS, Pedro Paulo Z. Formação Econômica do Brasil de Celso Furtado: método, esquema analítico e projeto político. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 15, n. 27, p. 227-262, jul./dez. 2020.
- BASTOS, Pedro Paulo Z. Macroeconomia e mercado de trabalho: as principais teorias e o Brasil contemporâneo. **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo, n. 7, p. 51-107, 2017.

BASTOS, Pedro Paulo Z. O Plano Trienal e sua economia política. *In*: D'AGUIAR, Rosa Freire (org.). **O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2011. p. 441-449.

BASTOS, Pedro Paulo. Z. **Por uma economia política estruturalista (parte 1): o corpo teórico da “Escola de Campinas” e a origem dos capitalismo**s. IE-Unicamp, Texto para Discussão, n. 360, p. 1-14, ago. 2019.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. Distribuição de renda: uma visão geral da controvérsia. *In*: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (orgs.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar. 1975 [1973].

BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. **Valor e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense. 1980 [1975].

BIROLI, Flávia M. **A nação diante do suicídio de Vargas: uma análise do discurso do PCB**. Campinas: IFCH-UNICAMP (dissertação de mestrado), 1999.

BRANDÃO, Gildo M. **A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRENNER, Robert. The origins of capitalist development: a critique of Neo-Smithian Marxism. **New Left Review**, n. 104, p. 25-92, jul./ago. 1977.

CANO, Wilson ([1975] 1990) **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **La Guyane française (1715-1817)**. Aspects économiques et sociaux. Contribution à l'étude des sociétés esclavagistes d'Amérique (tese de doutorado). Paris: Université de Paris X, Nanterre. 1971.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Severo Martínez Peláez y el carácter del régimen colonial. **Estudios Sociales Centroamericanos**, San José (Costa Rica), v. 1, n. 1, p. 87-115, 1972.

CARDOSO, Ciro Flamarion El modo de producción esclavista colonial en América. **Cuadernos de Pasado y Presente, Córdoba** (Argentina), v. 12, n. 40, p. 193-242, 1973b.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Sobre los modos de producción coloniales de América. **Cuadernos de Pasado y Presente**, Córdoba (Argentina), v. 12, n. 40, p. 135-159, 1973a.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1970.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel (1975 [1987]) **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel; BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. (1998 [1977]) Reflexões sobre a crise atual. *In*: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (orgs.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**: ensaios sobre a crise, v. 1. Campinas: Editora da Unicamp.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel e NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. *In*: SCHWARTZ, L. (org.). **História da vida privada no Brasil**, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CASTRO, Antonio B. (1983 [1975]) As Mãos e os Pés do Senhor de Engenho: Dinâmica do Escravismo Colonial. *In*: PINHEIRO, P. S. **Trabalho escravo, economia e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

CHILCOTE, Ronald. **O Partido Comunista brasileiro**: Conflito e integração: 1922-1972. Rio de Janeiro: Graal. 1982.

CHILCOTE, Ronald. Trotsky and Development Theory in Latin America. **Critical Sociology**, v. 35, n. 6, p. 719-741, nov. 2009.

COUTINHO, Luciano G. **Maturity and internationalization of oligopoly capitalism** (PhD thesis). Ithaca: Cornell University. 1974.

DOSMAN, Edgar J. **Raúl Prebisch**: A construção da América Latina e do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado. 2011.

DRAIBE, Sonia (1985 [1980]) **Rumos e metamorfoses**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

EVANS, Peter (1980 [1979]) **A tríplice aliança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FERNANDES, Florestan (1981 [1974]) **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar.

FOSTER-CARTER, Aidan The modes of production controversy. **New Left Review**, v. 107, n. 1, p. 47-78, jan./fev. 1978.

FRANCO, Maria Sylvia C. (1969 [1964]) **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Kairós.

FRANCO, Maria Sylvia C. (1983 [1975]) Organização social do trabalho no período colonial. In: PINHEIRO, P. S. (org.). **Trabalho escravo, economia e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FRANK, André Gunder (1969 [1967]). **Capitalism and underdevelopment in Latin America**. Nova York: Monthly Review Press.

FRANK, André Gunder (2012 [1964]) A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil – o debate na esquerda – 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular.

FRANK, André Gunder. **Dependent accumulation and underdevelopment**. Basingstoke: Macmillan Press. 1978.

FURTADO, Celso (1974 [1983]) **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FURTADO, Celso (2009 [1961]) **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado.

FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1973.

FURTADO, Celso. **Análise do “Modelo” Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1972.

FURTADO, Celso. **A pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1962.

FURTADO, Celso. **Correspondência intelectual: 1949-2004**. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras. 2021.

FURTADO, Celso. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1964.

FURTADO, Celso. **O Brasil Pós-Milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1966.

FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga. 1969.

GERSHENKRON, Alexander (1952 [2015]) **O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Celso Furtado.

GORENDER, Jacob (1978 [2000]) **O escravismo colonial**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

GORENDER, Jacob (1987 [1985]) **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática.

KALECKI, Michal (1977 [1967]) O problema da demanda efetiva em Tugan-Baranovski e Rosa Luxemburgo. *In*: MIGLIOLI, J. (org.). **Michal Kalecki: Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: Hucitec.

LACLAU, Ernesto (1977 [1971]) Feudalism and Capitalism in Latin America. *In*: POLITICS and ideology in marxist theory: capitalism, fascism populism. Londres: Verso.

LESSA, Carlos (1998 [1978]) **A estratégia de desenvolvimento 1974/76: Sonho e fracasso**. Campinas: Editora da Unicamp.

LEWIS, Arthur. Economic development with unlimited supplies of labour. **The Manchester School**, v. 22, n. 2, p. 139-191, maio 1954.

MANTEGA, Guido ([1984] 1991) **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes.

MARINI, Ruy Mauro (2011 [1973]) Dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular.

MARINI, Ruy Mauro (2013 [1969]) **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular.

MEILLASSOUX, Claude (ed.). (1971 [2020]) **The development of indigenous trade and markets in West Africa**: studies presented and discussed at the tenth International African Seminar 1969. Londres: Routledge.

MELO, Hildete P. **Ceça, uma visão feminista de Maria da Conceição Tavares**. Insight Inteligência, edição 92 [<https://inteligencia.insightnet.com.br/ceica-uma-visao-feminista-de-maria-da-conceicao-tavares/>]. 2021.

MELO, Hildete P. Conceição Tavares: uma mulher política. In: PRADO, L. C. D. (org.). **Desenvolvimento e Crise**: ensaio em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares, p. 205-226. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado. 2012.

MELO, Hildete P. e COSTA, Glória M. M. Itinerários – Maria da Conceição de Almeida Tavares. In: MELO, H. P. (org.). **Maria da Conceição Tavares**: vida, ideias, teorias e políticas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Expressão Popular/Centro Internacional Celso Furtado. 2019.

NOVAIS, Fernando A. (1979 [1973]) **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial** (1777-1808). São Paulo: Hucitec.

NOVAIS, Fernando A. (1987 [1968]) O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, C. G. (org.). **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

OLIVEIRA, Carlos A. B. (2003 [1985]) **Processo de industrialização**: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Editora Unesp/Campinas: Unicamp.

OLIVEIRA, Carlos A. B.; HENRIQUE, Wilnês. Determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 4, n. 2, p. 25-28, abr./jun. 1990.

OLIVEIRA, Francisco (1988 [1972]) **A economia brasileira**: Crítica da razão dualista. Petrópolis: Vozes.

PINTO, Anibal (2000 [1970]) Natureza e implicações da heterogeneidade estrutural na América Latina. In: BIELSCHOWSKY R. (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, v. 2. Rio de Janeiro: Record.

PINTO, Anibal (2000 [1976]) Notas sobre o estilo de desenvolvimento na América Latina. *In*: BIELSCHOWSKY R. (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, v. 2 Rio de Janeiro: Record.

PREBISCH, Rau. I O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista brasileira de economia**, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.

PULICI, Carolina De. Como o sociólogo brasileiro deve praticar seu ofício: as cátedras de sociologia da USP entre 1954 e 1969. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 31, p. 97-120, jan./jun. 2007.

QUADROS, Waldir. **O milagre brasileiro e a expansão da nova classe média** (tese de doutorado). Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP. 1991.

REIS, Daniel A. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar. 2014.

REY, Pierre-Philippe. **Colonialisme, néo-colonialisme et transition au capitalisme: exemple de la Comilog au Congo-Brazzaville**. Paris: Éditions Maspéro. 1971.

ROBILLOTI, Paulo César N. S. **O desenvolvimento capitalista na obra de Maria da Conceição Tavares**. (dissertação de mestrado). Campinas: Instituto de Economia: UNICAMP. 2016.

ROIO, Marcos (2014 [2000]) A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. *In*: MORAES, J. Q.; ROIO, M. (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**, v. 4: Visões do Brasil. Campinas: Editora da Unicamp.

ROMÃO, Wagner. **Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT**. São Paulo: Editora Humanitas. 2006.

RUDRA, Ashok. **Studies in the development of capitalism in India: essays**. Lahore: Vanguard Books. 1978.

SAMPAIO JR., Plínio A. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado**. Petrópolis: Vozes. 1999.

SANTOS, Theotonio. El nuevo carácter de la dependencia. **Cuadernos del Centro de Estudios Sociológicos**, Santiago: Universidad de Chile. n. 10, 1968.

SANTOS, Theotonio. The structure of dependence. **American Economic Review**, v. 60, n. 2, p. 231-236, maio 1970.

SERRA, José (1982 [1979]) As desventuras do economicismo: três teses equivocadas sobre a conexão entre autoritarismo e desenvolvimento. *In*: COLLIER, D. (org.). **O novo autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SILVA, Sérgio (1976 [1973]) **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega.

SOUZA, Paulo Renato C. **A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas** (tese de doutorado). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. 1980.

TAVARES, Maria da Conceição A. (1967 [1982]) Notas sobre o problema do financiamento numa economia em desenvolvimento: o caso do Brasil. *In*: DA SUBSTITUIÇÃO de Importações ao Capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

TAVARES, Maria da Conceição A. (1971b [2021]) Carta a Celso Furtado, 20 de março de 1971. *In*: FURTADO, C. **Correspondência intelectual: 1949-2004**. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras.

TAVARES, Maria da Conceição A. (1971c [2021]) Carta a Celso Furtado, 20 de julho de 1971. *In*: FURTADO, C. **Correspondência intelectual: 1949-2004**. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras.

TAVARES, Maria da Conceição A. (1973 [1978]) Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização: um ensaio preliminar. *In*: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (orgs.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar.

TAVARES, Maria da Conceição A. (1974 [1998]) **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp.

TAVARES, Maria da Conceição A. (1986 [1980]) **Problemas de industrialización avanzada en capitalismo tardíos y periféricos**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, Texto para Discussão n. 94, maio de 1986.

TAVARES, Maria da Conceição A. e SERRA, José (1970 [1982]) Além da estagnação. *In*: TAVARES, M. C. **Da substituição de Importações ao Capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

TAVARES, Maria da Conceição A. e Souza, Paulo Renato C. Emprego e salários na indústria: o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 1, n. 1, p. 3-29, jan./mar. 1981.

TAVARES, Maria da Conceição A. (1971 [1982]) Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente. *In*: DA SUBSTITUIÇÃO de Importações ao Capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

TAVARES, M. C. (1963 [1982]) Auge e declínio do processo de Substituição de Importações no Brasil. *In*: DA SUBSTITUIÇÃO de Importações ao Capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System**, I. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. Nova York: Academic Press. 1974.

WOLFF, Virginia. **Professions for Women**. Disponível em: <https://www.wheelersburg.net/Downloads/Woolf.pdf>. 1931.

WOLPE, Harold (ed.). **The Articulation of Modes of Production**: essays from Economy and Society. London: Routledge & Keegan Paul. 1980.

CAPÍTULO 5

O CAPITALISMO COMO MODO DE APROPRIAÇÃO

Eduardo Barros Mariutti

1. Introdução

O propósito básico deste capítulo é problematizar a crença no progresso técnico como base da ideia de “desenvolvimento social”. Economistas que se julgam críticos aderem imediatamente à ideia de que a superação do subdesenvolvimento passa fundamentalmente pela incorporação dos padrões tecnológicos capitalistas “de ponta” à economia nacional. Mesmo salientando que as peculiaridades nacionais devem ser levadas em conta, assim como a questão da “igualdade e inclusão”, nossos progressistas compram, na prática, o pacote completo do misticismo da tecnologia: uma visão que, mesmo quando temperada pela retórica da sustentabilidade, ainda insiste no corte cartesiano entre “natureza” e “sociedade” e na implausível ideia de que um capitalismo regulado poderia generalizar os frutos do progresso técnico para atender as “necessidades da humanidade”. A perspectiva aqui é radicalmente distinta. O esforço é no sentido de se pensar o imbricamento entre a segmentação da economia-mundo moderna e a *predação* sistemática das reservas energéticas planetárias como um dos principais fundamentos do dinamismo aparente do modo de produção capitalista que, portanto, seria melhor definido como *um modo de apropriação*, o mais parasitário já conhecido pelo homem.

2. Ciência, técnica e empiria: um novo emaranhado

Ferramentas, artefatos e procedimentos que hoje chamamos de “técnicos” sempre existiram como requisitos para a vida social. Toda sociedade é, neste sentido geral, tecnológica. No entanto, este tipo de *expertise* se situava em um plano distinto – e geralmente inferiorizado – da reflexão sistemática sobre a contemplação das leis gerais da natureza, da vida social e das grandes questões do espírito, tais como, por exemplo, a reflexão sobre o bom e o belo. Perscrutar estes domínios era uma ocupação reservada a muito poucos, em atividades sociais rotuladas como arte, ética, religião e filosofia que, alega-se,

estavam muito distantes da mediocridade das tarefas mundanas, diretamente ligadas à produção dos requisitos básicos da vida social.

Além da sempre imperativa questão dos monopólios sociais que, como se sabe, hierarquizam também os discursos, isto se devia também a uma peculiaridade da atividade técnica: a reprodução social das ferramentas e de seu manejo, embora também contasse com algum grau de formalização, ocorria predominantemente na prática, em oficinas, guildas e demais formas correlatas de organização, onde o aprendizado se mesclava com a própria execução das tarefas. O saber, portanto, se cristaliza nos próprios artífices, gerando um tipo muito peculiar de conhecimento tácito (POLANYI, 2005, p. 55) que, ao assumir um acentuado pendor ritualístico, dificulta a sua difusão para quem não é membro destas comunidades. Apesar de produzir uma diferenciação com a tarefas consideradas ainda mais ordinárias, isto limitava o reconhecimento social destas atividades que, no fim das contas, ficavam na penumbra das prestigiosas formas de saber orientadas a pensar as “grandes questões” que, acreditava-se, estavam muito além das meras preocupações mundanas (BOUSQUET, 2009, p. 15-6).

Mas a concepção de ciência que se começou a delinear no século XVII na Europa tendeu a *fundir* estas duas ordens distintas de atividades, promovendo – sempre de forma tensa e intrincada – um encontro entre o saber dos “homens práticos”, de índole mais pragmática, com o temperamento mais abstrato dos filósofos.¹ Deste modo, foi preservado, sob novas roupagens e com um colorido diferente, o “clássico” interesse pelas grandes questões e princípios gerais. Mas ficava cada vez mais difícil ignorar as práticas imediatas do cotidiano. O eixo se deslocou para a indução e a empiria: toda formulação abstrata precisava encontrar alguma correspondência com os “fatos” imediatamente observáveis, não apenas para entendê-los, mas sobretudo para poder controlá-los (PRIGOGINE; STENGERS, 1984, p. 41-4). Este tenso encontro abriu caminho para a capciosa noção de “prova empírica”, precursora da concepção moderna de “laboratório” que, supostamente, representa o tribunal por excelência das disputas entre cientistas.

Logo, toda ciência digna deste nome tinha de ser *também* experimental e, portanto, crescentemente dependente de uma gama cada vez mais numerosa

1 Alfred North Whitehead (1948 p. 3) apresenta com elegância esta ideia: “This new tinge to modern minds is a vehement and passionate interest in the relation of general principles to irreducible and stubborn facts. All the world over and at all times there have been practical men, absorbed in ‘irreducible and stubborn facts’: all the world over and at all times there have been men of philosophic temperament who have been absorbed in the weaving of general principles. It is this union of passionate interest in the detailed facts with equal devotion to abstract generalisation which forms the novelty in our present society. Previously it had appeared sporadically and as if by chance. This balance of mind has now become part of the tradition which infects cultivated thought. It is the salt which keeps life sweet. The main business of universities is to transmit this tradition as a widespread inheritance from generation to generation”.

de aparatos técnicos cada vez mais caros e sofisticados, colocados a serviço da investigação científica nos laboratórios. Isto se desenrolava paralelamente à generalização da máquina-ferramenta nos processos produtivos mais articulados aos mercados mundiais, fato que abriu caminho para o emprego de fontes de energia mais potentes do que a força muscular humana, o gado, o vento e a corrente dos rios, dando impulso à uma aproximação cada vez mais estrita entre a ciência, a técnica e o capital. Neste sentido preciso, desde então, nunca mais foi fácil separar “ciência” de “técnica”. Isto sem falar em uma curiosa relação entre a ciência e os objetos técnicos: muitas vezes, as aplicações práticas de máquinas e dispositivos abrem o caminho para avanços “teóricos”, como é o caso, por exemplo, da relação reversa entre a termodinâmica e a máquina à vapor: foram os problemas e as dificuldades derivadas do emprego das máquinas a vapor que pressionaram no sentido do desenvolvimento da termodinâmica, e não o contrário (PRICE, 1984 p. 106).

Galileu e o telescópio é outro exemplo ilustrativo. As suas observações hoje consideradas como “teóricas” derivaram do emprego exploratório do engenho que criou e, dentre várias experimentações, notou que a Lua tinha montanhas e, pela sua sombra, conseguiu medir a sua altura (PRICE, 1984 p. 105). Esse era o ponto fundamental: o conhecimento de que existiam montanhas na Lua jamais poderia decorrer diretamente dos sentidos humanos e, muito menos, ser deduzido das formalizações apodíticas que disputavam a primazia em um campo que hoje chamamos de astronomia. O decisivo é que esta “revelação” só foi obtida por meios apressadamente rotulados de “artificiais”. Ao observar as fases de Vênus e, principalmente, por poder diferenciar com mais clareza as estrelas dos planetas, Galileu abriu caminho – *indiretamente* – para a cristalização da “revolução copernicana” (PRICE, 1984 p. 105-12).

É importante, portanto, relativizar um pouco a acentuada tendência atual em afirmar que a tecnologia é *ciência aplicada*: esta é uma generalização indevida, que pressupõe que a “tecnologia” (i.é. as aplicações práticas e os objetos sociotécnicos) *sempre* é precedida por um braço ou um ramo da ciência básica e que, de forma correlata, o experimento científico é necessariamente uma forma de *testar* hipóteses e teorias previamente estabelecidas. Isto é verdade apenas quando se opera dentro de um ramo ou uma tradição científica já consolidada e que, portanto, possui hábitos, protocolos e um horizonte de alcance relativamente claro e que, precisamente por conta disto, só admite mudanças incrementais. Muitas vezes a experimentação a esmo, pequenos “acidentes” (como, por exemplo, a “descoberta” da sacarina em 1879 e do LSD em 1943)² e a criação de novas técnicas abre o caminho para novos

2 As aspas se justificam por que não se trata de simples acidentes. O decisivo no primeiro caso não foi o fato de Constantine Fahlberg esquecer de lavar as mãos (nem sempre os conselhos da mamãe são sábios...) e perceber o gosto adocicado, mas isto acontecer com uma pessoa que tinha o conhecimento, a criatividade

ramos científicos, onde a experimentação delimita o campo e conduz a cristalização da “ciência básica”.

Logo, mesmo do ponto de vista da sua “história interna” (STENGERS, 2002 cap. 1), a direção do pensamento científico nunca pode ser totalmente prevista. Quando os elementos *externos* são adicionados à análise o quadro fica ainda mais complexo, especialmente quando se recusam as saídas simples, como o determinismo tecnológico que torna artificialmente endógeno o movimento da tecnociência ou a bisonha noção de que tudo se explica pelo “movimento do capital” ou do “contexto da época”. As coisas nunca são tão simples assim. A chave está no esforço de entender de forma transdisciplinar o imbricamento entre a técnica e os demais domínios da realidade social entendida de forma ampla, isto é, para além do corte homem/natureza da tradição cartesiana embebida na modernidade. Toda sociedade produz um imbricamento complexo entre o meio em que vive e as suas instituições sociais. E a tecnologia é um dos principais vínculos entre o que chamamos de “natureza” e de “sociedade”.

3. Tecnologia e técnica: fontes de energia, valor, organização social e a ilusão do progresso

Para a esmagadora absoluta maioria dos intérpretes a tecnologia deve ser pensada em separado do meio em que se manifesta. Porém, como destaca Alf Hornborg, ela possui necessariamente dois aspectos. O primeiro, congruente com o que foi dito no começo deste parágrafo, compreende a engenhosidade subjacente aos aparatos e objetos técnicos. É precisamente este aspecto que tende a ser reconhecido como a *fonte* fundamental do progresso técnico e, por extensão, como a justificativa de se separar a tecnologia das suas formas de manifestação. Desta perspectiva, quando se olha para uma máquina a vapor, por exemplo, não é a sua forma, suas peças e aparência que importa, mas o conjunto de princípios e saberes que ela encarna (no caso, a condensação do vapor como meio de converter a energia térmica em mecânica). Não resta dúvida que esta perspectiva é de importância capital e, portanto, não pode ser menosprezada.

Já o outro aspecto da tecnologia envolve os complexos arranjos sociais que, explorando uma fonte particular de energia, colocam os artefatos tecnológicos em operação, entrelaçando deste modo o meio social ao “natural” (HORNBERG, 2016 p. 9-10). O ponto decisivo é que as fontes de energia

e a curiosidade suficiente para imaginar o que poderia ter ocorrido e, na sequência, ir para o laboratório isolar a sacarina. Albert Hofmann, por sua vez, foi mais heroico: experimentou a substância nele mesmo, para melhor entender os seus efeitos (HAGENCACH; WERTHMÜLLER, 2011 p. 42-6; HOFFMAN, 1980 cap. 1).

não são dadas: elas só podem ser mobilizadas mediante a atuação de uma complexa gama de arranjos sociais que, além do seu evidente entrelaçamento com os regimes de valorização e de distribuição de recursos e tarefas – a “economia” – envolve também princípios de legitimação social que, na prática, ao serem tirados de cena, produzem a errônea impressão de que a técnica e a tecnologia são “neutras” e, em algum grau, autorreferidas.

O argumento a ser aqui sustentado é que estas articulações ficam particularmente nítidas se abordarmos o problema do ponto de vista da matriz energética e sua conexão com os arranjos sociais que tornam viável a sua utilização. Podemos tomar, como ponto de partida, a matriz mais básica: as diversas combinações entre a agricultura e a pecuária, característica associada aos povos “pré-industriais”. Aqui a tensão básica envolve a distribuição da terra, dos recursos (homens, insumos e artefatos) e a *forma de integração* entre a pecuária e a agricultura. Uma aldeia medieval típica, por exemplo, combinava as duas atividades na mesma unidade produtiva, em um regime de copossessão. Mas a questão não se esgota nisto. No caso da pecuária, por exemplo, igualmente importante é o modo como ela é efetivamente utilizada, tendo em vista o seu emprego como tração, transporte, uso militar e no aporte de ferro e proteínas (leite e derivados, carne etc.) para a dieta. Além disso, alguns padrões de organização demandam muita terra, mas não exigem o uso intensivo do trabalho humano (a aldeia medieval, mais uma vez, como um exemplo). Outros são intensivos em mão de obra, exigem sistemas de irrigação, mas ocupam pouco espaço, como a rizicultura em diversas regiões asiáticas.

Mas esta mesma articulação ocorre em organizações sociais aparentemente mais simples como, por exemplo, os povos nômades pastores. Longe de constituírem hordas errantes, estes povos possuíam complexos padrões de migração sazonais que garantiam um tipo peculiar de articulação entre a técnica, a organização social e o meio natural,³ que era operacionalizado pelo uso intensivo do gado transumante e de códigos de identidade e de diferenciação social bastante dinâmicos. A mobilidade e a ampla possibilidade de combinação entre os clãs resultavam em um poder militar significativo, especialmente eficaz para pilhar povos sedentários centrados na agricultura. O domínio era da cavalaria ligeira: os cavaleiros, geralmente muito hábeis e utilizando o estribo, circulavam a infantaria inimiga com velocidade atirando

3 Perry Anderson (1974 p. 221), em um de seus livros mais notáveis (e menos conhecidos) destaca este ponto com sua habitual precisão e elegância: “Likewise, the complex annual cycles of migration demanded exact knowledge of the gamut of different terrains, in their respective seasons. The practised exploitation of these mixed means of production involved a notable degree of collective discipline, integrated task-performance and technical expertise. To take the most obvious example: the nomad’s mastery of horsemanship probably embodied a higher level of work-skill than any single labour technique in mediaeval peasant agriculture”.

flechas e lanças para reduzir o seu número e, com isto, tentar anular a organização do adversário. Na sequência entrava a cavalaria pesada, munida de espadas e machados para o combate corpo a corpo. Trata-se, portanto, de uma organização social que migrava de forma organizada, aproveitando as variações climáticas sazonais, ao mesmo tempo em que pilhava de forma sistemática povos sedentários. A técnica, os sistemas de propriedade, as armas e artefatos eram todos compatíveis com a mobilidade que, por sua vez, foi a forma encontrada para mitigar o problema da proporção de terra destinada à pecuária e à produção de cereais. Tais sociedades frequentemente – mas não exclusivamente⁴ – desenvolveram um caráter predatório, particularmente contra povos sedentários.

De qualquer modo, antes do advento do combustível fóssil e seu sistema de máquinas radicado em novos meios de transporte, as sociedades repousavam quase exclusivamente na combinação entre a energia solar (fotossíntese), o trabalho mecânico realizado por homens em diversos regimes de trabalho, o emprego de animais e o uso da energia eólica e hidráulica (HORNBERG, 2016 p. 19). Desse modo, “até a Revolução Industrial, os requerimentos energéticos eram basicamente sinônimos de requerimentos de terra”. Logo, era fundamental encontrar a proporção ótima do uso da terra para produzir alimentos ou como pasto para o gado.⁵ Isto favorecia a sedimentação de um conjunto de cosmovisões que celebravam a fertilidade da terra e o poder do sol, mas que, dadas tais limitações, raramente assumia a forma de uma visão centrada no crescimento ilimitado, tal como infelizmente ocorreu na Europa que se julga moderna.

O emprego sistemático dos combustíveis fósseis altera significativamente este quadro. Esta fonte de energia não compete diretamente com a produção de alimentos e não exerce pressão significativa sobre outros usos da superfície

4 Como aponta Eric Wolf (2010, p. 33): “This does not mean that pastoralists always stood ready to attack settled populations. There were many kinds of pastoralists who lived in pacific symbiosis with settled villages. There were also many pastoral populations who carried on some cultivation during the course of the annual migratory cycle or delegated tasks of permanent tillage to a subgroup of their federation. There were numerous factors that affected the rates of exchange between pastoral and agricultural products; certain shifts caused pastoralists to abandon herding in favor of tillage, while other shifts led cultivators to abandon their fields and become full-time raisers of livestock. The question that must be asked, and which has no easy answer, concerns the precise conditions under which pastoral nomads chose the alternative of aggressive war, rather than strategies of accommodation or symbiosis.”

5 “This meant that there was a fundamental competition over land for production of food versus fodder, which farmers had been familiar with for millennia. Feeding draft animals such as horses and oxen claimed significant proportions of the agricultural landscape in preindustrial Europe. There was thus a limit on the amount of transport energy that was available, and on the distances that bulk goods such as food or fodder could be transported before the quantity of energy used to transport the goods exceeded the energy content of the goods themselves. This constraint was a consequence of the fact that both kinds of energy represented the product of a quantity of land” (HORNBERG, 2016 p. 22).

da terra. Isto por si só já favorece uma cosmovisão mais propensa às ideias de progresso contínuo. Mas há outro elemento igualmente fundamental. A generalização do sistema de máquinas alimentadas por novas fontes de energia acompanhou o entrelaçamento crescente entre o comércio de longa distância e os mercados locais que culminou em um tipo novo de mercado, crescentemente indexado pela moeda capitalista (*general purpose money*) que, além de representar a riqueza, passa a ser vista também como uma das principais fontes do crescimento *ilimitado*.

Para os setores privilegiados da sociedade o investimento em novas tecnologias sempre vale a pena. Isso contribui para criar e perpetuar o fetiche da tecnologia, tema da próxima seção. Onde o homem é barato, a tecnologia é comparativamente cara. Automatizar um posto de gasolina faz sentido nos EUA e na Europa, mas nem tanto no Brasil. Aqui os frentistas são proporcionalmente mais baratos e nossos motoristas são menos inclinados a encher o próprio tanque, isto sem falar nos extras: o vidro limpo, checagem do óleo e água e, muitas vezes, a calibragem dos pneus. Alf Hornborg nos lembra que, quando o preço dos escravos aumentava na Grécia e Roma Antiga, maior era a tendência ao emprego de dispositivos mecânicos como moinhos hidráulicos:

“The rationality of such technological progress then as now hinges on the relative prices of labor and resources. The logic of having a water mill built instead of purchasing slaves is essentially the same as using a vacuum cleaner instead of hiring a housemaid. In both cases, we could add, the owners of technology are able to imagine that technological progress has done away with degrading, low-wage toil. In both cases, however, a closer familiarity with the socioeconomic conditions under which the new technology is manufactured and maintained might have given them a different perspective” (HORNBERG, 2016 p. 24).

A grande questão para ele é, portanto, saber até que ponto a tecnologia moderna realmente substituiu as formas de trabalho compulsório ou, simplesmente, as *deslocou* para as franjas da sociedade, fora da linha imediata de visão, o que gerou a tendência a pensá-las como arcaísmos ou resquícios do passado

É por este ângulo que ele incorpora o argumento básico de Immanuel Wallerstein de que a economia-mundo moderna só poderia ser formada mediante um processo de *hierarquização* entre zonas geográficas e estratos sociais, onde um centro – e uma camada social – concentra as atividades com maior remuneração e prestígio, ao mesmo tempo em que os principais custos e as externalidades negativas são direcionados principalmente para as zonas e grupos sociais inferiorizados. Pensar esta diferenciação *estrutural* como

“avanço” e “atraso” impede perceber a profundidade e a abrangência das assimetrias que fundamentam a economia-mundo capitalista. Isto alimenta discursos mistificadores como os diversos “desenvolvimentismos” que, a despeito da verbosidade pretensamente crítica, não questionam os fundamentos da ordem do capital.

Para ilustrar isto é conveniente partir da análise de fatores como terra e trabalho. A distinção entre eles é analítica, pois ambos são necessariamente *são interligados*:

“Land and labor are convenient concepts for productive resources deriving from natural space and investments of human labor time, respectively, but their analytical separation should not obscure their interdependency. Much of what we think of as land (for instance, agricultural areas, managed forests, mines) represent considerable past investments of human labor, whereas labor is inconceivable without the food energy and other resources drawn from land. Both these factors of production, in other words, are inextricably bound to ecology” (HORNBORG, 2016, p. 54).

Essa interligação esteve na base dos argumentos “malthusianos” centrados na ideia de que existem limites biofísicos ao crescimento das sociedades. Foi durante a “revolução industrial” que esta ideia começou a ser atacada do ponto de vista do progresso técnico. Uma nova malha de transportes muito mais rápida, eficaz e barata passou a alimentar a percepção de que os fatores de produção *são intercambiáveis* e que, portanto, a escassez de terras em uma região como a Inglaterra, por exemplo, *não limita o seu crescimento por si só*, pois, pelo comércio, os ingleses poderiam se beneficiar dos produtos da terra gerados em outras zonas que, supostamente, também sairiam beneficiadas.

É precisamente neste ponto que, caso olhemos o problema do ponto de vista do conjunto da economia-mundo, a questão fica mais nítida: basta observar a quantidade descomunal de terra e de trabalho humano que os ingleses podiam comandar ao explorar um sistema de trocas que era vantajoso para eles. A infraestrutura de transportes e de produção cristalizada pela “revolução industrial” não *poupa tempo e trabalho* em termos absolutos, mas, na prática, *redistribui* estes fatores no âmbito da economia-mundo.⁶ Desta perspectiva, inclusive, “a tecnologia moderna pode ser reconceitualizada como uma estratégia para economizar localmente tempo (humano) e espaço (natural), à custa do tempo e do espaço perdidos em outras partes do sistema-mundo”

6 A “revolução industrial”, portanto, nunca rompeu radicalmente com a lógica mercantilista que a precedeu. Ninguém deveria ficar espantado com o fato de que parte da *elite* das sociedades tipificadas como “atrasadas” defenderem políticas mercantilistas contra um hipotético *mainstream* livre-cambista que, no fim das contas, só existe na cabeça utópica de um punhado de liberais economicistas.

(HORNBERG, 2016 p. 73). Isto fica particularmente nítido se levarmos em conta o modo como a *city* londrina do século XIX conseguia mobilizar uma quantidade de energia, terra e trabalho humano de dimensões praticamente planetárias. A industrialização britânica não seria possível sem a escravidão americana (algodão, açúcar, etc.) e sem os grãos provenientes das zonas de “segunda servidão” constituídas na Rússia e em algumas zonas da Europa oriental. A “técnica” britânica e a sua proeminência financeira não devem ser vistas, portanto, como a base de um centro dinâmico capaz de propagar o desenvolvimento, mas, sobretudo, como um local privilegiado de gestão de uma técnica social de concentração e de *redistribuição desigual* de tempo, espaço e energia em escala mundial.

Quando o desenvolvimento é percebido como a capacidade de uma nação “internalizar” os estímulos do “centro dinâmico” do “capitalismo mundial” este problema se agrava ainda mais. Isto porque o caráter intrinsecamente predatório do capitalismo sai de cena para dar lugar às indignações seletivas contra os padrões comerciais desiguais, o bloqueio à transferência de tecnologia, o rentismo etc. Deterioração dos termos de troca, trocas desiguais e baixo valor agregado, por exemplo, são apenas indícios de assimetrias muito mais profundas, que não podem ser *resolvidas* simplesmente “ajustando” as remunerações tendo como referência alguma grandeza única, qualquer que seja ela. Fazer um ajuste como este, se fosse possível, simplesmente ultrapassaria o teto ecológico e, portanto, destruiria o sistema “reformado”.

É neste sentido que, cada um à sua maneira, tanto Hornborg quanto Wallerstein se esforçam para *impensar* o dualismo cartesiano e os demais hábitos do pensamento associados à modernidade. Não se trata de simplesmente *des-cartar* a ampla grade de conhecimento especializado produzido desde a grande expansão mundial da universidade que se seguiu ao final da era da catástrofe (1914-1945) para tentar começar do zero. O argumento desta dupla vai em outra direção. O esforço é no sentido de se combinar as diversas especialidades em um novo terreno, isto é, uma problemática que reconheça o imbricamento dos fenômenos sociais e naturais sem confundir um com o outro. Deste ponto de vista é possível notar com muito mais clareza o fato de que o capitalismo seria mais bem descrito como o arquétipo de um *modo de apropriação*, isto é, como um sistema que tem como característica fundamental deslocar a maior parte dos custos dos grandes acumuladores e dos setores de alta tecnologia/alto rendimento para os socialmente subordinados.⁷ Logo, de um de um ponto de

7 Bunker (1984) propôs uma versão tímida desta ideia, marcando a diferença entre o modo de produção que seria típico dos países desenvolvidos e o modo de *extração*, uma forma de extrativismo que marcaria boa parte dos países latino-americanos, por exemplo (caça e coleta na Amazônia, mineração de cobre no Chile, monocultura no Brasil etc.). O problema reside exatamente neste corte que, no fim das contas, pressupõe um maior dinamismo das atividades ligadas à indústria de transformação. Eduardo GUDYNAS (2015) dá

vista *emergético* (ODUM, 2007), o capitalismo é o sistema *mais predatório de todos*, pois ele se apoia na multiplicação e exploração intensiva de fontes energéticas *fósseis* e premia a dissipação de energia.

Mas por que será que algo tão evidente raramente é destacado? Aqui entra o peso mistificador da geocultura da economia-mundo capitalista, entendida como os aparatos intelectuais e ideológicos destinados a tentar conciliar as suas contradições fundamentais (WALLERSTEIN, 1997). Mas o que este termo significa? Retomar a elegante e precisa formulação de Paulo Arantes é um bom ponto de partida: a geocultura não é *um mero suplemento espiritual* da economia-mundo, mas uma espécie de fábrica submersa de visões sobre o modo de funcionamento do sistema, isto é, a forma – contraditória – como o sistema se torna consciente de si (2014 p. 50). A separação entre o domínio da natureza e da sociedade está em sua base, em conjunto com a ideia de progresso. E a isto se soma a obsessão moderna com “a composição *interna* de objetos como organismos e máquinas” (HORNBORG, 2016 p. 7), como se o simples fato de estipular a anatomia de um organismo ou a planta de uma máquina correspondesse a uma explicação suficiente da sua operação. Trata-se, neste caso, de uma “explicação” que *independe* dos fluxos “externos” que são *necessários* à existência e a operação destes artefatos. Logo, “o iluminismo iluminou a constituição interna das coisas vivas e não vivas, mas obscureceu o significado de suas relações externas.”⁸ É precisamente isto que deve ser repensado – ou, *impensado*, nos termos de Wallerstein (1991).

um passo adiante, ao expandir a ideia de extrativismo que, sob sua pena, abarca também a carne e a soja brasileira, por exemplo. Mas é necessário ir além disto: o que é concebido como o “centro dinâmico” do capitalismo não dinamiza nada. Ele não passa do núcleo (ou dos núcleos) de um sistema fundamentalmente *predatório*, que mobiliza energias que ele não é capaz de criar, no intuito de tentar eternizar um processo suicida de acumulação por acumulação. Uso o termo *apropriação* pois ele inclui a noção de *extração* – quase sempre ligada à predação na natureza – ao mesmo tempo em que agrega outras formas violentas de acumulação (todas as que David Harvey (XXXXX) elenca como “acumulação por desposseção”)

- 8 Claude Lévi-Strauss, sempre genial, marcou a diferença entre a mente moderna e a selvagem com notável precisão e elegância. Logo no primeiro capítulo do monumental *O Pensamento Selvagem* (2008), ele pacientemente nos explica que a primeira impressão do civilizado sobre o pensamento mágico é destacar o seu caráter ilusório, supostamente decorrente de uma *ingenuidade* típica da *falta* de um raciocínio formal e abstrato, isto é, da incapacidade de propor uma abstração baseada na noção de causalidade e determinação. Mas qualquer análise mais detida sobre essas formas de pensamento teria de reconhecer que o pensamento mágico está ancorado em uma concepção de determinação muito mais radical do que a típica do conhecimento científico “civilizado”: a magia parte de um determinismo global e integral, muito mais intransigente e imperioso do que a noção de determinação das ciências modernas. O uso do plural não é fortuito: é típico do pensamento científico moderno *distinguir* níveis ou domínios sujeitos a determinismos que, *por definição*, são inaplicáveis aos demais. Logo, tanto o pensamento selvagem como o civilizado – cada um a seu modo – são abstratos e racionais, mas operam de formas distintas. O pensamento mágico privilegia as grandes redes de determinação que são responsáveis pelas diversas formas de *individuação* de seres e objetos, enquanto o pensamento moderno – ilusoriamente universal – retalha a realidade, compondo domínios supostamente autônomos que, por sua vez, só podem ser explicados por um ramo do conhecimento específico.

É por conta desta arraigada tradição que as principais ilusões da modernidade se manifestam: a ideia de progresso, a miríade de desenvolvimentismos e a percepção fetichista e ingênua que existiu uma “revolução industrial” que inaugurou uma forma de crescimento autossustentado:

“The science of ecology and the environmental movement have struggled to resurrect the insight that humans cannot be understood as separate from their environment, and similar observations have been made regarding the resource requirements and ecological impacts of hazardous technologies. However, the illusion that technological progress is propelled primarily by ingenuity, independent of prevailing exchange rates on the world market, tends to persist. This illusion, which can be referred to as technofetishism, disregards the extent to which the agency of technological objects is ultimately contingent on the perceptions and strategies of human market actors. In other words, it disregards how, at the global level, the distinction between technology and magic dissolves. Locally, it may seem perfectly adequate to account for a machine by referring to its design, but from a global perspective, such an account is as insufficient as it would be to explain what keeps an organism alive by referring only to its anatomy” (HORNBERG, 2016, p. 7).

Deste ponto de vista – radicalmente oposto às ilusões da modernidade e das práticas dominantes das ciências sociais, filhas bastardas da consolidação da geocultura de um sistema-mundo orientado pela acumulação incessante de capitais – é que, ao lado de outros esforços similares, a perspectiva do sistema-mundo se colocou e, portanto, abriu caminhos radicalmente novos para a compreensão da nossa realidade contemporânea.

4. A tecnologia como fetiche

Por fetiche geralmente se entende a incrustação de relações sociais em objetos ou símbolos que passam a ser percebidos como se tivessem um poder intrínseco. O homem *cria* divindades e artefatos sociais – a mercadoria, o capital e o dinheiro, por exemplo - que se voltam contra ele, passando a constranger e até mesmo controlar as suas ações. Porém, como Marx insistiu com certa veemência, o fetiche não é *apenas uma ilusão*, pois ele produz efeitos sociais: o poder da moeda no capitalismo é tão concreto quanto o da hóstia na Europa da Idade Média e dos colares *soulava* e *mwalli* entre os nativos das ilhas Trobriand. E enquanto vigorar a trama social que engendram tais percepções fetichistas de nada adianta simplesmente denunciar que dinheiro, hóstia e colares ritualísticos são fetiches.

É necessário, contudo, explicitar a especificidade da manifestação do fetiche *no capitalismo*. Em termos gerais, todo processo de incrustação de relações sociais em objetos que passam a ser visto como *autônomos* é fetichista. Mas o *modo* como o fetiche é produzido e a maneira como ele se manifesta é sempre peculiar. As economias da dádiva (*gift economies*) produzem uma forma peculiar de fetichismo que é distinta do que se manifesta na mercadoria. O famoso ritual *Kula* ilustra bem esta diferença. A percepção que os objetos *são embebidos de relações sociais* é a sua marca decisiva. Quando recebemos recebe um presente de alguém parte da alma do doador fica retida no artefato. Isto gera a *obrigação* de retribuir o gesto. Reter indefinidamente objetos recebidos é, além de imoral, considerado perigoso, pois os donos anteriores do objeto podem exercer algum controle mágico sobre você. Marx deixa bem claro que é o *contrário* que ocorre no sistema produtor de mercadorias. A mercadoria está carregada de relações sociais, se autonomiza por conta destas mesmas relações, mas é precisamente esta dimensão social que é *ocultada* quando as relações sociais de produção assumem a forma de *coisas*. E a mistificação se impõe pelo fato das propriedades sociais e as relações de exploração se manifestarem como propriedades intrínsecas às mercadorias. E isto altera os termos do problema, como percebeu de forma incisiva Hornborg:

“In learning to approach artifacts as morally neutral, nonsubjective tools for social interaction, modern people effected a paradoxical transformation of society. By abandoning the identification of artifacts with the social relations which produced them, they were able to dismiss the kind of magic that moderns tend to classify as “superstition,” but precisely in detaching objects from relations they were simultaneously able to morally neutralize them. This epistemological shift unleashed new kinds of social games unfettered by moral concerns, most centrally “the economy” and “technology.” In unprecedented ways, the logic of money and the modern market constituted a new framework for managing artifacts and social relations. Divorced from any lingering concerns with reciprocity, and given viable rates of exchange, the myriad of commodities traded on the market could be recombined into new “technologies” which fundamentally reorganized the rules of the game while completely obscuring the exploitative relations which made them possible. The eighteenth-century coal miners and enslaved cotton harvesters of the Industrial Revolution were among the earliest victims of the new world market. The disembedding of the economy and the disembedding of technology were mutually reinforcing processes” (2016 p. 94).

A ilusão da neutralidade do dinheiro e da tecnologia é a principal manifestação desta forma peculiar de fetichismo. A ideia do dinheiro como mero

facilitador das trocas, ao penetrar e unificar as esferas da existência que até então permaneciam isoladas e eram incomensuráveis possibilitou o *desenraizamento* da economia e o ocultamento sistemático das assimetrias fundamentais que dão substância à economia-mundo moderna (GRAEBER, 2011, cap. 2).

Logo, se levarmos este aspecto da visão de Marx às últimas consequências, podemos questionar radicalmente a própria ideia da modernidade. Como já foi apontado, a sede pelo ouro dos trocadores de mercadoria europeus é tão fetichista quanto os “selvagens” adoradores de talismãs. Esta percepção, inclusive, desemboca em uma outra história. A história ocidental *não é uma história do progresso* e muito menos da emancipação da razão frente o mundo mágico pré-moderno. Isto é: não se trata de uma oposição entre a nossa ciência e a mágica deles, mas de uma outra forma fetichista de racionalizar as assimetrias estruturais, a violência e o caráter *extrativista* da economia-mundo moderna. Isto nos permite retornar à perspectiva de Alf Hornborg. O ponto decisivo de sua reflexão é a tarefa hercúlea e contraintuitiva de se pensar a questão da tecnologia moderna *também* do ponto de vista do fetichismo. Dizer que o “conhecimento técnico” encarnado em uma máquina a vapor, uma ferrovia ou qualquer outro engenho criou as possibilidades para um tipo novo de crescimento é tão fetichista quanto atribuir ao capital ou ao dinheiro a capacidade de promover o desenvolvimento social sustentado.

Quando uma economia mercantil praticamente mundial mobilizada pelos esforços dos impérios comerciais transoceânicos se ligou a um sistema de máquinas movidas por combustíveis fósseis uma transformação significativa teve lugar. Ao se tornar capaz de explorar um vasto reservatório energético constituído por milênios, a economia-mundo capitalista conseguiu acelerar as taxas de metabolismo social e se expandir para o mundo todo, transformando radicalmente a vida cotidiana das populações mundiais e as suas percepções sobre a realidade. Como este sistema está orientado à acumulação incessante de capitais, e o dinheiro aparentemente não tem limites, surgiu o mito moderno de um crescimento econômico concebido não apenas como ilimitado, mas, sobretudo, como a expressão mais acabada da racionalidade da atividade humana. Isto abriu caminho para um dos corolários da modernidade: a ideia de que a tecnologia é uma forma superior de criatividade e engenhosidade humana que independe da exploração da natureza e da rede assimétrica de valorização mundial.

Dinheiro e tecnologia são artefatos que organizam e ao mesmo tempo escoram as relações sociais entre os homens e entre eles e à natureza. Mas não são neutros.

“Money and technology together constitute a global game in which most players remain unaware of the extent to which the rules are both arbitrary and mutable, and in which the stakes are the relative distribution of workloads and environmental burdens. Accumulating money and technology is tantamount to shifting work and environmental degradation onto others” (HORNBERG, 2016, p. 160).

Foi precisamente este “jogo global” que favoreceu o encadeamento de fenômenos de ordens, escalas, temporalidades e gradações muito distintas a uma *esfera comum* de valorização. Nesta dimensão tudo pode ser trocado por tudo mediante a operação de um mercado global sinalizado por preços e arbitrado por Estados que, no limite, são os garantidores políticos dos processos mundiais de predação do homem, dos recursos naturais e das reservas energéticas do planeta.

5. Estado, dinheiro e militarismo: o elo decisivo

Antes de concluir é importante marcar uma conexão fundamental que não é suficientemente explorada por Hornborg: o vínculo entre o dinheiro, o Estado e o militarismo.⁹ Isto nos remete mais uma vez aos elementos centrais da obra de Immanuel Wallerstein. O seu argumento básico é que na “Europa” da Baixa Idade média existia uma “civilização cristã”, isto é, uma entidade *sui generis* que não pode ser categorizada nem como um império-mundo e nem como uma economia-mundo. Esta civilização congregava zonas “feudais” (a maior parte da Europa) e pelo menos duas economias-mundo (as cidades-estados do norte da Itália e outra menor, que envolvia as cidades da Flandres e do Norte da Itália) em um conjunto frouxo que só faz sentido do ponto de vista da identidade cristã (WALLERSTEIN, 1974 p. 36-7). E foi precisamente por meio da doutrina cristã que esta civilização preservou a memória do Império Romano e da Antiguidade Clássica, promovendo a suposta “síntese” deste legado com as tradições “germânicas”. A cristandade mostrou-se vigorosa o suficiente para criar um espaço normativo comum entre

9 Isto não deixa de ser paradoxal se levarmos em conta a proposta dele na década de 1990: a constituição de uma *termodinâmica do imperialismo* (HORNBERG, 1992). Este texto é extremamente interessante e contém de forma embrionária praticamente todos os elementos desenvolvidos em *Global Magic*. Mas a ideia de imperialismo que ele apresenta é abrangente demais: o Ocidente – ou a modernidade? – é imperialista por acreditar que é a única sociedade dotada de história e, portanto, a única universal. A questão da endogeneização do militarismo sequer é abordada. Para ele – e isto é preservado em *Global Magic* – o imperialismo se confunde com a generalização do mercado capitalista que, por conta de sua presumida abstração e generalidade, dissolve todas os demais sistemas simbólicos, ao mesmo tempo que cria um novo tipo de mistificação, nos termos que foram aqui apresentados. No entanto, o papel da guerra e da articulação específica entre a concorrência intercapitalista e a rivalidade militar “moderna” não é discutido.

as camadas dominantes de uma ampla e *heterogênea* zona geográfica, mas, no entanto, não teve força para consolidar um espaço econômico unificado e, muito menos, uma unidade política imperial.¹⁰ No primeiro caso, a autarquização das aldeias e a segmentação do comércio impediu a unidade. No segundo, o poder local de uma nobreza guerreira, aliada à intensa rivalidade entre o poder temporal (o imperador) e o poder espiritual (o papa) explicitada na famosa *querela das investiduras* impediu qualquer unificação territorial.

Wallerstein parte da clássica interpretação de Max Weber sobre as duas formas de desintegração de um Império: a prebendalização (como é o caso chinês) e a *feudalização*, tal como ocorreu na Europa oriental (WEBER, 1951 cap. 2). No primeiro caso o poder central se enfraquece em detrimento dos poderes locais, mas ele permanece forte o suficiente para insistir em tributos – mesmo que sejam arrecadados por terceiros (a prebenda) – e a “economia” não assume a forma de nódulos autárquicos como na Europa feudal, uma condição básica para que se possa insistir em tributos *em dinheiro* e, simultaneamente, na preservação do princípio contratual que, em última instância, remete à persistência do poder de uma burocracia oficial. Esta situação é geralmente reversível: com a eventual revitalização da burocracia imperial (quando uma dinastia muda, por exemplo), caso queira, o poder central pode revogar as prebendas e, deste modo, criar uma forma mais centralizada de governo. Uma feudalização é uma “regressão” – o termo não é bom – muito maior onde *desaparece* a unidade política e a econômica, fato que possibilita a geração de uma *classe feudal* que exerce de forma direta a violência sobre os camponeses que, por sua vez, se organizam em aldeias economicamente autônomas. Neste caso, afirma Wallerstein, as pressões para a centralização acabaram por produzir não um império, mas um sistema interestatal marcado pela intensa rivalidade militar entre as diversas unidades políticas sujeitas à lógica do equilíbrio de poder e, que, portanto, perseguem prioritariamente interesses considerados “nacionais”.

A “regressão feudal” se manifestou de forma conspícua no tipo de guerra¹¹ que predominou na Idade Média: a guerra de cavalaria onde, na

10 Na realidade, talvez não seja sequer uma questão de força ou fraqueza, mas de uma incompatibilidade entre a liga mística transcendental cristã com ideia de um poder circunscrito por fronteiras espaciais. Isto, contudo, não altera significativamente os termos do problema em pauta. O fato é que a própria ideia de território era estranha às concepções medievais. O feudo não era pensado em termos territoriais (as aldeias que o compunham raramente eram contíguas), mas na rede de obrigações cruzadas que entrelaçava camponeses e senhores. A percepção espacial era, portanto, muito diferente da que começou a se cristalizar com a formação dos Estados Absolutos. A ideia de *fronteira* era civilizacional: as fronteiras da *crístandade*, cercada por hereges e pagãos.

11 Aqui pisamos em um terreno perigoso e muito polêmico que, infelizmente, não pode ser desenvolvido aqui. Mas acredito que esta citação resume bem os termos da questão: “In modern times, ‘war’ generally refers to a military conflict between states, but this definition is not very helpful for the period before nation-states were

prática, o cavaleiro consistia em uma unidade básica de combate que, contudo, podia formar composições complexas. Quando a ameaça à cristandade era significativa enormes redes de suserania e vassalagem se formavam, colocando um grande número de cavaleiros e demais combatentes no campo de batalha, sem que existisse uma liderança clara, contudo. O desaparecimento ou a redução da ameaça, por sua vez, diminuía o contingente em campo. Este tipo de guerra é fundamentalmente diferente das guerras travadas por poderes centralizados – impérios ou estados modernos – pois, neste caso, a cadeia de comando é muito mais verticalizada, os exércitos são perenes e a infantaria é o elemento decisivo. Cavaleiros medievais produziam a sua própria segurança e, quando possuíam feudos com um bom número de aldeias, eram praticamente autônomos. A guerra da cavalaria era extremamente eficaz na defesa – de fato, os cavaleiros conseguiram preservar por séculos as fronteiras da cristandade contra inimigos mais numerosos e organizados hierarquicamente – e pouco eficiente como elemento ofensivo, precisamente pela dificuldade de ser criar um comando centralizado capaz de colocar grandes batalhões respondendo a uma cadeia de comando unificada. Isto só ocorreu com a destruição geral da autonomia da nobreza e das cidades quando, depois da grande crise do século XIV, os Príncipes do Renascimento começaram a definir o seu poder em bases territoriais, utilizando predominantemente exércitos baseados na infantaria¹² e apoiados pela artilharia.

Inicialmente a constituição destes exércitos dependia da capacidade do Rei obter financiamento em metais preciosos pois, entre os séculos XIV e XVII, a maior parte das forças militares eram compostas por mercenários agenciados por empreendedores militares que, portanto, tinham predileção por metais preciosos como forma de pagamento (WALLERSTEIN, 1974, p. 140). Para tanto o Rei tinha de recorrer a empréstimos – o que encorajou os grandes mercadores a financiar os monarcas – e, simultaneamente, a conquistar zonas com Ouro e Prata ou, se isto fosse impossível, fomentar políticas destinadas

established. In the medieval period, military hostilities carried on by the leader of one military band against another could be 'war', waged in a similar manner and even on a similar scale to military hostilities carried on by one king against another. While military theorists in the later Middle Ages made a distinction between 'public' war fought by the ruler and 'private' war fought by individuals, in fact the two sorts of war could not be so easily separated. Individual conflicts could form part of larger conflicts, and large campaigns were made up of small bands under individual leaders, rather than one large army led by one overall general to whom all owed allegiance. There might be little difference between simple banditry and a rebellious lord waging war against a king. In fact, a history of medieval warfare could very easily become a history of medieval violence. In this study 'war' is taken in the broad sense of 'hostile contention by means of armed forces' (to quote the Oxford English Dictionary), and means any form of ongoing armed violence between bands of men. It need not be a conflict between kings or states (...)" (NICHOLSON, 2004 p.).

12 Este tema é bastante controverso. Mas Kelly DeVRIES (1996) mostra como nas batalhas do século XIV o eixo começou a se deslocar da cavalaria para a infantaria, fato que preparou o terreno para a consolidação dos exércitos nacionais permanentes que passaram a predominar no século XVI.

a criar um saldo positivo na balança comercial. A capacidade de contratar mercenários produzia pelo menos dois efeitos favoráveis à consolidação do poder da burocracia real: a defesa do território contra agressores externos e *contra sublevações internas* (populares ou da nobreza de base local) e a possibilidade de conquistar mais terras e/ou posições privilegiadas nas grandes rotas comerciais. Isto é, quanto maior a capacidade de arrecadação financeira, maior o potencial de monopolizar – e, por fim, legitimar – a violência por parte do Estado. E este mecanismo exigia uma assimetria para poder funcionar. As zonas onde o poder central *não se consolidou* tornaram-se as principais fontes de mercenários especializados em combate (provenientes em grande parte da “velha” cavalaria e das milícias urbanas). Já onde o Rei conseguiu vergar a resistência dos poderes locais a tendência dominante apontou para outra direção: a disputa pelos cargos públicos foi maior, fato que consolidou a nobreza palaciana (nobres de sangue que apoiaram o rei e mercadores bem-sucedidos que compraram títulos de nobreza (nobreza togada)), um dos principais pilares do poder real. O processo que consolidou “Estados fortes” é o mesmo que criou os “Estados fracos” e pouco centralizados. Logo, a assimetria de poder no sistema interestatal é um componente estrutural da economia-mundo moderna.

Tendo isto em mente torna-se possível contrastar com precisão a peculiaridade da fase de formação do Sistema-Mundo moderno (o longo século XVI (1450-1640)) com a sua dinâmica depois da sua consolidação (1640-1789). No primeiro caso o Rei só podia obter crédito com algum colateral imediato ou vendendo cargos, não conseguia impor uma moeda fiduciária e dependia da questão religiosa para garantir um mínimo de homogeneidade e de estabilidade social entre seus quadros. Não tinha poder nem legitimidade suficiente para exigir que os cidadãos lutassem pelo Estado pela via da conscrição: por isso a onipresença dos mercenários. Não era capaz de oferecer – e sequer de regular – um sistema educacional capaz de criar quadros e impor o sentimento nacionalista na população, assim como não conseguia impedir a violência privada contra mulheres e crianças no ambiente familiar (e contra escravos e servos nas propriedades privadas, onde o trabalho compulsório dominava). Os Estados contemporâneos possuem moedas fiduciárias, definem os currículos mínimos das instituições de ensino, regulam as transmissões de rádio e televisão, invadem a esfera domiciliar regulando as relações matrimoniais e familiares e recorrem sistematicamente à conscrição como base fundamental do seu poder militar. E, por fim, o grau de monopolização da economia e da mercantilização da vida social não teria atingido as proporções atuais sem o papel ativo do Estado, principalmente se levarmos em conta a necessidade de financiar e viabilizar as fontes de energia fóssil. Logo, é precisamente a *fusão* entre a lógica da concorrência dos capitais com

a rivalidade interestatal que deu o ímpeto fundamental à expansão incessante da economia-mundo capitalista.

A mecanização da produção, por sua vez, foi fruto de uma dupla pressão: de um lado a necessidade de acelerar a rotação dos capitais e, de outro, as demandas do militarismo. As estradas de ferro levaram consigo o princípio da mecanização para outros setores da economia: a queda brutal nos custos de transporte por terra fez com que todas as formas artesanais de produção próximas às linhas férreas se tornassem imediatamente vulneráveis às mercadorias produzidas industrialmente.¹³ Logo, a mecanização intensifica tanto a produção quanto a distribuição das mercadorias e, portanto, acelera a rotação dos capitais. Por fim, esta forma de transporte gera impactos significativos na conduta da guerra e no militarismo. As ferrovias elevam significativamente a mobilidade das tropas e do apoio logístico por terra, demandando exércitos mais volumosos e mais equipados,¹⁴ algo que intensifica a rivalidade militar ao mesmo tempo em que abre mais uma frente para a acumulação de capitais. A produção em escala industrial de armas e munição, em conjunção com a maior mobilidade, torna possível a implementação de um conjunto de instituições e práticas enredadas pela noção de *Guerra Total*, isto é, um conflito latente marcado pela articulação simbiótica entre a finança, indústria, tecnologia, propaganda e a capacidade de conscrição por parte do poder público que tende à mobilização do conjunto da capacidade produtiva da sociedade para a Guerra (HEUSER, 2010, cap. 4). Este processo já se insinuou na segunda metade do século XIX mas atingiu o paroxismo com os desdobramentos da era da catástrofe (1914-1945): a dinâmica da rivalidade termonuclear que passou a desafiar sistematicamente todos os limites da tecnociência e da capacidade de acumulação de capitais.

Logo, um dos aspectos decisivos da perspectiva do sistema-mundo foi atacar frontalmente a equivocada percepção que o capitalismo é marcado por uma *oposição* entre o mercado e o Estado. Para entender a simbiose entre o mercado e o Estado capitalista, basta observar como operavam os mercados (sempre no plural) *antes* do longo século XVI (1450-1640). O intercâmbio de produtos essenciais – alimentos, remédios etc. – geralmente ficava confinado

13 Fernand Braudel em diversos momentos de sua obra fez alusões aos “dois ritmos” distintos do mundo antes das ferrovias: as zonas interligadas por hidrovias (por mar e rios navegáveis) tinham um ritmo mais pulsante do que as zonas mais distantes das rotas navegáveis. A generalização das ferrovias corrigiu este descompasso.

14 Não deixa de ser irônico o fato de as ferrovias terem sido criadas e fomentadas pela Grã-Bretanha, uma potência militar naval. A interligação dos territórios por vias férreas favoreceu a dimensão comercial da ordem britânica, ao ampliar a oferta das matérias primas e favorecer a exportação de produtos manufaturados. Porém, de um ponto de vista militar, a ferrovia lhe tirou a sua vantagem estratégica fundamental: os portos deixaram de ser os principais nódulos do comércio e da política internacional. Uma capital importante – ou um centro comercial – distante dos transportes hidráulicos seria impensável antes das ferrovias.

a comunidades homogêneas que mediante normas e constrangimentos, configurava uma *economia moral* hostil a qualquer princípio ordenador impessoal sinalizado por preços, tal como se apresenta o mercado capitalista. Somente os excedentes podiam circular por zonas mais amplas, mas que, mesmo assim, eram geralmente envolvidas por alguma forma de identidade civilizacional, que operava como uma espécie de regulador normativo. Além disto, as trocas eram realizadas em esferas de intercâmbio distintas, que não se comunicavam de forma direta. O mercado que temos defronte de nós envolve não apenas uma zona muito mais vasta – praticamente mundial – como também é baseado na crescente *articulação* de dimensões da vida social que eram separadas. Um fenômeno como este não ocorre de forma “natural”, pois depende da criação de uma moeda fiduciária (na verdade, um sistema de moedas *também em constante rivalidade*, como insiste corretamente Benjamin COHEN (1998)) e de um quadro legal compulsório, capaz de consolidar os direitos de propriedade, garantir o cumprimento dos acordos estabelecidos entre estranhos, operando muitas vezes a longa distância e em trocas intertemporais.

Isto, no capitalismo, como já foi apontado, foi gestado pela consolidação do sistema interestatal moderno, que, precisamente por configurar um sistema de Estados rivais, estimulou a expansão contínua das relações mercantis pelo mundo e, simultaneamente, criou algumas salvaguardas aos mais ricos, reduzindo o potencial de confisco por parte do poder estatal. O capitalismo é, portanto, marcado por uma constante *tensão* entre o poder político e o dinheiro, *mas não por um antagonismo*. Os mercados jamais poderiam ter se desenvolvido como se desenvolveram sem o Estado moderno, e a máquina pública jamais teria atingido o volume, a complexidade e invadido tantas dimensões da vida social sem o fomento ao “mercado” como fonte primária de recursos fiscais.

6. Conclusão

Qualquer tentativa de enxergar as dimensões da realidade social que a cosmovisão moderna oculta precisa reconstituir as cisões por ela produzidas, impensar as suas dicotomias e explicitar as suas racionalizações, particularmente aquelas produzidas pelo indisfarçável economicismo dos promotores do “desenvolvimento social” e pela ilusória separação iluminista entre a “cultura” dos selvagens e a “ciência” dos modernos. O fato é que *toda* sociedade produz mistificações e tende ao etnocentrismo. Afinal de contas, é sempre tentador analisar os outros pelas métricas que consideramos as mais adequadas e iluminadoras. Reconhecer este aspecto é um primeiro passo. Mas o segundo não decorre necessariamente desta percepção. O que há de universal no Ocidente?

Nada. O seu pretenso universalismo nasce de um complexo processo intercivilizacional que, entre 1450 e 1640, segregou os elementos que tornaram possível a criação de um novo sistema-mundo intrinsecamente expansionista e centrado na acumulação incessante de capitais como a sua principal diretriz. O passo decisivo, contudo, foi dado nos séculos XVIII e XIX, quando se sedimentou nas suas zonas centrais um sistema de produção fabril que mudou radicalmente a capacidade militar das grandes potências e, sobretudo, garantiu ao processo de acumulação a habilidade de *predar* novas fontes energéticas: o carvão mineral, o petróleo e, no século XX a energia nuclear. As assimetrias fundamentais desta economia-mundo são veladas, contudo, pelo fato de sua integração se expressar por trocas monetárias que mediam fenômenos de ordens completamente distintas e, geralmente, *incomensuráveis*, à não ser do ponto de vista dos valores de troca. Quem crê no mercado como alocador eficaz de recursos já para por aí: os mercados autorregulados são a *principal* inovação institucional da humanidade. O problema é que os pseudocríticos, na prática, aceitam o terreno da discussão proposto por seus supostos antagonistas. Ao invés de destacarem o caráter fundamentalmente predatório do capitalismo e seu falso universalismo, ficam insistindo na ideia de que o mercado precisa ser regulado por algum princípio que garanta a simetria das trocas. Isto prende o debate à disputa infundável sobre o *critério* que deve lastrear os intercâmbios: o trabalho humano, energia etc., uma discussão que fica presa à superfície dos fenômenos.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Passages from Antiquity to Feudalism**. Londres: Verso, 1974.
- ARANTES, Paulo. **O Novo Tempo do Mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BOUSQUET, Antoine. **The Scientific way of warfare**. Nova York: Columbia University Press, 2009.
- BUNKHER, Stephen G. “Modes of Extraction, unequal exchange, and the progressive underdevelopment of an extreme periphery: The Brazilian Amazon, 1600-1980”. **American Journal of Sociology** v. 89, n. 5, 1984.
- COHEN, Benjamin. **The Geography of Money**. Cornell: Cornell U. Press, 1998.
- DeVRIES, Kelly. **Infantry Warfare in the Early Fourteenth Century: Discipline, Tactics, and Technology**. Woodbridge: Boydell Press, 1996.
- GRAEBER, David. **Debt: the first 5.000 years**. Nova York: Melvillehouse, 2011.
- GRAEBER, David. **Toward an Anthropological Theory of Value**. Nova York: Palgrave, 2001.
- GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos: ecología, economía y política de um modo de entender el desarrollo y la Naturealeza**. Cochabamba: Cedib, 2015.
- HAGENCACH, Dieter; WERTHMÜLLER, Lucius. **Mystic Chemist: the life of Albert Hofmann and his Discovery of LSD** Synergetic Press: Santa Fé, 2011.
- HEUSER, Beatrice. **The Evolution of Strategy**. Cambridge: Cambridge U. Press, 2010.
- HOFMANN, Albert. **LSD -My Problem Child**. Nova York: McGraw-Hill, 1980.
- HORNBORG, Alf. **Global Magic: Technologies of Appropriation from Ancient Rome to Wall Street**. Basingstoke: Palgrave, 2016.

HORNBORG, Alf. "Machine fetishism, value and the image of unlimited good: towards a thermodynamics of imperialism". **Man**, v. 27, n. 1, mar. 1992.

KERKER, Milton. "Science and the Steam Engine". **Technology and Culture**, v. 2, n. 4, 1961.

LATOUR, Bruno. **We Have Never Been Modern**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papyrus, 2008.

NICHOLSON, Helen. **Medieval Warfare: theory and practice of War in Europe, 300-1500** Basingstoke: Palgrave, 2004.

ODUM, Howard T. **Environment, Power, and Society for the Twenty-First Century** Nova York: Columbia University Press, 2007.

POLANYI, Michael. **Personal Knowledge: towards a post-critical philosophy**. Londres: Routledge, 2005.

PRICE, Derek J. De Solla "Notes Towards a Philosophy of the Science/Technology Interaction". *In*: LAUDAN Rachel. **The Nature of Technological Knowledge**. Are Models of Scientific Change Relevant? Springer-Science & Business Media, 1984.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. **Order out of Chaos: man's new dialogue with nature**. Nova York: Bantan Books, 1984.

STENGERS, Isabelle. **A Invenção das Ciências Modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. "Culture as the Ideological Battleground of the Modern World-System". *In*: FEATHERSTONE, Mike (org.). **Global Culture**. Londres: Sage, 1997.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System I**. Nova York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Unthinking Social Science: the limits of nineteenth-Century Paradigms**. Cambridge: Polity Press, 1991.

WEBER, Max. **The Religion of China**: confucianism and taoism. Glencoe: The Free Press, 1951.

WHITEHEAD, Alfred North. **Science and the Modern World** (Lowell Lectures (1925)). Nova York: Pelican Books, 1948.

WOLF, Eric. **Europe and the People Without History**. Berkeley: University of California Press, 2010.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism**: the fight for human future at the new frontier of power. Nova York: Public Affairs, 2019.

CAPÍTULO 6

HILFERDING E O NEXO IMPERIALISTA ENTRE CAPITAL FINANCEIRO E EXPORTAÇÃO DE CAPITAL¹

*Fábio Antonio de Campos
Mauricio de Souza Sabadini*

1. Introdução

Circunscrita à intensa atuação do capital fictício na economia mundial, bem como pela conquista de amplos espaços de acumulação com elevada exploração da força de trabalho, a financeirização atual produz as principais estruturas de dominação nas quais o imperialismo se renova. Intermediada por inúmeros antagonismos sociais, a relação entre capital financeiro e imperialismo, além de estar no cerne da constituição moderna do capitalismo, continua viva em sua fase contemporânea. Torna-se, assim, indispensável revisitar os autores que pioneiramente traçaram as linhas mestras de compreensão desse fenômeno originado no final do século XIX². Dentre as várias contribuições que analisaram o imperialismo, escolhemos Rudolf Hilferding e sua clássica obra *O Capital financeiro* de 1910 para investigarmos.

A apropriação analítica de Hilferding para explicar o imperialismo, como resultado da concentração e centralização do capital que gestaram o capital financeiro, conduzindo a expansão de mercados em meio às rivalidades estatais que se transformaram em guerras, reformas e revoluções, constitui também em si uma formulação clássica, presente em importantes autores marxistas como Rosa Luxemburgo, Bukharin, Lenin e Kautsky³. A atualização e confronto

1 Agradecemos os comentários e sugestões de Eduardo Mariutti e Márcio Lupatini, eximindo-os, obviamente, dos possíveis problemas que o trabalho apresenta. Este capítulo é uma versão ampliada do artigo originalmente publicado em *Econômica* – Niterói, v. 20, n. 2, p. 135-158, dez. 2018.

2 Corrêa (2012, p. 218) afirma que “é um fato pouco impressionante que, embora a grande maioria dos estudos de hoje sobre imperialismo ainda parta da teoria clássica (seja para negá-la ou para reafirmá-la), pouco estudiosos dedicaram maiores cuidados a esse ponto”.

3 Vários autores não marxistas também contribuíram para esse debate, em que destacadamente Hobson (1981, 1983) exerceu forte influência em Lenin (1979). Dentre inúmeras contribuições, Hobson constatou em 1902 a relevância do capital financeiro para o capitalismo como um todo: “los magnates de la bolsa obtienen sus ganancias administrando grandes cantidades de valores, financiando compañías, y jugando con las

histórico da teoria desses autores com base na utilização das categorias de Hilferding podem ser encontrados em estudos como os de Brewer (1990) e Brown (1978). Já a abordagem específica do capital financeiro em Hilferding, seu alcance e os limites para compreensão do capitalismo contemporâneo, aparecem em autores como Lapavistas (2006), Milios (s/d), Tavares e Belluzzo (1980) e Pinto (1994, 1997), dentre outros. No entanto, mesmo que alguns trabalhos recentes tenham revisitado essa herança de Hilferding, deslocando qualitativamente as fronteiras de pesquisa⁴, consideramos que é necessário avançar mais nas investigações que estabeleçam organicamente os vínculos imperialistas entre a dinâmica do capital financeiro e a exportação de capital.

Assim, temos por objetivo analisar na obra de Hilferding o nexo imperialista que articula o desenvolvimento do capital financeiro com a exportação de capital. Para tanto, torna-se imprescindível, por um lado, refletir como que do movimento intrínseco de valorização do capital financeiro criam-se as necessidades para extroversão, daí apresentarmos suas formas, desde as mais fetichizadas até as mais produtivas. Ao fazermos essa abordagem, extraíndo os condicionantes universais que permitem interpretar Hilferding à luz do capitalismo contemporâneo, apresentaremos, por outro lado, a articulação imperialista entre o capital financeiro, definido por sua *unidade, mobilidade e antagonismo*, e a exportação de capital. Está fora de o escopo deste trabalho fazer uma contextualização histórica que teste as próprias interpretações empíricas do autor, ou tente medir concretamente suas categorias de forma exaustiva. Nossa preocupação é tão somente entender a lógica categorial

fluctuaciones de los valores. Los grandes negocios – la banca, los corretajes, el descuento de efectos, la concesión de préstamos, la promoción de firmas comerciales – constituyen el ganglio central del capitalismo internacional. Unidos por fuertes vínculos organizativos, manteniéndose siempre en estrecha e inmediata comunicación, situados en el mismo centro neurálgico de la capital financiera de cada Estado” (1981, p.74). Todavía, Hobson se mantuvo preso a la idea de que el imperialismo constituía algo exógeno a lógica de desenvolvimento capitalista em sua fase monopolista, daí analisa-o como um desvio de rota, sendo meramente um nacionalismo que se convertia em internacionalismo anulando o humanismo universal. Segundo Hobson (1981, p.32), o imperialismo seria a própria perversão, em que algumas nações forçam os “limites naturais” e de pacificação para instigar o conflito mundial. Outro autor que não escapou a esse diapasão foi Schumpeter (1961). O imperialismo seria para ele um resquício da antiguidade que não constitui em si um resultado das leis imanentes do desenvolvimento do capitalismo. Embora o imperialismo se diferenciase dos exemplos de sociedade guerreiras como no passado, na época de Schumpeter sua existência teria um caráter atávico, principalmente oriundo do absolutismo face à determinada estrutura social expansionista, certos hábitos psicológicos de governantes tirânicos, ou mesmo, no limite, uma pura reação emocional dos Estados nacionais, ou seja, “imperialismo é a disposição, sem objetivo, da parte de um Estado, de expandir-se ilimitadamente pela força” (1961, p.26). Assim, não utilizaremos tais abordagens porque se afastam de nosso modo de conceber o imperialismo como algo indissociável da própria maturação do capitalismo em sua forma monopólica manifesta pela dinâmica do capital financeiro.

4 Dentre os quais, destacamos Franco (2011), Corrêa (2012), Mariutti (2013), Pereira (2013), Sabadini (2015a, 2015b) e Lupatini (2015, 2017).

intrínseca ao autor e as derivações históricas que ele próprio fez em sua época, ilustrando, quando possível, com alguns elementos contemporâneos que sinalizem, preliminarmente, a atualidade de seus pressupostos teóricos.

Partindo dessas premissas, nossa hipótese é que se Hilferding indicou as contradições existentes na combinação entre a concentração e centralização do capital, a concorrência, a política protecionista, a exportação de capital e a dominação dos espaços econômicos pelo capital financeiro, num dado momento histórico do capitalismo, notamos, igualmente, que essas temáticas ainda se fazem presente na atual configuração do sistema capitalista. Um desses condicionantes, por exemplo, se refere ao recente processo de expansão da esfera financeira do capital que tem no capital fictício sua maior representação, procurando se apropriar do excedente criado na produção e, mesmo que contraditoriamente, a máxima simplificação desejada pelo capital, isto é, o extremo $D - D'$. Da mesma maneira, se Hilferding analisou esta expansão financeira a partir do capital acionário tendo como locus de acumulação os bancos e monopólios não-financeiros (“industriais”), notadamente as Sociedades Anônimas (SA’s), outras formas de capital fictício também contribuíram e continuam a contribuir para o processo de valorização. Citamos as ações e títulos da dívida pública, exemplos clássicos de capital fictício. Soma-se a isso, a introdução de novos atores financeiros na atualidade, para além dos bancos, que também concorrem e fazem parte da complexa rede de relações socioeconômica e política das finanças internacionais, os investidores institucionais, formados pelos fundos de pensão, fundos de investimentos, companhias seguradoras etc.

Com o propósito de extrair o potencial de Hilferding acerca das raízes do capital monopolista, calibrando a análise de questões que nos desafia contemporaneamente, após essa breve introdução, nosso artigo se inicia pela reflexão do capital financeiro, exportação de capital e as principais formas de valorização no exterior: lucro de fundador, lucros diferenciais, empréstimos, investimento direto estrangeiro (IDE) e *portfólio*. Na segunda parte, mostraremos a integração dessas formas com base no fenômeno do imperialismo descrito pelo autor. Por último, faremos uma breve conclusão.

2. Capital financeiro e exportação de capital

Para entender o imperialismo, Hilferding se baseia em uma categoria que ocupa posição central em sua obra. Trata-se da exportação de capital que passa a substituir a noção de exportação de mercadorias, prevalecente até então. Hilferding (1985, p. 296) diz o seguinte sobre o termo:

“[...] entendemos por exportação de capital a exportação de valor destinado a gerar mais-valia no exterior. Nisso, é essencial que a mais-valia fique à disposição do capital interno. [...] Somente se pode falar de exportação de capital quando o capital empregado no exterior permanece à disposição do país investidor e quando os capitalistas nacionais podem dispor da mais-valia produzida por esse capital no estrangeiro. [...] Portanto, a exportação de capital reduz a quantidade nacional de capital e aumenta a renda nacional pela mais-valia produzida”.

Por estas palavras, Hilferding associa diretamente a categoria de exportação de capital ao de geração de mais-valia, ou seja, da produção de riqueza sistêmica advinda da exploração da força de trabalho e também a condiciona à necessidade desta permanecer “à disposição do país investidor e quando os capitalistas nacionais podem dispor da mais-valia produzida por esse capital no estrangeiro” (*Idem*). Ao fazer isso, o autor relaciona tal categoria diretamente ao capital produtivo, analisando mais detidamente os investimentos feitos nas diversas atividades produtivas das sociedades anônimas construtoras de ferrovias, exploradoras de minas, dentre outras.

Se isso nos parece convincente, não significa dizer, evidentemente, que a esfera de circulação do ciclo global não faça parte de suas análises. Muito pelo contrário. Hilferding dedica boa parte de sua obra diretamente à análise do Livro III de *O Capital*, com destaque especial a uma das formas do capital fictício, os títulos de propriedade (ações). Assim, a criação de SA's implica uma contrapartida direta entre investimentos reais, produtivos, e, ao mesmo tempo, crescimento de capital fictício representado pelas ações. As esferas real e financeira se constituem numa relação simbiótica.

De todas as formas, determinado tipo de capital fictício guarda, em sua origem, certa ligação com a atividade produtiva. Porém, seu jogo especulativo assume proporções, detalhadas por Marx no Livro III, no qual a multiplicação de riqueza fictícia ultrapassa a geração de valor. Nesse caso, a aproximação com a produção de riqueza real se distancia, representando o puro jogo especulativo, espaço no qual as ações se valorizam e desvalorizam intensamente no mercado secundário⁵.

Ao tratar do capital fictício, Hilferding está relacionando diretamente a análise do imperialismo à categoria de capital financeiro. E aqui existe uma questão que é importante ser destacada: a ambiguidade da categoria de capital financeiro na obra de Hilferding, que nos permite fazer diferentes leituras. Por mais que esta discussão seja infundável e que talvez o mais importante seja

5 Como diz Chancellor (2001, p. 11), “a linha divisória entre especulação e investimento é tão tênue que já disse que especulação é o nome dado a um investimento fracassado e que investimento é o nome dado a uma especulação bem-sucedida”.

captar em que sentido esta categoria nos ilumina para entender o capitalismo contemporâneo, como nos chama atenção Mariutti (2013), o fato é que o capital financeiro passa a ser um elo determinante no processo de exportação de capitais. Evidentemente, seu objetivo principal, via concorrência, é a busca pela acumulação.

De fato, o capital financeiro criou internamente as condições para a exportação de capital, aumentando a importância de novos espaços econômicos que seriam imprescindíveis para a dinâmica da acumulação capitalista⁶. Assim, “a evolução para o capital financeiro eleva a importância da magnitude do espaço econômico” (HILFERDING, 1985, p. 293) e “a evolução em direção ao capital financeiro criou nesses países [Alemanha e Estados Unidos] um forte impulso para a exportação de capital” (*Idem*, p. 303). Por mais que Hilferding tenha associado diretamente à geração de mais-valia, como vimos anteriormente, a exportação de capital tem igualmente seus laços atados com o desenvolvimento da esfera financeira do ciclo global, sobretudo com o desenvolvimento do capital acionário, por meio dos trustes e cartéis. Para o autor, “o protecionismo de cartel é o impulso mais forte para o aumento da exportação de capital e conduz necessariamente à política expansionista do imperialismo” (HILFERDING, 1985, p. 342), em que pese, evidentemente, ser a lógica da acumulação capitalista a origem de toda a dinâmica imperialista.

Quando associa a discussão sobre a exportação de capital à produção de mais-valia, Hilferding parece que dá mais espaço para a base produtiva, destacando menos a exportação de capital sob a forma de empréstimo. Mas isso não significa dizer, evidentemente, que ele ignora este último. Para ele, “a exportação pode-se dar de duas formas: o capital emigra ao estrangeiro, como capital produtor de *lucro ou de juros*. Neste último caso, pode ainda atuar como capital industrial [produtivo], bancário ou comercial” (HILFERDING, 1985, p. 296, grifos nossos)⁷. E vai ser “a estreita união entre o capital bancário e o industrial que fomenta rapidamente esse desenvolvimento da exportação de

6 “Quanto maior e mais povoado o espaço econômico, tanto maior pode ser a unidade empresarial e, portanto, tanto menores os custos de produção [...]. Quanto maior for o território econômico, tanto mais fácil será a transferência de indústrias para os lugares em que as condições naturais existentes forem mais favoráveis, e a produtividade do trabalho maior. Quanto mais extenso o território, tanto mais variada a produção, tanto mais provável que os ramos de produção se complementem mutuamente e que sejam economizados gastos de transporte resultantes da importação do exterior” (HILFERDING, 1985, p. 293).

7 Aqui, notamos um erro de tradução na versão em português. Vejamos. A edição francesa, que se apresenta da mesma forma que a inglesa, diz o seguinte: “L’exportation du capital peut, du point de vue du pays exportateur, se faire sous deux formes: le capital émigre à l’étranger en tant que capital portant intérêt ou rapportant un profit. En tant que créateur de profit, il peut fonctionner comme capital industriel, commercial ou bancaire” (HILFERDING, 1970, p. 192). “A exportação de capital pode-se dar, do ponto de vista do país exportador, sob duas formas: o capital emigra ao estrangeiro como capital portador de *juros ou lucro*. Como criador de **lucro**, ele pode funcionar como capital industrial, comercial ou bancário” (Grifos nossos, tradução nossa).

capital”. Vejamos que aqui Hilferding está relacionando a categoria de capital financeiro à junção entre o capital produtivo e o capital bancário, sendo que as taxas de lucro e de juros funcionam como determinações fundamentais da exportação de capital.

Em outro momento, Hilferding sugere que “é mais vantajoso para um país exportar seu capital em *forma de produtor de juros*, visto que o lucro é maior do que o juro” (*Idem*, p. 305, grifos nossos)⁸. Como produtor de lucro, o capital se encontraria disponível em caráter mais imediato e com controle mais direto. Acontece, porém, que a exportação de capital estava representada principalmente pelos trustes e cartéis por meio de companhias ferroviárias, nas empresas de exploração de minas, nas usinas elétricas etc., que tinham ao seu lado os grandes bancos, simbolismo da junção e formação do capital financeiro. E é nessa associação, tendo por base a constituição do capital acionário, que Hilferding destaca um elemento-chave em suas análises, qual seja: o lucro de fundador.

Diz o autor: “a associação entre os bancos e a indústria é nesse caso muito firme, e a possibilidade do lucro de fundação pela emissão de ações de empresas torna-se um forte motivo para a exportação de capital” (HILFERDING, 1985, p. 305) e, conseqüentemente, para a implantação da política imperialista. Na verdade, o próprio desenvolvimento do capital acionário associado às empresas cartelizadas dá a constituição ao lucro de fundador, que é uma forma de capital fictício⁹.

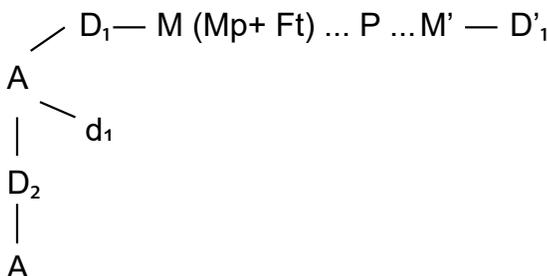
8 Novamente encontramos aqui inconsistências teóricas derivadas de traduções. Vejamos novamente a edição francesa: “il est plus avantageux pour un pays d'exporter ses capitaux sous forme de capital industriel que sous forme de capital de prêt, car le profit est plus élevé que l'intérêt” (HILFERDING, 1970, p. 197). Tradução: “[...] é mais vantajoso para um país exportar seus capitais sob a forma de *capital industrial* [capital produtivo, produtor de lucro] ao invés da forma capital de empréstimo, já que o lucro é maior do que o juro” (Grifo nosso). Duas coisas devem ser ressaltadas: em primeiro lugar, não é exportar capital em forma de juros, mas sim em forma de lucro já que logo depois se afirma, nas duas traduções, que o “lucro é maior do que o juro”; segundo, na versão brasileira, assim como na inglesa, o termo foi traduzido como capital produtor de juros, o que, em princípio, refere-se ao capital a juros, ou portador de juros de Marx. Já na edição francesa, o termo está relacionado ao capital de empréstimo.

9 Esse processo derivou-se da concentração e centralização do capital. Mesmo que na obra de Hilferding evidencie mais a centralização de capital nos termos de Marx (2013), cuja expropriação de capitalistas menores por maiores (em virtude da associação de monopólios industriais e monopólios bancários manifesta na difusão do capital acionário) ocorreu a partir da concentração de capital já efetuada pela expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção, a categoria concentração de capital está presente em sua obra. Segundo Hilferding o capital financeiro “aparece como poder unitário que domina soberanamente o processo vital da sociedade; como poder que surge diretamente da propriedade dos meios de produção, das riquezas naturais e de todo trabalho passado acumulado, e a disponibilidade do trabalho vivo aparece como nascida diretamente das relações de propriedade” (1985, p. 227). Em outra passagem, ao discutir as origens da crise diferenciando a produção do consumo, Hilferding mostrou como sua reflexão se apoiou na categoria concentração de capital de Marx (2013) ao afirmar que “o capitalismo geralmente separa os produtores de seu produto e o reduz àquela parte do valor do produto que representa um equivalente do valor da força de trabalho. Cria dessa forma nos assalariados uma classe, cujo consumo não guarda nenhuma relação

2.1 Lucro de fundador

O lucro de fundador aparece em sua obra no capítulo VII – “A sociedade anônima”, a partir da transformação das funções do capitalista que passa a atuar de maneira mais vinculada aos movimentos do capital dinheiro e acionista da empresa nas bolsas de valores. Sua figura agora é aquela proprietária de papéis que lhe dão direitos a dividendos futuros. A nosso ver, sua origem está vinculada às duas dimensões sistêmicas do ciclo global: as esferas real e financeira, como pode ser observado na figura seguinte:

Figura – O modelo global e o lucro de fundador



Onde:

A = ações; D_1 = capital monetário 1; $D_1 \dots P \dots D'_1$ = ciclo do capital industrial; d_1 = lucro de fundador; D_2 = capital monetário 2; $A - D_2 - A$ = bolsa de valores.

Fonte: Elaboração própria.

O lucro de fundador d_1 proporcionará ganhos adicionais no momento de abertura de seu capital, bem como na emissão de novas ações, tornando-se assim, lucros adicionais. A venda de ações pode ser usada para a ampliação da produção, com conseqüente geração de mais-valia, pela transformação do capital dinheiro em capital produtivo e, de igual modo, estas ações, após a sua emissão primária, entrarão no processo especulativo dos movimentos nas bolsas de valores pela transformação em D_2 .

Por esta aparente via dupla de multiplicação de riqueza, nos parece que o lucro de fundador guarda vínculos tanto na esfera real, produtiva, quanto na financeira, de base especulativa. Como seu pressuposto está

direta com a produção total, mas apenas com a parte da produção total equivalente ao capital empatado nos salários” (1985, p.232). Nesse caso, acreditamos que houve certo exagero na crítica de Lenin ao afirmar que a definição de capital financeiro de Hilferding “silencia um fato da mais alta importância, a saber, a concentração da produção e do capital” (LENIN, 1979, p. 46), pois seria muito difícil Hilferding ter explicado com tanta clareza os “monopólios capitalistas” que o próprio autor russo reconheceu, senão tivesse como diretriz a “história da formação do capital financeiro e o conteúdo de sua noção” (*Idem*).

relacionado à existência de uma taxa de lucro esperada superior à taxa de juros, há, portanto, certa ligação com a produção, conforme diz Hilferding ao afirmar que “o lucro de fundação ou emissão não é nem lucro, nem juro, mas lucro capitalizado de empresário. Seu pressuposto é a transformação de capital industrial [capital produtivo] em fictício” (*Ibidem*, p. 172).

Nessa criação de lucros adicionais proporcionados pela constituição e ampliação das sociedades anônimas em novos espaços econômicos, nos parece que Hilferding está sugerindo que o lucro de fundador também passa a ser uma nova fonte de acumulação que foi buscada, e continua sendo, como forma de expansão imperialista pelo mundo a partir da abertura e expansão das SA's no mercado acionista¹⁰. Suas conexões ultrapassam, portanto, as fronteiras da produção capitalista, já que os ganhos dos fundadores, com a transformação do capitalista em proprietário-acionista, funcionam igualmente como nova forma de concentração e centralização da riqueza representada pela expansão do capital fictício nos territórios econômicos, sendo também um novo estímulo à expansão imperialista.

A intensificação dos processos de fusão e aquisição, por exemplo, num contexto de privatização de empresas estatais a partir dos anos 1970, trouxeram, a partir desses pressupostos deixados por Hilferding, novos elementos para a análise do capitalismo contemporâneo. Tais fenômenos que se intensificaram na última quadra do século XX e se avolumaram no limiar do atual podem ser entendidos como uma reestruturação do capital que reafirma uma tendência secular enunciada por nosso autor.

No âmbito das corporações, certas metamorfoses conduziram a um nível de financeirização, dentre as quais¹¹: i) a conclusão mundial da descentralização produtiva nos termos do fordismo a partir de empresas estadunidenses, europeias e japonesas criou um elevado volume de remessas de lucros e dividendos que seriam cada vez mais reinvestido fora do circuito produtivo; ii) ao largo dos bancos centrais, as corporações passaram crescentemente a ter uma maior autonomia no financiamento de capital de giro e ampliação patrimonial por meio de transações financeiras, muitas delas nos termos de lucros diferenciais; iii) a financeirização das corporações lhes dotaram de maior flexibilidade e acessibilidade às formas de endividamento, inflando

10 O *Facebook*, por exemplo, abriu seu capital na bolsa de valores em 2012 e, naquele momento, seus fundadores, principalmente seu proprietário principal, Mark Zuckerberg, com controle de 55,8% das ações, foram os mais recompensados. Mais recentemente, no caso da compra do *WhatsApp* pelo *Facebook*, em fevereiro 2014, as indicações são de que a “aquisição do *WhatsApp* totalizou US\$ 19 bilhões, sendo US\$ 4 bilhões em dinheiro e US\$ 12 bilhões em ações da rede social. Além disso, o *WhatsApp* terá direito a mais US\$ 3 bilhões em “ações restritas” a serem distribuídas aos fundadores do aplicativo e seus funcionários ao longo de quatro anos a partir do fechamento do negócio”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/tecnologia/facebook-compra-whatsapp-por-us-19-bilhoes-11656044>.

11 Síntese a partir de Campos (2009).

seus canais de lucratividade no âmbito global; iv) constituiu-se, assim, entre matrizes e filiais uma órbita de participação cruzada de investimentos em *holdings* com *hedge* em moedas conversíveis, que mesmo em espaços periféricos de alta instabilidade macroeconômica, os ganhos líquidos estiveram protegidos; v) ademais, as inovações financeiras se aliaram aos novos processos tecnológicos que proporcionaram uma flexibilização na forma de organização produtiva das corporações, permitindo-lhes deslocar aquela antiga plataforma “multidivisional” para uma integração em cadeias industriais que concentraram sua produção em “etapas mais nobres”, quer dizer, mais vantajosas, do ponto de vista financeiro; vi) a reconcentração no gerenciamento do núcleo financeiro e tecnológico das corporações (*core business*), terceirizando ramos não estratégicos das cadeias produtivas, lhes garantiram de maior controle e rentabilidade; vii) geograficamente, aquela organização multidoméstica das corporações em que as filiais reproduziam na zona de destino, principalmente periférica, uma estrutura produtiva similar à matriz, respondendo por determinados impulsos de industrialização por substituição de importações em escala nacional, deu lugar a um novo subsistema afiliado que relativizaria as escalas nacionais intermediárias de desenvolvimento capitalista, priorizando a relação local-global, de modo a enfraquecer os sistemas econômicos nacionais maduros e aqueles em construção; viii) por fim, tal processo gestou nas corporações um poder de coordenação por meio de múltiplas operações nos circuitos financeiros intraempresa (transferências líquidas) e extraempresa (mercado de câmbio), e anexação de bancos, cuja direção financeira da *holding* passou a coordenar um esquema de valorização mais fictícia do capital financeiro, tendo entre os vários objetivos, a recentralização por meio de fusões e aquisições.

É de se destacar, desse modo, que a intensificação da própria centralização do capital por meio da política imperialista teve e continua tendo como eixo as grandes corporações. Assim, a abertura de sociedades anônimas em novos espaços econômicos contribuiu para proporcionar lucros de fundador.

A fim de compreender como a maturação desse processo de valorização do capital acionário se projeta ao exterior, precisamos classificar os tipos de exportação de capital. Para Brewer (1990, p. 100-101), distinguem-se três formas de exportação de capital em Hilferding: primeiramente, existem os movimentos de capitais para as partes subdesenvolvidas do território econômico, que funcionam como motivo de expansão dos espaços para obter novos domínios para investimentos. Em segundo lugar, existem os investimentos para as partes independentes do mundo, servindo como meio de integrar estas zonas ao território nacional ou criar um motivo para sua incorporação ulterior a fim de preservar seus investimentos; e finalmente, tem os investimentos sobre o território de outra nação.

Independente de qual seja o motivo, como já indicado anteriormente, a constante busca pela valorização do capital está no centro da análise. Se, conforme Corrêa (2012, p. 76), “a política imperialista do capital financeiro exigia, portanto, em primeiro lugar, a relação de subordinação das economias atrasadas com relação às mais desenvolvidas”, sendo que este ponto “não foi muito aprofundado por Hilferding” (*Idem*), a criação de mais-valia nos países subdesenvolvidos e sua transferência, via sociedades anônimas, para o centro do capitalismo, foi, e permanece sendo, um marco na dinâmica imperialista tanto no período histórico vivido pelo autor quanto na fase atual do capitalismo contemporâneo, associando-se, cada vez mais, à sua dimensão financeira, sendo a forma do capital fictício a mais desenvolvida e mistificada nesta questão. Se naquele momento a lógica da expansão financeira se concentrava no capital financeiro, com maior participação dos bancos, atualmente tal relação ganha novos contornos no capitalismo contemporâneo, como pela crescente participação dos investidores institucionais representada pelos fundos de pensão e de investimento e seguradoras que procuram novas fontes de acumulação tanto na esfera produtiva quanto na especulação financeira.

O fato é que nestes novos espaços de acumulação, a exportação de capital amplia sua dimensão para além do capital produtivo, dando uma conotação que ultrapassa a própria categoria de exportação de capital citada anteriormente. E nesse contexto, outra categoria descrita por Hilferding, os lucros diferenciais, nos ajuda a desvendar novos elementos que se incorporam à dinâmica das políticas imperialistas contemporâneas.

2.2. Lucro diferencial

A partir do momento em que Hilferding nos sugere a interlocução entre a exportação de capital por meio de trustes e cartéis, bem como a criação de lucros de fundador, nos parece que a sua noção de imperialismo se amplia ainda mais, saindo da mera relação com as sociedades anônimas para entrar nos movimentos financeiros dos proprietários-acionistas. Com isso, há uma articulação maior entre o movimento geral do capital, no âmbito da totalidade, com as partes representadas pelos proprietários acionistas. Esses receberão lucros que somente lhes cabe.

Mas, se a relação do capital acionário guarda certa ligação com a atividade produtiva, por outro lado outra categoria apresentada por Hilferding, e até o presente momento não identificada por nós em nenhum texto de autores que discutem o autor, acrescenta questões importantes para se compreender os fenômenos financeiros do capitalismo contemporâneo. Estamos nos referindo aos lucros diferenciais.

De forma resumida, os lucros diferenciais de Hilferding referem-se aos ganhos advindos da compra e venda de papéis no jogo especulativo dos mercados financeiros. Para Hilferding (1985, p. 139, grifos nossos),

[...] os lucros ou prejuízos da especulação surgem, portanto, apenas das diferenças das valorizações correspondentes dos títulos de juro. Elas não são lucros, *nem participação da mais-valia*, mas nascem tão-somente das oscilações das valorizações da participação da mais-valia que sai da empresa e cabe aos proprietários de ações, oscilações que, como ainda veremos, não precisam surgir da variação do lucro verdadeiramente realizado. São puros lucros diferenciais.

Suas palavras dão margem para uma interpretação que sugere o total descolamento das atividades financeiras, referindo-se mais precisamente sobre o capital acionário, sem a contrapartida direta da criação de valor e mais-valia¹². De todas as formas, os lucros diferenciais encontram-se em um estágio ainda mais reificado das relações econômicas entre o capital produtivo e o capital fictício, esse último especulativo por natureza. Certamente, em seu momento histórico, a importância e a magnitude dos lucros diferenciais eram infinitamente menores quando comparados à dinâmica especulativa da fase atual do capitalismo¹³.

O movimento dos lucros diferenciais está, dessa forma, centrado nos possíveis ganhos advindos das transações especulativas nos mercados financeiros. Em economias que remuneram esta fração do capital com altas taxas de juros, como nos países subdesenvolvidos, as consequências imediatas são sentidas a partir da intensificação da transferência de riqueza real da esfera produtiva para a financeira via remuneração do capital financeiro, e, bem como pela criação de lucros diferenciais adquiridos das variações de preços

12 No capítulo XX de **O Capital financeiro**, Hilferding contextualiza historicamente, de maneira mais clara, os lucros diferenciais ao se referir, por exemplo, sobre a especulação com as tulipas. Afirma: "Desapareceram irreparavelmente aquelas psicoses em massa que a especulação provocava no início da era capitalista, aqueles tempos felizes, quando cada especulador se sentia um deus que criava um mundo do nada. A burla do cultivador de tulipas com seu fundo idílico de paixão poética pelas flores, a burla dos mares do sul com sua incitante fantasia aventureira de descobrimentos inauditos, os projetos de *Law* com suas intenções de conquista universal - tudo isso indica a caça aberta de lucro diferencial que encontra seu fim com a catástrofe financeira de 1873" (*Ibidem*, p. 276-277). Chancellor (2001, p. 35) diz que "na esteira da crise, a "tulipomania" deu lugar à "tulipofobia" - uma violenta reação contrária, análoga à aversão popular pelas ações ordinárias após o Grande Craque de 1929".

13 Sobre o crescimento dos ativos financeiros na atualidade, informações do *McKinsey Global Institute* indicam que o estoque dos ativos financeiros no mundo entre os anos 1980 a 2010 aumentaram, aproximadamente, 20 vezes, enquanto o PIB mundial cresceu somente 6 vezes. Soma-se a isso, conforme Marques e Nakatani (2014, p. 148), que "o total de derivativos *Over The Counter* (OTC) que eram de US\$ 297,7 trilhões, em valor nominal, em 2005, salta para US\$ 632,6 trilhões em 2012, enquanto o PIB mundial foi de US\$ 45,7 trilhões, em 2005, e chegou a US\$ 71,7 trilhões, em 2012".

dos ativos financeiros, ações e títulos por exemplo, no jogo especulativo dos mercados financeiros.

Partindo desses elementos, nos parece que os lucros diferenciais, no percurso $A - D2 - A$ da figura, seriam mais um fator de busca incessante do capital por novas formas de acumulação, sobretudo na periferia do sistema. Forma essa contraditória é verdade, pois se a fonte da riqueza capitalista se baseia e se funda, a nosso ver, no domínio e na exploração da força de trabalho, esses lucros diferenciais são insustentáveis por natureza, no sentido de não permitirem uma reprodução ampliada do capital. Se ele proporciona ganhos financeiros para os especuladores, do ponto de vista individual, não possibilitam a reprodução capitalista do ciclo do capital industrial, $D - M - D'$. Nesse caso, seus tentáculos ultrapassariam o mero jogo do capital acionário, estudado por Hilferding, expandindo-se também para outras formas de capital fictício, como os títulos da dívida.

Sua autonomização ganhou contornos fetichistas mais complexos, estéreis, na essência, mas, com alto grau de valorização fictícia da riqueza, na aparência. Não é demais afirmar que tais ganhos individuais são reais, constituem uma unidade do real, não devendo, dessa maneira, ser desconsiderados enquanto objeto de análise. Essa forma de capital fictício se eleva a grau extremo de apropriação e criação de riqueza fictícia. Neste sentido, defendemos que as últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI, período marcado por crises capitalistas, trazem consigo elementos diferenciados que caracterizariam, junto ao capital fictício e os lucros diferenciais, novas formas de acumulação em inéditos espaços econômicos. Expressariam o último estágio do antagonismo de valorização que o capital financeiro de Hilferding pode projetar diante de seu desejo de valorização. Ou seja, oriunda da crescente socialização da produção, a autonomização financeira nega a base de valorização que lhe sustenta, exacerbando a concorrência entre capitais e a relação capital/trabalho, cujo sintoma dessa lógica capitalista só pode manifestar-se na forma de crise, que tem possibilidade de induzir um novo ciclo de acumulação.

O crescimento atual do circuito financeiro, representado pelo fluxo de capitais ao longo das últimas décadas do século XX e início do XXI, esteve acompanhado pela liberalização das contas de capitais das balanças de pagamentos ao redor do mundo, permitindo assim a livre circulação de capitais especulativos entre os países. Ao mesmo tempo, as políticas econômicas adotadas no interior dos países mantiveram traços de flexibilização cambial, controle inflacionário pela restrição da demanda, restrição salarial, redução dos gastos sociais, elevados endividamento interno e externo das nações, provocando crescente vulnerabilidade externa sobretudo naquelas organicamente dependentes do capital internacional. A política cambial e de taxa

de juros garantia e garante, concomitantemente, remunerações fictícias para os investidores externos e internos na busca incessante pela valorização de seus ativos. As próprias SA's também passaram a se relacionar de forma mais direta ao processo de valorização de suas ações e títulos de dívida privada nas bolsas de valores, impulsionada e direcionada para a maior remuneração, por meio de dividendos (e outros rendimentos) dos acionistas.

Como sabemos, estes e outros espaços especulativos aparecem no conjunto do próprio capital bancário que, em sua maior parte, é fictício, apresentando composição crescente mesmo após a eclosão da crise em 2008/09, o que tem provocado contração econômica, riscos e instabilidades frequentes na economia mundial. O Banco de Compensações Internacionais (BIS) (2018, p. vii, tradução nossa) afirma que

[...] em alguns aspectos, estes riscos refletem o desequilíbrio da recuperação pós-crise e o fato de que se baseou excessivamente sobre a política monetária. Onde as fragilidades financeiras existem, elas são acumuladas, como habitualmente, de maneira progressiva e persistente. De forma geral, as valorizações dos mercados financeiros, como observado anteriormente, são excessivas, e o estoque mundial da dívida (pública e privada) em relação ao PIB teve uma alta contínua.

A dívida mundial estimada pela instituição saiu de 200% do PIB, em 2007, para dez anos após, em fins de 2017, ultrapassar os 300%, uma massa de títulos de dívida que reflete a dinâmica especulativa no capitalismo contemporâneo levando, segundo a própria instituição, ao fato de que “em conclusão, o caminho da normalização é um caminho estreito” (BIS, 2018, p. 44).

Assim, o capital fictício, pela dívida pública, como categoria desenvolvida por Marx, assume fortemente sua forma de valorização. As estratégias de liberalização dos mercados financeiros ao longo das últimas décadas e os investimentos de *portfólio*, de caráter curto-prazista, bem como as compras e vendas das ações em mercados secundários, estão também associadas à busca pelos lucros diferenciais. Diferente de Brewer (1990, p. 102), e por consequência do próprio Hilferding, já que o primeiro se baseava nas indicações do último ao afirmar que

[...] o desenvolvimento do capital financeiro também mudou a forma de exportação de capital. Os países nos quais o capital financeiro não se desenvolveu (Inglaterra, França) exportava capital pelo investimento de portfólio, pela concessão de empréstimos e compra de ações das empresas estrangeiras. Onde o capital financeiro estava mais desenvolvido (Alemanha, Estados Unidos), a exportação de capital tende a assumir a forma de investimento direto nas empresas produtivas controladas a partir do

país de exportação, garantindo que o exportador de capital tenha o maior controle [...],

O que se vê no atual momento histórico é, com muita intensidade, a exportação de capital por novos espaços econômicos a partir, sobretudo, da expansão do capital fictício. A conta de *portfólio*, assim como o investimento direto estrangeiro, passou então a representar a externalização e crescimento dos ativos financeiros a partir do desenvolvimento do sistema de crédito e bancário facilitando, desse modo, os ganhos especulativos nas transações financeiras. Uma ligação de dupla face que possui, por um lado, uma crescente antítese entre os ganhos empresariais e a parcela de juros paga ao prestamista e, por outro, a exportação de capitais à procura de lucros diferenciais nos novos espaços de valorização representados pelos mercados financeiros especulativos de títulos e ações. A política imperialista por meio dos lucros diferenciais, passa, então, pelas próprias características históricas atuais¹⁴, diferentes da de Hilferding, a se pautar pelos ganhos proporcionados pelas políticas de valorização do capital fictício que têm em seus fundamentos econômicos uma elevada remuneração aos seus proprietários.

A atual fase do capitalismo contemporâneo nos impele então a afirmar que, para além das vantagens de controle das SA's pelas compras dos títulos de propriedade, garantindo maior comando sobre elas, conforme Hilferding indicava, o capitalismo também se alimenta, contraditoriamente, dos lucros diferenciais. E isso adicionalmente deve ser incorporado como um novo padrão mundial de acumulação, ou de forma mais intensa, em novos espaços econômicos para o domínio imperialista. Os fluxos de capitais que se movimentaram nas contas de *portfólio* das balanças de pagamentos das diversas economias do mundo a partir dos anos 1970, período inicial de desregulamentação financeira, são sugestivos para se entender esta dinâmica especulativa.

Dados do FMI e do Banco Mundial¹⁵ sinalizam que, no mundo, a entrada líquida de investimentos em carteira, em dólares correntes, foi de 1,3 bilhão em 1970, aumentando, já no contexto do início da abertura econômica em países capitalistas centrais, como Inglaterra e França, para 15,5 bilhões em 1980. Daí para frente, o processo de expansão se intensificou com o próprio avanço das desregulamentações financeiras para as regiões periféricas da economia mundial. A partir dos anos 1990, a escalada foi determinante: 85,6 bilhões em 1991, 647,4 bilhões em 2000, 801,3 bilhões em 2010 e 1,2 trilhões de

14 Referimo-nos aqui ao que diversos autores, de diferentes matrizes teóricas, têm qualificado a atual fase do capitalismo contemporâneo de mundialização financeira, globalização financeira, regime de acumulação predominantemente financeirizado, financeirização, dentre outros. Em comum, o fato de que o capitalismo hoje tem traços especulativos jamais vistos em outro período histórico.

15 Fundo Monetário Internacional, Balanço de pagamentos data-base, e Banco Mundial, Estatísticas de Dívida Internacional. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/BX.PEF.TOTL.CD.WD>

dólares em 2017, indicando, em termos absolutos, o peso progressivo das transações financeiras. Não coincidentemente, tais movimentos crescentes acompanharam a eclosão de crises financeiras, como manifestação de crises capitalistas, tanto na periferia quanto no centro do capitalismo mundial.

A partir de tais evidências, as indicações de Hilferding nos fornecem subsídios para acrescentar ao debate o fato de que nas novas políticas de avanço imperialista, pela via dos lucros de fundador e lucros diferenciais, as estratégias do capital ultrapassam as fronteiras econômicas territoriais e se materializam e desmaterializam sob formas cada vez mais mistificadas de expropriação. A natureza dialética do capital se manifesta, assim, por caminhos diferenciados, mas mantém a contradição fundamental entre produção social e apropriação privada da riqueza.

2.3 Empréstimos, Investimentos Direto Estrangeiro (IDE) e *Portfólio*

Ao discutirmos outras formas possíveis de exportação de capital é necessário frisar que elas não são estanques em suas distintas funções, pelo contrário, carregam consigo a articulação imperialista que emana do capital financeiro. Trata-se então de entender as diferentes formas de extroversão de capital sem anular o nexos que a valorização exprime por diversos espaços e maneiras de explorar trabalhadores, reforçando a categoria de capital financeiro. Daí a necessidade de Hilferding em conceber a exportação de capital como um cruzamento de variados modos de difundir extração de valor as quais se retroalimentam e se complementam na unidade do capital financeiro¹⁶.

As formas de exportação de capital mais próximas da atividade industrial, ou seja, empréstimos e IDE são, portanto, indissociáveis daquelas que se aproximam do capital fictício como vimos pelos lucros de fundador. Essa unidade também se estabelece justamente pela crescente socialização do capital em detrimento da apropriação de valor gerado pela classe trabalhadora. A valorização capitalista em seu maior nível de reificação não elimina, pelo contrário, fortalece e potencializa a capacidade de exportar capitais com o intuito de conservar a acumulação ampliada. Por sua vez, o encadeamento que resulta essa potencialidade e que a projeta no espaço econômico internacional não significa menos concorrência capitalista, mas uma mudança de qualidade segundo Hilferding, uma vez que não são mais capitais individuais atuando em um espaço de livre-comércio, mas enormes blocos de capitais socializados e blindados pelos protecionismos que se chocam mutuamente.

16 Lenin capta essa ideia em Hilferding e a desenvolve da seguinte forma: "o predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de 'poder' financeiro em relação a todos os restantes" (1979, p. 58).

Especificamente, as transações “casadas” de exportação de capital têm como objetivo atender os seguintes requisitos: i) remunerar os juros de empréstimo; ii) realizar as remessas de lucros e dividendos dos investimentos diretos e de *portfólio*, respectivamente; iii) viabilizar a exportações de mercadorias, sobretudo, manufaturados; iv) garantir o fornecimento de alimentos para rebaixar custos de reprodução da força de trabalho e de matérias primas que alimentam a expansão industrial. A maneira pela qual essas diferentes formas de extração de valor se cruzam depende das características históricas dos países emissores e de seu grau de desenvolvimento capitalista, bem como do vínculo com o território destinatário.

Em um esforço de mediação nosso autor procurou definir a modalidade de exportação de capital conforme as particularidades dos desenvolvimentos capitalistas nacionais. Assim, Estados Unidos e Alemanha, mesmo sendo o capitalismo em estágio moderno voltado para o futuro, não se divorciam da origem industrial inglesa, bem como do papel político francês e das variadas experiências mercantis do caso holandês e belga. Aqui há um primeiro passo em entender a complementaridade entre os capitais de diferentes origens e de suas distintas extroversões conforme as singularidades históricas que os regem.

Embora tivesse a indústria defasada em relação aos padrões estadunidenses e germânicos, a Inglaterra apresentava na segunda metade do século XIX um montante expressivo de capital acumulado que lhe dotava de um imenso volume de lucros na valorização de seus investimentos externos, principalmente na periferia. Com isso, segundo Hilferding, a relação da massa acumulada por capital a ser investido no exterior era altíssima, o que rebaixava a taxa de juros. Adicionalmente, isso garantia à Inglaterra uma vasta área de proteção da concorrência externa (colônias formais e informais) onde ocorria uma troca de importações de matérias-primas por exportações de manufaturados, além de expressivos ganhos com fretes, seguros e rendas financeiras¹⁷. Esse diferencial da Inglaterra ao mesmo tempo em que revelava sua debilidade industrial, também era indutora, ao lado de capitais franceses e belgas, da Segunda Revolução Industrial que fora capitaneada pelos Estados Unidos e Alemanha. Tal etapa constitui o próprio desenvolvimento inovador do sistema creditício dessas economias ao socializarem a produção aglutinando capitais bancários e industriais na forma de capital financeiro.

Em suma, parte do desenvolvimento industrial tardio e sua consolidação como exportador de investimentos diretos para o mundo se deveram aos capitais de empréstimo de outros países, como nos mostra Hilferding (1985, p. 305):

Eles [Alemanha e EUA] exportam sobretudo capital industrial e ampliam assim a indústria própria, cujo capital de empresa importam, em parte,

17 Um aprofundamento analítico dessas questões pode ser encontrado em Hobsbawm (1986).

como capital de empréstimo de países de desenvolvimento industrial mais lento, mas com maior riqueza de capital acumulada. Com isso, não somente ganham na diferença entre o lucro industrial que fazem nos mercados estrangeiros e o juro muito mais baixo que pagam na Inglaterra e na França pelo capital emprestado, mas também simultaneamente, com esse tipo de exportação de capital, asseguram a expansão mais rápida da indústria própria.

A diferenciação no desenvolvimento capitalista nacional encontra na extroversão do capital uma via de unificação que promove a modernização industrial e a possibilidade de exportação não apenas de seu montante acumulado líquido, mas da própria estrutura industrial em forma de IDE. Essa transição não é linear, tampouco, exclusiva dos capitalismo mais modernos. Hilferding não trata disso, mas na fase originária da industrialização estadunidense, e mesmo prussiana, houve uma internalização de bens de capital de origem inglesa nessas economias para seus setores leves, como têxteis¹⁸.

No entanto, a especificidade histórica que altera a própria natureza do IDE a partir da Segunda Revolução Industrial se refere à sua origem resultante do aparecimento da industrialização pesada, cuja característica central foi sua composição monopolista e financeira. Se num primeiro momento isso representou uma força unificadora desses capitais, principalmente entre empréstimo e IDE desenvolvendo algumas zonas tardias do capitalismo, em outro, traduziu-se por uma expansão monopolista que acirrou a concorrência intercapitalista. Além da possibilidade de difusão do desenvolvimento das forças produtivas em regiões periféricas, a conquista de novas áreas para expansão industrial denotaria a exportação de novas formas de controle sobre elas, aguçando a concorrência entre capitais e a luta capital/trabalho.

Como ilustração, a partir de Andreff (2000), é possível entender a dinâmica do estoque mundial do IDE durante o século XX se comparamos as economias centrais com as periféricas. O estoque de IDE em 1914 era de US\$ 14,3 bilhões, sendo que o Reino Unido participava em 45,5% da sua origem, EUA (18,5%), Japão (0,1%), Alemanha (10,5%), França (12,2%), outros desenvolvidos (13,2%) e periferia (0,0%); sendo que o destino para 1914 era de 37,2% para os países desenvolvidos e de 62,8% para os países subdesenvolvidos. Ao passo que o estoque mundial de IDE em 1960, quando o papel das corporações estadunidenses eram fundamentais sobre o Ocidente capitalista, era de US\$ 63,1 bilhões, sendo que o Reino Unido participava em 17,1% da sua origem, EUA (52%), Japão (0,8%), Alemanha (1,3%), França (6,5%), outros desenvolvidos (21,2%) e periferia (1,1%); o destino para 1960 era de 67,3% para os países desenvolvidos e 32,7% para os países

18 Para o caso alemão ver Kemp (1985), e para o estadunidense Hobson (1983).

subdesenvolvidos. Ao passo que o estoque de IDE em 1991, que já refletia a tendência crescente de exportação de capital asiático desde os anos 1970, começando com Japão, depois Coreia do Sul, e, mais recentemente, China, era de US\$ 1.799 bilhões, sendo que o Reino Unido participava em 13,6% da sua origem, EUA (24,3%), Japão (13,1%), Alemanha (9,4%), França (7,4%), outros desenvolvidos (28,3%) e periferia (3,9%); reflexo do IDE cruzado nas economias centrais desde os anos 1980, o destino para 1991 era de 80,1% para os países desenvolvidos e de 19,9% para os países subdesenvolvidos.

Distante de representar um “concerto de nações”, a unidade do capital financeiro exprimida por Hilferding refere-se ao desenvolvimento alemão e estadunidense como prenes de uma lógica eminentemente imperialista, cuja concorrência econômica se revelaria por domínios políticos globais¹⁹. No caso dos EUA, seu movimento panamericano sem grandes obstáculos teria origem na “Doutrina Monroe”, enquanto que no caso alemão, sua expansão estaria sujeita a um choque imediato entre outros blocos de capitais, uma vez que a Europa tinha regiões muito parecidas e conflitantes, impossível de reproduzir os domínios formais e informais nos mesmos padrões estadunidenses. Tendo um território insignificante, mas com uma expansão industrial e financeira gigantescas, a recém-criada Alemanha do II Reich, mesmo tentando reproduzir em vão a experiência britânica e dos EUA de impérios informais, atuava no espaço europeu propagando grande hostilidade.

Essa rivalidade imperialista também se projetaria nos espaços periféricos, fazendo das regiões “pré-capitalistas” economias potenciais para alavancar o capital financeiro em sua valorização internacional. O entrelaçamento de diferentes formas de exportação de capital, imprimindo um certo sentido, se reproduziria em tais espaços segundo Hilferding. Nessa conjuntura era comum, por exemplo, empreendimentos industriais alemães que resultavam de empréstimos de bancos ingleses ou franceses para investimentos em áreas secundárias como o leste europeu ou a América Latina. Isso por sua vez, não implicava em uma dominação simétrica, porque os capitais industriais das economias mais avançadas, que apresentavam uma maior socialização da produção por meio do capital financeiro, impunham hierarquicamente as condições de seus investimentos para a zona de destino, da mesma forma que intermediavam de modo vantajoso créditos de bancos estrangeiros, exigindo a importação de suas mercadorias e a exclusividade no fornecimento de alimentos e matérias-primas²⁰.

19 Bukharin (1984) será influenciado por essa senda reflexiva de Hilferding, dentre outras.

20 O próprio autor ilustra essa hierarquia entre as exportações de capitais conforme o grau de desenvolvimento capitalista nacional: “a exportação de capital torna-se agora um meio para assegurar os fornecimentos industriais do país exportador de capital. O comprador agora não tem escolha; torna-se devedor e, com isso, dependente, precisando aceitar as condições de credor; a Sérvia somente recebe empréstimo da Áustria,

Nessa época em que Hilferding está analisando, o IDE de bens de consumo duráveis não é dominante como seria em algumas décadas adiante. Ao final do século XIX, como ele próprio aponta, o IDE está concentrado em setores primários para extração de matérias-primas e na infraestrutura urbana, de transportes, e portuária para exportação de *commodities*. Mesmo assim, o novo poder que nasce do IDE extrapola o período vigente, pois estabelece um controle diferenciado no capital internacional da Segunda Revolução Industrial, tornando-se um bem inalienável da internacionalização do capital e igualmente definidor das estratégias futuras de valorização das corporações transnacionais, tal como vemos atualmente²¹. Antes havia uma complementaridade entre capitais ingleses, belgas e franceses, garantida por uma proeminência geopolítica do Reino Unido, o que imprimia um determinado desenvolvimento capitalista alemão e estadunidense os colocando como bases de exportação também de novos IDE. Com o desenvolvimento das economias da Alemanha e dos EUA minou-se a dominação geopolítica britânica, em que daqui em diante, o IDE continuaria a desenvolver outras regiões, mas impondo um controle na extração de mais-valia e nas condições de realização desse mesmo valor, podendo até em alguns casos induzir uma industrialização pesada como ocorreu em algumas economias latino-americanas, sobretudo a brasileira, após a Segunda Guerra Mundial, mas sem antes deixar de aprofundar as contradições da dependência externa e do subdesenvolvimento dessas regiões²².

Em síntese, Hilferding nos mostra como o padrão de internacionalização nesse momento concentra o controle financeiro não apenas na mobilização de capitais que podem ser exportados, mas na própria subordinação dos importadores ao raio de manobra imperialista que as economias de vanguarda impõem. Em um primeiro estágio de desenvolvimento do capital internacional foi possível promover o sistema de transporte e certas indústrias dos países atrasados (geralmente da Inglaterra, Bélgica e França para Alemanha e EUA), o que permitia alavancar a industrialização dessas economias tardias de forma a emancipá-las da dependência externa²³.

Alemanha ou França se se compromete a adquirir seus canhões ou seu material ferroviário da *Skoda*, *Krupp* ou *Schneider*. A luta pela venda de mercadorias converte-se em luta por áreas de investimento de capital de empréstimo entre os grupos de bancos nacionais" (HILFERDING, 1985, p. 303).

- 21 Segundo Brewer (2001, p. 93) se alargarmos a categoria de capital financeiro de Hilferding é possível entender as grandes corporações como parte dessa internacionalização do capital na atualidade. Para Brewer, essas empresas não estão sob o controle dos bancos, mas suas matrizes executam muitas das funções do capital financeiro ao levantar dinheiro de muitas fontes (incluindo de pequenos acionistas, por emissões de ações), e por meio da drenagem de capitais acumulados por suas filiais na periferia.
- 22 Sobre tal realidade no contexto histórico latino-americano e da economia brasileira em específico ver Campos (2009, 2015, 2020).
- 23 Como exemplo, Hilferding (1985, p. 310) menciona os capitais belgas e franceses investidos nas minas alemãs de *Rheinland-Westfalen*.

Em um segundo momento, entretanto, a própria exportação de capital internacional das economias alemãs e estadunidenses exerceu um controle maior sobre as novas regiões importadoras, cuja independência econômica similar seria interdita pelo capital monopolista²⁴. A estrutura protecionista que impulsionaria o capital internacional a partir dessa fase seria a mesma que dotava seus Estados nacionais de poder suficiente para obstruir o fortalecimento de outras regiões, mesmo quando essas desejavam reproduzir o estilo dos exportadores originais como Hilferding (1985, p. 306) nos mostra:

Assim, também nessa relação, o sistema de cartéis e trustes, forçando a exportação de capital, concede aos capitalistas dos países onde a monopolização da indústria é mais avançada uma vantagem com relação aos países com indústria menos organizada, e desperta dessa forma nesses países a vontade de acelerar a cartelização da indústria própria através do protecionismo, enquanto reforça nos países mais avançados a vontade de assegurar, a todo custo, a continuidade da exportação de capital, mediante a exclusão de toda concorrência do capital estrangeiro.

Outra contribuição de Hilferding que se aplica à atualidade é que o desenvolvimento do IDE em diferentes formas possíveis de internacionalização produtiva, não implica um divórcio com as formas mais líquidas. Pelo contrário, a expansão das corporações das economias centrais no século XX da mesma forma que criou estruturas produtivas sem descentralizar o controle tecnológico e financeiro, desenvolveu íntimas relações com bancos que redundaram no surgimento, por exemplo, do Euromercado nos anos 1960 forçando a liberalização financeira em décadas posteriores²⁵.

Para Hilferding, além da relação de empresas e bancos que permitem transações casadas entre investimentos diretos e empréstimos, o caráter especulativo que nasce dessa relação se associa ao investimento de *portfólio* como um *locus* estratégico para valorização. Como vimos anteriormente, o mercado acionário, impulsionado pelos ganhos com o lucro de fundador e os lucros

24 Essa alteração no padrão de internacionalização Hilferding (1985, p. 310) destacou da seguinte forma: "as classes capitalistas dos grandes territórios econômicos tentaram criar menos indústrias de bens de consumo nos países estrangeiros, e passaram, ao contrário, a ter em mira muito mais assegurar-se do domínio de matérias-primas de suas indústrias de meios de produção cada vez mais desenvolvidas. Dessa forma, as minas e as jazidas dos países da Península Ibérica caíram em poder do capital estrangeiro, que então já não era exportado como capital de empréstimo, mas investido diretamente nessas minas; o mesmo aconteceu – sob grande resistência – com as jazidas da Escandinávia e especialmente a Suécia. Assim, foi subtraída desses países a matéria-prima em benefício da indústria inglesa, alemã e francesa, numa época em que talvez pudessem ter lançado o fundamento da mais importante das indústrias modernas, uma indústria siderúrgica própria".

25 Furtado (1982) evidenciou a unidade entre os interesses de valorização das corporações transnacionais e o sistema internacional bancário em praças *off-shore* nos anos 1970, bem como suas implicações para as industrializações periféricas.

diferenciais, revela como os rendimentos e suas reaplicações vão se distanciando do capital produtivo. Ao assumir a capitalização em uma taxa de juros corrente, o capital fictício produz um elevado nível de autonomização que aparece como a negação da base de valorização que lhe sustenta. O “capital acionário” se torna a principal expressão do capital fictício. Mesmo essa sendo a forma mais fetichizada, específica do padrão mundial de acumulação capitalista que Hilferding está investigando, aqui também podemos aludir que a sua contribuição ultrapassa seu tempo.

Embora o autor não tenha explicitado a exportação de capital na forma de investimentos de *portfólio* como fez para o IDE, sua fundamentação acerca do capital fictício em lucro de fundador e lucros diferenciais mostra como a especulação reflete tanto o desenvolvimento do capital financeiro em suas múltiplas contradições, quanto a necessidade de superação delas por meio da extroversão. Assim como os investimentos produtivos exercem um controle, principalmente nas economias periféricas, os investimentos de *portfólio* também terão esse poder, exportando a própria contradição do capital em sua forma mais reificada.

Interessante que novamente Hilferding segue os passos de Marx e Engels. Ao investigar a difícil conjuntura chinesa da “Guerra do Ópio” (1839-1842), Marx (1984), com as complementações e edição de Engels do Livro III de **O Capital**, constatou que o controle inglês por meio do comércio e dos investimentos produtivos nessa região, passando pelas campanhas militares, também estabelecia um canal por onde se projetava a especulação das letras de câmbio e emissão de ações, atreladas à crescente oferta creditícia do mercado financeiro londrino. Marx e Engels apontaram desse modo como a especulação podia se tornar um instrumento que retroalimentava os negócios da metrópole ficando vínculos neocoloniais em novos esquemas produtivos e fictícios de valorização do capital²⁶.

Utilizando do exemplo de implantação de usinas hidrelétricas, Hilferding igualmente faz questão de explicitar a ligação entre bancos e empresas na fundação de SA's em economias periféricas, onde se abre um espaço potencial de valorização fictícia. Com isso ele exprimiu com exatidão a mutabilidade dos negócios bancários em investimentos industriais. Até aí a relação com o capital fictício não se explicita, mas uma vez criada a SA, de imediato temos o lucro de fundador que pode converter-se em reinvestimentos em capital produtivo e assim viabilizar a drenagem de mais-valia do exterior. A outra opção, todavia, é o circuito A – D2 – A (figura) que acelera a troca de

26 “Com a mesma paixão com que se aumentava a produção construíram-se ferrovias; aqui a sede de especulação dos fabricantes e comerciantes encontrou pela primeira vez satisfação, e isso desde o verão de 1844. Subscreviam ações, tantas quantas fossem possíveis, isto é, até onde bastasse o dinheiro para os primeiros pagamentos; quanto ao resto, depois já se veria!” (MARX, 1984, p. 307).

papéis na Bolsa de Valores produzindo lucros diferenciais, e assim desenvolver mercados secundários. Nesse caso, a exportação de capital ainda que seja estimulada por uma atividade produtiva no exterior, se transfigura em investimentos de *portfólio* no centro do sistema, fortalecendo a valorização do capital fictício. Trata-se na verdade de uma nova etapa de capitalização por meio de multiplicação de “transações rendosas” (HILFERDING, 1985, p. 195) via troca de ações, novas emissões e subscrições, apresentando “lucros incrementados” (*Idem*)²⁷.

Hilferding deixa claro que em todo esse processo libera energia suficiente que resulta em “forte motivo para exportação de capital industrial” (HILFERDING, 1985, p. 305). No entanto, o que em sua época não permitiu ele prever, foi como que dessa dinâmica do capital financeiro é possível dilatar a própria órbita da especulação de espaços econômicos centrais para periféricos, viabilizada por nexos imperialistas que se definem a cada conjuntura histórica. Melhor dizendo, os lucros diferenciais, ou seja, a valorização sem vínculo produtivo, donde se alcança, atualmente, um estágio de autonomização do capital fictício jamais visto, também se substancia em novas fronteiras para exportação de capital.

Impossível de ser capitado por nosso autor, tal paroxismo é característico do momento atual, cujo padrão mundial de acumulação assume elevadíssimo grau de financeirização. Os investimentos de *portfólio* (ações, títulos públicos, *funds*, *securities*, *options*, *swaps* etc.) encarnam a dinâmica contemporânea do capital financeiro, em que a especulação, como negação máxima do valor real, da mesma forma que se metamorfoseia por inúmeros modos de valorizações fictícias capazes de contrarrestar por algum tempo a tendência à queda na taxa de lucros, produz exponencialmente as contradições que solapam as bases de reprodução ampliada do capital, se desvelando em crises capitalistas cada vez mais severas, assim como foi a de 2008 e que prossegue até os dias atuais com previsões de baixo nível de atividade e de crescimento econômico, com

27 Sobre o caráter mutante do “capital rendoso” (capital a juros) nestas transações e lucros, prenes de uma volúpia que origina dentre as várias possibilidades lucros diferenciais do capital fictício, segue a famosa citação: “a dependência da indústria com relação aos bancos é, portanto, consequência das relações de propriedade. Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial. Chamo capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, pelos industriais” (HILFERDING, 1985, p. 219).

vertiginoso aumento da segregação social. O FMI (2018, p. vi) afirma que “as projeções de crescimento foram revisadas para baixo na zona Euro e no Reino Unido, uma vez que a atividade foi menos dinâmica do que a prevista no início de 2018”, reproduzindo uma dinâmica instável e, em boa parte, sem fundamento de criação de riqueza real.

Parte de tal dinâmica se assenta no livre trânsito do investimento de *portfólio* nas diversas praças de zona de expansão imperialista. E é imperialismo, sobretudo, porque no contexto atual se impõe um controle transnacional e austericida sobre as políticas econômicas, principalmente dos países periféricos, que objetivam garantir a mobilidade do capital, neutralizando a capacidade nacional de definir uma política monetária própria, um determinado regime de câmbio e uma maior autonomia sobre o orçamento público. A especulação acionária e o investimento em renda fixa conduzidos pelo capital internacional, ainda que não gere valor nos termos do IDE como interpretados por Hilferding, consiste em sua essência no mesmo domínio imperial, visto que arregimenta um controle do capital monopolista que subordina as políticas econômicas dos países hospedeiros às suas necessidades de valorização. No limite, à medida que se sacramenta a conversibilidade na conta capital do balanço de pagamentos e remuneração real por meio de elevadas taxas de juros, fortalece-se o canal de extração de renda da periferia para as economias centrais, dimensionado, aliás, por um arco de interesses entre burguesias locais e internacionais.

Consequentemente, mesmo que esse processo atual de financeirização não possa ser totalmente decifrado pela leitura de Hilferding, são importantíssimos seus subsídios para entendermos a valorização do capital global cada vez mais preso à lógica do capital fictício, em que a diferenciação dos lucros de fundação e os lucros diferenciais exprimem a sua autonomização originada da própria dinâmica da circulação do capital. Aquilo que era apenas incipiente no final do século XIX torna-se dominante na atualidade, bem como um dos principais pressupostos dos nexos imperialistas que se renovam mantendo as velhas contradições. A rigor, se nos dias que correm está cada vez mais difícil compreender o capitalismo separando suas formas de extração e realização de valor que se enfeixam por diversos tipos de exportação de capital (empres-timos, IDE e *portfólio*)²⁸, isso se deve à reprodução de uma totalidade do

28 O próprio efeito “gravata borboleta” das corporações que operam atualmente representa tal complexidade. Segundo o estudo de Vitali *et al.* (2011) numa amostra de 43 mil empresas de um universo de 30 milhões em 48 países de acordo com a definição da OCDE (ORBIS de 2007), com o objetivo de analisar o rendimento operacional e o valor econômico das corporações, constataram-se que 75% do núcleo dessas empresas controlam elas próprias (participações cruzadas, umas controlando a propriedade das outras). Dessas 43 mil, uma soma pequena controla 80% de suas operações, ou seja, 737 empresas transnacionais têm o *network control* de toda a rede corporativa mundial (12 vezes de controle em relação à riqueza que possuem,

capital financeiro que nasceu no final do século XIX e que Hilferding soube abstrair a partir das formas concretas de seu contexto²⁹.

3. Exportação de capital e imperialismo

Ao observarmos como o desenvolvimento do capital financeiro resultou em sua própria exportação, desdobrando-se em diferentes tipos que expandem a reprodução ampliada de capital, é chegado o momento de entendermos como a articulação imperialista sustenta e dá organicidade a esse processo. Para Hilferding a exportação de capital só é viabilizada pelo domínio imperialista, cuja força transforma-se numa alavanca do capital financeiro em suas variadas formas espaciais de valorização. O surgimento do capital financeiro e sua necessidade intrínseca de extroversão garantem o movimento de concentração e centralização do capital recriando os canais necessários para sua valorização. Ademais, a contribuição desse autor se deve à possibilidade de assimilar o capital financeiro em seu sentido universal refletido na reprodução conjunta de *unidade, mobilidade e antagonismo*. O domínio imperialista constitui a própria junção desses elos agindo de forma sincrônica na valorização capitalista, assim como diacronicamente incide sobre as diferentes contradições históricas que se manifestam em cada padrão mundial de acumulação.

Começando pela *unidade*, torna-se importante entendê-la como reflexo da socialização da produção, que ao arregimentar capitais individuais em uma mesma esfera de valorização, centraliza o controle de diferentes formas de capitais. Aqui há uma clara derivação do que Marx (1984) mostrou sobre a formação da sociedade anônima, em que a nova institucionalidade representaria o estágio máximo de socialização dos meios de produção e das forças de trabalho (“capital de indivíduos diretamente associados”), de forma a “abolir” a dimensão privada capitalista: “é abolição do capital como propriedade privada, dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista”

sendo que 75% desses atores são intermediários financeiros). Outro dado interessante dessa pesquisa é que 40% do controle sobre o valor econômico das corporações transnacionais estão nas mãos de um grupo de 147 do núcleo, ou seja, são “super entidades” na rede global das corporações. Em resumo, 1% das corporações transnacionais consegue controlar 40% de toda a rede, a maioria são instituições financeiras como: *Barclays Bank, J.P. Morgan Chase & Co e Goldman Sachs*. Sendo que a maioria desses atores é de origem estadunidense e europeia. Maiores subsídios à interpretação dessa pesquisa podem ser encontrados em Dowbor (2012).

29 Scherer (1999, p. 82) problematizou essa questão para a atualidade da seguinte forma: “a análise do investimento multinacional e a da finança internacional são geralmente realizadas de modo estanque, dificultando a percepção de que o aumento no fluxo do investimento direto estrangeiro (IDE), principal instrumento de internacionalização das atividades das empresas multinacionais, se encontra estreitamente relacionado ao novo papel desempenhado pela finança no contexto econômico internacional, a partir de sua liberalização”.

(MARX, 1984, p. 332)³⁰. Essas transformações fazem com que o “capitalista funcionante” (empresário) se converta em administrador de capital alheio, ao passo que os proprietários de capital se transformam em meros proprietários, simples capitalistas monetários, no sentido genérico.

De Marx, Hilferding igualmente assimilou a virtuosidade que isso acarretaria para a acumulação capitalista. As sociedades anônimas se apresentam como o elemento-chave pelo qual se associa capital bancário com capital produtivo para ampliar os negócios numa escala jamais vista. A Bolsa de Valores seria uma espécie de catalisador que amplifica exponencialmente as possibilidades de valorização capitalista. Como vimos no item anterior, no caso do lucro de fundador, é na concentração da propriedade, independente da magnitude industrial, que se forja uma potência de valorização definidora do capitalismo que conhecemos. Hilferding (cap. VII, 1985) evidencia que o lucro de fundador longe de manter uma renda anual e fracionada, concentra enormes capacidades financeiras capazes de integrar novos capitais na forma-dinheiro. Daí a necessidade da própria Bolsa ser grande o suficiente para abrigar um jogo de “poderosos apostadores” e não de pequenos burgueses presos a “bolsas provinciais” como do passado. Em síntese, esse processo cria as bases sobre as quais edificam os meios de centralização do capital que Marx havia apontado, uma vez que a sociedade por ações se coloca por um lado como um móvel estratégico para os bancos promoverem a monopolização. Grande parte do lucro de fundador pode ser utilizada para forçar, com preços elevados, a venda daquelas empresas destinadas a fortalecer cartéis, e mesmo trustes. Por outro lado, a própria indústria passa a ser “acionada por um capital que é muito maior do que o capital global de propriedade dos capitalistas industriais” (HILFERDING, 1985, p. 218).

A multiplicação de opções de investimento que o capital financeiro coloca nas mãos da classe dominante permite uma articulação inédita de seus interesses e um domínio de espaços nacionais numa nova configuração da riqueza, uma vez que

[...] pela separação entre a função da propriedade e a direção da produção, como a supõe o sistema de ações, surge a possibilidade e – com a intensificação da renda, por um lado, e o aumento do lucro industrial extra, por outro – a concretização de uma solidarização dos interesses de propriedade. A ‘riqueza’ não é mais diferenciada segundo suas fontes de rendimento e segundo sua origem do lucro ou do rendimento, mas aflui

30 O próprio tradutor dessa edição brasileira e Pinto (1997) alertaram para o significado hegeliano da palavra “abolição” (*aufhebung*) utilizada por Marx, que pretende “revogar” aquilo que foi superado historicamente, preservando, entretanto, vínculos essenciais para a apropriação privada dos frutos da exploração da força de trabalho.

agora da participação em todas as porções em que se divide a mais-valia produzida pela classe operária (HILFERDING, 1985, p. 321).

Eclode assim uma extraordinária estrutura de exploração capitalista, que ao se desvencilhar de formas pretéritas de organização – tais como: indústrias familiares organizadas em uma única figura do proprietário e do gestor, ou mesmo inúmeras Bolsas provinciais incapazes de concentrar a riqueza para valorizar além de sua circunscrição, – delinea a fisionomia do que será o moderno capitalismo. A força aglutinadora do capital financeiro recoloca as classes dominantes numa posição de superação do liberalismo do capitalismo originário, ao tornar o protecionismo a forma dominante do desenvolvimento industrial. Nesse ponto Hilferding apresenta toda a complexidade histórica do liberalismo inglês, onde o livre-comércio era a bandeira dos capitalistas industriais, sem abrirem mão, contudo, das vantagens monopolistas que os capitalistas comerciais e usurários, e seus compatriotas na maioria dos casos, lhes ofereciam. A colonização, que representava os interesses da fidalguia inglesa, encaixava perfeitamente aos objetivos liberais dos industriais ingleses, porque tanto o capital industrial quanto o capital comercial tinham enormes benefícios no livre-comércio com as colônias. Obviamente que para enfrentar esse esquema industrial-comercial inglês os países continentais, em especial a Alemanha, teriam no protecionismo condições ideais para implantar uma indústria pesada, muito superior à inglesa. Não foi diferente o caso estadunidense em que Hilferding menciona sua política aduaneira, a qual serviu como instrumento fundamental de concentração e centralização de capital criando inúmeros cartéis e trustes.

O capital financeiro seria a intersecção das diferentes frações de classes, pois mesmo com distintos tempos históricos e origens, ele soldaria suas bases, projetando-as internacionalmente. Sem eliminar as disputas intercapitalistas, o capital financeiro permitiria arregimentar as grandes burguesias numa nova esfera de valorização, na qual a centralização do capital refletiria o curso que os diferentes padrões mundiais de acumulação assumiriam no futuro. Daí como bem mostrou Mariutti (2013, p. 34), o poder do capital financeiro produz “um arranjo social cujo eixo central do consenso passa, exatamente, pela articulação entre as mudanças nas relações de propriedade e nas novas modalidades de gestão das atividades capitalistas, onde a origem dos rendimentos deixa de ser um elemento significativo de diferenciação”. E a despeito dos choques monopolistas que os capitalistas expressam na disputa incessante por novos mercados, “isto criou a possibilidade da convivência harmoniosa entre as diversas frações de classe da alta burguesia e os grupos oriundos da aristocracia” (*Idem*).

De igual modo, tal unidade sedimenta a indiferenciação entre o caráter “especulativo” e “produtivo” da reprodução ampliada do capital³¹. Obviamente que isso não altera a legalidade do capital – categorizada por Marx em um nível de abstração mais elevado que o de Hilferding –, que tem a real geração de valor em sua forma industrial, sendo suas metamorfoses na esfera da circulação apenas formais³². Não obstante, nascem aqui os meios pelos quais o capital pode exercer livremente sua *mobilidade* percorrendo caminhos de valorização por diferentes atalhos, em distintos níveis, tais como vimos no lucro de fundador e no lucro diferencial. Pela reflexão de Hilferding é possível dessa maneira entender como o objetivo máximo do capital financeiro é sempre a valorização, sendo garantida tanto por sua unidade quanto por sua mobilidade.

A questão da *mobilidade* do capital em Hilferding, ainda que deva ser vista com cautela, porque sua preocupação maior residia na “mobilização” de capitais na sociedade por ações³³, e delimitada às situações características do final do século XIX, não deixa de indicar, como afirmou Pinto (1994), a trajetória pela qual a “financeirização” moderna iria tomar³⁴. Ao mostrar como o capital financeiro impôs uma cisão entre a propriedade do capital e os meios de produção, Hilferding integra as partes que compõem a dinâmica do capital financeiro, revelando que para agirem livremente necessitam de crescentes graus de flexibilidade, mutabilidade e permeabilidade, resultado da sua “liquefação”³⁵. E aqui se imprime o movimento de busca incessante

31 Ao lado de Pinto (1994), Franco (2011, p. 32) afirma que essa “fusão” de indistinguíveis formas de capitais constitui uma “mudança radical nas relações de propriedade que produz socialmente novos padrões de racionalidade e novas formas de conduta”.

32 Questão bem fundamentada do ponto de vista do método de Marx em Lupatini (2015).

33 A Bolsa de Valores “tornou possível a mobilização do capital. Essa mobilização, juridicamente, nada mais é do que a transformação e, ao mesmo tempo, a duplicação do direito de propriedade” (HILFERDING, 1985, p. 143).

34 Assim como Pinto (1994; 1997), Pereira (2013, p. 71) evidenciou essa dimensão na categoria de capital financeiro de Hilferding e outros autores marxistas, qualificando-a nos seguintes termos: “na fase monopolista do capitalismo, a constituição do capital financeiro representará a própria fusão entre as formas parciais de capital – principalmente entre o capital bancário e industrial – em sua forma monopolista, representando uma elevada concentração e centralização financeira, material e técnica, e uma profunda mobilidade espacial, temporal e morfológica do capital”.

35 Essa categoria foi definida por Pinto (1994, p. 2) nos seguintes termos: “a característica inovadora do capitalismo financeiro (por oposição ao capitalismo industrial) não reside no critério do cálculo empresarial mas na velocidade e na amplitude com que estas estimativas são formuladas e difundidas. À medida que se multiplica o volume de recursos produtivos organizados sob forma de sociedade de ações, estende-se o raio de ação de riqueza privada líquida, cuja agilidade é uma decorrência de sua flexibilidade. Mais ainda, subordinam-se esferas de valorização que antes podiam se defender, por prazos ou menos prolongados, aos ditames impostos pela tendência à equiparação da taxa de lucro”. Ao defender essa interpretação da categoria de capital financeiro de Hilferding, Pinto aplica-o para atualidade: “o que se alterou no capitalismo financeiro não foram os critérios de avaliação dos ativos mas a sua conexão com o processo de expansão real do capital. A interposição de um novo elemento entre o capitalista e os meios de produção (seja um

do capital financeiro por formas cada vez mais reificadas de valorização, até chegar ao paroxismo de reproduzir autonomizando-se em relação à própria base produtiva que lhe sustenta, assumindo como vimos a tara por lucro diferencial. Trata-se na verdade do último destino das contradições que percorrem o capital financeiro em sua ilimitada socialização da produção nos termos em que Marx (1984) percebeu nas sociedades anônimas. O resultado de tal desfecho não pode ser outro que não uma crise, uma crise na qual se revela o sentido profundo da fase monopolista do capital.

No afã de perseguir *unidade e mobilidade* indefinidamente, a própria reprodução do capital financeiro atrofia as bases de valorização circunscritas ao espaço econômico de origem, cuja resposta a esse limite estrutural passa necessariamente pela sua dilatação. À medida que se intensificam a socialização da produção e a apropriação privada da valorização, as contradições se ampliam no mesmo ritmo, sendo que o estreitamento dos canais de rentabilidade coloca a exportação de capital como um imperativo para superar as crises que daí decorre. Ao ter como referencial básico a superprodução de capital, isto é, extração de valor pela burguesia e realização dessa massa de valor espoliando a maior parte da coletividade, a crise revela a essência do modo de produção capitalista. Sem a pretensão de tratarmos da controversa “teoria de crise” de Hilferding (parte IV, 1985), detendo-se aos problemas como o das “desproporcionalidades departamentais”, nos interessa ressaltar como que de sua leitura derivada de Marx é possível compreender o *antagonismo* do capital financeiro³⁶.

Entre a dinâmica do capital financeiro em crescente valorização e a exigência de exportação de capital para preservá-la, se estende uma determinada política, uma “política de conquista”, sustentada pela ação do Estado e que resulta para Hilferding no fenômeno do imperialismo³⁷. Essa “política” não representa uma forma parcial de conceituar o imperialismo, visto que

depósito bancário ou um título acionário) expandiu o capital financeiro (fictício) a ponto de transformá-lo no veículo dominante da acumulação privada de riqueza. Os haveres produtivos foram gradualmente excluídos das carteiras de investimento privado sem no entanto perder o seu caráter capitalista, isto é, sua subordinação a uma relação social na qual os meios produção (são) monopolizados por determinada parte da sociedade” (PINTO, 1997, p. 22).

36 A categoria de crise para o autor está na própria essência da valorização, visto que “a produção do capitalista não visa a cobrir a necessidades, mas visa ao lucro. O objetivo imanente na produção capitalista é a realização e multiplicação do lucro. Isso significa que o consumo e seu crescimento não são decisivos para o destino da produção, seu volume, seu crescimento ou diminuição, mas o que decide é a realização de lucro. Produz-se para conseguir um lucro determinado, para obter determinado grau de exploração do capital. Com isso, a produção não depende do consumo, mas da necessidade de exploração do capital, e uma diminuição da possibilidade de exploração significa uma restrição da produção” (HILFERDING, 1985, p. 232).

37 É a partir dessa reflexão que Bukharin (1984) elabora sua abordagem sobre a relação do imperialismo com os Estados nacionais.

Hilferding, da mesma maneira que exprime a lei geral de acumulação capitalista e suas implicações via financeirização, incorpora a totalidade que se expressa pela historicidade das categorias de análise. O imperialismo constitui assim um nexo entre *unidade, mobilidade e antagonismo* do capital financeiro. Em outras palavras, a exportação de capital não se refere apenas à “exportação de capitais”, mas a própria exportação da relação social capitalista em uma lógica intrinsecamente imperialista, cuja função é preservar os vínculos mundiais que canalizam a valorização do capital financeiro. O imperialismo exprime desse modo uma política de dominação que assegura permanentemente o desenvolvimento das forças produtivas e da reprodução das relações tipicamente capitalistas delimitadas por um espaço mundial de acumulação, composto hierarquicamente por economias desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Hilferding mostra o *antagonismo* no imperialismo decompondo os conflitos que o sustenta em três níveis: i) entre as burguesias e o impulso à concorrência intercapitalista, tendo no Estado o suporte político, diplomático e militar; ii) entre Estados imperialistas e regiões subdesenvolvidas; iii) e, aquele que perpassa todos os outros: a luta de classes entre a burguesia e os trabalhadores.

Como sabemos, o objetivo aqui não foi traçar historicamente todos determinantes que justificam a relação entre tais conflitos na obra de Hilferding, mas entendê-los à luz da articulação imperialista que une desenvolvimento do capital financeiro à exportação de capital. Começando pelo conflito entre as burguesias, o ponto de partida foi o surgimento do protecionismo, que embora tivesse como promessa a liberdade econômica, resultou num fim em si mesmo, tornando-se uma força incontrolável nas mãos da “oligarquia financeira” (HILFERDING, 1985, p. 126). A raiz desse novo poder da classe dominante se orientou pelo surgimento de cartéis e trustes que unificaram as burguesias, particularmente as alemãs e estadunidenses, pelo vértice do capital financeiro (industrial, bancária, comercial e latifundiária), tendo nas políticas protecionistas os meios necessários do processo de constituição de suas indústrias pesadas. A disputa intraburguesa não ocorreria mais, a partir desse ponto, por frações de classes que se chocavam em seus díspares interesses, mas por diferentes combinações de capitais centralizados que rivalizam seu poder numa composição de classes organizada por um único interesse, fundido pelo capital financeiro.

Mesmo em um país de dimensões continentais como os Estados Unidos, o crescente protecionismo, da mesma forma que reunia capitais ampliando seu poder de valorização, comprimia seu mercado interno, deprimindo a taxa média de lucros. Uma das soluções para superação de tal crise seria transpondo as barreiras protecionistas de outros mercados, de modo a ampliar o circuito de

valorização capitalista para além do território de origem. Portanto, “a exportação de capital, poderosamente estimulada de outro modo pelo protecionismo do próprio país, é fomentada igualmente pelo país estrangeiro e, ao mesmo tempo, contribui para a difusão do capitalismo em escala mundial e para a internacionalização do capital” (HILFERDING, 1985, p. 295). A internacionalização de capital exprime a concorrência capitalista que se dá pelo confronto violento de enormes blocos de capitais numa arena de competição mundial. Os Estados nacionais se utilizam por meio da dominação imperialista desses espaços de expansão, lançando sobre o globo variadas formas de valorização do capital financeiro como mostradas no item anterior.

Partindo para o segundo nível de choques sociais, essa internacionalização revela também o ímpeto monopolista do capital financeiro em conquistar taxas de lucro maiores nas economias subdesenvolvidas. Trata-se na verdade da exploração de regiões periféricas, cujas formas arcaicas de produção são destruídas para viabilizar a acumulação tipicamente capitalista, ou incorporadas, por exemplo, na falta de força de trabalho adaptada, recriando meios que direcionem a valorização capitalista ao centro do sistema³⁸. Ainda que Hilferding não desenvolva plenamente as implicações que acarretam o desenvolvimento das forças produtivas nas regiões periféricas como indicou Corrêa (2012), e igualmente a assimilação conflituosa de novas relações de trabalho aí difundidas, ele apresenta os pressupostos teóricos para entender como surgem os confrontos anti-imperialistas, e mesmo a cooptação das burguesias locais pelo capital financeiro. Temas estes que seriam desenvolvidos por Luxemburgo (1985) e Lenin (1979).

Impulsionada pela exportação de capital, essa internacionalização também fixa o lugar do Estado nacional na esfera imperialista. Por essa razão Hilferding mostra como a política de conquista são manifestações históricas inseparáveis do próprio desenvolvimento do capital financeiro em sua totalidade³⁹. O capital financeiro para impor e ampliar sua superioridade

[...] precisa do Estado que lhe assegure o mercado interno mediante a política aduaneira e de tarifa, que deve facilitar a conquista de mercados

38 Aqui há uma clara associação de Luxemburgo (1985) com essa abordagem.

39 Hilferding mostra que ao extinguir-se o caráter particular no capital financeiro, o capital, como totalidade de uma relação social, “aparece como poder unitário que domina soberanamente o processo vital da sociedade; como poder que surge diretamente da propriedade dos meios de produção, das riquezas naturais e de todo trabalho passado acumulado, e a disponibilidade do trabalho vivo aparece como nascida diretamente das relações de propriedade. Ao mesmo tempo, a propriedade, concentrada e centralizada nas mãos de algumas associações de capital maiores, aparece como diretamente oposta à grande massa de despojados. Dessa forma, a questão das relações de propriedade ganha sua mais clara, inequívoca e a aguda expressão, ao passo que a questão da organização da economia social é solucionada de forma sempre melhor pelo desenvolvimento do próprio capital financeiro” (1985, p. 227).

estrangeiros. Precisa de um Estado politicamente poderoso que, na sua política comercial, não tenha necessidade de respeitar os interesses opostos de outros Estados. Necessita, em definitivo, de um Estado forte que faça valer seus interesses financeiros no exterior, que entregue seu poder político para extorquir dos Estados menores vantajosos contratos de fornecimento e tratados comerciais. Um Estado que possa intervir em toda parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento para seu capital financeiro. O capital financeiro finalmente precisa de um Estado suficientemente forte para praticar uma política de expansão e poder incorporar novas colônias (HILFERDING, 1985, p. 314).

Essa política que garante a exportação de capital é a mesma que impõe uma ideologia que tenta dar legitimidade e homogeneização ao poder estatal. Para tanto, o ideal oligárquico de dominação assume, por um lado, o racismo como fundamentação científica do imperialismo, por outro, o nacionalismo como tentativa de eclipsar a relação capital/trabalho que fundamenta geneticamente o modo de vida capitalista. Assim, de forma conclusiva, chegamos ao último nível de conflitos que perpassa todas as dimensões anteriores, isto é, o da luta de classes, reflexo da potencialidade do capital financeiro em gerar valorização e contradição indissociavelmente. Mesmo que nas obras futuras Hilferding advogue a possibilidade de ganhos materiais da classe trabalhadora na democracia representativa do “capitalismo organizado”⁴⁰, na época de *O Capital Financeiro* (1910) ele é enfático em defender no final da obra que a superação do antagonismo entre capital e trabalho não tem outra solução senão a “luta contra a exploração” (1985, p. 327), que por meio de uma revolução “a ditadura dos magnatas do capital transforma-se finalmente na ditadura do proletariado” (1985, p. 346).

4. Conclusão

Ao apresentamos os principais determinantes que condicionam o funcionamento do capital financeiro e as implicações de sua expansão via reprodução ampliada do capital, buscamos construir os pressupostos de Hilferding sobre a articulação imperialista. Com isso, estabelecemos as formas pelas quais substanciam a exportação de capital, desde as mais reificadas, como os lucros diferenciais, lucro de fundador, investimento de *portfólio*, até os empréstimos e investimentos diretos, sempre sustentando uma coesão entre elas. Também mostramos como o desenvolvimento do capital financeiro, e suas contradições

40 Para compreensão dessa problemática ver Hilferding (2002a; 2002b), enquanto o contexto histórico em que interfere nas vicissitudes da obra de Hilferding pode ser visto em Bertelli (2000), Bottomore (1985) e Smaldone (1998).

criadas na órbita das diferentes formas de exportação de capital, engendram um determinado nexu imperialista, que se compõem historicamente pela *unidade, mobilidade e antagonismo*.

Mais que um esforço de apreender as categorias essenciais de Hilferding, bem como seu entendimento do contexto histórico da época, buscamos atualizar o instrumental deste autor caracterizando alguns elementos-chave que se originam dessa fase monopolista do capitalismo. Com isso, cotejamos, ainda que preliminarmente, os possíveis elos universais que associam parte do legado de Hilferding à complexidade atual da financeirização e de sua manifestação imperialista.

REFERÊNCIAS

- ANDREFF, W. **As multinacionais globais**. Bauru – SP: EDUSC, 2000.
- BERTELLI, A. R. **Marxismo e transformações capitalistas: do Bernstein-Debate à República de Weimar 1899-1933**. São Paulo: IPSO/IAP, 2000.
- BIS. Banque des Règlements Internationaux. **Rapport économique annuel**, 2018. https://www.bis.org/publ/arpdf/ar2018_fr.htm.
- BOTTOMORE, T. Introdução. *In*: HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- BREWER, A. **Marxist theories of imperialism: a critical survey**. 2. ed. Routledge, 2000.
- BROWN, M. B. **A Economia política do imperialismo**. Zahar Rio de Janeiro, 1978.
- BUKHARIN, N. **Economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1984.
- CAMPOS, F. A. **A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)**. Campinas: 2009. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.
- CAMPOS, F. A. Imperialismo e internacionalização dos mercados Latino-Americanos nos anos 1950. **Economia Ensaios**, v. 30, n. 1, p. 7-34, jul./dez. 2015.
- CAMPOS, F. A. **Introdução à formação econômica do Brasil: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial**. 2. ed. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2020.
- CHANCELLOR, E. **Salve-se quem puder: uma história da especulação financeira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CORREA, H. F. S. **Teorias do imperialismo no século XXI: (in)adequações do debate no marxismo**. Tese (Doutorado) — Universidade Federal Fluminense, 2012.

DOWBOR, L. **A Rede do poder corporativo mundial**. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://dowbor.org/2012/02/a-rede-do-poder-corporativo-mundial-7.html/>.

FRANCO, T. F. **Imperialismo capitalista em três atos**: investigações sobre o capitalismo. Campinas: 2009. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

FURTADO, C. **A nova dependência**: dívida externa e monetarismo. Paz e Terra Rio de Janeiro, 1983.

HILFERDING, R. A democracia e a classe trabalhadora. *In*: TEIXEIRA, A. (org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os percussores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002a.

HILFERDING, R. A economia organizada. *In*: TEIXEIRA, A. (org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os percussores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002b.

HILFERDING, R. **Le capital financier**. Paris: Editions de Minuit, 1970.

HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1910.

HOBSBAWM, E. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

HOBSON, J. A. **A evolução do capitalismo moderno**: um estudo da produção mecanizada. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOBSON, J. A. **Estudio del imperialismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1981

KEMP, T. **A Revolução industrial na Europa do século XIX**. Lisboa: Edições 70, 1985.

LAPAVITSAS, C. Introdução to Hilferding's "Finance Capital" *In*: HISTORICAL Materialism Annual Conference, 2006.

LENIN, V. I. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.

LUPATINI, M. **O capital em sua plenitude**: alguns dos traços principais do período contemporâneo. Rio de Janeiro: 2015. Tese (Doutorado) – Escola de Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LUPATINI, M. Sobre o “capital financeiro” e algumas interpretações *In*: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 13ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, **Anais** [...]. 2017, Niterói - RJ.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARIUTTI, E. B. **Interpretações clássicas do imperialismo**, Texto para Discussão, n. 216, Campinas: Unicamp. 2013.

MARQUES, R. M.; NAKATANI, P. A Natureza do capitalismo contemporâneo. *In*: CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M. P. de.; LASTRES, H. M. M. **Desenvolvimento e mundialização**: o Brasil e o pensamento de François Chesnais. Rio de Janeiro: E-Papers, p. 121-153, 2014.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, livro I, 2013.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, livro III, 1984.

MILIOS, J. **Imperialism or (and) capitalist expansionism**. Some thoughts on capitalist power, the Nation-State and the Left. s.d. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?>

PEREIRA, L. R. **Rentismo e capital financeiro, reforma e revolução**: as diferenças de interpretação sobre o “novo capitalismo” entre Keynes e a tradição marxista de Bukharin, Hilferding e Lênin. 2013. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

PINTO, N. P. **O Capital financeiro na economia contemporânea**: uma revisão teórica e histórica de seu papel no desenvolvimento recente dos Estados Unidos. Campinas: 1994. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

PINTO, N. P. O Capitalismo financeiro. **Crítica Marxista**, v. 1, n. 5, 1997.

SABADINI, M. S. O Capital fictício e suas formas: lucros de fundador, diferencial e fictício. *In*: GOMES, H. (org.). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Outras Expressões, 2015a.

SABADINI, M. S. **Sobre o conceito de capital financeiro**. *Temporalis*, v. 15, p. 71-92, 2015b.

SCHERER, A. L. F. As raízes financeiras do investimento direto estrangeiro: notas sobre a experiência brasileira recente. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 81-128, 1999.

SCHUMPETER, J. A. **Imperialismo e classes sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

SMALDONE, W. **Rudolf Hilferding**: the tragedy of a German Social Democrat. Northern Illinois: Northern Illinois University Press, 1998.

TAVARES, M. C.; BELLUZZO, L. G. O Capital financeiro e a empresa multinacional, **Temas de Ciências Humanas**, v. 9, 1980.

VITALI, S.; GLATTFELDER, J. B.; BATTISTON, S. **The Network of Global Corporate Control**. 2011. <http://arxiv.org/pdf/1107.5728.pdf>.

CAPÍTULO 7

MODELADORES, INTÉRPRETES E COPISTAS: o debate historiográfico recente em história do pensamento econômico

*José Ricardo Fucidji¹
Nelson Mendes Cantarino²*

“Eu não sei o que torna um homem mais conservador – não conhecer nada exceto o presente ou nada exceto o passado”.

(KEYNES, [1926], 1978, p. 277)

“Só há um meio de compreender a tragédia grega: ser Sófocles”.

(NIETZSCHE, 2005, p. 289)

“A língua é um labirinto de caminhos. Você vem de um lado, e se sente por dentro; você vem de outro lado para o mesmo lugar, e já não se sente mais por dentro”.

(WITTGENSTEIN, [1953] 2014, p. 114)

1. Introdução

A literatura sobre história das ideias, história intelectual ou história do pensamento, seja ela voltada à história econômica (a narrativa a respeito das atividades econômicas em perspectiva histórica), seja voltada ao pensamento econômico (a narrativa histórica a respeito das reflexões dos economistas sobre as atividades econômicas) é enorme. Impõe-se uma maneira de tratar este

1 “O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Este artigo é resultado parcial do projeto associado ao auxílio à pesquisa processo nº 2018/07082-6.”

2 “O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Este artigo é resultado parcial do projeto associado ao auxílio à pesquisa processo nº 2018/04642-0.”

material. Matthias Klaes (2003, p. 491-493), em seu ensaio historiográfico, propõe uma taxonomia: pode-se falar sobre (1) como a história das ideias *deve ser escrita*, que é uma preocupação normativa e mais tradicional; (2) como a história das ideias *poderia ser escrita*, que é uma proposta de métodos de pesquisa práticos para a condução das atividades do historiador das ideias; e (3) como a história das ideias é de fato escrita, sendo as duas últimas metodologias descritivas e a tendência mais recente, em linha com as influências construtivistas vindas dos estudos da ciência.

Este capítulo discute as metodologias normativas em história do pensamento econômico e história das ideias. Na historiografia do pensamento econômico, elas foram influenciadas pelos debates em filosofia da ciência das décadas de 1950 e 1960, embora as dicotomias internalismo/externalismo e absolutismo/relativismo já estivessem presentes em trabalhos anteriores³. A questão de fundo em história das ideias, a grosso modo, é o da objetividade histórica. Portanto, mesmo adotando a literatura e os temas mais tradicionais, temos em vista questões que perduram na historiografia, incluindo a mais recente.

O capítulo está organizado em três seções, além desta introdução e dos comentários finais. A segunda seção discute a chamada reconstrução racional e o seu foco é a história do pensamento econômico. O motivo para isso é de ordem cronológica: convidados a refletir sobre as implicações metodológicas de seus relatos, os historiadores do pensamento manifestam concepções epistemológicas e ontológicas a respeito da ciência que estudam. Tais debates surgiram na virada linguística dos anos 1950 e estão associadas aos trabalhos de Wittgenstein, Quine e Austin em filosofia da linguagem e, pouco depois, de Thomas Kuhn em história da ciência. A terceira seção trata a história das ideias ou história intelectual, mais especificamente os autores em torno da “Escola de Cambridge”, como Quentin Skinner, John Pocock, István Hont, Donald Winch, Richard Whatmore e James Tully. O objetivo em ambas é apresentar os conceitos e suas críticas, ilustrando-os ocasionalmente com exemplos. A quarta seção faz breves comentários sobre os desdobramentos mais recentes em história do pensamento econômico, observando que, nesta área a pesquisa vem adotando uma postura mais descritiva e voltada a novos temas e fontes.

2. Back to the future: a reconstrução racional

Talvez a abordagem mais conhecida em historiografia do pensamento econômico seja aquela que Paul Samuelson (1987) e Mark Blaug

3 Por exemplo, Jacob Viner, em seu *Studies in the theory of international trade* (1937, p. 1ss e 110), defende fortemente a superioridade da teoria econômica no presente e a torna o absoluto contra o qual “o inventário de ideias inglesas, boas e más, predominantes antes de Adam Smith, será classificado e examinado”.

(1990, 1997, 2001) chamaram, de modo intercambiado, de “história Whig”, internalismo ou reconstrução racional. A difusão desta abordagem tem, certamente, relação com a posição ocupado por seus proponentes na comunidade de economistas, mas também tem a ver com a concepção metodológica implícita (e, às vezes, explícita) que estes autores e seus seguidores têm a respeito da natureza da ciência econômica, como argumentamos a seguir. Começando pela última expressão, a reconstrução racional, Blaug (1990, p. 28) oferece uma boa descrição quando diz que:

“Rational reconstructions” in contrast to “historical reconstructions” treat the great dead thinkers of the past as contemporaries with whom we can exchange views. Rational reconstruction analyze their ideas in our terms in order to locate their “mistakes” and to verify that there has been rational progress in the course of intellectual history. “We need to imagine Aristotle studying Galileo and changing his mind,” Rorty remarks; “we need to think that, in philosophy as in science, the mighty mistaken dead look down from heaven at our recent successes, and are happy to find that their mistakes have been corrected. Such enterprises are of course, anachronistic. But if they are conducted in full knowledge of their anachronism, they are unobjectionable (RORTY 1984, p. 33)”.

Em outras palavras, a reconstrução racional aborda as ideias do passado a partir do conhecimento do presente. De modo mais incisivo, a teoria do presente é o ponto de referência a partir do qual as ideias do passado são avaliadas. Assim, Blaug (1997, p. 1) ao iniciar sua “análise teórica dos grandes economistas” do passado afirma que:

“Criticism implies standards of judgement, and my standards are those of modern economic theory. This would hardly be worth saying were it not for the fact that some writers on the history of economic thought have held out the prospect of judging past theory in its own terms. Literally speaking, this is an impossible accomplishment for it implies that we can erase from our minds knowledge of modern economics. What they have meant to say, however, is that ideas should be weighed sympathetically in the context of their times, lest the history of economic thought degenerate into a boring exercise in omniscience”.

Como um exemplo, tome-se a teoria dos rendimentos decrescentes na agricultura no *Ensaio sobre os Lucros* (1815) de Ricardo. A reconstrução racional analisa o texto com as ferramentas e a linguagem desenvolvidas por Charles Cobb e Paul Douglas em 1928, a famosa função de produção neoclássica. A função de produção Cobb-Douglas esclarece – e corrige – os deslizes verbais de Ricardo. Oferece, dessa forma, uma referência a partir da

qual os leitores modernos podem entender, debater e – como sabemos – generalizar o princípio dos rendimentos decrescentes de Ricardo da agricultura para qualquer atividade que utilize um insumo fixo. Ou tome o exemplo do problema da transformação de valores em trabalho a preços de produção em Marx. Embora reconheça méritos nas sofisticadas soluções matemáticas apresentadas no último século, Blaug (1990, p. 29) *condena*, a partir de tais “soluções”, os erros do próprio Marx: que trivialmente há equivalência entre valores e preços (ou entre mais-valia e lucros) se a composição do capital for idêntica em todos os setores; caso contrário (i.e., todos os casos viáveis) não é possível utilizar os valores em trabalho para determinar os preços relativos.

O termo “reconstrução racional” tem sua origem no filósofo da ciência Imre Lakatos, mas nele tem um tom mais internalista e Whig. Trata-se não apenas de interpretar o passado em termos do presente, mas em mostrar como uma narrativa do progresso científico pode ser elaborada pelo historiador: “Rational reconstruction rests on a particular philosophy of rational progress in science: the historian adopting such an approach ‘will omit everything that is irrational in the light of his rationality theory’” (LAKATOS, 1971, p. 106). Nota-se que a reconstrução racional no sentido de Blaug-Rorty é uma subespécie da reconstrução racional lakatosiana. O historiador das ideias econômicas seguidor de Blaug pode – mas não necessariamente irá – adotar a noção de que o presente é superior ao passado.

A reconstrução racional é, *grosso modo*, a tentativa de ler os autores do passado como se eles estivessem escrevendo no e usando os arcabouços intelectuais (principalmente modelos, formais ou verbais) do presente. Não é um exercício inteiramente desprovido de valor. Obras como *Economic Theory in Retrospect* ou *A History of Economic Thought: classical contributions* (NIEHANS, 1990), em seu esforço de formalizar as teorias do passado, podem facilitar a compreensão – assumidamente anacrônica – de um texto difícil do passado. O conhecido – e obscuro – primeiro capítulo dos *Princípios de Economia Política* de Ricardo é um caso em que as exposições algébricas de Niehans facilitam a vida do estudante. Não vemos ali – pelo menos explicitamente – um julgamento de valor sobre o esforço ricardiano, menos ainda em termos da superioridade teórica do presente.

Os julgamentos de valor aparecem explicitamente – como nos lembram Klaes (2003) e Gianetti (1996) – na chamada “história Whig” do pensamento econômico. O termo se deve à uma noção comum a alguns historiadores políticos ingleses do período posterior à Guerra Civil. Eles interpretavam a história como a culminação dos valores da democracia liberal parlamentarista, defendida pelo partido Whig. As instituições políticas do presente são consideradas, nesta concepção, como a encarnação dos ideais da liberdade e da razão. Os autores do passado são, no melhor dos casos, antecipadores do presente; no

pior, são lamentavelmente equivocados em sua miopia. O exemplo lapidar da historiografia Whig é Thomas Babington Macaulay (1800-1859), político do partido Whig que, em sua obra *History of England* (1848) interpretou a história inglesa do último quartel do século XVII como o progresso da superstição às Luzes. Contudo, como aponta Blaug (2001, p. 151, nota 7), o termo passou a ganhar frequência nos debates em história a partir do livro *Origins of Modern Science, 1300-1800* de Herbert Butterfield (1951).

Em economia, o principal proponente – inclusive “desavergonhado” – da historiografia Whig é Samuelson (1987), que defende que a história do pensamento econômico não deve ser a “exumação de autores do passado”. Considerar os textos do passado como equivalentes em importância aos do presente provoca apenas desprezo e bocejos dos colegas economistas não-historiadores:

“How Newton discerned that a homogeneous sphere of non-zero radius attracts as if all its mass were at its center point, that is part of the history of cumulative science. Say that this attitude involves an element of Whig history if you will, but remember that working scientists have some contempt for those historians and philosophers of science who regard efforts in the past that failed as being on a par with those that succeeded, success being measurable by latest-day scientific juries who want to utilize hindsight and ex post knowledge” (SAMUELSON, 1987, p. 52-53).

Note-se que a abordagem Whig tem um forte componente de juízo de valor: a economia é (1) uma ciência cumulativa; e (2) os cientistas econômicos (os que “fazem as contas”) são isolados dos membros beletristas da profissão (historiadores e metodólogos, os que “contam histórias”). O que importa é o conhecimento presente e seu avanço, os autores do passado são julgados por suas contribuições ao nosso acervo de “teorias, modelos, paradigmas, hipóteses, mensurações, etc.”, não importando suas biografias e outras informações contextuais (SAMUELSON; BLAUG; PATINKIN, 1991, p. 149).

Há uma relação entre a historiografia Whig e outro termo que aludimos acima, o internalismo. Essa não é uma abordagem, é mais uma postura, um foco narrativo: o internalismo não se ocupa com os aspectos contextuais do desenvolvimento de uma teoria ou escola de pensamento econômico; sendo assim, a postura oposta é chamada de externalismo (a fim de entender como uma teoria ou escola de pensamento veio a existir, ou como um economista propôs uma resposta a um debate, são necessárias, além das informações contidas no próprio texto, entender o ambiente social, político, cultural, religioso, etc. no qual esta resposta foi formulada). Em uma narrativa internalista, interessa apenas o desenvolvimento da teoria, modelo, instrumento, etc. em termos das preocupações internas à comunidade científica dos economistas. Claro

está que é muito raro alguma narrativa internalista que exclua completamente informações do contexto histórico mais geral e da biografia do economista (ou grupo de economistas) sob exame. O internalismo é uma questão de grau e de ênfase. Assim, por exemplo, na citação acima, pode-se ver que a postura de Samuelson é Whig e internalista. Outros internalistas, menos consistentes, são Blaug (1997) e Schumpeter (1954). Este último, ao escrever sua magistral *História da Análise Econômica*, não pôde evitar de inserir informações tanto externas quanto biográficas em sua discussão dos modelos e teorias que compõem a caixa de ferramentas analíticas do economista.

Por fim, a historiografia Whig, a narrativa internalista e boa parte das reconstruções racionais estão relacionadas com uma perspectiva metodológica a respeito da natureza da ciência que investigam. Acreditam que a economia, como uma ciência, avança do erro à verdade, num processo cumulativo (viz., SAMUELSON 1987), espelhando aquilo que se acredita – ou acreditava-se até a década de 1950 – ocorrer nas ciências naturais. Ora, esta é uma postura absolutista a respeito do desenvolvimento da ciência econômica. A verdade está concentrada nas contribuições mais recentes (que varia de cinco a vinte anos); o retorno ao passado tem por finalidade mostrar os tropeços, desvios, acertos fracassados, antecipações e vislumbres de teorias ou modelos que viriam a ser plenamente desenvolvidos apenas pelos descendentes intelectuais destes precursores. Os exemplos óbvios aqui são dados por aqueles que veem a teoria do valor-trabalho como um “desvio” de uma tradição que vai de Aristóteles aos marginalistas (KAUDER, 1953) ou dos que retratam Adam Smith como um antecipador da teoria do equilíbrio geral (HAHN, 1981). Ora, se a história da ciência econômica tem um *telos*, um ponto de chegada, composto pelo conjunto das afirmações não refutadas, é certo que este estado é superior a qualquer estado pretérito da ciência, daí o absolutismo.

Neste ponto é necessário fazer mais uma digressão metodológica. A postura alternativa – o relativismo – tem a ver com uma concepção também alternativa acerca da natureza da ciência econômica e seu desenvolvimento. Sendo uma esfera das práticas sociais, a economia se transforma com as atividades que investiga⁴. Então não apenas os autores e métodos mudam, mas o próprio objeto de investigação se transforma. Este objeto mutável implica que os métodos de análise só serão adequados na medida em que acompanhem a natureza do objeto. Daí se segue que não há necessidade lógica de que uma teoria do passado seja considerada inferior (ou equivocada) face ao nosso

4 “A teoria econômica, se é de fato uma ciência, difere das outras nisto: não há avanço inevitável da menor para a maior certeza; não há uma implacável busca da verdade que, uma vez devassada, será verdade para todo o sempre, para completo embaraço de qualquer doutrina contrária” (Gray, 1931, p. 13). Para uma

conhecimento presente. Como a discussão na próxima seção irá mostrar, as discussões econômicas do passado estão associadas a problemas, necessidades, realidades – enfim, a uma “trama de sentido” – que não podem ser comparadas com as do presente⁵, sob o risco, no mínimo, de se incorrer em anacronismo.

Mas, além disso, também não se pode garantir que o desenvolvimento da ciência econômica avançou do erro à verdade, se as próprias noções de *refutação* e *superção positiva* de controvérsias em economia ficaram comprometidas após a crítica de Willard Quine (1953) ao empirismo lógico. Colocando brevemente, esta crítica é dupla: (1) a impossibilidade de definir, de modo não ambíguo, o que é o teste de uma teoria; e (2) o fato de que todas as observações estão carregadas de concepções teóricas prévias, portanto elas logicamente não podem ser “neutras” para testar as teorias.

É totalmente possível, portanto, que as teorias do passado tenham sido substituídas pelas atuais não porque estivessem erradas, mas porque outras dominaram o debate (por modismo, efeito manada, efeito demonstração), por questões de poder no interior da comunidade científica, ou ainda porque havia interpretações divergentes sobre o significado e a importância das teorias abandonadas – neste último caso, possivelmente dando origem a escolas de pensamento distintas. É este o motivo pelo qual os “economistas mortos”⁶ nunca estão realmente mortos. Precisamos revisitá-los com certa regularidade a fim de procurar entender o que disseram, no contexto intelectual em que o disseram, com os propósitos que os levaram (ou poderiam ter levado) a dizer o que disseram (SKINNER, 1969, p. 49). No mesmo sentido, Blaug aponta que as ideias do passado passam por “ciclos de explicação” – o que, incidentalmente, rejeita a ideia de avanço linear do conhecimento econômico – nas palavras de Davis (2013, p. 55):

“Here Blaug’s view of path-dependency is subtle. It is not just that there is always a chain of connection between the past and the present which we must trace out in order to have the whole picture. That chain also comprehends many paths not taken, blind alleys, and false starts, which moreover are from time to time revived and re-explored, thus adding cycles of explanation into the history of economics, and undermining the Whig idea of linear progress. In this way, then, Blaug paints in broad-brush terms the picture of an evolutionary system in which many competing

discussão metodológica a respeito da natureza evolutiva (transformativa) do sistema econômico, ver Fucidji (2013), reimpresso como capítulo 8 deste trabalho.

5 Sobre como sustentar essa afirmação e ao mesmo tempo reivindicar a relevância da História, ver a seguir sobre a *recantation* de Blaug e a seção 5.

6 Atribui-se a Arthur Cecil Pigou ter afirmado que não há sentido em estudar “as opiniões errôneas dos [economistas] mortos” (BLAUG, 1990, p. 28; 2001, p. 154). Não pudemos encontrar a citação original.

ideas and theories interact with one another, with some prevailing at one point in time and others prevailing at others. Those ideas that lose their temporary advantage may re-appear in the future, or even cease to have any significant further role in economics. Blaug consequently goes well beyond the traditional marketplace of ideas metaphor, while still sustaining the idea that competition is a regulating force in a complex evolving world of interdependent theories and ideas”.

Desta discussão, obtemos o seguinte: a postura absolutista está desacreditada em filosofia da ciência. A historiografia Whig é uma expressão carregada de sentido depreciativo, por ser anacrônica. Mas, e quanto ao terceiro termo? É possível realizar uma boa reconstrução racional em história do pensamento econômico?

O problema central da reconstrução racional não é de natureza heurística, repetimos. Podemos formalizar o capítulo 31 dos *Princípios* de Ricardo (aliás, Alfred Marshall iniciou seus estudos de economia formalizando as proposições verbais dos *Princípios* de John Stuart Mill), ou o “problema da transformação” marxiano, ou a dinâmica populacional de Malthus – se cada um destes exercícios for útil para o ensino e para a formulação de questões de pesquisa. O principal problema é de natureza epistemológica: não podemos afirmar que a reconstrução racional seja aquilo que o texto do passado teve o propósito de transmitir. Um praticante da reconstrução racional poderia objetar que, tanto melhor, o objetivo do conhecimento superior é justamente dizer aquilo que o texto do passado “deveria ter dito” ou “realmente quis dizer” (neste último caso, uma escolha de palavras autoconfiante) ou ainda “não percebia que estava dizendo” (palavras de Samuelson em SAMUELSON; PATINKIN; BLAUG, 1991, p. 145). Podemos replicar, com Patinkin, que não temos como saber se a reconstrução racional está no texto analisado ou somente no olho do reconstrutor (idem, p. 148). Este risco é tanto mais elevado – afirmamos nós – quanto menos sabemos a respeito do texto analisado e se o estudamos fora da trama de significados composta pela obra, os debates e o conjunto da produção de seu autor (para ficar só nos aspectos internos), além dos fatores contextuais/externos de sua produção. O exercício da reconstrução racional pode ter alguma utilidade, desde que aplicado com a devida cautela de que *não é história propriamente*, e os méritos a serem obtidos devem ser avaliados caso a caso. Caso contrário, disse como disse Wesley Mitchell (BLAUG, 1997, p. 2), tal exercício não passa de “autopromoção intelectual” perpetrada por seus praticantes.

O segundo problema é de natureza ontológica. Toda reconstrução racional deve selecionar os aspectos da teoria, autor ou escola analisada que sejam

“tratáveis”, isto é, reconstruíveis racionalmente. Isso aumenta o risco epistemológico sugerido por Patinkin (a construção de espantalhos úteis) mas, pior do que isso, deforma o próprio objeto, uma vez que não levamos em conta as intenções daqueles que produziram os textos. Quentin Skinner oferece abundantes exemplos da história do pensamento político sobre como o significado do texto é deturpado e modificado pela falta de atenção à “complexa trama de sentido” no interior da qual o texto foi produzido. Produzem-se assim, mitos e absurdos históricos: um pensador da Baixa Idade Média torna-se o antecipador da teoria da separação entre os três poderes; Rousseau torna-se o patrono da democracia moderna; Smith torna-se o santo padroeiro do *laissez-faire* do século XIX... Em todos os casos a falha é a mesma: um estudo histórico atento ao contexto revelaria que os autores em questão não poderiam, ou podendo, não tinham a intenção de, realizar o que a reconstrução racional lhes atribui. Este é um problema de “informação omitida” que desfigura o objeto de estudo.

O terceiro problema poderíamos chamar de “formação intelectual insuficiente”, crítica feita por Kenneth Boulding (1971, p. 232-233), que Blaug (2001, p. 149) cita com aprovação:

“The antihistorical school, which is now so common in the United States, where the history of thought is regarded as slightly depraved entertainment, fit only for people who really like medieval Latin, so that one became a fully-fledged, chartered Ph.D. economist without ever reading anything that was published more than ten years ago ... leads to the development of slick technicians who know how to use computers, run massive correlations and regressions but who do not really know which side of anybody’s bread is buttered, who are incredibly ignorant of economic institutions, who have no sense at all of the blood, sweat and tears that have gone into the making of economics and very little sense of any reality which lies beyond their data”.

Há meio século, Boulding estava alertando para o dano que a redução das disciplinas históricas (em favor das técnicas matemáticas e quantitativas) causaria à formação do economista. Embora se aplique à redução da carga didática em história do pensamento econômico sob *qualquer abordagem*, pensamos que ela se aplica *a fortiori* à reconstrução racional, se a única imagem que o estudante encontrar nesta disciplina for a da teoria econômica moderna espelhada nos textos do passado. Pois assim se perde – além das noções de variedade e pluralidade de abordagens aos problemas econômicos e de relatividade institucional presente nos textos – a noção de transformação

do pensamento econômico: com efeito, o título do artigo de Boulding é “Após Samuelson, quem precisa de Adam Smith?”⁷.

Para finalizar, vale destacar que Mark Blaug, um dos principais defensores da reconstrução racional em história do pensamento econômico, fez uma *recantation* em historiografia. Embora Davis (2013) aponte que esta mudança pode ter se iniciado no debate, em 1991, sobre seu artigo de 1990, Blaug argumenta explicitamente *em favor* da reconstrução histórica e *contra* a reconstrução racional somente em seu artigo de 2001⁸.

Além dos problemas acima apontados para uma boa reconstrução racional, Blaug rejeita a historiografia Whig, afirmando que o mercado de ideias econômicas não é perfeito, de modo que não se pode admitir sem receios que ele tenha filtrado a verdade e eliminado o erro: “The objections against taking the market-of-ideas as anything other than a stimulating metaphor are so obvious as hardly to require discussion. In particular, markets as arbiters of quality in scholarly (or any other kind of) goods are excessively subject to bandwagon and snob effects” (BLAUG 2001, p. 148-149). Aqui temos já motivos para suspeitar que boas ideias podem ter sido deixadas para trás por motivos extra científicos. Mas, além disso, ele também subscreve a ideia de que o desenvolvimento da teoria econômica é um processo, de modo que a teoria econômica do presente só pode ser concebida como o estado final *path-dependent*. Disso decorre que para compreender adequadamente a teoria atual é necessário entender a sua evolução. E, nessa investigação, mais inclinada para a reconstrução histórica, há dois aspectos que vale a pena destacar: (1) o passado da disciplina pode ser útil para o desenvolvimento da teoria atual. Isto se torna ainda mais claro quando novas áreas de pesquisa estão se desenvolvendo: não apenas seus pesquisadores procuram entender seus objetos de pesquisa em perspectiva histórica (motivados pelas lacunas existentes na teoria atual), mas também os historiadores do pensamento direcionam suas pesquisas para estes novos temas; (2) a história do pensamento pode abarcar também a teoria recente. Evidência para isso é o desenvolvimento da historiografia recente (após 1945) da economia. Como diz Blaug (2001, p. 154) “The history of economic thought runs right up to yesterday and living economists are as much grist to the mill of historians of economic thought as dead economists”.

O que pode ter causado uma retratação tão profunda? Aqui só podemos especular. Davis (2013) sugere que “[...] he [Blaug] set out to rethink his views on historiography in economics some ten years [1991-2001] later, having

7 Para uma defesa recente da relevância da história do pensamento para a pesquisa econômica atual, ver Bögenhold (2020).

8 É curioso que, na 5ª e última edição de *Economic Theory in Retrospect* (1997), Blaug ainda mantivesse, *verbatim*, a defesa da reconstrução racional que constava na 1ª edição (1962).

experienced how a general acceptance of the method of rational reconstruction in the intervening time had worked against the history of economics”. Mas temos uma sugestão adicional. No mesmo período, Blaug manifestou fortes reservas ao formalismo da economia *mainstream* (ver BLAUG, 1999, 2003). Esta insatisfação com os rumos da ciência econômica pode ter sido responsável por uma dupla mudança de pensamento: em historiografia e em metodologia econômica. Uskali Mäki é quem fornece evidência para nossa sugestão. Escrevendo a respeito das convicções metodológicas de Blaug, ele mostra como, em sua interpretação do ensaio metodológico de Milton Friedman (1953), se afastou das metodologias instrumentalista e popperiana; é provável que tenha se afastado também da metodologia lakatosiana, que vinha experimentado declínio entre os metodólogos da economia (ver MÄKI, 2013, p. 101 para discussão e bibliografia). Mäki lamenta que Blaug não tenha sido mais claro a respeito de suas novas posições, mas faz-lhe o elogio por ser um “popperiano de segunda ordem”, ou seja, alguém capaz de submeter suas próprias crenças metodológicas à refutação preconizada por Popper.

3. Somewhere in Time: a reconstrução histórica

A reconstrução histórica (ou história intelectual) é a abordagem alternativa polar à reconstrução racional. Waterman (1998, p. 303) oferece a seguinte definição:

“Intellectual history signifies a sustained, scholarly attempt to understand the meanings that the texts of past authors had for themselves and for their contemporaries, and which does so in part by locating those texts in their context, The key terms of this definition-“understand,” “meaning,” “text,” and “context” are neither innocent nor uncontroversial. I shall use them, so far as possible, in the manner of Quentin Skinner (1969; see also Tully 1988). It should be noted that “context” includes both the “objective,” “material” circumstances so dear to Marxists and the merely intellectual features of the “conversation(s)” in which one’s authors were engaged. Therefore intellectual history must be both “externalist” (loosely called “relativist”) and “internalist” (loosely called “absolutist”) in method⁹.

Ora, este desiderato é, aparentemente, trivial: os historiadores das ideias sempre buscaram entender seus objetos em seu contexto. Há algo mais

9 Note que a reconstrução histórica é tanto internalista quanto externalista. Porém, não seguimos Waterman em usar intercambiadamente os termos internalismo/absolutismo e externalismo/relativismo. Enquanto o primeiro e o terceiro são ênfases narrativas, o segundo e o quarto envolvem concepções metodológicas a respeito da ciência econômica. Ver também Winch (1998, p. 356-358).

profundo: a *diferença específica* desta abordagem é, justamente, o reconhecimento de que, quando vamos ao texto do passado, estamos necessariamente carregados de nossas concepções do presente, as quais é preciso abandonar, para “recuperar o sentido” do texto em seu próprio contexto.

De acordo com Richard Whatmore, o historiador intelectual sempre começa com as palavras. Ele preocupa-se com aquilo que é dito e, a partir do entendimento dos complexos de significados expressos nas declarações, reconstrói o pensamento do passado, ou seja, “Intellectual historians whether dealing with sophisticated philosophical utterances, longstanding cultural practices or spontaneous expressions of national prejudice, seek to explain the origin and extent of such opinion, history of which is never straightforward” (WHATMORE, 2015, p. 6-7). Para melhor compreender a abordagem é preciso, portanto, tratar algumas questões de filosofia da linguagem com algum detalhe.

Entre as diversas questões que assombram os estudiosos da história das ideias está uma suposta “relação colaborativa” entre um autor e seus leitores. Uma relação algo possessiva: para entender a mensagem o leitor deveria apropriar-se dela, como se fosse de sua própria lavra. Este argumento, no entanto, apresenta alguns pontos que merecem uma reflexão mais aprofundada. A aproximação bem-sucedida entre autores e leitores se dá quando cada ato de comunicação é alcançado pelo comunicador em diversos níveis de adaptação, com o proveito do público que ele tem em mente. Estes compreendem a mensagem por compartilhar a mesma língua, a linguagem, as mesmas experiências e a cultura na qual a informação é transmitida (WALTON; LONGMAN III, 2019, p. 13-14).

Mas como esperar que um comunicador esteja adaptado e seja eficiente para uma audiência desconhecida que não compartilha de seu tempo e de suas referências? Muito difícil entender tragédia grega, distantes que estamos de Sófocles, como lembra Nietzsche. E os leitores devem aprender a ler e compreender as mensagens dentro de contextos, tradições e linguagens muitas vezes distantes de sua realidade. A tradição hermenêutica busca responder a esses dilemas, ocupando-se com a interpretação da linguagem e a teoria da compreensão. O princípio da boa vontade serve como um ponto de partida. Devemos aceitar que o que foi escrito faz sentido e traz uma verdade, um retrato da realidade, para o autor. Em caso de dúvida, o intérprete – o hermenauta – deve se esforçar para elucidá-la. Outro aspecto central para essa tradição é a noção de “círculo hermenêutico”, onde as partes da mensagem só podem ser compreendidas a partir do todo, mas esse todo só pode ser percebido pela compreensão das partes.¹⁰

10 Para uma análise mais detalhada da tradição hermenêutica, ver Schmidt (2014).

Para Wilhelm Dilthey (1833-1911), a *compreensão metodológica* é o procedimento técnico adequado para as ciências humanas, ficando as explicações causais no âmbito das ciências da natureza. Essa *compreensão metodológica* é o processo pelo qual podemos acessar e compreender as manifestações da vida e da obra de autores, sejam eles contemporâneos ou históricos. Dilthey (2014) percebe a linguagem como a expressão mais abrangente da vida interna dos indivíduos. Por isso, a hermenêutica enquanto compreensão interpretativa das expressões linguísticas é o modelo para o método nas ciências humanas.

A compreensão metodológica dos hermeneutas dialoga diretamente com o *historicismo* e sua necessidade de contextualizar no tempo e em tradições específicas seus objetos de investigação. Autores como Robin G. Collingwood (1889-1943) apostam em uma identificação fundamental entre o leitor que interpreta e o autor que é interpretado. Isso é possível ao percebermos as circunstâncias particulares dos objetos de análise e as tradições e linguagens que estes compartilham. Neste aspecto, para entender a tragédia grega temos que – literalmente – entender a realidade e manipular a linguagem como Sófocles o fazia. Para Collingwood isso é possível a partir da *imaginação histórica*. Esta deve ser associada ao “critério da verdade histórica”, ou seja, a ideia de que a história, sendo um tipo de conhecimento dedutivo daquilo que é transitório, não pode extrair certezas das fontes porque é a veracidade das afirmações da própria fonte que está em questão.¹¹

É o papel do historiador das ideias reconstituir a historicidade das fontes. Collingwood nos alerta para o princípio da boa vontade dos hermeneutas, mostrando que mentiras sinceras também estão presentes nas obras a serem interpretadas e que a transitoriedade do tempo transforma tradições e a própria ação humana. Um bom exemplo de uma abordagem crítica da veracidade plena das fontes, respeitando a percepção da transitoriedade da ação humana é o *contextualismo* da chamada “Escola de Cambridge” de historiadores do pensamento político.

Tais historiadores trataram seu tema como fariam com qualquer assunto de investigação histórica: isto é, aproximando seu objeto de estudo com imparcialidade, e não como uma ocasião para exortação moral; atacando a gama completa de provas; envolvendo-se em estudos de fontes críticas; rejeitando o anacronismo e evitando a teleologia. Esse historicismo completo pode ser utilmente contrastado com duas outras abordagens que dominaram a paisagem antes de seu surgimento no debate em torno da história do pensamento político: a análise abstrata de ideias passadas desconectadas de seu contexto histórico e a avaliação normativa de pensadores desaparecidos como um complemento à filosofia política.

11 Collingwood (2004). Sobre a noção de “critério de verdade histórica”, ver Arrais (2009).

Assim, a partir da década de 1940 alguns historiadores estabelecidos na Universidade de Cambridge passaram a reinterpretar textos fundantes do pensamento político moderno. Peter Laslett (1915-2001) transformou os estudos acerca das ideias de John Locke (1632-1704) ao contestar a tradição em torno dos *Dois tratados sobre o governo civil*. Estudiosos destes tratados, um texto com uma fortuna crítica de mais de duzentos anos, localizavam sua redação após a queda de Jaime II (1633-1701) em dezembro de 1688. Locke teria redigido o documento para legitimar a ascensão de Guilherme de Orange (1650-1702) e de Maria II (1662-1694) ao trono dos Stuart após a Revolução Gloriosa. A partir da crítica interna e externa do texto, do cotejamento com outros documentos de autoria do próprio Locke e de sua atuação política junto ao 1º Conde de Shaftesbury, Laslett foi capaz de contextualizar esboços do texto que seria publicado como os *Dois tratados* ainda nos anos de 1660.¹²

Os trabalhos de J. G. A. Pocock (n. 1924) também são importantes. O historiador neozelandês utiliza a concepção de *linguagens* ou *discursos políticos* como um instrumento operacional para a identificação do sentido e do alcance das categorias escolhidas por um autor. Assim, ao invés de analisar a obra de um determinado indivíduo como uma etapa na constituição de um argumento situado fora da história, Pocock procurou considerá-la no contexto em que aquele vivera. Para tanto, é preciso partilhar com os contemporâneos dos autores estudados um vocabulário específico e determinados esquemas de raciocínio, que, ao esclarecer alguns aspectos da realidade e, ao mesmo tempo, obscurecer outros, fazem da leitura das correntes de pensamento do tempo estudado, um diálogo particular, histórico (POCOCK, 2010; ver também POCOCK, 2003).

Em história do pensamento econômico, a aplicação deste método contextual também gera resultados interessantes. Tome-se como exemplo os esforços de Hont e Ignatieff (1983) e Winch (1978) para recuperar o contexto de Adam Smith, desfazendo assim a pré-concepção dos economistas de que o filósofo moral escocês feito economista seria um defensor do liberalismo *tout court*. Pelo contrário, o que Winch (1997) mostra é que cada geração interpretou Smith de acordo com seus próprios interesses, indo de encontro à intenção original. Ou ainda a reconstrução histórica a respeito do pensamento de Robert Malthus por Waterman (1991) e Winch (1996). O pároco anglicano que resulta destas obras está longe da caricatura oferecida pelos manuais de História do Pensamento Econômico, que seguindo as invectivas de Marx, o retratam como um reacionário, defensor da aristocracia agrária e, portanto,

12 Locke foi patrocinado durante grande parte de sua carreira por Anthony Ashley Cooper, 1º Conde de Shaftesbury (1621-1683). Cooper ocupou cargos de destaque após a restauração da monarquia, como o de Chanceler do Tesouro e teve uma conturbada participação política durante o período. Ver Laslett (1998).

condenado ao lado perdedor da História da ascensão burguesa. Pelo contrário, o Malthus que emerge destes ensaios de história intelectual é alguém que agiu como um árbitro entre William Goodwin e Edmund Burke, preocupado com o crescimento e a insalubridade das cidades industriais, com os problemas de ajustamento da economia no curto e no longo prazo e, finalmente, que atuou como intermediário entre as versões secular e cristã da economia política após a morte de Ricardo (Waterman, 1998, p. 310-312). Não é muito para restabelecer a reputação do “dismal economist”, mas certamente é um autor menos repugnante do que o retratado pelo saber convencional. Menos conhecido, mas igualmente interessante, é o trabalho de Loïc Charles e Philippe Steiner a respeito do pensamento político de Quesnay. Eles mostram que, de modo contrário ao senso comum de que existiam resquícios feudais no pensamento do médico-economista, o despotismo legal em Quesnay está em sintonia com a limitação do poder do soberano (i.e., conforme o pensamento da Ilustração), cercado de conselheiros esclarecidos (por certo fisiocratas) que impediriam o rei de ser tentado a infringir as leis naturais (ver STEINER, 1998, cap. 4 e CHARLES; STEINER, 1999, p. 84-85).

Talvez o historiador mais associado ao método contextualista seja Quentin Skinner (n. 1940). Ele nos alerta sobre os riscos que o historiador sofre ao interpretar fontes sem relacionar seus significados a seu uso, seu emprego particular aos sentidos originais de suas ideias. É necessário se precaver e diferenciar lugares comuns das ocorrências específicas. Isso quer dizer que o foco da pesquisa não deve ser reduzido à história da ideia, mas voltado para seus usos pelos agentes históricos, compreendendo suas intenções e suas ocorrências.¹³

Skinner argumenta que o entendimento dos significados de uma determinada obra deve ser realizado pela recuperação das intenções do autor (mesmo quando este tem a intenção de cifrar suas verdadeiras intenções) no ato da escrita e na reconstituição do contexto das convenções linguísticas nas quais o texto e seu público estão imersos. É necessário historicizar o contexto linguístico, o vocabulário normativo, as ideologias, ou seja, a matriz social e intelectual na qual autor e leitores estão inseridos. Para isso, também é necessário desvelar tanto textos “menores” com contribuições mais efêmeras, quanto os textos canônicos com pretensão de contribuições perenes.¹⁴

13 Ver Skinner (2002), que é uma versão algo menor do artigo seminal de 1969. Esta versão (mais curta e mais recente) foi traduzida para a língua portuguesa e publicada como Skinner (2017). Outro artigo em que Skinner desenvolve de forma pormenorizada sua proposta de metodologia foi publicado por Tully (1988), uma obra na qual diversos autores apontam incongruências e sugerem releituras em seu método.

14 Para uma apresentação da metodologia proposta por Skinner, suas polêmicas com os teóricos do pensamento político e seu posicionamento dentro da historiografia das ideias, ver Feres Júnior (2005); Silva (2010) e Souza (2008).

Na busca por reconstituir as intenções dos autores e os usos de vocabulários normativos, Skinner dialoga diretamente com a obra de dois filósofos: John L. Austin (1911-1960) e Ludwig Wittgenstein (1889-1951). Eles são importantes para a definição dos *atos de fala*. O historiador deve recuperar do passado os traços distintivos das “intervenções” intelectuais, e não seus significados ideais. Textos como *O Leviatã* de Hobbes ou os *Dois tratados sobre o governo civil* de Locke deveriam, portanto, ser considerados nesse sentido como formas de ação no mundo – como peças de defesa argumentativa, em vez de teorias ideais.

Austin apresenta os *atos de fala* como “coisas” feitas com palavras, onde qualquer sentença pode ser usada para realizar uma variedade de atos linguísticos. Palavras, enunciados e elocuições são como ferramentas que podem ser utilizadas e rearranjadas para fazer diversos trabalhos. Os significados das sentenças vêm de seu uso. Saber como usar a palavra corretamente é saber o seu significado. Saber como usar uma palavra ou frase corretamente é conhecer as regras e convenções para o seu uso correto. Regras e convenções não são imagens ou coisas. Regras e convenções só existem num contexto social de instituições e costumes.¹⁵

Outra contribuição de Austin é a noção de ato ou enunciado *performativo*, onde o falar, ou o escrever, implicam em um fazer, diferenciando estes atos de meras descrições. Estes *performativos* realizam ações. Como não são meras descrições, não podem ser avaliados como verdadeiros ou falsos.¹⁶

Seguindo esse argumento, os historiadores, ao considerar um tratado político como um *enunciado performativo* devem historicizar seu processo editorial – sua redação e publicação – como um ato ou uma ação que foi concretizada. Uma ação com intenções pré-estabelecidas e com resultados práticos. Mas como reconstituir as convenções linguísticas disponíveis em um determinado contexto histórico?

Ludwig Wittgenstein afirmou que a linguagem é pública. Sua utilização é cotidiana: as palavras, os enunciados e as elocuições geralmente são ferramentas para fazer vários trabalhos. Dar significado à linguagem implica, necessariamente, seguir convenções, regras para o uso de expressões em nossa comunicação cotidiana. Os usos dos elementos da linguagem são como lances em um jogo regido por regras e fazem parte de toda a teia de nossa vida. Para o filósofo austríaco,

15 Austin (1962). Usamos a tradução para a língua portuguesa de 1990.

16 Ver Austin (1990, p. 21-29). Para uma avaliação das forças e fraquezas da chamada performatividade da ciência econômica e a discussão da associação desta noção com os atos de fala austinianos, ver Fucidji, Neris Júnior e Almeida (2021).

“Não é possível um único homem ter seguido uma regra uma única vez. Não é possível uma única comunicação ter sido feita, uma única ordem ter sido dada ou entendida uma única vez etc. – Seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez, são *hábitos* (usos, instituições)”.

“Compreender uma frase significa compreender uma língua. Compreender uma língua significa dominar uma técnica” (WITTGENSTEIN, [1953] 2014, p. 113).

Dominar a técnica, ou compreender a língua utilizada nas obras a serem analisadas é o ponto de partida do historiador. A noção de que a comunicação é baseada em regras pré-estabelecidas abre a possibilidade de inserir na análise a variante cronológica. Perceber a língua como uma instituição, ou até mesmo um hábito, posiciona a linguagem na esfera das relações sociais passíveis de transformações no tempo.

Esta percepção de instituições e costumes que se transformam no tempo também está presente em outra influência de Skinner, o físico e filósofo norte-americano Thomas Kuhn (1922-1996). Ao propor o conceito de *paradigma*, Kuhn ([1970] 2003) buscou entender a atividade científica contextualizada com traços particulares e características próprias das sociedades nas quais os iniciados – os cientistas – estavam inseridos. Paradigmas são transitórios na dinâmica do processo de pesquisa científica: mais do que um processo cumulativo de inovações e descobertas, a ciência avança quando paradigmas são superados e tornam-se inválidos.

A partir dessas reflexões filosóficas, Quentin Skinner elenca algumas concepções relacionadas ao estudo do pensamento político. A primeira é o abandono da noção de que o objetivo do historiador das ideias é interpretar um cânone de textos clássicos. Para compreender um contexto linguístico, suas regras e instituições, devemos utilizar a maior diversidade de fontes que compartilham essas convenções. Daí não podemos afirmar que alguns textos canônicos possuem uma sabedoria atemporal na forma de ideias universais de relevância perene. São obras produzidas dentro de contextos históricos específicos. Por isso, também não é adequado ler fontes históricas como se estas fossem escritas por nossos contemporâneos¹⁷.

17 Fiel a esse sentido forte da distância entre autores do passado e os usos contemporâneos que fazemos de suas ideias, Winch (1962, p. 198) chega ao extremo de afirmar que não vale a pena manter o ensino de história do pensamento econômico nos currículos de graduação na versão da reconstrução racional, nem por motivos pedagógicos: “I can think of nothing more contrary to the real interests of the subject than the process of dilution which occurs when fragmentary, conventionalised versions of the history of economic ideas are injected into courses of economics. This practice serves to bring the subject into disrepute, for students cannot be expected to give serious attention to a subject which has neither relevance to their economics nor

A abordagem contextualista pode ser utilizada na compreensão da história das ideias econômicas? O tipo de texto a ser interpretado também condiciona a interpretação? Existem trabalhos que demonstram que a resposta para ambas as perguntas é positiva. Utilizaremos, como exemplo, a obra de uma figura histórica considerada um dos primeiros autores de textos de teor econômico no contexto histórico luso-brasileiro: o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742-1821).

Suas ideias políticas, econômicas e sociais foram publicadas, seja em livros, seja em opúsculos, encontrando ampla divulgação no Império Português e no estrangeiro. O *Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal e suas Colônias*, por exemplo, foi um dos textos de teor econômico e político – em língua portuguesa – com maior difusão na Europa nos anos finais do século XVIII e no princípio do século XIX. Além de suas três edições portuguesas (de 1794, 1816 e 1828), foi publicado em inglês (em 1801, 1806 e 1807), alemão (em 1801 e 1808) e francês (em 1803).¹⁸

Para o historiador Fernando Novais (1979, p. 230-231), Azeredo Coutinho sofria com o grande dilema do reformismo ilustrado português: a difícil manutenção do ponto de equilíbrio entre a assimilação do pensamento crítico das Luzes e a contenção de seus efeitos contestatórios ao Absolutismo e ao Sistema Colonial. O raciocínio do bispo fluminense é um exemplo consumado de mercantilismo ilustrado: incapaz de pensar a economia do Império Português fora de um mercantilismo bafejado pela Ilustração. Nesse sentido, a visão mercantilista da colonização mantém-se na base de suas reflexões econômicas.

No entanto, é possível perceber nas proposições do bispo economista argumentos de uma tradição específica: a Segunda Escolástica típica do debate ibérico durante a Idade Moderna e associada à Universidade de Salamanca. Predicações como a censura aos monopólios, a distinção entre moeda e riqueza, a crítica ao aumento superficial do valor do numerário corrente, são articuladas não a partir dos suspeitos óbvios – autores da economia política setecentista –, mas através da retomada de religiosos dos séculos XVI e XVII.

Azeredo Coutinho reinterpretou suas referências, descontextualizando-as e utilizando apenas os argumentos que lhe eram favoráveis. Um exemplo disso é seu olhar em torno dos autores salmantinos. Seu conceito de *voluntarismo individual* não é associado ao “perigoso” *humanismo democrático*.

a respectable core and interest of its own”. Em outra passagem, ele considera que a reconstrução racional não passa de “an attempt to employ history as a means of advancing their own interpretations of what the modern version of the science should or should not encompass, and the means by which it should do so” e que isso pode “exert a coercive influence on our understanding of the past”, à qual é dever do historiador intelectual opor resistência (WINCH, 1996, p. 387). Ver, no mesmo sentido, Winch (2000).

18 Para a difusão dos textos do bispo Azeredo Coutinho, ver Cantarino (2016).

A responsabilidade social de cada indivíduo não é associada à liberdade de consciência e, muito menos, pode ser abstraída para o conceito de pacto social entre as gentes e a autoridade estabelecida.

Outra forma de releitura descontextualizada é o uso que o autor faz das ideias do cameralismo germânico. Em suas memórias, Azeredo não dá ênfase no fundamental dessa tradição econômica – a formação de uma burocracia e o refinamento dos instrumentos de fiscalização estatal –, mas cita breves passagens para justificar sua escolha pela construção de uma marinha capaz de transportar o produto do comércio imperial e defender os territórios da Monarquia. Tudo isso desvela certa dose de superficialidade nas ideias do prelado. Assim, seus argumentos podem ser vistos como uma espécie de corte e colagem de tradições díspares, sem a verdadeira compreensão dos fundamentos teóricos em questão (CANTARINO, 2012).

Não sendo possível tratar as críticas e respostas que a reconstrução histórica recebeu, mencionemos apenas duas. Primeiro, Blaug (1990), Waterman (1998) e Hollander (1998), afirmam que para evitar os perigos do anacronismo e da teleologia, a reconstrução histórica “lê os textos pretendendo ignorar o conhecimento do futuro”. É como se o historiador tivesse que (ou fosse acusado de ser ingênuo por tentar) *esquecer tudo o que ele sabe sobre o presente*, para poder entender o contexto do passado. Winch (1998, p. 353) responde a esta crítica dizendo que, além de ser impossível, é desnecessário. Basta não atribuir poderes de vidência aos textos ou autores estudados. Segundo, se existe um hiato historiográfico, e a evidência está sujeita a interpretação, o que impede o *anything goes* da reconstrução histórica? Winch (1998, p. 354) alerta para o perigo do relativismo extremo (“History could then truly become a set of games played upon the dead”) e recorre ao compromisso com a evidência factual, um ponto que Skinner (1969, p. 28) também enfatiza: o compromisso com a verdade factual (a interpretação não pode impor-se contra a evidência) é o ideal regulador da narrativa.

4. Being There: sobre as tendências recentes

Até aqui usamos o termo historiografia no sentido de “métodos de escrita da história”. Nesta seção, usaremos o termo em outra acepção, qual seja, o de “meta-narrativa” da disciplina. Procuramos identificar os rumos da história do pensamento econômico nos últimos vinte anos para avaliar em que medida tais desdobramentos foram afetados pelas discussões precedentes. É preciso deixar claro que faremos aqui apenas apontamentos, sugerindo pontos para pesquisa adicional, em lugar de uma discussão mais detalhada.

Não seria equivocado afirmar que as mudanças recentes na história do pensamento econômico foram motivadas pelo que poderíamos chamar de “fantasma da irrelevância”, muito debatido na virada do século, em que se lamentava a redução das horas dedicadas ao ensino da disciplina nos programas de graduação, a redução dos espaços institucionais (periódicos de prestígio, conferências, etc.) e seu virtual desaparecimento dos programas de pós-graduação nos EUA e na Europa.

Neste contexto, chegou-se a sugerir que os historiadores da economia deixassem os departamentos de economia e se juntassem aos departamentos de história, o que traria várias vantagens: um ambiente institucional mais receptivo e respeitoso (pois parece ser universal o tratamento desdenhoso que os historiadores recebem de seus colegas, os “cientistas de verdade”); valorização da especialização em História da Ciência, escrita em maiúsculas, e em lugar das histórias Whig escritas nos departamentos de origem; decorrente disto, perspectivas de carreira também mais promissoras. Essas discussões começaram com o artigo “Breaking away” de Margaret Schabas (1992), e se seguiram com Emmett (1997), Weintraub (2002), Schabas (2002), Moscati (2008) e Chassonerry-Zaïgouche, Herfeld e Pinzón-Fucks (2018). Este último *survey* discute não apenas a “localização institucional” dos historiadores da economia, mas também a mudança de temas e de métodos.

Em primeiro lugar, não é viável pensar que os economistas que pesquisam a história de sua disciplina sejam realocados nos departamentos de história. Chassonerry-Zaïgouche, Herfeld e Pinzón-Fucks (2018, tabela 3) fizeram um levantamento de 205 artigos publicados nos periódicos especializados em história do pensamento econômico em 2016 e 2017. Eles mostram que 64,8% dos autores são afiliados a departamentos de economia. Estes profissionais se vêem como economistas *pesquisando em economia*. Cumpre então lidar com o fantasma da irrelevância. Os historiadores da economia têm feito isso modificando os seus focos narrativos e seus métodos.

A sugestão de narrar a história do pensamento econômico nos moldes dos estudos da ciência e da sociologia do conhecimento científico tem sido seguida. Nesta linha de pesquisa há uma bifurcação. De um lado, histórias mais descritivas, que evitam qualquer compromisso metodológico que não seja o construtivismo¹⁹, visando narrar como uma determinada teoria – ou objeto, mais recentemente – foi elaborada, sem fazer defesas ou explorar as motivações dos autores. Weintraub (1996) é a referência deste lado da bifurcação. Ele orienta os historiadores da economia que evitem fazer “defesas”

19 Usamos o termo da aceção dada por Backhouse (1992) em sua discussão das críticas feitas por Deirdre McClosky (1985) e Weintraub (1989) à metodologia econômica. Ver também Mäki (1994).

de seus objetos de estudo, no sentido de vindicarem a adequação de tal ou tal filosofia da ciência aos temas historiados. Não se deve fazer *claims*. Uma boa contribuição para a história do pensamento, diz ele, limita-se a descrever o que foi feito e como foi feito. Um resumo adequado desta posição é dado Ivan Moscati (2008, p. 86):

I share the need expressed, for example, by Weintraub (1996), to raise the historiographical standards of HET contributions, and I also believe that papers claiming that some past economist got it right should be submitted to a theoretical journal rather than to an historical one. However, insightful and well-researched “thin” histories of analysis written à la George Stigler, John Chipman, or, for Italian readers, à la Claudio Napoleoni, often are more interesting and instructive than, for instance, conspiracy “thick” tales à la Mirowski, and should not be dismissed from HET’s top journals”.

O outro lado da bifurcação é representado pelo citado Philip Mirowski, que tem escrito histórias densas (sem aspas) sobre as origens do marginalismo na física do século XIX (1989), das transformações na teoria *mainstream* a partir da Guerra Fria (2002), e o surgimento da ideologia neoliberal (2009). Esta vertente também está inspirada no construtivismo, mas, ao contrário da anterior, não evita um engajamento crítico com os temas tratados.

Esta discussão indica uma segunda mudança. O aumento do interesse, na literatura, por períodos mais recentes e personalidades menos conhecidas (MARCUSO; ZACCHIA, 2016, seção 3). Ela visa tornar o historiador mais relevante por tratar de temas que (1) fazem parte da pesquisa atual dos colegas não-historiadores; e (2) viabilizam uma compreensão mais profunda a respeito da origem e do significado de conceitos e teorias; (3) ampliam a cobertura da história do pensamento, tradicionalmente concentrada no estudo dos clássicos do passado distante (ver MOSCATI, 2008, seção 3). É evidente que isso exige que o historiador tenha ou adquira mais familiaridade com as ferramentas técnicas que estas teorias recentes utilizam. Mas este é exatamente o ponto da metodologia construtivista: entender o que é a ciência a partir do que a ciência faz²⁰.

Uma terceira mudança é a ampliação temática e das fontes. Enquanto a pesquisa tradicional em história do pensamento trata teorias, autores e ideias, a pesquisa mais recente trata objetos (como modelos, gráficos, blogs, técnicas de mensuração) e conceitos (KLAES, 2001), como concorrência, agente representativo, microfundamentos, equilíbrio, demanda, etc. As fontes também se multiplicaram: se antes os pesquisadores trabalhavam com o

20 O mesmo ponto é proposto por Stapleford (2017), buscando aplicar a teoria francesa do ator-rede à história da produção do conhecimento econômico.

material publicado, a partir deste século a pesquisa em arquivos tornou-se corrente, além de se proporem também a prosopografia (biografias coletivas; por exemplo, DÜPPE; WEINTRAUB, 2014), seminários com as testemunhas (isto é, com um grupo seletivo de testemunhas de um dado evento histórico; ver MAAS, 2018); entrevistas; e memórias (para todas estas mudanças, ver a coletânea organizada por DÜPPE; WEINTRAUB, 2019). Discute-se também a adequação dos métodos quantitativos aplicados ao estudo da história do pensamento econômico, tais como análise de redes, bibliometria e data-mining em textos (chamado de *topic-modelling*) – ver o número especial do *Journal of Economic Methodology* intitulado “Not Everything that can be Counted Counts: Historiographic Reflections on Quantifying Economics”, organizado por José Edwards, Yann Giraud e Christophe Schinkus (2018).

Podemos nos perguntar sobre o sentido destas transformações. Basicamente elas apontam em duas direções. Em primeiro lugar, um certo esgotamento dos debates metodológicos de cerca de três décadas atrás. De um lado, como afirma Davis (2013, p. 61), ninguém mais leva a sério a reconstrução racional como pesquisa histórica (talvez, diz ele com ironia, por não ter defensores tão competentes quanto Samuelson). De outro, a “historicização da economia recente” (o termo é de EDWARDS, 2020, p. 19) torna menos premente a busca do sentido e do entendimento original de um texto (que seria totalmente indispensável em um texto de um século ou mais atrás), como preconizado pela reconstrução histórica, embora esse cuidado ainda seja necessário.

Em segundo lugar, vemos (a exemplo do que vem acontecendo na própria teoria econômica) uma tendência à fragmentação da pesquisa. Ela parece ter como objetivo mais responder a questões pragmáticas e aplicadas do que fazer a exegese dos grandes autores dos séculos XVIII e XIX – embora isso ainda seja mais uma direção do que a tendência dominante. Os estudos tradicionais ainda têm a *upper hand* e, para eles, a reconstrução histórica continua sendo uma metodologia incontornável.

5. Comentários finais

A reflexão sobre o que é, como deve ser feita e como deve ser ensinada a história das ideias econômicas vem apresentando modificações muito interessantes no último meio século (WEINTRAUB, 1999; GÓMEZ-BETANCOURT; TOBÓN, 2009; COHEN; EMMETT, 2013; EDWARDS, 2020). A razão para essas mudanças são, como apontamos no texto, derivadas dos deslocamentos causados pela “virada linguística” dos anos 1960. Assim, metodologias que se apoiavam numa concepção de ciência nos moldes do

empirismo lógico, do Popper maduro e de Lakatos foram desafiadas. Em seu lugar, foram propostas metodologias construtivistas, voltadas à questão de como a ciência é feita na prática das comunidades científicas.

Na história das ideias, essa mudança ocorreu pela crítica à noção de que o conhecimento econômico (ou em geral) seja cumulativo, suposto fundamental para a reconstrução racional, seja no modo Whig ou não. Apontamos diversas críticas a esse tipo de narrativa histórica, que impedem sua aceitação como história. Contudo, admitimos que estes exercícios possam ter valor pedagógico ou heurístico desde que se esteja ciente do inevitável anacronismo que está neles embutido. Neste ponto, nos afastamos de Winch (ver acima, nota 15) e nos aproximamos da defesa original que Blaug (1990) fez da reconstrução racional.

É evidente que tais exercícios não podem prescindir de – na verdade devem ser suplementados por – estudos que sejam fiéis ao registro histórico, como preconizado pela reconstrução histórica. A crítica da reconstrução racional mediante exemplos de como somos levados a construir noções fantasiosas e personagens que nunca existiram (a não ser em nossas interpretações superficiais e seletivas) talvez seja a maior contribuição da reconstrução histórica (ou história intelectual ou história contextual) para a historiografia. Por ela somos convidados à revisão de nossas concepções estabelecidas a respeito do passado, num estudo que não tem *telos*, tanto porque o material pode sempre apresentar novas perspectivas (devido, por exemplo, ao “hiato historiográfico”), mas também porque a releitura do passado, como mostram os textos de Blaug (2001) e Davis (2013), é recorrente. Um debate ou ideia é dado por encerrado, apenas para ser redescoberto décadas depois, e então novamente “arquivado”...

A própria ciência econômica está se modificando, o que deve ser um bom motivo para não se temer o “fantasma da irrelevância”: com novas áreas de pesquisa se desenvolvendo e à medida que a teoria econômica se distancia dos temas tradicionais – e trafica na fronteira com psicologia, biologia, neurociência, letras, filosofia, sociologia, etc. – a percepção de lacunas de informação na teoria estabelecida deve mover a busca (e recuperação) de ideias e teorias esquecidas (DAVIS, 2013, p. 61-62). Tal é o caso por exemplo, das trocas entre economia e psicologia (BRUNI; SUGDEN, 2007).

Ao mesmo tempo, a história do pensamento econômico tem, ela também, se modificado ao incorporar toda uma série de novos métodos e fontes de pesquisa antes negligenciadas. Assim, por exemplo, a história oral e o tema da história e memória são corriqueiros em história, mas apenas recentemente discutidos por historiadores da economia. Essa profusão de novos temas, métodos e fontes tem em comum uma inclinação mais descritiva e

menos normativa, em contraste com as narrativas tradicionais. Também aponta para uma maior fragmentação (e conseqüente especialização) no interior da disciplina. Embora importantes, estas mudanças são apenas tendências que ainda não são dominantes. Os estudos tradicionais ainda mantêm seu espaço, com novos trabalhos explorando os temas e autores consagrados (chamados de estudos *on the shoulders of giants* – OTSOG). Da mesma forma, Klaes (2003, p. 492) afirma que “most contributions to the debate have dismissed Whig history of economics, but as a genre it continues to be alive and well in the field”.

No geral, este nos parece ser um panorama de muita vitalidade e florescimento em nossa área. Sendo otimistas, no final do dia, o respeito às fontes (uma forma de realismo) pode controlar os construtivistas e os reconstrutores racionais mais exacerbados. A história das ideias é, como disse Karen Vaugh (1993, p. 181-182) um espaço propício ao pluralismo. Usando uma metáfora bíblica, poderíamos dizer que é uma mansão com muitos aposentos.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Cristiano A. Imaginação histórica e pensamento mediado na obra de R. G. Collingwood. *In: 25º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Anais [...]*, Fortaleza, 2009.

AUSTIN, John L. **How to Do Things with Words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer. Palavras e ação**. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AZEREDO COUTINHO, José Joaquim da Cunha de. **Ensaio Econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias**. Lisboa: Banco de Portugal (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Econômico Português, v. 3), 1992.

BACKHOUSE, Roger E. The constructivist critique of economic methodology. *Methodus*, v. 4, n. 1, p. 65-82, jun. 1992.

BLAUG, Mark. **Economic Theory in Retrospect**, 5. ed. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

BLAUG, Mark. No history of ideas please, we're economists. *Journal of Economic Perspectives*, v. 15, n. 1, p. 145-164, inverno de 2001.

BLAUG, Mark. On the historiography of economics. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 12, n. 1, p. 27-37, primavera de 1990.

BLAUG, Mark. The formalist revolution of 1950s. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 25, n. 2, p. 145-156, jun. 2003.

BLAUG, Mark. The formalist revolution or what happened to orthodox economics after World War II? *In: BACKHOUSE, R. E.; CREED, J. (eds.). From classical economics to the theory of the firm: essays in honour of D. P. O'Brien*, p. 257-280. Cheltenham: Edward Elgar, 1999.

BÖGENHOLD, Dieter. History of economic thought as an analytic tool: why past intellectual ideas must be acknowledged as lighthouses for the future.

International Advances in Economic Research, v. 26, n. 1, p. 73-87, fev. 2020.

BOULDING, Kenneth E. After Samuelson, who needs Adam Smith? **History of Political Economy**. v. 3, n. 2, p. 225-237, outono de 1971.

BRUNI, Luigino; SUGDEN, Robert. The road not taken: how psychology was removed from economics, and how it might be brought back. **Economic Journal**, v. 117, n. 516, p. 146-173, jan. 2007.

CANTARINO, Nelson M. **A razão e a ordem**. O bispo José Joaquim de Azeredo Coutinho e a defesa ilustrada do Antigo Regime português (1742-1821). São Paulo: Alameda Editorial, 2016.

CANTARINO, Nelson M. Conjugando tradições: o pensamento econômico do bispo Azeredo Coutinho entre a herança ibérica e as ideias ilustradas setecentistas (1791-1816). **História Econômica & História de Empresas**, v. 15, n. 2, p. 167-195, 2012.

CHARLES, Loïc; STEINER, Philippe. Entre Montesquieu et Rousseau: la Physiocratie parmi les origines intellectuelles de la Révolution française. Études Jean-Jacques Rousseau, Rousseau: **Économie politique**, Montmorency: Musée Jean-Jacques Rousseau, v. 11, p. 83-159, 1999.

CHASSONERRY-ZAÏGOUCHE, Cleo; HERFELD, Catherine; PINZÓN-FUCKS, Erich. New scope, new sources, new methods? An essay on contemporary scholarship in history of economic thought journals, 2016-2017. Duke University – Center for the History of Political Economy, **CHOPE Working Paper** n. 07, maio 2018.

COHEN, Avi J.; EMMETT, Ross B. Why and how to teach the history of economic thought: economics as historically produced knowledge. *In*: HOYT, G. M; MCGOLDRICK, K. (eds.) **International handbook on teaching and learning economics**, p. 543-555. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

COLLINGWOOD, Robin G. **Idea de la historia**. 3ª edición revisada. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2004.

DAVIS, John B. Mark Blaug on the historiography of economics. **Erasmus Journal for Philosophy and Economics**, v. 6, n. 1 (número especial), p. 44-63, inverno de 2013.

DILTHEY, Wilhelm. Hermenéutica. *In*: OBRAS, v. 7: El mundo histórico. Traducción, prólogo y notas de Eugenio Ímaz. 1. ed. electrónica. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, p. 272-292. 2014.

DÜPPE, Till; WEINTRAUB, E. Roy (eds.). **A contemporary historiography of economics**. Londres: Routledge, 2019.

DÜPPE, Till; WEINTRAUB, E. Roy. **Finding equilibrium**: Arrow, Debreu, McKenzie and the problem of scientific credit. Princeton: Princeton University Press, 2014.

EDWARDS, José. Fifty years of HOPE: changing priorities in the historiography of economics. **History of Political Economy**, v. 50, n. 1, p. 1-46, verão de 2020.

EDWARDS, José; GIRAUD, Yann; SINCKUS, Christophe. A quantitative turn in the historiography of economics? **Journal of Economic Methodology**, v. 25, n. 4, p. 283-290, dez. 2018.

EMMETT, Ross B. Reflections on “breaking away”: economics as science and the history of economics as the history of science. **Research in the History of Economic Thought and Methodology**, v. 15, p. 221-236, 1997.

FERES JÚNIOR, João. De Cambridge para o Mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 48, n. 3, p. 655-680, 2005.

FUCIDJI, José Ricardo; NERIS JÚNIOR, Celso; ALMEIDA, Rafael G. The performativity thesis and the interactions between economic theories and social reality. **Nova Economia**, v. 31 (no prelo), 2021.

FUCIDJI, José Ricardo. Realismo e darwinismo em metodologia econômica: a crítica de Geoffrey Hodgson. *In*: 41º ECONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (ANPEC), **Anais [...]**, Foz do Iguaçu, 2013.

GIANETTI da FONSECA, Eduardo. Reflexões sobre a historiografia do pensamento econômico. **Estudos Econômicos**, v. 26, n. 2, p. 235-259, mai./ago.1996.

GÓMEZ-BETANCOURT, Rebeca; TOBÓN, Alexander. In search of a definition for history of economic thought. **Lecturas de Economía**, n. 71, p. 235-250, jul./dez. 2009.

GRAY, Alexander. **The development of economic doctrine**: an introductory survey. Londres: Longmans, Geen and Co., 1931.

HAHN, Frank H. General equilibrium theory. *In*: BELL, Daniel; KRISTOL, Irving. (orgs.). **The Crisis in Economic Theory**, p. 123-138. Nova York: Basic Books, 1981.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Apresentação. *In*: AZEREDO COUTINHO, J. J. da Cunha de. **Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)**, p. 13-53. São Paulo: Editora Nacional (Roteiro do Brasil, v. 1), 1966.

HONT, István; IGNATIEF, Michael. **Wealth and virtue**: the shaping of political economy in the Scottish Enlightenment. Cambridge: Cambridge University Press. 1983.

KAUDER, Emil. The retarded acceptance of the marginal utility theory. **Quarterly Journal of Economics**, v. 67, n. 4, p. 564-575, nov. 1953.

KEYNES, John Maynard, “The end of laissez-faire”. *In*: JOHNSON, E.; MOGGRIDGE, D. M. (orgs.). **The Collected Writings of John Maynard Keynes**, v. 9: Essays in Persuasion, Londres: Cambridge University Press, 1978.

KLAES, Matthias. Begriffsgeschichte: between the Scylla of conceptual and the Charybdis of institutional history of economics. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 23, n. 2, p. 153-179, jun. 2001.

KLAES, Matthias. Historiography. *In*: SAMUELS, Warren J.; BIDDLE, Jeff E.; DAVIS, John B. (eds.). **A Companion to the History of Economic Thought**, p. 491-506. Oxford: Blackwell, 2003.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003 (1970).

LAKATOS, Imre. History of science and its rational reconstructions. *In*: Buck, R. C.; Cohen, R. S. (eds.). **Boston Studies in the Philosophy of Science** n. 8, p. 91-136. Dordrecht: Reidel, 1971.

LASLLET, Peter. Introdução. *In*: LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**, p. 1-193. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOPES, Marco Antônio. Aspectos teóricos do pensamento histórico de Quentin Skinner. **Kriterion**, v. 52, n. 123, p. 177-195, jun. 2011.

MÄKI, Uskali. Mark Blaug's unrealistic crusade for realistic economics. Erasmus **Journal for Philosophy and Economics**, v. 6, n. 1 (número especial), p. 87-103, inverno de 2013.

MÄKI, Uskali. Methodology might matter, but Weintraub's meta-methodology shouldn't. **Journal of Economic Methodology**, v. 1, n. 2, p. 215-231, dez. 1994.

MARCUZZO, Maria Cristina; ZACCHIA, Giulia. Is history of economics what historians of economic thought do? A quantitative investigation. **History of Economic Ideas**, v. 24, n. 3, p. 29-46, 2016.

McCLOSKEY, Dirdre N. **The rhetoric of economics**. 2. ed. Maddison: University of Wisconsin Press, 1997 (1985).

MIROWSKI, Philip. **Machine dreams: economics becomes a cyborg science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MIROWSKI, Philip. **More heat than light: economics as social physics, physics as nature's economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter. **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.

MOSCATI, Ivan. More economics, please: we're historians of economics. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 30, n. 1, p. 85-92, mar. 2008.

NIEHANS, Jürg. **A history of economic theory: classic contributions, 1720-1980**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990.

NIETZSCHE, Friedrich. Fragmentos póstumos e aforismos. *In*: **ESCRITOS sobre História**. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ/São Paulo: Edições Loyola, 2005.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editoria Hucitec, 1979.

POCOCK, John G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

POCOCK, John G. A. **Political thought and history**. Essays on theory and method. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

QUINE, Willard O. Two dogmas of empiricism. *In*: FROM a logical point of view, p. 20-46. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1953.

SAMUELSON, Paul A. Out of the closet: a program for the Whig history of economic science. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 9, n. 2, p. 51-60, outono de 1987.

SAMUELSON, Paul A.; PATINKIN, Don; BLAUG, Mark. On the historiography of economics: a correspondence. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 13, n. 2, p. 144-158, outono de 1991.

SCHABAS, Margaret. Breaking away: history of economics as history of science. **History of Political Economy**, v. 24, n. 1, p. 187-203, verão de 1992.

SCHABAS, Margaret. Coming together: history of economics as history of science. *In*: WEINTRAUB, E. Roy (ed.). **The future of the history of economics**. Durhan, NC: Duke University Press (History of Political Economy v. 34, Annual Supplement), p. 208-225, dez. 2002.

SCHMIDT, Lawrence K. **Hermenêutica**. 3. ed. Petrópolis: Vozes (Série Pensamento Moderno), 2014.

SCHUMPETER, Joseph A. **History of economic analysis**. Nova York: Oxford University Press, 1996 (1954).

SILVA, Ricardo. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. **Dados – Revista de História Social**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 299-335, 2010.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. **History and Theory**, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. *In*: VISIONS of Politics – Volume I: Regarding Method, p. 57-89. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na história das ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. **Tempo e Argumento**, v. 9, n. 20, p. 358-399, jan./abr. 2017.

SOUZA, Vanderlei S. Autor, texto e contexto: a história intelectual e o “contextualismo linguístico” na perspectiva de Quentin Skinner. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 5, n. 4, p. 1-19, out./dez. 2008.

STAPLEFORD, Thomas A. Historical epistemology and the history of economics: views through the lens of practice. **Research in the History of Economic Thought and Methodology**, v. 35, p. 113-145, 2017.

STEINER, Philippe. **La «science nouvelle» de l'économie politique**. Paris: PUF, 1998.

TULLY, James (ed.). **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

VAUGH, Karen I. “Why teach the history of economics?” **Journal of the History of Economic Thought**, v. 15, n. 2, p. 174-183, set. 1993.

VINER, Jacob. **Studies in the Theory of International Trade**. Londres: Allen & Unwin, 1937.

WALTON, John H.; LONGMAN III, Tremper. **O mundo perdido do Dilúvio. Teologia, mitologia e o debate sobre os dias que abalaram a Terra**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2019.

WATERMAN, Anthony M. C. Reappraisal of “Malthus the economist”, 1933-1997. **History of Political Economy**, v. 30, n. 2, p. 293-334, outono de 1998.

WATERMAN, Anthony M. C. **Revolution, economics and religion: Christian political economy, 1798-1833**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WEINTRAUB, E. Roy. How should we write the history of twentieth-century economics? **Oxford Review of Economic Policy**, v. 15, n. 4, p. 139-152, dez. 1999.

WEINTRAUB, E. Roy. **What defines a legitimate contribution to the sub-discipline “The History of Economics”?** HES Editorial, 1996 <http://eh.net/pipermail/hes/1996-September/005766.html>. Acesso em: 15 ago. 2019.

WEINTRAUB, E. Roy. Will economics have a past again?. *In*: WEINTRAUB, E. Roy (ed.). **The future of the history of economics**. Durhan, NC: Duke University Press (History of Political Economy v. 34, Annual Supplement), p. 1-14, dez. 2002.

WHATMORE, Richard. **What is intellectual history?** Londres, Polity Press, 2015.

WINCH, Donald N. **Adam Smith's Politics**: an essay in historiographic revision. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

WINCH, Donald N. Adam Smith's problems and ours. **Scottish Journal of Political Economy**, v, 44, n. 4, p. 384-402, set. 1997.

WINCH, Donald N. A reappraisal of Malthus: a comment. **History of Political Economy**, v. 30, n. 2, p. 353-363, outono de 1998.

WINCH, Donald N. Does progress matter? **European Journal of the History of Economic Thought**, v. 7, n. 4, p. 465-484, inverno de 2000.

WINCH, Donald N. **Riches and poverty**: an intellectual history of political economy in Britain, 1750-1834. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

WINCH, Donald N. What price the history of economic thought? **Scottish Journal of Political Economy**, v. 9, n. 3, p. 193-204, nov. 1962.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes/Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco (Coleção Pensamento Humano), 2014.

CAPÍTULO 8

REALISMO E DARWINISMO EM METODOLOGIA ECONÔMICA: a crítica de Geoffrey Hodgson¹

José Ricardo Fucidji

1. Introdução

Entre as alternativas às metodologias popperiana e instrumentalista professadas (quando não praticadas) tradicionalmente pelos economistas, as últimas três décadas apresentaram a retórica da economia, as diversas análises filosóficas da teorização econômica e o realismo crítico. Já neste século, Geoffrey Hodgson, um destacado defensor do institucionalismo original, tem proposto o darwinismo generalizado como mais uma alternativa metodológica para economistas. Este artigo tem por objetivo discutir, com a brevidade possível, as duas últimas abordagens. Em particular, expõe as origens do realismo crítico, proposto para a economia, no realismo científico, que se localiza no âmbito da filosofia da ciência em geral. A contribuição dessa exposição é mostrar que o realismo crítico é fecundo para pensar os componentes do mundo (o “mobiliário ôntico”) presentes nas teorias econômicas. A partir da reflexão ontológica, as teorias econômicas podem ser consideradas úteis (ou não) para tratar os problemas a que se propõem, pela “forma como o mundo (econômico) é”. Colocando em outros termos, os realistas críticos sustentam que a caracterização ontológica das entidades teóricas *precede* a discussão epistemológica a respeito da validade das teorias.

Uma vez expostas as origens (seção 2) e as características básicas desta reflexão ontológica para as ciências naturais (seção 3) e sociais (seção 4), o texto procura expor e refutar a crítica que Hodgson faz ao realismo crítico, desenvolvida em paralelo à sua proposta metodológica, o “darwinismo generalizado” (seção 5). As conclusões se encontram ao final das seções 4 e 5. O denominador comum desta discussão é a busca por maior realismo e relevância na teorização econômica. O prestígio que as teorias evolucionistas têm alcançado em economia torna evidentemente relevantes os

1 Artigo originalmente apresentado no 41º Encontro Nacional de Economia (ANPEC), Foz do Iguaçu, 10 de dezembro de 2013. Esta versão contém pequenas modificações.

esforços teóricos e metodológicos para tratar os fenômenos da reprodução e da transformação dos sistemas econômicos. Embora o realismo crítico e a proposta de Hodgson tenham diversos pontos em comum (o que é reconhecido explicitamente pelo autor), o que os separa está longe de justificado, como pretendemos argumentar.

2. Da “visão recebida” ao realismo científico

A discussão sobre o realismo filosófico resulta da crise da epistemologia popperiana na década de 1960. Ela começa com os trabalhos de Thomas Kuhn e Imre Lakatos e avança, na década de 1970, com os trabalhos de Larry Laudan e, em outra vertente, Paul Feyerabend e Richard Rorty (ver PHEBY, 1988, cap. 3-5; HAUSMAN, 1994; HANDS, 2001, cap. 3-4). Assim, pode-se adotar como ponto de partida dessa discussão um aspecto comum a todas essas abordagens: a rejeição da epistemologia popperiana e de sua metodologia prescritiva como um *benchmark* de “boa ciência”².

Na interpretação mais conhecida, a metodologia popperiana é uma combinação da aplicação da lógica dedutiva ao tratamento dos itens teóricos (proposições, hipóteses) com um critério empirista de validação das teorias (POPPER, 1963, p. 86-88; ver a discussão detalhada em CALDWELL, 1982, cap. 4). Ela rejeita o empirismo devido ao “problema da indução” e ensina que as proposições teóricas devem ser tratadas de acordo com a lógica aplicada às relações entre as sentenças – o modelo dedutivo-nomológico (D-N) de Carl Hempel. Mas seu passo decisivo é submeter tais proposições à refutação. O avanço científico (se existir) decorrerá do falseamento de teorias errôneas quando confrontadas com os dados empíricos. Duas observações devem ser retidas: (i) o *critério definitivo* de validação de uma teoria é a realidade empírica; (ii) não existe uma solução para os problemas da indeterminação de teorias pelo teste empírico (*subdetermination*, i.e., um mesmo conjunto de dados pode validar diversas estruturas formais alternativas) e da contaminação das “observações” pelas concepções teóricas do observador (*theory-ladenness*) na realização do teste empírico (HANDS, 2001, cap. 3).

Independentemente do caráter corrosivo do falseacionismo – i.e., o fato de que uma teoria considerada falseada deve ser descartada, enquanto uma teoria não falseada não pode ser considerada verdadeira –, a observação (ii) acima, feita primeiro por Pierre Duhem em 1914, ganhou relevância a partir

2 A crítica ao falseacionismo popperiano será apenas referida aqui, apesar da importância (tardia) que assumiu na discussão da metodologia econômica. Backhouse (1994) é uma coletânea dedicada a apresentar as novas direções da metodologia econômica desde Blaug (1980) – i.e., que amadureceram durante a década de 1980 – e a resposta dos “popperianos não arrependidos” (como Hutchison e Blaug) aos desafios que lhes foram lançados.

do ensaio de Willard Quine (1953), no que ficou conhecido como o “problema de Duhem-Quine”, e deu origem a uma série de novos desdobramentos. Eles incluem (i) a demonstração de que, *no registro histórico*, os cientistas não seguem as prescrições popperianas e que a ciência não avança de acordo com essa “lógica” de conjecturas e refutações (KUHN 1970, FEYERABEND, 1975); (ii) a tentativa de amenizar os critérios de falseamento, aceitando e incorporando uma dimensão “sociológica” à prática científica (Lakatos, Laudan e, em uma vertente construtivista, David Bloor e Bruno Latour); (iii) a adoção de uma orientação mais pragmática em relação à teoria e à prática científicas (Feyerabend, Rorty, Michael Scriven, Bas van Fraassen) que inspiraram, posteriormente, as abordagens retórica e axiomática em economia; e (iv) o desenvolvimento de abordagens realistas nas ciências naturais por Richard Boyd (1983), Nancy Cartwright (1989), Wilfrid Sellars (1962) e Rom Harré (com Edward Madden, 1975). Este último desenvolvimento é o foco deste ensaio.

O realismo científico começa com dois problemas (i) o desconforto sentido, nas metodologias popperiana e empirista lógica, com os itens “não-observáveis” presentes nas teorias científicas e que, em alguns casos, são cruciais para a explicação (quarks, fótons, buracos negros, campos gravitacionais); (ii) o status cognitivo das teorias científicas, i.e., a discussão das credenciais da ciência como veículo para o conhecimento sobre o mundo (em contraste, por exemplo, com o senso-comum). O primeiro é uma crítica a Popper; o segundo, uma decorrência dos problemas de *subdetermination e theory-ladenness*.

Existem diversos tipos de realismo e assim diversas correntes realistas (NOLA, 1988)³, mas um ponto comum a todas elas é a proposição de que existe uma realidade objetiva exterior ao cientista⁴. Vale dizer, um “requisito mínimo” para ser realista é afirmar que algumas entidades existem objetivamente, independentemente da construção teórica dos cientistas, e que as teorias científicas as representam (MÄKI, 1989, 1996; NIINILUOTO, 1999, p. 9-20). A importância desse critério realista está relacionada à observação (i) acima, sobre a filosofia da ciência popperiana. Pois embora Popper (1983, p. 112-118) e seus seguidores aceitem que o objetivo da atividade científica é explicar o mundo, sua noção de explicação é muito restritiva. Na verdade, ela descende do ceticismo de Hume de que a causalidade pudesse ser percebida

3 Nola distingue nove variedades de realismo: ontológico, semântico e epistemológico – cada um deles com uma versão fraca, média e forte. Mäki (1989) apresenta mais nove variedades (referencial, representacional, verístico, de senso comum – versões mínima e radical –, científico – também versões mínima e radical –, descritivo e normativo). Suas categorias não correspondem às de Nola (ver MÄKI, 1998).

4 Mäki (1996) aponta que a tese de “realidade independente da mente” dos realistas não se aplica às ciências (como a economia) em que muitos itens teóricos são mentais. Ele propõe, então, substituir a tese de “realidade independente” pela de “realidade exterior” à mente, no sentido de que as teorias tenham restrições objetivas.

na realidade. Segundo Hume, a causalidade é um “hábito psicológico” gerado na mente humana pela repetição de certos efeitos após um dado evento. Isso, contudo, não permite afirmar, por si, que existam relações causais necessárias entre os eventos. A única possibilidade científica é a identificação de *conjunções constantes entre eventos isolados*. Os eventos, conforme dados à percepção sensorial são tudo o que temos, tanto para Hume como para Popper⁵. Assim, a “ontologia humeana” (LAWSON, 1997a) e a “filosofia da ciência positivista” (PETER, 2001) decorrente dessa ontologia tratam o ceticismo epistemológico fazendo a realidade esgotar-se nos eventos empíricos. Toda realidade é reduzida àquilo que pode ser conhecido – e toda metafísica é “atirada às chamas” como não-científica. Roy Bhaskar (1975, p. 36) chama esse procedimento de “falácia epistêmica”.

Embora alguns realistas rejeitem o “realismo metafísico” e continuem a trabalhar na linha dos graus de corroboração e verossimilhança definidos por Popper como a forma de avaliar o realismo das asserções teóricas, i.e., adotem o critério de verdade como correspondência com a realidade – como é o caso dos “realistas de Helsinki”, como Raimo Tuomela e Ilkka Niiniluoto –, na corrente mais ampla do realismo científico (e.g. Hilary Putnam⁶, Jarrett Leplin, Nicholas Rescher, Ian Hacking e Philip Kitcher) foram formulados argumentos, a partir da década de 1970, que permitiram elaborar a noção *realista crítica* de realidade estruturada em mais de um nível.

O primeiro argumento é a “inferência da melhor explicação” de Boyd (1983) (também conhecido como o “argumento do não-milagre” de John Worrall). Segundo ele, as teorias científicas demonstram um notável sucesso quando aplicadas a problemas concretos. Tal sucesso não seria inteligível se as entidades teóricas (incluindo as não-observáveis) não existissem objetivamente. Se a existência objetiva de entidades não-observáveis é uma condição necessária de sucesso científico, a realidade deve ser composta de itens que estão além do nível empírico. Dessa forma, os realistas científicos, como Putnam e Leplin, ao definirem a teoria causal dos referentes teóricos, afirmam que na natureza a realidade dos objetos é determinada por suas propriedades essenciais. A realidade dos referentes teóricos, por outro lado, só pode ser inferida por seus efeitos. Eles assumem, desde logo, uma postura falibilista

5 A concepção popperiana de que existem três mundos (o mundo físico, o mundo inconsciente, das emoções e reações, e o das construções mentais) não nos deve confundir. As evidências (empíricas) não deixam de ser o critério de validação, nem a forma dedutiva de explicação, a condição de progresso científico no pensamento de Popper. Isso a despeito das diversas leituras recentes de Popper, que o distanciam do positivismo e o aproximam do realismo; que minimizam a importância do falseacionismo; e que destacam outros aspectos de sua filosofia da ciência (explicação como solução de problemas, racionalismo crítico, propensões e probabilidades, etc.). Ver, a respeito, Caldwell (1991) e Runde (1996).

6 É necessário destacar que o jovem Hillary Putnam desenvolveu trabalhos realistas mas adotou, nos trabalhos de maturidade, uma postura relativista.

a respeito dos referentes teóricos, uma vez que a existência é atribuída pelos teóricos (LEPLIN, 1988, p. 500). O segundo argumento é que, longe de ser uma atividade passiva, de coleta de dados empíricos, o trabalho científico é uma *intervenção* no mundo natural (HACKING, 1983) através das práticas experimentais. As regularidades empíricas não existem espontaneamente na natureza; elas são obtidas em laboratório. Isto inspira tanto o realismo científico quanto o realismo crítico a interpretar as regularidades empíricas como *tendências*, isto é, propensões dos eventos a se comportarem de determinada forma, mas que podem não se materializar, devido à interposição de tendências contra-atuantes.

Os dois problemas que deram origem ao realismo científico a partir do enfraquecimento da “visão recebida” (Hands, 2001, p. 118) estão na verdade relacionados: o realismo científico, ao fornecer o argumento do não-milagre, incorporou os itens não-observáveis como componentes válidos das teorias científicas. Ao mesmo tempo, o argumento do não-milagre mostra a superioridade do método científico sobre o “realismo de senso-comum”. Da mesma forma, as noções de regularidades como tendências e de “verdade aproximativa” (viz., as teorias são *referentes*, a cada passo mais próximas, da realidade objetiva), permitem que o cientista aceite sem dificuldade os problemas da indeterminação e da *theory-ladenness*. O realismo científico também é falibilista⁷. Nesse caso, a diferença entre as metodologias popperiana e realista é que a explicação se move das conjunções constantes de eventos (regularidades), no primeiro caso, para as tendências operantes na causação de tais conjunções (apoiadas em uma conjectura sobre a forma como o mundo deve para que determinados eventos ocorram), no segundo caso.

3. Do realismo científico ao realismo transcendental

O realismo transcendental é uma continuidade, em certa medida, do realismo científico, mas em outro sentido, é um afastamento, porque infere, da filosofia das ciências naturais, proposições para uma teoria realista das ciências sociais, i.e. as condições de possibilidade das próprias *atividades científicas* (BHASKAR, 1975, 1979). Bhaskar reconhece Harré como seu principal antecessor na abordagem meta-teórica, por suas críticas à teoria da

7 Deve ser ressaltado que a filosofia realista não se propõe a fornecer uma teoria fundacionista da realidade, como pensam alguns críticos (BOYLAN; O’GORMAN, 1997, p. 11-12). Muito menos que sua representação seja de alguma forma apodítica, como parecem pensar os relativistas (McCLOSKEY, 1995, p. 1320; FERNÁNDEZ, 2003). “Objetivo”, neste sentido, diz respeito à realidade externa à teoria, contra a qual as construções teóricas são avaliadas e modificadas (crenças mantidas como verdadeiras no passado, como a astronomia ptolomaica, mostraram-se posteriormente, dado o avanço do conhecimento sobre o mobiliário ôntico do mundo, falsas; ver LAWSON, 1997a, p. 50, 58-59, 238-239 e seção 4, abaixo).

causalidade do empirismo lógico. Segundo ele, tais críticas demonstraram a *insuficiência* do critério de causalidade como conjunção constante de eventos de Hume, da noção de explicação como equivalente à predição (a “tese de simetria” de Hempel) e da redução de uma ciência à outra (a “tese monista” de desenvolvimento das ciências, de Nagel) para o estabelecimento de *leis científicas* (BHASKAR, 1998, p. xi). De acordo com Harré, a teoria causal dos referentes teóricos fornece uma explicação genuína dos fenômenos, ao introduzir a noção de *necessidade natural*. Se as entidades na natureza são definidas por suas propriedades essenciais, seus referentes teóricos revelam suas *tendências* ou *capacidades* (Cartwright). Sumariando, as características definidoras do realismo científico são: (i) a proposição de que as asserções teóricas são verdadeiras ou falsas (contra o instrumentalismo); (ii) isso é assim em virtude da forma como o mundo é (contra o relativismo); (iii) a existência das entidades é independente de condições epistêmicas (contra o empirismo); mas (iv) as propriedades essenciais das entidades são cognoscíveis (contra o idealismo). O realismo transcendental de Bhaskar é uma variante do realismo científico, que agrega a ele o uso de argumentos transcendentais e a proposição de uma realidade estratificada.

O uso da palavra “transcendental” refere-se à argumentação que parte de algum objeto ou fenômeno de interesse (*explanandum*) para a investigação de suas condições de possibilidade com termos *além dos já contidos* nos *explanans* – em outras palavras, parte-se de um objeto ou regularidade para a tentativa de imaginar um conjunto de condições que, se puder ser considerado verdadeiro *ex posteriori*, explica a ocorrência do objeto ou regularidade – o método de *inferência abductiva* (ou retrodutiva) de Charles Sanders Peirce (LAWSON, 1997a, p. 212). Na origem, o argumento transcendental foi utilizado por Kant, mas Bhaskar difere de Kant em três aspectos: (i) Kant não acreditava que os mecanismos geradores dos eventos (suas condições de possibilidade) existissem na realidade; antes pelo contrário, a mente humana é que os impunha para ordenar o fluxo dos eventos; (ii) em Kant o argumento transcendental, além de idealista, é individualista, pois resulta da introspecção individual; e (iii) Kant acreditava num realismo transcendental em um sentido que negava a possibilidade de descoberta de mecanismos geradores existentes independentemente da mente; as entidades causais eram consideradas incognoscíveis. No realismo transcendental de Bhaskar, pelo contrário, (i’) a teoria causal da referência permite afirmar a existência, independente da mente, dos mecanismos geradores dos eventos; (ii’) as práticas científicas sociais são o ponto de partida da análise (não individualista); e (iii’) os métodos experimentais ou a pesquisa empírica em geral permitem a detecção de estruturas e mecanismos subjacentes aos eventos e que os governam (COLLIER, 1994, p. 20-30).

A análise das condições de possibilidade das ciências naturais por Bhaskar (1975) começa pela discussão das atividades experimentais. As chamadas leis científicas, diz Bhaskar, são obtidas em condições experimentais. Isto quer dizer que uma intervenção humana na natureza cria uma situação laboratorial na qual um determinado fenômeno é estudado e a partir daí algum mecanismo causal explicativo é isolado (todos os outros mecanismos causais são, nestas condições, suspensos) de forma a obter uma regularidade empírica entre o fenômeno e o mecanismo causal que o gera. Ora, se isso é assim, criam-se imediatamente duas “tensões ontológicas”: (i) as regularidades empíricas não existem na natureza, sendo um resultado da atividade experimental (uma implicação absurda é que as leis da natureza são, na realidade, criadas pelo homem); e (ii) nos ambientes naturais, i.e., fora do laboratório, os resultados das pesquisas científicas continuam a ser válidos (o que seria inexplicável). A partir dessa análise, Bhaskar deriva algumas implicações, que serão importantes para a concepção realista transcendental.

Em primeiro lugar, o fato de que as regularidades empíricas não existem (ou são raras) espontaneamente na natureza é uma crítica à visão humeana de causalidade. Simplesmente não existem regularidades empíricas estritas a serem registradas. Em segundo lugar, o sucesso das teorias científicas fora dos ambientes experimentais indica que tais atividades conseguiram, efetivamente, encontrar os mecanismos causais responsáveis pelo fenômeno de interesse (caso contrário, diria Worrall, o sucesso científico seria um milagre). Para dar sentido à atividade experimental é necessário introduzir a noção de sistemas abertos e fechados. Um *sistema fechado*, diz Bhaskar (1975, p. 73-76; SAYER, 1992, p. 112-114), satisfaz a duas condições, (i) a *condição extrínseca de fechamento*: o objeto ou sistema é efetivamente isolado de influências externas, ou tais influências permanecem constantes; (ii) a *condição intrínseca de fechamento*: a estrutura interna do sistema ou objeto é inexistente ou constante. Se qualquer delas não for satisfeita, teremos um *sistema aberto*⁸.

De acordo com Bhaskar, a situação experimental é um sistema fechado. Os objetos do conhecimento científico natural podem ser satisfatoriamente isolados de influências externas e sua estrutura interna é constante. Na natureza, no entanto, tais objetos estão em um sistema aberto, onde possivelmente diversos outros mecanismos causais atuam sobre eles e, não obstante, os resultados experimentais continuam válidos. Isso é possível porque na atividade científica bem-sucedida os mecanismos causais identificados no sistema fechado serão dominantes sobre os mecanismos contra-atuantes nos sistemas abertos⁹. Isso leva à concepção de realidade estratificada (possibilitando o

8 Ver as críticas de Chick e Dow (2005). Elas argumentam que fechamento é uma noção gradual.

9 O exemplo recorrentemente utilizado por Lawson (1997a, p. 22ss), é o de uma folha seca. Na natureza, não podemos observar diretamente a ação da gravidade sobre uma folha que cai no outono, pois diversas outras

aparecimento de propriedades emergentes dos objetos) e diferenciada (eventos fora de sincronia entre os estratos).

No realismo transcendental a suposição básica é que, se os mecanismos causais geradores dos eventos não podem ser empiricamente identificados, sendo necessário montar uma estrutura experimental para isolá-los (e eles continuam atuantes em sistemas abertos apesar dos mecanismos contra-atuantes), então tais mecanismos devem estar situados em um nível (estrato ou camada) da realidade além do empírico. Assim, além do uso de argumentos transcendentais, o realismo de Bhaskar é transcendental também no sentido de supor uma realidade metafísica, composta de três estratos¹⁰: no primeiro estrato, na superfície, estão os fenômenos conforme eles são percebidos pelos sentidos; logo, esse é o *nível empírico*, que diz respeito à forma como percebemos ou interpretamos os eventos factuais. No segundo nível estão os próprios eventos factuais, notando-se que este nível é mais amplo que (e não necessariamente corresponde à) forma como os percebemos. Um exemplo seria um gol conforme percebido pelos torcedores do time adversário; sua percepção do mesmo evento factual é diferente da percepção dos torcedores do time que o marcou. Esse é o *nível factual*, que Bhaskar (1998, p. xxii) em suas obras posteriores associa à *verdade alética*, “os fenômenos como eles são”. Sob o nível factual estão os mecanismos geradores dos eventos factuais que, em sistemas abertos, operam transfactualmente, isto é, apesar de o resultado factual ser atenuado ou até anulado por mecanismos causais contra-atuantes. Tais *mecanismos* operam porque as entidades têm *estruturas*, isto é, são compostos (ou organizados) de determinada forma que os capacita ou dota de *poderes* para que determinados eventos factuais se realizem. A influência de mecanismos contra-atuantes sobre o mesmo evento faz com que, embora os mecanismos e poderes operem transfactualmente, os resultados factuais se realizem como *tendências* de tais mecanismos e poderes. Bhaskar propõe que é assim que devemos interpretar as leis científicas¹¹ No realismo transcendental, uma tendência se manifesta

forças (e.g. térmicas, aerodinâmicas, etc.) atuam sobre a folha, fazendo-a flutuar, voar para um telhado ou eventualmente cair no solo. Não obstante, em situações experimentais produz-se vácuo e a trajetória da folha corresponde ao padrão esperado. Na natureza, embora a trajetória factual da folha não seja a esperada, a força gravitacional continua atuando sobre ela, não empiricamente, mas *transfactualmente*.

10 Como dito anteriormente, nem todos os realistas científicos subscrevem essa tese metafísica. Os “realistas de Helsinki” se propõem a pensar uma ontologia sem metafísica (ver NIINILUOTO, 1999, pp. v-xi). Leplin (1997) propõe uma forma minimalista de realismo científico que não implica compromissos metafísicos. Hausman (2000) nega que as teorias econômicas contenham itens não-observáveis. Contudo, diversas abordagens teóricas em economia, mesmo não adotando o “rótulo” de realismo transcendental ou crítico concebem a existência de uma realidade mais essencial ou profunda sob a superfície dos fenômenos. Os exemplos incluem autores tão díspares quanto Karl Marx e Friedrich von Hayek.

11 Lawson (1997a, p. 23) chama a atenção para o fato de que a noção de tendência no realismo transcendental é distinta das noções usuais na teoria econômica (de “centros de gravidade”; de valores médios, normais, de longo prazo; ou de eventos contra-factuais). Na verdade, as tendências continuam operando em um

em virtude da natureza das entidades, dos mecanismos causais subjacentes que acionam seus poderes, não importando os eventos factuais que se sigam. Bhaskar chama de *nível profundo o locus* dos mecanismos, estruturas, poderes e tendências dos objetos reais.

Além disso, Bhaskar distingue duas dimensões da realidade: a *dimensão transitiva*, do conhecimento e das práticas sociais em geral – que pode ser modificada ou negociada (conscientemente ou não) pelos agentes sociais – e a *dimensão intransitiva*, dos objetos que existem e agem independentemente de condições epistêmicas. Por exemplo, se a raça humana desaparecesse, a dimensão transitiva, por depender da agência humana, deixaria de existir. Mas a dimensão intransitiva, que existe e opera de forma independente da agência humana, continuaria a existir.

Em suma, o realismo transcendental é uma crítica sistemática tanto ao “realismo superficial” (i.e. restrito ao nível empírico da realidade) da filosofia da ciência tradicional, quanto ao relativismo ou idealismo das correntes pós-modernas, em que o problema da “variância de significado” dos referentes (refutado pela teoria causal de Putnam e Leplin) e a concepção de que a realidade é uma imposição de conceitos ao mundo leva à negação da existência independente da realidade objetiva¹². Se o realismo transcendental partiu da crítica à insuficiência da teoria positivista da explicação baseada em conjunções constantes de eventos, Bhaskar (1998, p. xi), pode agora afirmar que tais conjunções não são sequer necessárias. Fornecer uma boa explicação é redescrever os objetos ou eventos de interesse em termos de suas estruturas e mecanismos – o que pode ser feito tanto para uma sequência de eventos quanto para um evento isolado¹³. Mas tudo isso se aplica às práticas das ciências naturais. Se e como este esquema pode ser aplicado às ciências sociais é o objeto do próximo item.

4. Do realismo transcendental ao realismo crítico

A inquirição das condições de possibilidade das atividades científicas sociais é uma tarefa difícil, conforme notou Benton (1981, p. 181), pois a

nível mais profundo da realidade *apesar* de sua eventual não-realização no nível factual. De acordo com Bhaskar (1998, p. xii), poderes e tendências podem ser “possuídas, mas não exercidas; exercidas, mas não factualizadas; factualizadas, mas não percebidas”. Negar isso é cometer a “falácia do factualismo”.

12 Valem as observações de Paul Churchland e Wilfrid Sellars, conforme citadas por Boylan e O’Gorman (1995, p. 92) de que: “a excelência de uma teoria pode ser medida por sua ontologia” (CHURCHLAND, 1979, p. 43) e que “ter boas razões para sustentar uma teoria é *ipso facto* ter boas razões para sustentar que as entidades postuladas pela teoria existem” (SELLARS, 1962, p. 97).

13 Cartwright (1989, pp. 2-3) aponta que não é preciso uma sequência de experimentos repetidos para identificar as capacidades de uma aspirina para aliviar dores de cabeça. Em função de suas propriedades intrínsecas, elas o fazem tanto em um único caso, quanto em uma longa série deles.

pergunta de Bhaskar “O que torna as atividades científicas [naturais] possíveis?” não pode ser utilizada para analisar as ciências sociais. A questão é justamente saber se tais práticas científicas *existem*. Por isso, Bhaskar (1979) faz um percurso diferente: primeiro apresenta o que ele pressupõe ser a ontologia da sociedade, para daí deduzir possibilidades e limitações para a análise científica social, contrastando-a com as ciências naturais (as “possibilidades de naturalismo”). A ontologia social de Bhaskar é resumida pelo próprio autor nos seguintes termos:

“A concepção realista crítica enfatiza que a sociedade é tanto (a) pré-existente e condição (transcendental e causalmente) necessária para a agência intencional (o *insight* de Durkheim) quanto (b) existe e permanece apenas em virtude dessa agência. Nesta concepção, a sociedade é condição e resultado da agência humana que a reproduz e transforma. Entretanto, há uma assimetria importante aqui: em qualquer ponto do tempo a sociedade é *dada* aos indivíduos, que nunca a criam, meramente a reproduzem ou transformam. O mundo social é sempre pré-estruturado. Esta é a grande diferença entre o *modelo transformativo de atividade social* de Bhaskar e a teoria da estruturação de Giddens que Margaret Archer [1995, p. 65-92] sublinha” (BHASKAR, 1998, p. xvi; itálicos adicionados).

Bhaskar parte das teorias sociológicas de Émile Durkheim e Anthony Giddens para conceber a vida social como um sistema de posições (a localização do agente na hierarquia social, bem como seu status quando ocupa determinadas funções), práticas (inclusive regras que o agente deve cumprir em função de sua posição) e relações (que podem ser internas, isto é, definidoras, ou externas, isto é, contingentes) que delimitam as possibilidades para a ação humana intencional. Não é necessário, portanto, excluir as razões como causas dos eventos sociais. De fato, o realismo transcendental aceita completamente a “intromissão” dos valores nos eventos sociais, em contraste com a tradição positivista da “guilhotina de Hume”. O “realismo” da teoria social transcendental consiste justamente em identificar as estruturas sociais que são as condições (necessárias mas não suficientes) de possibilidade das práticas sociais, entendidas como *intransitivas* aos agentes no momento de sua ação, mas transformáveis, inclusive de forma não-intencional, pela totalidade da ação social. Em outras palavras, a noção de que os objetos de investigação científica social são intransitivos deve ser qualificada por uma distinção temporal, como faz Archer (1995). Tais objetos são dados a qualquer agente ou grupo de agentes (são pré-existentes, herdados do passado), mas podem ser transformados pela elaboração social.

Duas implicações decorrem diretamente dessa concepção dos processos sociais. Primeiro, uma série de limitações ao “naturalismo” – isto é, as ciências

sociais só serão estudadas “cientificamente”, se o critério de cientificidade for qualificado. E segundo, as possibilidades de transformação das estruturas merecem ser estudadas, juntamente com a crítica que os agentes fazem sobre suas próprias concepções sociais¹⁴. As limitações ao naturalismo são as seguintes: (i) os sistemas sociais são sistemas inerentemente abertos, tornando raro o isolamento de mecanismos causais (e *a fortiori* a regularidade de eventos); (ii) a interpretação da realidade social é mais dependente de concepções a respeito dessa realidade (i.e., o conhecido “problema da flexibilidade” das ciências sociais); (iii) o critério de avaliação das teorias (que são, em relação às ciências da natureza, mais específicas a porções específicas do espaço-tempo) deve ser o poder explicativo, não a capacidade preditiva; e (iv) como dito acima, fatos/valores e razões/causas não são necessariamente separáveis, de modo que os objetos das ciências sociais dependem também das crenças dos agentes a respeito de tais objetos. Tais limites são denominados, respectivamente, de *epistemológico*, *relacional*, *ontológico* e *crítico* (BHASKAR, 1979, p. 44-64; 1998, p. xvi). Por um lado, as ciências sociais são passíveis de estudo científico no mesmo sentido das ciências naturais: tanto em uma quanto na outra o propósito é descobrir os mecanismos causais geradores dos eventos empíricos, em uma realidade estruturada e diferenciada, mediante argumentos retrodutivos. Por outro lado, esse naturalismo deve ser *qualificado* ou *crítico*, para levar em consideração as especificidades dos objetos do conhecimento científico-social. A contração de “realismo transcendental” e “naturalismo crítico” deu origem ao “realismo crítico”, a aplicação do realismo transcendental às ciências sociais.

O realismo crítico em economia foi desenvolvido por Tony Lawson em uma série de artigos (1989a, 1989b, 1992, 1994a, 1994b, 1995, 1996, 1997b, 1997c, 1998) e sistematizado em seus dois livros (Lawson, 1997a e 2003). Uma série de outros autores, ligados à Universidade de Cambridge, têm aplicado o realismo crítico para a análise de escolas de pensamento econômico ou autores específicos¹⁵.

Embora o foco de Lawson tenha mudado da análise da natureza da realidade pressuposta pela ciência econômica em *Economics and Reality* (1997a), para a análise das estratégias empregadas para explicar a realidade (i.e. a metodologia implícita) nas várias abordagens teóricas em economia em *Reorienting Economics* (2003), um tema é recorrente nas duas obras: a inadequação dos métodos explicativos da *mainstream* à natureza dos objetos da realidade que essa corrente pretende explicar.

14 Esta é a linha de investigação que Bhaskar segue em sua “teoria das críticas explanatórias” em *Scientific Realism and Human Emancipation* (1986). Bhaskar deriva daí um realismo ético com implicações políticas, mas este ponto não será abordado neste trabalho.

15 Ver uma extensa lista em Lawson (1997a), p. 300, nota 20 e Fleetwood (1997). Para uma lista das análises realistas críticas em outras ciências sociais, ver Clive Lawson *et al.* (1996), p. 138, nota 3.

Lawson (1997a) parte do diagnóstico difundido “crise na economia” – sua aparente falta de sucesso explicativo e preditivo quando comparada às ciências naturais – para introduzir o tema central do realismo crítico, *viz.*, a *precedência das questões ontológicas sobre as epistemológicas* e, mais especificamente, a exigência de adequação dos métodos de pesquisa social aos objetos da realidade social. De acordo com Lawson, os resultados insatisfatórios da economia como ciência devem-se ao apego acrítico a um modelo de explicação que não pode ser aplicado às ciências sociais, devido às características específicas destas ciências¹⁶. Este modelo de explicação ele chama de *dedutivismo*, uma justaposição da teoria da causalidade de Hume com o modelo D-N de Hempel¹⁷. Posteriormente, Lawson (2003, cap. 1; 2006) propôs que a distinção entre as correntes ortodoxas e heterodoxas seja feita por sua adesão ou não ao “dedutivismo”, uma categorização em si mesma polêmica (DOW, 2004; HOGDSON, 2009). De qualquer modo, segundo ele (2003, p. 32, nota 11), a negligência de questões metodológicas deve-se ao fato de se tomar como certo que determinados métodos – considerados bem-sucedidos nas ciências naturais e assimilados à formalização matemática – possam ser empregados para analisar a realidade econômica. O questionamento dessa postura requer, pois, elaboração ontológica.

A ontologia social em Lawson é um refinamento de Bhaskar (1979). O mundo social é “aberto, estruturado, caracterizado por um alto grau de relacionalidade interna e intrinsecamente dinâmico” (LAWSON, 2004, p. 333; ver a discussão detalhada em 2003, p. 35-53). O conceito de *abertura* já foi apresentado antes. Importa destacar que no mundo social as condições experimentais são, em geral, inviáveis. Este é um elemento adicional que faz Lawson rejeitar o formalismo em economia: ele não apenas pressupõe o “determinismo de regularidades” de Hume, mas também que as condições intrínsecas e extrínsecas de fechamento estejam satisfeitas. Isso nos leva ao segundo aspecto: se a realidade não se caracteriza por regularidades de eventos, a irregularidade do nível empírico – e apesar dela, o fato de que os agentes consigam atuar em sistemas abertos – faz supor que haja um nível recôndito, mais profundo ou essencial, que governe, facilite ou impeça a manifestação de determinados eventos na superfície. As noções de *estratificação* e *poderes emergentes* são as mesmas de Bhaskar, apresentadas antes. Contudo, neste

16 Além de já ter sido submetido a pesadas críticas nas próprias ciências naturais, como vimos acima. Lawson não faz referência específica ao realismo científico em suas obras, embora cite alguns de seus autores de modo esporádico. Uma influência importante, além de Bhaskar, parece (a meu juízo) ser Peter Lipton (1991).

17 Viskovatoff (1998) e Hands (1997, 2001) criticam corretamente a justaposição destes aspectos sob o mesmo rótulo por Lawson. É fácil perceber que a *mainstream*, que é o alvo das críticas de Lawson, não está presa à busca de conjunções constantes de eventos, embora seja notoriamente dedutivista. Lawson (1998) responde que o modo dedutivista de explicação *pressupõe* a causalidade humeana.

ponto os “limites do naturalismo” se fazem mais claros: (i) no âmbito social os agentes ocupam posições, desempenham funções e cumprem regras, definindo-se, em grande medida, por sua posição na estrutura ou por *relacionalidade interna*. Por contraste, quando as relações são pontuais e contingentes, não mudando a natureza dos agentes, a relacionalidade é *externa*. Assim, os agentes apresentam um maior potencial para promover mudanças endógenas, principalmente porque (ii) o mundo social é basicamente dependente das concepções e valores dos agentes envolvidos na reprodução/transformação da estrutura social mediante suas práticas. Como em Bhaskar, estrutura e agência não podem ser reduzidas uma à outra, pressupondo-se mutuamente. Mais do que isso, os itens de um determinado nível da realidade podem se combinar, de modo a gerar efeitos dependentes dos, mas irreduzíveis aos, outros níveis da realidade, compondo um todo orgânico no qual as partes têm propriedades emergentes. Exemplos disso são os mecanismos de auto-reforço, de histerese e de sinergia. Tudo isso, adicionado ao fato de que os próprios agentes são entes estruturados (Archer, 2007)¹⁸, capazes de fazer escolhas reais (possibilidade de agir de modo contra-sensual, criativo, tanto quanto rotineiro e convencional), ao invés de seguirem algum algoritmo de racionalidade, torna a realidade social *intrinsecamente dinâmica*.

O caráter indeterminado, aberto e mutável da realidade social não a torna caótica ou não-teorizável. Neste ponto entra a contribuição epistemológica do realismo crítico em economia. A identificação de estruturas e mecanismos geradores dos eventos é mais difícil do que nas ciências naturais, pois eles são menos duráveis (ou mais restritos no espaço-tempo). Por outro lado, isso não implica que não possam ser analisados, mas sim que as pretensões epistemológicas (visando atingir um conhecimento universalizável) devem ser fortemente refreadas: (i) sem negar a possibilidade de predições de padrões de eventos, no sentido de tendências (transfatuais, em oposição à predição determinista ou probabilista de eventos), a atividade explicativa do realista crítico é muito mais “voltada para a explicação *ex post facto*” (*backward looking*) do que propriamente preditiva (*forward-looking*); (ii) se perguntados: “quais

18 Hargreaves-Heap (2004, p. 13) segue Lawson e Giddens ao usar a noção de três níveis de percepção individual – o nível propositivo (intencional), o nível do monitoramento (ou autorreflexão) e o nível inconsciente (atitudes inconscientes para “evitar a ansiedade”) – para criticar o modelo de racionalidade instrumental da *mainstream*. Archer (2007, p. 18-21) encontra na subjetividade um “elo perdido” entre a agência individual e a estrutura social. Os agentes elaboram cursos de ação (projetos) e algumas propriedades emergentes das estruturas são ativadas através da implementação de tais planos. A congruência entre planos individuais e propriedades da estrutura é percebida como “possibilidade”; a incongruência, como “restrição” estrutural; e cada uma delas condiciona (mas não determina) as respostas dos agentes à situação estrutural (que podem incluir submissão, evasão, ação estratégica ou subversão). Note-se, nesta explicação, como as estruturas podem moldar/alterar os agentes e como, em uma ontologia social organicista, os poderes causais operam da estrutura para o agente e vice-versa (ver também Winslow, 1989).

as garantias epistêmicas sobre as estruturas e mecanismos geradores?” (i.e., como ter certeza de que não exista uma multiplicidade de outros mecanismos causais candidatos a fatores explicativos dos eventos, se tais mecanismos não podem ser diretamente identificados e, pior, se são contaminados pelas concepções dos agentes a respeito de sua própria atividade científica?), a resposta desconcertante dos realistas críticos será: “Simplesmente não temos tais garantias”. Nosso conhecimento está fadado a ser falível, corrigível e transiente (LAWSON, 1997a, p. 243). A saída, sem render-se ao relativismo, é reconhecer que o problema da causação é geral, não específico à economia. Não reconhecer o falibilismo e o relativismo do conhecimento (sua especificidade aos objetos de interesse e às concepções dos sujeitos cognoscentes), é cometer a “falácia ôntica” – a presunção de que a análise da ontologia provê um conhecimento direto e incorrigível da realidade¹⁹. Seja isso um naturalismo qualificado ou um anti-naturalismo (como afirma BENTON, 1981, p. 181), ou mesmo se isso não importa (FINE, 2004), o ponto está claro: a realidade social é profundamente (essencialmente) diferente da realidade natural²⁰, invalidando os modelos explicativos em economia que se baseiam nas filosofias positivistas da ciência natural.

Nota-se que o realismo crítico é compatível com uma série de abordagens heterodoxas (como é expressamente reconhecido por LAWSON, 2003a, p. 32, nota 10), mas não se compromete com uma estratégia ou corrente de pensamento específica. Se por um lado suas afirmações são muito ousadas, postulando uma ontologia social com (um supostamente grande) potencial analítico, por outro lado, suas afirmações epistemológicas são cautelosas ou mesmo tímidas, afirmando que “o realismo crítico não faz o trabalho da própria ciência” ou que o realismo crítico é meramente uma “limpeza de terreno” (*underlabouring*) para a atividade científica substantiva²¹.

19 Neste ponto os realistas críticos concordam inteiramente com Rorty (1989, p. 5) quanto diz que “o mundo está lá fora, mas as descrições dele não estão”. As implicações que os realistas tiram disso são, como veremos, diametralmente opostas às dos relativistas.

20 Keynes (1933, p. 262) é bastante claro a este respeito, em sua biografia de Edgeworth: “a hipótese atômica, que funciona tão esplendidamente nas [ciências naturais], se desmancha nas [ciências humanas]. Enfrentamos a cada passo os problemas de unidade orgânica, de eventos discretos, de descontinuidades – o todo não é igual à soma das partes, as comparações quantitativas falham, pequenas mudanças produzem grandes efeitos e a hipótese de um *continuum* uniforme e homogêneo não é satisfeita”.

21 Lawson (1997a, p. 60-61). Enquanto Baert (1996, p. 519) interpreta isso como uma fraqueza, pois o realismo crítico é tão geral que “todos são realistas sem o saber, como o Monseieur Jourdan de Molière”, Lawson (2003, p. 28-30) acredita que isso é uma força, pois evita o dogmatismo e permite conceber as várias correntes heterodoxas como partes complementares da divisão do trabalho no interior de um projeto comum – ao invés de abordagens concorrentes. Peacock (2004) afirma que há um risco de apenas os heterodoxos serem persuadidos pelo argumento de Lawson, o que implica que para os heterodoxos haveria pouca transformação

No entanto, o realismo crítico tem mais em “elaboração epistemológica” a oferecer. Sobre como obter conhecimento a respeito de mecanismos subjacentes não-observáveis, Lawson (1997a, p. 204-209) oferece o conceito de semi-regularidades (*demi-regularities* ou *demi-regs*), que procura capturar tanto a regularidade de um fenômeno, como o fato de que tais regularidades não são duradouras nem estritas. Assim, dizem Bhaskar e Lawson (1998, p. 13), elas são “falsas regularidades”, “regularidades parciais em forma bruta” (*rough-and-ready*), semelhantes ao conceito de “fatos estilizados” de Kaldor²². De acordo com Lawson (1997a, p. 207-208), quando percebemos algum tipo de *padrão de eventos*, utilizando controles ou estatística descritiva, isso é um indício de que determinados mecanismos estão “despontando” ou são dominantes sobre outros, sendo, portanto, passíveis de análise científica. Mas não se deve pensar que o problema da indução, uma vez banido, volta nos braços das *demi-regs* (como faz BAERT, 1996, p. 518-519), pois o que causa o problema da indução é a generalização indevida. Se o realismo crítico afirma que o conhecimento é necessariamente local e parcial, não há problemas de indução ou de fundacionismo envolvidos neste argumento.

Neste ponto Lawson (1997a, cap. 17) faz uma ampla concessão ao “relativismo epistemológico”. Isso parece parte do espírito pluralista (em relação à ortodoxia) que Lawson quer adotar. Ele propõe uma noção de verdade não como “correspondência” (a doutrina segundo a qual as teorias são verdadeiras se os eventos teóricos descritos são correspondentes aos eventos factuais no mundo), mas sim como “verdade expressiva” (i.e., as teorias são verdadeiras ou falsas se forem expressões (condicionais) de processos ocorrentes na realidade). Segundo ele (1997a, p. 240-241), o termo “verdade” tem tanto uma faceta referencial (verdade objetiva) quanto uma faceta expressiva (descrição teórica). A compatibilidade do realismo ontológico com o relativismo epistemológico é feita pelo conceito de “racionalidade no discernimento”, i.e., de que a escolha entre teorias será feita de acordo com o seguinte princípio: “será escolhida a teoria que, em seus próprios termos, tiver maior poder de iluminar [uma faceta d]a realidade independente da mente” (1997a, p. 243)²³. Ou seja,

e para os ortodoxos – que não lhe prestariam atenção – nenhuma transformação. Ainda assim, conclui ele, a defesa de metodologias heterodoxas com base em argumentos realistas é um trabalho não negligível.

22 O motivo para a mudança de nomenclatura é meramente semântico (ver LAWSON, 1997a, p. 208).

23 Peacock (2000, pp. 321-324) aponta um problema agudo nesta proposta “quantitativa” (maior/menor poder explicativo) de escolha entre teorias alternativas. O problema ocorre porque as teorias podem diferir em *tipo* de explicação, e não apenas em *grau* de poder explicativo. Hargreaves-Heap (2004, p. 9) também reconhece este problema, mas aponta uma possível solução: embora as teorias sejam sub-determinadas pelos critérios que possam ser aventados para validá-la (conteúdo empírico, poder preditivo, poder explicativo, valor pedagógico, ou outros), há no realismo crítico o compromisso com o *realismo metodológico*, pelo qual o teórico deve tratar de fenômenos e mecanismos realmente existentes no mundo (excluindo-se as ficções teóricas e atualizando-se o “realmente existente” pelo conhecimento antecedente). Embora isso não elimine

permite-se que todas as abordagens (com suas perspectivas, valores e interesses diferenciados) apresentem suas teorias explicativas; será escolhida aquela que, por referência à realidade objetiva (externa às concepções envolvidas) tiver maior capacidade de explicar a produção do evento de interesse. Mais uma vez, não há garantias epistêmicas de conhecimento infalível, de expressões com significados invariantes (como cobram, por exemplo, BOYLAN; O’GORMAN, 1995, p. 102), mas há o suposto realista de que tais expressões podem ser testadas objetivamente.

Sumariando, o que distingue o realismo crítico de outras posturas realistas em economia, é (i) a noção de sistemas abertos (isto é, em que as condições intrínsecas e extrínsecas de fechamento não são satisfeitas) no mundo econômico; (ii) a concepção de que o sistema social é estruturado e orgânico, não podendo ser reduzido às práticas dos agentes, nem tais práticas à estrutura. A “decomposição” de suas partes constituintes implicaria mudanças em suas naturezas. Esse aspecto da realidade social leva à rejeição de qualquer forma de abstração que deturpe a natureza do objeto investigado (ver LAWSON, 1997a, p. 244-246 e cap. 16). Além disso, o sistema social é intrinsecamente dinâmico, tanto no nível dos agentes como no das estruturas que lhe dão relativa estabilidade (ver a combinação de instituições com criatividade em DEQUECH, 2003); e (iii) não existem garantias epistêmicas de conhecimento absoluto: admite-se que a verdade é objetiva, mas as concepções a seu respeito não necessariamente o são. Assim, embora devamos acautelar-nos da reificação de nossas concepções preferidas quando adotamos uma ontologia de mecanismos subjacentes não-empíricos e argumentos transcendentais, “a adoção de perspectivas realistas em economia decorre de seu sucesso no tratamento de uma ampla série de questões [i.e., como uma crítica sustentada ao positivismo] da filosofia da ciência contemporânea” (BOYLAN; O’GORMAN, 1995, p. 86). E isso, repetindo Peacock (2004), não é um feito negligível.

5. A crítica darwiniana de Geoffrey Hodgson

Dos debates que o realismo crítico ensejou, selecionamos a crítica de Hodgson (2000, 2002a, 2004a, 2004b), pois ela se refere aos fenômenos de mudança econômica. Em paralelo a essa crítica e em seu livro *Darwin’s Conjecture* (HODGSON; KNUDSEN, 2010), o autor propõe o “darwinismo generalizado” como complemento (ou alternativa?) ao realismo crítico. Uma boa síntese da proposta do darwinismo generalizado é a seguinte:

o problema da subdeterminação, restringe o conjunto de teorias candidatas a explicações válidas pelo seu status ontológico.

“Esta posição sustenta que todos os processos evolutivos partilham a mesma estrutura abstrata do esquema darwiniano de variação, seleção e retenção. Colocando de outra forma, o argumento não é que a evolução fora da biologia seja similar à evolução na natureza, mas que em uma análise com nível de abstração suficientemente elevado, os processos evolutivos das diversas esferas são idênticos em sua estrutura básica [...] Seus proponentes tendem a ser muito claros ao afirmar que o darwinismo universal não significa que todos os processos evolutivos seguem os mesmos mecanismos detalhados que dirigem a evolução da biosfera e que podem ser sumariados, em sentido amplo, sob o título de síntese neo-darwiniana. Ao invés disso, a posição teórica é que ‘há um conjunto central de princípios darwinianos gerais que, *junto com explicações auxiliares específicas à cada área científica*, pode aplicar-se a uma ampla série de fenômenos’ (HODGSON, 2002b, p. 270; *italicos no original*)” (BUENSTORF, 2006, p. 512).

Partindo, então, de analogias biológicas com os fenômenos darwinianos de variação, seleção e hereditariedade, Hodgson e Knudsen propõem-se a explicar os fenômenos da mudança econômica, particularmente os relacionados com a origem biológica da racionalidade, os determinantes da inovação e os processos de seleção. Segundo os autores, “o arcabouço meta-teórico do darwinismo fornece uma maneira de inspirar, enquadrar e organizar as explicações auxiliares, assim como fornece conceitos-chave e aponta métodos analíticos particulares... [O darwinismo] é o *único* arcabouço geral concebido para lidar com sistemas populacionais complexos, como descrito acima. Aqui o darwinismo *inevitável*” (HODGSON; KNUDSEN, 2010, p. 40, *italicos adicionados*).

É dessa perspectiva que Hodgson faz sua crítica à abordagem realista de Lawson. Parece-me haver, nessa crítica, além da usual disputa por “parcelas de mercado” metodológico, uma série de incompreensões mútuas e exageros que podem e devem ser eliminados. A tal ponto que às vezes tem-se a impressão de se tratar de um falso debate.

Para expor o problema, considere-se o texto de Archer (1995, p. 89-92). Essa autora estabelece o que chama de “ciclo morfogenético”, de condicionamento estrutural, interação social e elaboração estrutural, que serve como referência para a concepção realista crítica da relação entre agência individual e estrutura social. A ideia de “ciclo” vem da separação temporal entre as etapas e a ideia de “morfogênese” vem do reconhecimento da existência de propriedades emergentes em cada nível da realidade social (interações, estruturas e sistemas sociais). De forma esquemática, as proposições são as seguintes:

- (1) a estrutura tem propriedades emergentes e poderes causais (eficácia causal);
- (2) a estrutura condiciona mas não determina a ação (condicionamento estrutural);
- (3) os agentes possuem propriedades emergentes próprias;
- (4) o mecanismo de transmissão da estrutura para a agência é o sistema de retribuição e punição presente nas relações e posições sociais;
- (5) a partir deste mecanismo é possível detectar regularidades, mas não conjunções constantes de eventos (interação social);
- (6) a elaboração estrutural é uma consequência não intencional da interação social;
- (7) isso resulta do conflito social e da negociação de aspectos positivos e negativos (e seus *feedbacks* que, na maior parte das vezes, são resultados que ninguém deseja);
- (8) a análise morfo genética se encerra quando se produz uma história analítica da emergência e das propriedades problemáticas da estrutura;
- (9) essa estrutura torna-se o ponto de partida (o condicionante estrutural) de um novo ciclo morfo genético.

Ora, é justamente a forma como se interpreta o *condicionamento estrutural* (proposições 2, 4 e 9) que dá origem à crítica de Hodgson. Segundo ele, embora o realismo crítico, no tratamento da relação entre agência individual e estrutura social, seja um avanço em relação a abordagens rivais (individualismo, estruturalismo e teoria da estruturação), padece de dois problemas: (i) concebe a influência da estrutura social sobre os indivíduos como limitação, peso ou restrição; e (ii) não dá uma explicação causal para a deliberação dos agentes, explicando-as por razões e crenças como causas não-causadas (HODGSON, 2002a, p. 175, 172).

Hodgson (2000, 2002a, 2003, 2004a) oferece a alternativa da “causação reconstitutiva descendente”. Esta concepção resolveria os dois problemas identificados. Os hábitos e propensões dos agentes podem ser modificados pela influência²⁴ de sua interação com as estruturas sociais e, por isso, a “causa” das razões e intenções poderia ser identificada por tais hábitos e propensões (que se modificam lentamente). Veja as seguintes citações:

24 Em nota publicada em sua página pessoal na internet, Hodgson (2011) corrige a terminologia anterior e não fala mais em “causação” do nível mais elevado sobre o mais baixo da ontologia porque isso violaria a chamada “regra de Sperry”: os níveis mais elevados não têm o poder de modificar as causas dos fenômenos de nível mais baixo (cf. HODGSON, 2003, p. 165, seguindo o psico-biólogo Roger Sperry). Ele a substitui pelo termo “influência”.

“De modo mais geral, mudanças e restrições institucionais podem causar modificações de pensamento e comportamento. As instituições restringem nosso comportamento e desenvolvem nossos hábitos de pensamento de maneiras específicas. O que acontece é que as capacidades restritiva, modificadora e adequadora das instituições sociais dão origem a novas percepções e disposições dentro do indivíduo. A partir desses novos hábitos de pensamento emergem novas preferências e intenções”.

“O ponto crucial é que toda ação e deliberação depende de hábitos antecedentes que adquirimos durante nosso desenvolvimento individual. Portanto, nossos hábitos têm primazia ontológica e temporal sobre intenções e razões. Como vimos, a causação reconstitutiva descendente opera criando e moldando hábitos. Hábito é o *elo crucial e oculto* da cadeia causal” (HODGSON, 2003, p. 166, 167, *itálicos no original*).

Meu argumento em defesa da concepção realista crítica é feito em duas etapas. Primeiro, desejo mostrar que a imputação de um papel exclusivamente limitador ao condicionamento estrutural decorre de uma má-leitura. Segundo, questionar o “grau de liberdade” que as estruturas dão à ação individual sob a “causação reconstitutiva descendente”.

Em um longo ensaio não publicado na íntegra (2000), embora parcialmente publicado em Hodgson (2002a, 2003, 2004a, 2006), o autor critica a concepção realista crítica de estrutura social. Os realistas críticos defendem um conceito de estrutura social que possui (i) poderes causais e (ii) propriedades emergentes. Para Hodgson (2000, p. 24) esse conceito (estrutura social) é muito amplo, pois inclui relações sociais (pontuais e duradouras) e organizações; Hodgson utiliza o conceito de instituições. No realismo crítico, as instituições são definidas como um tipo específico de estrutura social, no qual os processos estruturados de interação entre as pessoas são duráveis (ver LAWSON, 1997a, p. 317-318). De acordo com Hodgson (2000, p. 25), o conceito de instituições – como elaborado por vários institucionalistas e por filósofos como John Searle – caracteriza-se por (i) durabilidade, (ii) endosso coletivo, (iii) representação linguística, (iv) base material e (v) capacidade para “causação reconstitutiva descendente”. Este último atributo torna-se o critério de validade das outras abordagens (viz., o realismo crítico) e a marca da originalidade do institucionalismo vebleniano, segundo Hodgson (2000, p. 27). Por exemplo, ele afirma que sua abordagem deve ser contrastada com as da Nova Economia Institucional (e.g. NORTH) e do realismo crítico (BHASKAR; ARCHER; LAWSON). Nelas, as instituições agem apenas como *restrições*, enquanto os propósitos e preferências dos agentes permanecem imutáveis. Ora, isso não é verdade para o realismo crítico, como veremos, e é discutível no caso de North (GROENEWEGEN *et al.*, 1995; ZABOULAKIS, 2005; DEQUECH, 2002).

No caso do realismo crítico, a ideia de que as estruturas servem apenas como “moldes” (*frames*) ou restrições para a ação individual decorre de uma interpretação limitada do termo “condicionamento estrutural”. Na exposição do ciclo morfogenético, Archer afirma que o mecanismo pelo qual as estruturas influenciam os indivíduos é dado pelo sistema de recompensas e punições estruturais. Mas note-se que o objetivo ali é meramente o de apontar para a possibilidade de regularidades na análise social. Em nenhum momento Hodgson (2000) documenta esse papel limitador da estrutura nos textos de Archer. Por outro lado, há repetidas admissões em Archer (1995, p. 63, 74, 84, 88-89, 153-154) da importância do momento da interação entre a estrutura e o agente. Por exemplo, Archer afirma que mesmo que algumas estruturas sejam menos duráveis que os indivíduos, o fato de que estes *podem alterar suas posições e relações* na estrutura social – e assim se redefinirem – cria uma descontinuidade em sua forma de atividade. Os agentes que formam os grupos sociais *não são mais a mesma entidade, porque foram transformados* (ARCHER, 1995, p. 73-74).

Contudo, não será essa também a posição de Hodgson? Não se trata, portanto, de um falso debate? Pela citação anterior de Hodgson, vê-se que o caminho da influência descendente da estrutura sobre os agentes é pela interação. Portanto, apenas em um dos sentidos possíveis “condicionamento” é limitação. Além disso, a proposta de Hodgson de fornecer um elo causal que vai dos instintos ao comportamento passando pelos hábitos, também não é incompatível com a abordagem morfogenética. Os hábitos de pensamento são entidades mais ou menos duráveis, mas são flexíveis sob a pressão das necessidades materiais, de acordo com a concepção vebleniana. Mas então, deve-se aceitar que os hábitos do presente (ainda que tenham sua origem remota nos instintos) são formados pela interação (recente) com as instituições herdadas do passado. Meu ponto aqui é que o agente não tem *mais liberdade* sob a proposta de causalção reconstitutiva descendente do que sob o realismo crítico²⁵. Arrisco a opinião de que são formas diferentes de expor o mesmo fenômeno²⁶.

25 Veblen (1914, pp. 103-104) afirma: “Cada movimento sucessivo de melhoria, cada nova centelha de novidade, aperfeiçoamento, invenção, adaptação, cada detalhe adicional de inovação produtiva (*workmanlike*) é feito obviamente por indivíduos e vem da experiência e iniciativa individual, pois as gerações da raça humana vivem apenas em indivíduos. Mas cada movimento feito é necessariamente feito por indivíduos imersos na comunidade e expostos à disciplina da vida em grupo corrente na comunidade, pois toda vida é necessariamente vida em grupo”. Hodgson (2002c, p. 117, *itálicos adicionados*), no mesmo sentido, afirma: “As instituições *restringem* nosso comportamento e desenvolvem nossos hábitos em sentidos específicos. O que ocorre é que as capacidades de estruturação, mudança e *restrição* das instituições sociais fazem emergir novas percepções e disposições nos indivíduos”.

26 Para uma outra exposição sobre propriedades emergentes e agência individual, compatível com o realismo crítico e com a proposta de Hodgson, mas de inspiração austríaca, ver Lewis e Runde (2006) e Lewis (2012).

Passando ao segundo problema, a causa não-causada, Hodgson (2000, seção 7) acusa o realismo crítico de subscrever o dualismo cartesiano de causas materiais e causas intencionais ao estabelecer intenções como causas. Não pretendo discutir o problema – certamente espinhoso em filosofia – da relação mente/corpo. Basta apontar que acredito não ser suficiente questionar o dualismo do realismo crítico com base em uma igualmente discutível doutrina do materialismo eliminativo (também chamado de fisicalismo). Assim, quando Hodgson aponta que apelar para uma causa não-causada é um procedimento anticientífico e insiste que o universo material é fechado, ele pode ser interpretado de duas formas: na interpretação mais forte, ele beira ao reducionismo biológico (apesar de suas afirmações em contrário). Senão vejamos: não se admite que os eventos mentais possam ter uma existência própria, senão dependente do seu substrato físico, o cérebro, o qual é trivialmente material e biológico. Mas, se é essa a interpretação correta, então Hodgson cai no determinismo em relação ao comportamento humano²⁷ que a visão evolucionista – também subscrita por ele – deseja evitar. A interpretação alternativa (que me parece mais favorável a Hodgson) é, reconhecendo uma ontologia do universo material (e social) organizado em múltiplos níveis, na qual os estratos superiores têm propriedades emergentes (o que Hodgson faz), admitir também que cada estrato tem propriedades *sui generis*, que se originam dos estratos inferiores, mas que não são redutíveis a eles²⁸. Mas, neste último caso, há duas implicações: (i) essa posição não difere do realismo crítico, tornando a própria crítica inócua; e, além disso, (ii) não há necessidade de recorrer aos estratos inferiores para discutir as propriedades mentais emergentes. Em outras palavras, ou essa discussão em nada acrescenta aos problemas específicos à

27 Hodgson utiliza um argumento baseado na teoria do caos para afirmar que eventos aparentemente estocásticos são, na verdade, determinísticos. Esse argumento e a ideia de uma ontologia materialista emergente fizeram Hodgson afastar-se do apoio à noção de causas não-causadas, ainda presente em seu livro de 1993. (HODGSON, 2000, p. 43, nota 34; ver também HODGSON, 2004b, p. 178).

28 Por exemplo, Hodgson concebe o processo de evolução como um algoritmo – evocando a proposta do biólogo Daniel Denett (1995, p. 88) que se expressa da seguinte forma: “a seleção natural é um ácido universal que penetrará em todos os campos de pesquisa científica. A perigosa ideia de Darwin é o reducionismo encarnado, prometendo unificar e explicar quase tudo com uma única e magnificente visão”. Mas por algoritmo Dennett e Veblen entendem coisas diferentes (*contra* Hodgson): para o primeiro, algoritmos são instruções pelas quais se pode organizar, selecionar e construir coisas seguindo uma série de passos e, com garantia lógica, obter um resultado. Os algoritmos têm algumas propriedades: eles independem do substrato material no qual são realizados, são à prova de falha e não têm propósitos – inclusive não têm o propósito de produzir a raça humana. Esta é a “ideia perigosa” de Darwin (DENNETT, 1995, pp. 56ss). Veblen, por outro lado, interpreta a evolução não como um algoritmo, mas como um processo iterativo de causação cumulativa. Hodgson (2001, p. 13, nota 6) adota a ideia de seleção como algoritmo, mas rejeita o reducionismo de Dennett justamente por reconhecer a emergência. Mas então, deve-se reconhecê-la até suas últimas consequências! Buenstorf (2006, p. 514, nota 3) também aponta a tensão entre a aceitação de processos de seleção como algoritmos e a admissão de um “lamarckismo aninhado no darwinismo” por Hodgson.

esfera econômica (AYRES, 1944, cap. 5)²⁹, ou trata-se apenas de reconhecer que elas emergem de um estrato mais básico, biológico, pois Hodgson apela aqui para a “doutrina da continuidade” biológica.

Em defesa do realismo crítico, a suposição de uma causa não-causada torna a escolha humana aberta e, portanto, portadora de novidade. A escolha humana é criativa, como insistiu Shackle (1988, p. 1-2; 1972, p. 122ss) porque se refere à imaginação de cenários futuros alternativos decorrentes da ação presente. Se e quando um destes cenários se materializar, será possível discuti-lo como parte do universo físico, mas então já será tarde: o futuro já será presente e já estará dado, não podendo mais ser escolhido.

A “doutrina da continuidade”, formulada por Thomas Henry Huxley em 1874, requer que as explicações dadas para o comportamento humano sejam consistentes com o que sabemos da biologia evolucionária. Segundo Hodgson (2001, p. 10), a noção de que as intenções são causas não-causadas claramente rompe com esse requisito. Mas, por um lado, o próprio Hodgson reconhece que as intenções não-causadas podem ter algum elo, ainda desconhecido, com a biologia evolucionária. Não podemos descartar a realidade das decisões cruciais, cujos referentes precisam ser imaginados e criados na mente do agente – e que são a fonte da inovação genuína – nem fugir à necessidade de que isso esteja ligado a uma explicação satisfatória baseada na evolução humana. O ponto em debate deve ser deixado sobre a mesa se admitirmos que, no presente, ainda não sabemos qual é este elo. Por outro lado, Hodgson rejeita o dualismo causal do realismo crítico e apresenta o materialismo emergentista (de Mario Bunge) como solução. Mas o realismo crítico é consistente com o materialismo emergentista. A distinção entre as posições é que Hodgson (idem, p. 10) considera imprescindível explicar as causas das intenções e o realismo crítico não dedica a isso o espaço por ele considerado suficiente. Por exemplo: “o dualismo recusa-se a reconhecer a evidência das origens moleculares e celulares das capacidades ou desordens mentais. O dualismo geralmente minimiza ou ignora as raízes biológicas do comportamento humano e trata de modo irresponsável as ciências físicas”. Ora, claramente tais propriedades são pressupostas, mas redundantes para a tomada de decisões cruciais. Além disso, se a intencionalidade é uma propriedade emergente da configuração física do cérebro, não pode ser reduzida a tal configuração e, *ipso facto*, o problema de conciliação entre intencionalidade (causação mental) e causalidade (causação material) não se coloca. Não há uma queda de braço entre os dois tipos de causação porque eles operam em níveis diferentes da ontologia.

29 Aliás, Hodgson e Knudsen (2010, p. 59), parecem não perceber que suspendem a validade geral do darwinismo quando afirmam: “na análise da evolução industrial podemos, portanto, ignorar com segurança a evolução biológica, mesmo que tais mudanças possam afetar, muito ligeiramente, o *pool* genético humano”.

Hodgson partilha com os realistas críticos a noção de uma ontologia material estruturada contendo propriedades emergentes. Como Hodgson reconhece, isso está claro no próprio Veblen (1909, p. 238): “Ora, ocorre que a relação de razão suficiente entra de modo muito substantivo na conduta humana. É este elemento de presciência discriminadora que distingue a conduta humana do comportamento irracional. E uma vez que o objeto de investigação do economista é a conduta humana, esta relação ocupa uma grande parcela de sua atenção em qualquer formulação teórica de fenômenos econômicos, seja hedonista ou não. Mas enquanto a ciência moderna em geral fez da relação causal a única base definitiva de formulação teórica, e enquanto as outras ciências que lidam com a vida humana admitem a relação de razão suficiente como uma base aproximativa, suplementar ou intermediária, subsidiária e subserviente ao argumento de causa e efeito, a economia teve o infortúnio – do ponto de vista científico – de deixar que a primeira suplantasse o último.”³⁰ O ponto de discórdia é que Hodgson exige uma explicação (darwiniana) para a origem da deliberação humana.

Em suma, Hodgson coloca sua própria alternativa em um dilema ao tentar excluir o elemento teleológico de toda e qualquer explicação científica. Sem esse elemento, a explicação recai no materialismo monista; com ele, Hodgson coloca-se no terreno do materialismo emergentista, mas desfaz-se o conflito com o (e assim o motivo para a crítica ao) realismo crítico. Este ponto também marca a necessidade de cautela na adoção de metáforas biológicas. O substrato biológico dos processos sociais é inegável. Contudo, as entidades dos fenômenos no estrato supra-biológico têm propósitos e portanto os processos evolutivos darwinianos não são – até que se encontre uma justificativa mais adequada – aptos para representar as decisões dos agentes.

Em minha avaliação, o saldo deste debate é mais ou menos como segue. Embora Hodgson aponte o darwinismo generalizado como um *complemento* ao realismo crítico, sua postura foi evoluindo, ao longo da última década, para a rejeição desta abordagem e o darwinismo generalizado foi se tornando uma *alternativa* a ela. Espero ter mostrado que as críticas de Hodgson ao realismo crítico são, no mínimo, insuficientemente justificadas. O realismo

30 Neste trecho, contudo, a interpretação de Hodgson foge às intenções originais de Veblen: o americano estava aqui criticando a economia marginalista e seu método dedutivista de explanação. Quando se refere a causa e efeito, Veblen não elimina o elemento teleológico da decisão humana (aliás, a causa final aristotélica também não pode ser simplesmente descartada do argumento de Veblen), mas exige uma explicação causal, ao invés de simplesmente uma prova lógica (ver o trecho em Veblen, 1909, p. 239 que se segue imediatamente ao citado por Hodgson, acima). Então parece que em Veblen temos explicações causais e teleológicas de um lado, e explicações lógicas, de outro. Mais à frente Hodgson (2001, p. 13) afirma que “Em suma, existe evidência abundante de que Veblen compreendia o darwinismo em termos de análise causal detalhada. Já foi mostrado que, como em Darwin, seu conceito de causa era monista e materialista”. Novamente, não encontro base para essa afirmação se, em sua polêmica com os primeiros neoclássicos, Veblen elimina o elemento teleológico da explicação científica, mas não da decisão humana.

crítico, por outro lado, ocupa-se com a elaboração ontológica dos mesmos fenômenos que interessam a Hodgson (ver Lawson, 2003, cap. 5), mas não veste a camisa-de-força das analogias darwinianas. Uma coisa é afirmar que as características dos itens sociais não podem contradizer seu substrato biótico; outra, bem diferente, é afirmar que a evolução social tem que ser um processo darwiniano.

O que poderia isto contribuir para a leitura da história do pensamento? Em primeiro lugar, ambas as abordagens são inerentemente históricas, uma vez que são concepções da mudança e da transformação. Contudo, cada uma tem compromissos ontológicos próprios. Enquanto o darwinismo generalizado provavelmente veria a história como uma sucessão de fatos – submetidos à pressão seletiva da contingência histórica – selecionados e retidos por processos cegos, o realismo crítico tem uma concepção alternativa. Os fatos históricos são, *prima facie* objetivos. As fontes, independente do como se as interprete ou descreva – o chamado hiato historiográfico – existem independentemente do historiador (ver PAUL, 2018 e LAAS, 2016 a respeito do realismo ontológico em historiografia). Tais fontes revelam a realidade como um sistema aberto – as possibilidades de saída única são exíguas – e, ainda que os desdobramentos históricos sejam contingentes ao contexto (o que se assemelha a uma pressão seletiva dos eventos correntes) o *processo* de evolução não necessariamente é darwiniano. Além disso, ao oferecer uma descrição mais espessa dos elementos constitutivos da *estrutura social*, o realismo crítico pode ser uma referência metodológica mais promissora para os historiadores do que sua rival darwiniana. É irônico que Hodgson, um destacado proponente do institucionalismo original em economia, proponha justamente uma ontologia darwiniana na qual os eventos sociais contam tão pouco. Contudo, deve-se ter em mente que o nível de abstração da ontologia darwiniana ainda é muito elevado e pouco elaborado. E ainda está em aberto a questão de qual é a ontologia adequada para o estudo da história.

REFERÊNCIAS

ARCHER, Margaret. **Realist social theory: the morphogenetic approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

ARCHER, Margaret. The ontological status of subjectivity: the missing link between agency and structure. *In*: LAWSON, C.; LATSIS, J.; MARTINS, N. (eds.). **Contributions to social ontology**. Londres: Routledge, p. 17-31, 2007.

AYRES, Clarence E. **The theory of economic progress: a study of the fundamentals of economic development and cultural change**. 4. ed. (eletrônica), 1996 (1944).

BACKHOUSE, Roger E. (ed.). **New Directions in Economic Methodology**. Londres: Routledge, 1994.

BAERT, Patrick. Realist philosophy of the social sciences and economics: a critique. **Cambridge Journal of Economics**, v. 20, n. 5, p. 513-522, set. 1996.

BENTON, Ted. Realism and social science: some comments on Roy Bhaskar's "The Possibility of Naturalism". *In*: EDGLEY, R.; OSBORNE, R. (ed.). **Radical Philosophy Reader**, p. 174-192. Londres: Verso, 1981.

BHASKAR, Roy. **A realist theory of science**. 3. ed. Londres: Verso, 1997 (1975).

BHASKAR, Roy. General introduction. *In*: ARCHER, M. *et al.* (eds.) **Critical realism: essential readings**, p. ix-xxiv. Londres: Routledge, 1998.

BHASKAR, Roy; LAWSON, Tony. Introduction: basic texts and developments. *In*: ARCHER, M. *et al.* (eds.). **Critical realism: essential readings**, p. 3-15. Londres: Routledge, 1998.

BHASKAR, Roy. **Scientific Realism and Human Emancipation**. Londres: Routledge, 2009 (1986).

BHASKAR, Roy. **The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences**. 3. ed. Londres: Routledge, 1998 (1979).

BLAUG, Mark. **Methodology of economics**: or how economists explain. 2. ed. 3. reimpressão. Cambridge: Cambridge University Press, 1997 (1980).

BOYD, Richard N. On the current status of the issue of scientific realism. **Erkenntnis**, v. 19, n. 1-3, p. 45-90, maio 1983.

BOYLAN, Thomas A.; O'GORMAN, Paschal F. **Beyond rhetoric and realism in economics**: towards a reformulation of economic methodology. Londres: Routledge, 1995.

BOYLAN, Thomas A.; O'GORMAN, Paschal F. Critical realism and economics: a causal holist critique. **Ekonomia**, v. 1, n. 2, p. 9-21, inverno de 1997.

BUENSTORF, Guido (2006) How useful is generalized Darwinism as a framework to study competition and industrial evolution? **Journal of Evolutionary Economics**, v. 16, n. 5, p. 511-527, nov. 2006.

CALDWELL, Bruce J. **Beyond positivism**: economic methodology in the twentieth century. Londres: George Allen & Unwin, 1982.

CALDWELL, Bruce J. Clarifying Popper. **Journal of Economic Literature**, v. 29, n. 1, p. 1-33, mar. 1991.

CARTWRIGHT, Nancy. **Nature's capacities and their measurement**. Oxford: Clarendon Press, 1989.

CHICK, Victoria; DOW, Sheila. "The meaning of open systems". **Journal of Economic Methodology**, v. 12, n. 3, p. 363-381, set. 2005.

CHURCHLAND, Paul M. **Realism and the plasticity of mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

COLLIER, Andrew. **Critical realism**: an introduction to Roy Bhaskar's philosophy. Londres: Verso, 1994.

DENNETT, Daniel. **Darwin's dangerous idea**: evolution and the meaning of life. Londres: Allen Lane, 1995.

DEQUECH, David. Conventional and unconventional behavior under uncertainty. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 26, n. 1, p. 145-168, outono de 2003.

DEQUECH, David. The demarcation between the ‘Old’ and the ‘New’ Institutional economics: recent complications. **Journal of Economic Issues**, v. 36, n. 2, p. 565-572, jun. 2002.

DOW, Sheila C. Reorienting economics: some epistemological issues. **Journal of Economic Methodology**, v. 11. n. 3, p. 307-12, set. 2004.

FERNÁNDEZ, Ramón G. McCloskey, Mäki e a Verdade. *In*: REGO, J. M.; GALA, P. (orgs.). **A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica**, p. 119-150. São Paulo: Editora 34, 2003.

FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. São Paulo: Editora da Unesp, 2007 (1975).

FINE, Ben. Addressing the critical and the real in critical realism. *In*: LEWIS, P. A. (ed.). **Transforming Economics: perspectives on the critical realist project**, p. 202-226. Londres: Routledge, 2004.

FLEETWOOD, Steve. Situating critical realism in economics. **Ekonomia**, v. 1, n. 2, p. 1-8, inverno de 1997.

GROENEWEGEN, John; KERSTHOLT, Frans; NAGELKERKE, Ad. On integrating new and old institutionalism: Douglass North building bridges”. **Journal of Economic Issues**, v. 29, n. 2, p. 467-475, jun. 1995.

HACKING, Ian. **Representing and intervening: introductory topics in the philosophy of natural science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

HANDS, D. Wade. Empirical realism as meta-method: Tony Lawson on neo-classical economics. **Ekonomia**, v. 1, n. 2, p. 39-53, inverno de 1997.

HANDS, D. Wade. **Reflection without rules: economic methodology and the contemporary social theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

HARGREAVES-HEAP, Shaun P. Critical realism and the heterodox tradition in economics. Texto (**mimeo**) apresentado no Cambridge Realist Workshop, 08 de novembro de 2004.

HARRÉ, Rom; MADDEN, Edward H. **Causal powers**. Oxford: Blackwell, 1975.

HAUSMAN, Daniel M. Realist philosophy and methodology of economics: what is it? **Journal of Economic Methodology**, v. 7, n. 1, p. 127-133, mar. 2000.

HAUSMAN, Daniel M. Introduction. *In*: HAUSMAN, D. M. (ed.). **The philosophy of economics**: an anthology. 2. ed. p. 1-43, Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

HODGSON, Geoffrey M. Darwin, Veblen and the problem of causality in economics. **History and Philosophy of the Life Sciences**, v. 23, n. 3/4, p. 383-422, 2001.

HODGSON, Geoffrey M. Darwinism, causality and the social sciences. **Journal of Economic Methodology**, v. 11, n. 2, p. 175-194, jun. 2004b.

HODGSON, Geoffrey M. Darwinism in economics: from analogy to ontology', **Journal of Evolutionary Economics**, v. 12, n. 2, p. 259-281, jun. 2002b.

HODGSON, Geoffrey M. **Downward causation**: some second thoughts. Nota publicada na página pessoal do autor. [<http://www.geoffrey-hodgson.info>], 2011.

HODGSON, Geoffrey M. **Economics and Evolution**: bringing life back into economics. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1993.

HODGSON, Geoffrey M.; KNUDSEN, Thorbjørn. **Darwin's conjecture**: the search for general principles of social & economic evolution. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

HODGSON, Geoffrey M. On the problem of formalism in economics. *In*: FULLBROOK, E. (ed.). **Ontology and Economics**: Tony Lawson and its critics, p. 175-188. Londres: Routledge, 2009.

HODGSON, Geoffrey M. Reconstitutive downward causation: social structure and the development of individual agency. *In*: FULLBROOK, E. (ed.). **Intersubjectivity in Economics**: agents and structures, p. 159-180. Londres: Routledge, 2002a.

HODGSON, Geoffrey M. Structures and institutions: reflections on institutionalism, structuration theory and critical realism. University of Hertfordshire (**mimeo**), jul. 2000.

HODGSON, Geoffrey M. **The evolution of institutional economics: agency, structure and Darwinism in American Institutionalism**. Londres: Routledge, 2004a.

HODGSON, Geoffrey M. The evolution of institutions: an agenda for future theoretical research. **Constitutional Political Economy**, v. 13, n. 2, p. 111-127, jun. 2002c.

HODGSON, Geoffrey M. The hidden persuaders: institutions and individuals in economic theory. **Cambridge Journal of Economics**, v. 27, n. 2, p. 159-175, mar. 2003.

HODGSON, Geoffrey M. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, v. 40, n. 1, p. 1-25, mar. 2006.

KEYNES, John M. Essays in biography. *In*: MOGGRIDGE, D. D. (ed.). **The Collected Writings of John Maynard Keynes**, v. X. Londres: Macmillan, 1973 (1933).

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1979 (1970).

LAAS, Oliver. Toward truthlikeness in History. **European Journal of Pragmatism and American Philosophy**, v. 8, n. 2, p. 1-28, 2016.

LAWSON, Clive; PEACOCK, Mark; PRATTEN, Stephen. Realism, underlabouring and institutions. **Cambridge Journal of Economics**, v. 20, n. 1, p. 137-151, jan. 1996.

LAWSON, Tony. (1989b) Realism and instrumentalism in the development of econometrics. **Oxford Economic Papers**, v. 41, n. 1, p. 236-258, jan. 1989b.

LAWSON, Tony. Abstraction, tendencies and stylised facts: a realist approach to economic analysis. **Cambridge Journal of Economics**, v. 13, n. 1, p. 59-78, mar. 1989a.

LAWSON, Tony. A realist perspective on contemporary “economic theory”. **Journal of Economic Issues**, v. 29, n. 1, p. 1-32, mar. 1995.

LAWSON, Tony A realist theory for economics. *In*: BACKHOUSE, R. E. (ed.). **New directions in economic methodology**, p. 257-284. Londres: Routledge, 1994b.

LAWSON, Tony. Clarifying and developing the economics and reality project: closed and open systems, deductivism, prediction, and teaching. **Review of Social Economy**, v. 56, n. 3, p. 356-375, outono de 1998.

LAWSON, Tony. Critical issues in economics as realist social theory. **Ekonomía**, v. 1, n. 2, p. 75-117, inverno de 1997b.

LAWSON, Tony. Developments in economics as realist social theory. **Review of Social Theory**, v. 54, n. 4, p. 405-422, inverno de 1996.

LAWSON, Tony. **Economics and reality**. Londres: Routledge, 1997a.

LAWSON, Tony. Economics as a distinct social science? On the nature, scope and method of economics. **Economie Appliquée**, v. 50, n. 2, p. 5-35, 1997c.

LAWSON, Tony. "Methodology" e "Realism, Philosophical". In: HODGSON, G. M.; SAMUELS, W. J.; TOOL, M. R. (eds.). **The Elgar Companion to Institutional and Evolutionary Economics**, v. 2, p. 67-72; 219-225. Aldershot: Edward Elgar, 1994a.

LAWSON, Tony. Realism, closed systems and Friedman". **Research in the History of Economic Thought and Methodology**, v. 10, p. 149-169, 1992.

LAWSON, Tony. **Reorienting economics**. Londres: Routledge, 2003.

LAWSON, Tony. Reorienting economics: on heterodox economics, themata and the use of mathematics in economics. **Journal of Economic Methodology**, v. 11, n. 3, p. 329-40, set. 2004.

LEPLIN, Jarrett. **A novel defense of scientific realism**. New York: Oxford University Press, 1997.

LEPLIN, Jarrett. Is essentialism unscientific? **Philosophy of Science**, v. 55, n. 4, p. 493-510, dez. 1988.

LEWIS, Paul A. Emergent properties in the work of Friedrich Hayek. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 82, n. 2-3, p. 368-378, maio 2012.

LEWIS, Paul A.; RUNDE, Jochen. Subjectivism, social structure and the possibility of socio-economic order: the case of Ludwig Lachmann. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 62, n. 1, p. 167-186, mar. 2006.

LIPTON, Peter. **Inference to the best explanation**. Londres: Routledge, 1991.

MÄKI, Uskali. On the problem of realism in economics. **Ricerche Economiche**, v. 43, n. 1, p. 176-197, jan. 1989.

MÄKI, Uskali. "Realism". In: DAVIS, J. B.; HANDS, D. W.; E MÄKI, U. (eds.). **Handbook of Economic Methodology**, p. 404-409. Cheltenham: Edward Elgar, 1998.

MÄKI, Uskali. Scientific realism and some peculiarities of economics. In: COHEN, R. S.; HILPINEN, R.; RENZONG, Q. (eds.). **Realism and anti-realism in the philosophy of science**, p. 427-447. Dordrech: Kluwer, 1996.

McCLOSKEY, Deirdre. Modern epistemology against analytic philosophy: a reply to Mäki. **Journal of Economic Literature**, v. 33, n. 4, p. 1319-1323, dez. 1995.

NIINILUOTO, Ilkka. **Critical scientific realism**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

NOLA, Robert. Introduction: some issues concerning relativism and realism in science. In: NOLA, R. (ed.). **Relativism and Realism**, p. 1-35. Dordrecht: Kluwer Academic, 1988.

PAUL, Herman; KLEINBERG, Ethan. Are historians ontological realists? **An exchange. Rethinking History**, v. 22, n. 4, p. 546-557, 2018.

PEACOCK, Mark. Explaining theory choice: an assessment of the critical realist contribution to explanation in science. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 30, n. 3, p. 319-339, set. 2000.

PEACOCK, Mark. No methodology without ontology! Reorienting economics". **Journal of Economic Methodology**, v. 11, n. 3, p. 313-319, set. 2004.

PETER, Fabienne. Rhetoric vs. realism in economic methodology: a critical assessment of recent contributions. **Cambridge Journal of Economics**, v. 25, n. 5, p. 571-589, set. 2001.

PHEBY, John. **Methodology and economics: a critical introduction**. Basingstoke: Macmillan, 1988.

POPPER, Karl R. Ciência: conjecturas e refutações. In: CONJECTURAS e Refutações, p. 63-88. Brasília: Editora da UnB, 1980 (1963).

POPPER, Karl R. **Realism and the aim of science**. Ed. William W. Bartley III. Londres: Routledge, 1983.

QUINE, Willard O. Two dogmas of empiricism. *In*: FROM a logical point of view, p. 20-46. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1953.

RORTY, Richard. **Contingency, irony and solidarity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

RUNDE, Jochen. On Popper, probabilities and propensities. **Review of Social Economy**, v. 54, n. 4, p. 465-485, inverno de 1996.

SAYER, Andrew. **Method in social science: a realist approach**, 2. ed. Londres: Routledge, 1992.

SELLARS, Wilfrid. **Science, perception and reality**. Nova York: Humanities Press, 1962.

SHACKLE, George L. S. **Epistemics and economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

SHACKLE, George L. S. The origination of choice. *In*: FROWEN, S. F. (ed.). **Business, time and thought: selected papers by G.L.S. Shackle**, p. 1-7. London: Macmillan, 1988.

VEBLEN, Thorstein B. **The instinct of workmanship and the state of industrial arts**. Nova York: Macmillan, 1914.

VEBLEN, Thorstein B. The limitations of marginal utility. **Reimpresso em The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays**, p. 231-251. Nova York: B.W. Huebsch, 1919 (1909).

VISKOVATOFF, Alex. Is Gerard Debreu a deductivist? **Review of Social Economy**, v. 56, n. 3, p. 335-346, outono de 1998.

WINSLOW, Ted. Organic interdependence, uncertainty and economic analysis. **Economic Journal**, v. 99, n. 398, p. 1173-1189, dez. 1989.

ZOUBOULAKIS, Michel. On the evolutionary character of North's idea of institutional change. **Journal of Institutional Economics**, v. 1, n. 2, 139-153, dez. 2005.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acumulação 47, 50, 52, 53, 54, 58, 60, 65, 71, 73, 81, 95, 96, 98, 99, 100, 103, 105, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 141, 143, 144, 146, 152, 155, 156, 157, 159, 160, 168, 180, 181, 183, 188, 190, 195, 197, 199, 202, 204, 206, 208, 209, 215, 216, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 229

Agentes 69, 71, 73, 108, 111, 153, 245, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 278, 280, 281, 282, 285

América Latina 14, 48, 60, 64, 75, 76, 80, 88, 92, 95, 102, 104, 107, 108, 109, 112, 113, 116, 125, 126, 131, 135, 137, 139, 140, 153, 158, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 212

B

Bancos 71, 118, 119, 123, 126, 154, 156, 157, 158, 197, 200, 202, 203, 204, 212, 213, 214, 215, 216, 219

C

Capitais 51, 75, 79, 99, 101, 107, 113, 117, 119, 120, 122, 123, 125, 154, 155, 156, 158, 159, 181, 183, 187, 188, 190, 199, 200, 203, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 216, 218, 219, 221, 223, 224

Capital 7, 8, 14, 15, 43, 44, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 61, 65, 66, 73, 81, 82, 91, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 168, 173, 174, 178, 181, 183, 188, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 234

Capital Fictício 8, 116, 117, 121, 122, 124, 127, 130, 136, 137, 195, 197, 198, 200, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 215, 216, 217, 229

Capital Financeiro 8, 15, 113, 114, 117, 118, 119, 120, 123, 126, 127, 143, 154, 156, 159, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 212, 213, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230

Capitalismo 4, 8, 11, 14, 15, 23, 24, 31, 37, 38, 39, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 65, 66, 70, 71, 73, 76, 79, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 120, 124, 125, 126, 128, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 142, 143, 144, 146, 147, 156, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 171, 179, 180, 181, 182, 188, 189, 190, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 217, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 228, 229

Capitalista 11, 13, 14, 15, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 59, 63, 65, 71, 77, 93, 94,

95, 96, 99, 100, 103, 104, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 123, 124, 129, 130, 132, 133, 135, 136, 137, 142, 143, 159, 163, 167, 171, 177, 178, 180, 183, 184, 188, 189, 196, 197, 199, 201, 202, 203, 205, 206, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228

Capitalistas 15, 53, 65, 66, 71, 74, 91, 92, 98, 99, 100, 106, 108, 117, 165, 171, 198, 200, 201, 206, 208, 209, 210, 212, 214, 216, 219, 220, 223, 227

Civilização 19, 22, 23, 24, 26, 31, 35, 36, 37, 39, 44, 58, 59, 60, 87, 88, 164, 165, 184

Colonial 14, 19, 27, 32, 44, 45, 46, 48, 49, 56, 92, 95, 137, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 227, 248, 259

Concorrência 69, 76, 78, 95, 96, 103, 117, 184, 187, 197, 199, 206, 209, 210, 211, 212, 214, 223, 224, 252

Consumo 11, 24, 28, 32, 45, 51, 53, 55, 58, 73, 76, 81, 82, 85, 91, 94, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 115, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 135, 137, 138, 158, 200, 213, 214, 222

Crescimento 50, 54, 66, 67, 68, 71, 74, 75, 76, 77, 80, 82, 83, 92, 100, 101, 102, 103, 107, 109, 110, 112, 115, 116, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 130, 134, 139, 146, 165, 176, 177, 178, 181, 183, 198, 205, 206, 208, 216, 217, 222, 245

Crise 7, 14, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 84, 88, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 114, 128, 148, 152, 157, 158, 159, 163, 166, 186, 200, 205, 206, 207, 222, 223, 259, 264, 274

Cultura Material 7, 12, 13, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41

D

Desenvolvimento 7, 8, 11, 14, 17, 29, 36, 38, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 141, 144, 145, 146, 150, 152, 153, 155, 157, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 173, 179, 183, 189, 196, 199, 200, 203, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 220, 223, 224, 225, 227, 229, 235, 236, 237, 240, 265, 268, 281, 301

Dinheiro 8, 50, 52, 143, 154, 155, 156, 159, 181, 182, 183, 184, 185, 189, 201, 202, 213, 215, 216, 219

E

Economia 4, 6, 7, 11, 13, 14, 15, 16, 23, 28, 30, 31, 35, 37, 39, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 88, 92, 94, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 107, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 128, 129, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 148, 150, 151, 152, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 175, 177, 178, 180, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 195, 207, 208, 213, 224, 227, 228, 229, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 257, 263, 265, 270, 273, 274, 275, 276, 278, 281, 285, 286, 301, 302

Economias 18, 23, 45, 51, 54, 55, 66, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 98, 104, 106, 107, 110, 112, 117, 134, 165, 168, 182, 184, 204, 205, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 223, 224

Econômica 4, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 16, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 56, 58, 59, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 73, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 85, 92, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 105, 107, 112, 115, 124, 125, 126, 127, 134, 135, 140, 150, 153, 158, 161, 185, 195, 207, 208, 212, 214, 223, 227, 229, 231, 232, 233, 236, 237, 239, 240, 241, 246, 249, 251, 252, 253, 256, 257, 263, 264, 270, 273, 274, 278, 279, 284, 301, 302

Econômicas 22, 29, 33, 35, 36, 65, 66, 67, 68, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 107, 114, 133, 141, 203, 205, 206, 209, 217, 231, 234, 237, 240, 248, 253, 258, 263, 270

Econômico 8, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 38, 44, 47, 48, 50, 51, 54, 55, 57, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 83, 87, 88, 92, 94, 100, 101, 103, 105, 115, 116, 117, 121, 122, 124, 128, 131, 134, 137, 139, 140, 141, 144, 145, 150, 151, 152, 164, 165, 167, 183, 185, 199, 203, 209, 216, 217, 218, 222, 229, 231, 232, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 244, 245, 248, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 263, 273, 278, 289, 301

Econômicos 47, 51, 55, 64, 65, 66, 67, 68, 73, 74, 77, 81, 83, 153, 197, 199, 202, 203, 206, 208, 214, 216, 235, 239, 257, 264, 285

Economista 13, 67, 69, 70, 87, 140, 143, 150, 151, 153, 154, 235, 236, 239, 244, 245, 248, 285

Economistas 11, 12, 15, 60, 61, 64, 67, 68, 70, 80, 82, 85, 87, 117, 137, 143, 159, 171, 231, 233, 235, 236, 237, 244, 250, 263

Empresas 47, 61, 66, 71, 75, 76, 78, 79, 82, 83, 85, 96, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 127, 130, 154, 156, 157, 160, 200, 202, 207, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 229, 256

Estagnação 7, 48, 60, 85, 88, 92, 95, 97, 98, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 116, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 138, 139, 165, 169

Estrangeiro 76, 101, 103, 110, 112, 116, 117, 119, 120, 131, 132, 134, 136, 155, 156, 197, 198, 199, 208, 209, 214, 218, 224, 230, 248

Exportação 8, 15, 78, 99, 119, 156, 188, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 222, 223, 224, 225, 226

F

Financeira 45, 109, 111, 112, 113, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 130, 136, 143, 145, 152, 153, 154, 155, 159, 179, 187, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 211, 212, 214, 221, 223, 227

Financeiras 15, 105, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 127, 128, 129, 130, 131, 143, 202, 203, 205, 207, 208, 209, 210, 218, 219, 230

Financeiro 8, 15, 47, 70, 96, 97, 104, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 143, 144, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 168, 169, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230

Financeiros 71, 73, 76, 77, 109, 111, 116, 117, 120, 127, 143, 152, 153, 197, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 218, 225

Fronteira 7, 13, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 30, 38, 39, 40, 41, 112, 113, 119, 185, 253

Fronteiras 7, 13, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 37, 39, 40, 41, 185, 186, 196, 202, 209, 216

G

Global 7, 14, 50, 51, 55, 63, 65, 66, 68, 71, 76, 77, 80, 81, 87, 118, 119, 121, 123, 152, 155, 180, 181, 184, 191, 192, 198, 199, 201, 203, 205, 217, 218, 219, 228, 230

H

Hilferding 8, 15, 97, 113, 129, 143, 153, 155, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230

História Econômica 4, 11, 12, 13, 16, 61, 85, 150, 229, 231, 256, 301, 302

I

Imperialismo 8, 51, 55, 60, 93, 184, 195, 196, 197, 198, 199, 204, 217, 218, 222, 223, 225, 227, 228, 229, 230

Imperialista 8, 15, 184, 195, 196, 199, 200, 202, 203, 204, 208, 209, 212, 213, 217, 218, 223, 224, 225, 226

Indústria 13, 28, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 70, 77, 78, 102, 121, 126, 134, 135, 136, 138, 146, 158, 168, 169, 179, 188, 200, 210, 211, 214, 216, 219, 220

Industriais 36, 75, 78, 81, 83, 99, 100, 102, 110, 119, 121, 124, 125, 127, 130, 132, 136, 154, 175, 197, 200, 203, 210, 212, 215, 216, 219, 220, 245

Industrial 27, 29, 36, 45, 46, 48, 51, 53, 54, 55, 57, 66, 73, 76, 87, 93, 94, 99, 100, 103, 104, 109, 113, 119, 123, 125, 126, 129, 130, 133, 135, 153, 154, 156, 162, 176, 178, 181, 182, 188, 199, 200, 201, 202, 206, 209, 210, 211, 212, 213, 216, 219, 220, 221, 223, 228, 284, 288, 294

Industrialização 11, 45, 70, 74, 75, 78, 81, 82, 83, 92, 94, 96, 97, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 125, 126, 129, 132, 134, 135, 146, 152, 155, 159, 166, 168, 179, 203, 211, 213, 227

Internacionais 4, 14, 63, 66, 67, 69, 73, 75, 76, 78, 82, 83, 84, 102, 108, 113, 118, 119, 120, 128, 153, 157, 197, 207, 217

Investimentos 74, 75, 78, 82, 96, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 116, 118, 119, 120, 123, 125, 130, 131, 133, 136, 154, 197, 198, 203, 207, 208, 209, 210, 212, 214, 215, 216, 225

L

Lucro 36, 79, 99, 102, 105, 122, 123, 124, 125, 197, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 211, 214, 215, 219, 221, 222, 224, 225

Lucros 51, 91, 99, 106, 109, 112, 114, 118, 121, 130, 197, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 214, 215, 216, 217, 223, 225, 229, 233, 234

Lucros Diferenciais 197, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 214, 215, 216, 217, 225

M

Mercado 12, 25, 45, 51, 52, 65, 70, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 83, 95, 99, 102, 103, 106, 109, 110, 112, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 133, 136, 138, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 177, 184, 188, 189, 190, 198, 202, 203, 214, 215, 223, 224, 240, 279

Mercados 23, 25, 29, 51, 65, 77, 83, 91, 100, 103, 108, 115, 118, 119, 125, 128, 132, 173, 177, 188, 189, 190, 195, 205, 206, 207, 208, 211, 216, 220, 223, 224, 227

N

Nacionais 15, 23, 47, 51, 55, 72, 78, 79, 83, 103, 108, 109, 113, 118, 119, 120, 127, 128, 134, 154, 171, 185, 186, 196, 198, 203, 210, 213, 214, 219, 222, 224

Nova Dependência 48, 59, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 117, 120, 124, 127, 129, 131, 133, 134, 136, 228

O

Organização 8, 36, 66, 70, 77, 80, 88, 96, 117, 118, 125, 126, 127, 164, 168, 172, 174, 175, 176, 203, 220, 224

P

Pensamento Econômico 8, 11, 15, 16, 68, 75, 88, 140, 144, 145, 231, 232, 234, 235, 238, 239, 240, 244, 245, 248, 250, 252, 254, 255, 256, 257, 273, 289, 301

Política 11, 13, 14, 45, 48, 49, 50, 51, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 68, 69, 71, 73, 77, 78, 81, 82, 87, 88, 90, 92, 96, 100, 101, 102, 104, 107, 113, 115, 118, 120, 122, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 142, 151, 158, 162, 165, 166, 167, 169, 185, 188, 191, 197, 199, 200, 203, 204, 206, 207, 208, 217, 220, 222, 223, 224, 225, 227, 229, 234, 244, 245, 249, 301, 302

Produção 8, 13, 14, 15, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 36, 37, 52, 53, 68, 70, 74, 75, 78, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 112, 116, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 137, 147, 171, 172, 176, 178, 179, 182, 188, 190, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 206, 209, 210, 212, 214, 215, 216, 218, 219, 221, 222, 224, 228, 233, 234, 238, 252, 278

Produtiva 53, 55, 81, 82, 104, 111, 114, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 127, 153, 175, 188, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 214, 216, 222, 282

Produtivas 50, 52, 54, 109, 114, 117, 126, 127, 146, 154, 196, 198, 203, 207, 211, 214, 223, 224

Produtividade 31, 52, 53, 54, 98, 103, 105, 112, 114, 121, 199

Progresso Técnico 14, 15, 52, 65, 94, 98, 99, 103, 105, 110, 114, 117, 118, 171, 174, 178

R

Realismo Crítico 9, 16, 263, 264, 267, 271, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286

Reconstrução Racional 8, 15, 232, 233, 234, 238, 239, 240, 241, 248, 252, 253

Reformas 46, 92, 101, 102, 105, 110, 113, 115, 116, 117, 118, 127, 128, 129, 143, 195

S

Salários 70, 98, 99, 102, 105, 106, 107, 109, 112, 114, 121, 130, 131, 135, 136, 161, 168, 169, 201

Sistema 14, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 60, 63, 65, 66, 68, 71, 73, 80, 82, 91, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 153, 154, 155, 166, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 187, 188, 189, 190, 197, 206, 208, 210, 213, 214, 216, 219, 224, 237, 248, 259, 269, 272, 278, 280, 282, 286

Subdesenvolvimento 14, 15, 44, 46, 48, 54, 55, 56, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 92, 94, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 109, 113, 128, 129, 131, 133, 135, 136, 141, 142, 145, 164, 165, 166, 171, 213

T

Tecnologia 8, 14, 15, 63, 82, 85, 99, 100, 101, 102, 111, 114, 125, 126, 132, 153, 157, 158, 171, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 188, 202, 301

Teorias 12, 16, 51, 55, 73, 80, 96, 97, 146, 147, 161, 166, 173, 227, 234, 235, 236, 237, 246, 251, 252, 254, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 272, 273, 277, 278

Trabalho 18, 20, 25, 30, 31, 33, 35, 37, 43, 52, 53, 55, 67, 74, 76, 83, 92, 93, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 111, 112, 114, 119, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 132, 133, 135, 137, 142, 146, 147, 153, 154, 161, 163, 164, 175, 176, 177, 178, 179, 187, 190, 195, 196, 198, 199, 200, 206, 210, 211, 216, 218, 219, 224, 225, 234, 236, 237, 245, 267, 273, 276, 277

V

Valor 8, 54, 76, 94, 121, 122, 126, 137, 140, 162, 174, 179, 198, 200, 205, 209, 210, 213, 216, 217, 218, 221, 222, 234, 235, 236, 249, 253, 277

Valores 18, 47, 117, 122, 190, 195, 196, 201, 202, 207, 216, 219, 221, 234, 270, 272, 273, 275, 278

Valorização 76, 83, 118, 122, 123, 124, 127, 129, 130, 159, 175, 183, 184, 196, 197, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 250

SOBRE OS AUTORES

Carlos Cordovano Vieira

Professor do IE/UNICAMP e pesquisador do Núcleo de História Econômica (NIHE) da mesma instituição.

Eduardo Barros Mariutti

Professor associado do Instituto de Economia da UNICAMP, pesquisador do Núcleo de História Econômica (NIHE) da mesma instituição, professor do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas e membro da Rede de Pesquisa em Autonomia Estratégica, Tecnologia e Defesa (PAET&D). E-mail para contato: mariutti@unicamp.br.

Fábio Antonio de Campos

Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP, Professor e Pesquisador do Núcleo de História Econômica (NIHE) e do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE) da mesma instituição.

José Ricardo Fucidji

Professor de História do Pensamento Econômico do IE-UNICAMP e coordenador do Núcleo de História Econômica (NIHE) da mesma instituição.

Mauricio de Souza Sabadini

Doutor em Economia pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne (França), Professor e Pesquisador do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Milena Fernandes de Oliveira

Professora do Instituto de Economia da UNICAMP e membra do Departamento de História e Política Econômica desde 2010. Também é pesquisadora do Núcleo de História Econômica (NIHE) da mesma instituição.

Nelson Mendes Cantarino

Professor de História Econômica do IE-UNICAMP e pesquisador do Núcleo de História Econômica (NIHE) da mesma instituição.

Pedro Paulo Zahluth Bastos

Professor Associado do Instituto de Economia da Unicamp, ex-coordenador do Núcleo de História Econômica (NIHE) e ex-presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE).

Renata Bianconi

Doutora em História Moderna e Contemporânea pela Universidade Paris-Sorbonne (Sorbonne Université). Professora Visitante da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da UNIFESP e Pesquisadora Colaboradora do Núcleo de História Econômica (NIHE) do Instituto de Economia da UNICAMP.

SOBRE O LIVRO

Tiragem: E-Book não comercializado

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12,3 X 19,3 cm

Tipologia: Times New Roman 11,5/12/16/18

Arial 7,5/8/9

Papel: Pólen 80 g (miolo)

Royal Supremo 250 g (capa)

As Narrativas de Clio

Ensaaios de interpretação histórica e metodológica

O Núcleo de História Econômica (NIHE) abrange uma variedade de pesquisas em torno das temáticas do desenvolvimento econômico – especialmente o brasileiro –, a história das ideias econômicas e da constituição, consolidação e evolução do capitalismo. O processo de formação socioeconômico do Brasil – com todas as suas ambiguidades e conflitos – é percebido e estudado com uma grande variedade de abordagens teórico metodológicas. O núcleo é formado por economistas, historiadores e cientistas sociais. Essa diversidade corresponde a um aspecto marcante de nossas pesquisas: a tendência ao tratamento de problemáticas abrangentes e oriundas de questões postas pela realidade.

